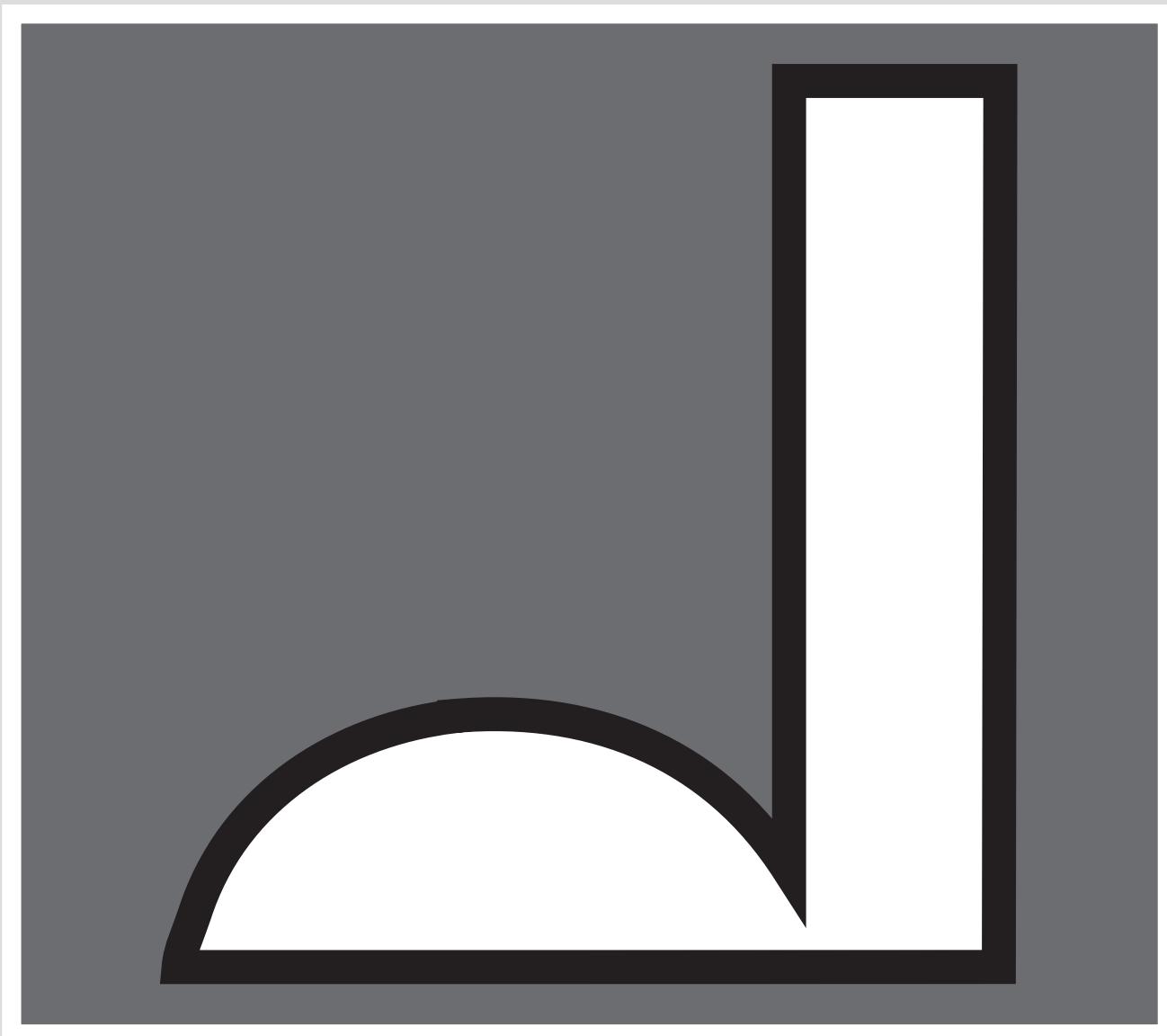




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 204 - QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)
Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demostenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cicero Lucena</p>
<p>PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 38, DE 2008

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – Swap II.

§ 2º Ficam facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma Comissão de Transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Ceará;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: até 31 de dezembro de 2012;

VI – *carência*: 7 (sete) anos para cada desembolso;

VII – *amortização*: cada desembolso deverá ser pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira na 15^a parcela de pagamento de juros de cada **tranche** e a última na 44^a parcela de juros da respectiva **tranche**, e limitada a 15 de setembro de 2034, sendo que os valores de cada parcela serão equivalentes a 1/30 de cada desembolso, exceto a última que será equivalente ao valor remanescente;

VIII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º A contratação da operação de crédito referida no art. 1º fica condicionada a que o Estado do Ceará proceda, previamente, à regularização de suas pendências com a União.

Art. 5º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 39, DE 2008

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
II – *valor do empréstimo*: até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões e quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: empréstimo margem fixa (**Fixed Spread Loan**);

IV – *prazo de desembolso*: 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato;

V – *amortização*: em 50 (cinquenta) parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira quota de amortização deverá ser paga em 15 de agosto de 2013 e a última até o dia 15 de fevereiro de 2038, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 2% (dois por cento) do valor desembolsado;

VI – *juros*: exigidos semestralmente, nas mesmas datas do pagamento da amortização, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros **Libor** semestral para dólar norte-americano acrescida de um **spread** a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato, sendo de 0,05% a.a. (cinco centésimos por cento ao ano) a margem fixa acordada;

VII – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 233ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALEÓ PAES – Alerta para a necessidade de adaptação das políticas sociais ao aumento da população idosa. O trabalho desenvolvido pela Subcomissão do Idoso do Senado. Questionamento sobre a falta de fiscalização e aplicação do Estatuto do Idoso. 50516

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Desmentido sobre nota publicada na coluna da jornalista Dora Kramer, do último sábado, que atribuiu a S. Ex^a oposição à candidatura do Senador Tião Viana à Presidência do Senado..... 50518

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Celebração pela aprovação hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de 46 projetos para a criação de Zonas de Processamento de Exportação, entre as quais quatro localizadas no Rio Grande do Sul. Debate sobre a questão de nossas fronteiras. 50521

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR, como Líder – Elogios à administração do Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia. Enumeração de obras realizadas pelo referido Governo. Apelo em favor do fornecimento de energia elétrica para os Distritos de Demarcação e Calama, em Rondônia, e pela votação da proposta de emenda à Constituição, que trata da questão dos servidores públicos de Rondônia. 50523

SENADOR ALVARO DIAS – Referência a empréstimos bilionários concedidos pelo BNDES a outros países. 50524

SENADOR GERSON CAMATA – Críticas à cartilha do Ministério da Saúde, intitulada “O álcool e outras drogas não afetam seus direitos”. Comunicação da apresentação de requerimento ao Tribunal de Contas da União sobre a licitude de publicação, com dinheiro público, da referida cartilha. 50526

SENADOR PAULO PAIM – Voto de pesar e repúdio pelo assassinato de dois líderes quilombolas, do Quilombo dos Alpes, no Rio Grande do

Sul: Joelma da Silva Ellias e Volmir da Silva Ellias. Leitura de artigo de autoria de S. Ex ^a , em que faz uma articulação entre o chimarrão e o combate a todo o tipo de discriminação.	50527
SENADOR MÃO SANTA – Lamento pelo fechamento do jornal A Tribuna da Imprensa , do jornalista Hélio Fernandes.....	50530
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações a respeito das medidas provisórias e das emendas ao Orçamento da União. Comentário sobre a matéria intitulada “Aberta a temporada de chantagem”, publicada no jornal Correio Braziliense , do último dia 4.	50535
SENADOR VALDIR RAUPP , como Líder – Considerações sobre a importância do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.	50538
SENADOR OSMAR DIAS , como Líder – Apelo à Petrobras para que reduza o preço do óleo diesel e da gasolina.	50540
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações a respeito do julgamento, amanhã, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação que questiona a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.	50543
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro das seguintes matérias: “Lula fala demais”, do jornalista Vinícius Torres Freire, e “Aposta arriscada”, de Merval Pereira publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo , respectivamente.	50546
SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR – Registro das seguintes matérias: “Lula fala demais”, do jornalista Vinícius Torres Freire, e “Aposta arriscada”, de Merval Pereira publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo , respectivamente.	50549

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.601, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2008, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1 e 4, de 2006; 6, de 2000; 8, de 2008; 9, de 2007; 9, 11 e 12, de 2008;

14 e 18, de 2006; 25, de 2004; 28, de 2003; 28 e 30, de 2006; 31, de 2003; 32, de 2005; 34 e 47, de 2003; 47, de 2006; 48, de 2005; 50, de 2004; 19, de 2006; 52, de 2003; 54, 62, 63, 71 e 77, de 2007 e 72, de 2003.....	50551
Nº 1.602, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, <i>solicitando a prorrogação, por mais 180 dias, das atividades da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, com as modificações do Requerimento nº 794, de 2008.</i>	50551
Nº 1.603, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso a Paula Toller, cantora e letrista.</i>	50552
Nº 1.604, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso à Academia Amazonense de Letras.</i>	50552
Nº 1.605, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de estímulo ao ator Fábio Assunção.</i>	50553
Nº 1.606, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao pintor Cláudio Andrade.</i>	50553
Nº 1.607, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao Superior Tribunal Militar, pelo lançamento do livro Coletânea de Estudos Jurídicos.</i>	50554
Nº 1.608, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, <i>solicitando a criação de Comissão Externa, composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal na 8ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) – 2009 Amazônia, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2009, na cidade de Belém do Pará.</i>	50554
Nº 1.609, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, <i>solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2008.</i>	50554
1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 742/2008, de 4 do corrente, <i>comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 e 2, oferecidas ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008 (Medida Provisória nº 440, de 2008, do Poder Executivo), e envio da matéria à sanção.</i>	50555
Nº 744/2008, de 5 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004 (nº 495/2006, naquela Casa), que <i>acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.</i>	50556
1.2.4 – Comunicação da Presidência	
Encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004	

(nº 495-B/2006, naquela Casa), que, por ser considerada matéria nova, foi numerada como Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2004..... 50556

1.2.5 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 707/2008, de 5 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007 (nº 3.129/2008, naquela Casa), que *altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado das rodovias BR-080 e BR-414.* 50556

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 400/2008, de 2 do corrente, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.211, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro.* 50559

1.2.7 – Parecer

Nº 1.219, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 259, de 2008 (nº 978/2008, na origem), do Presidente da República, que *encaminha pleito do Estado do Acre, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PROACRE. (Projeto de Resolução nº 65, de 2008)* 50559

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 65, de 2008, resultante de parecer lido anteriormente..... 50566

Lembrança ao Plenário de que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), pelo transcurso dos seus 50 anos, de acordo com os Requerimentos nºs 1.357 e 1.388, de 2008, dos Senadores Eduardo Azeredo, Eliseu Rezende e outros Senhores Senadores. 50566

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 141, de 2007; 213, 218, 225, 226, 233, 239, 250, e 255, de 2008. 50566

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre a integração da remuneração do serviço suplementar no cál-*

cupo da gratificação natalina e dá outras provisões..... 50567

Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.....

1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 44, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para possibilitar aos servidores públicos requisitados optarem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.....

50570

1.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta

Parecer nº 1.160, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos (Relator: Senador Gerson Camata), sobre a Mensagem nº 216, de 2008 (nº 864/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Otávio Yazbek para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eduardo Weguelin Vieira, a partir de 1º de janeiro de 2009. **Aprovado.**

(votação nominal).....

50573

Item extrapauta

Mensagem nº 183, de 2008 (nº 732/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.220, de 2008-CRE. (votação nominal).....

50577

Item extrapauta

Mensagem nº 206, de 2008 (nº 818/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Cesar de Oliveira Campos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.221, de 2008-CRE. (votação nominal).....

50580

São as seguintes as matérias não apreciadas, em virtude de acordo de Lideranças:

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras

sedeadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008, e dá outras providências. (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008). ..

50585

Item 2 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.....

50585

Item 3

Medida Provisória nº 444, de 2008, de autoria do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.....

50585

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). ..

50585

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....

50586

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. ..

50586

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. ..

50586

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. ..

50586

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). ..

50586

Item 10

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*.....

50586

tigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

50587

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.....

50588

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.....

50588

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*.....

50588

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras provisões*.....

50588

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.....

50588

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.....

50588

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento*

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.....

50587

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.....

50587

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.....

50587

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.....

50587

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.....

50587

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no ar-*

<i>familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).</i>	50588	Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.	50590
Item 24		Item 33 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (incluir as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).	50589	Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.	50590
Item 25		Item 34 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).	50589	Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.	50590
Item 26		Item 35 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	50589	Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	50590
Item 27		Item 36	
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.	50589	Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.	50590
Item 28		Item 37 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.	50589	Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.	50591
Item 29		Item 38	
Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.	50589	Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de	
Item 30			
Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.	50589		
Item 31			
Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.	50589		
Item 32			
Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de			

<i>1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).....</i>	50591
Item 39	
<i>Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....</i>	50591
Item 40	
<i>Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).....</i>	50591
Item 41	
<i>Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.</i>	50591
Item 42	
<i>Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.....</i>	50591
Item 43	
<i>Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.....</i>	50591
Item 44	
<i>Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.</i>	50592

Item 45

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

50592

Item 46

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.....

50592

Item 47 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.....

50592

Item 48

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivencia nodo pelo país irmão.....

50592

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 1.602, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

50592

1.3.2 – Discursos após a Ordem do dia

SENADOR JOÃO PEDRO – Manifestação sobre a decisão que tomará o Supremo Tribunal Federal, amanhã, sobre a ação movida referente à Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....

50593

1.3.3 – Ofício

S/N, de 9 do corrente, do Senador Jarbas Vasconcelos, relator do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673/2006, na Casa de origem), comunicando a ocorrência de inexatidão material,

devida a erro gráfico, na redação da Emenda nº 9-CCJ..... 50598

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Republicação do Parecer nº 1.213, de 2008, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007, apreciado na sessão deliberativa ordinária do dia 3 do corrente, consoante ofício lido anteriormente..... 50598

1.3.5 – Discursos após a Ordem do dia (continuação)

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Preocupação dos produtores rurais com a discussão sobre índices de produtividade na agricultura. 50602

1.3.6 – Leitura de requerimento

Nº 1.610, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando *voto de pesar às famílias dos líderes quilombolas Joelma da Silva Ellias e Volmir da Silva Ellias, do Quilombo dos Alpes, no Rio Grande do Sul.* 50603

1.3.7 – Discursos após a Ordem do dia (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Registro do transcurso, amanhã, dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembléia da ONU em 1948. 50603

SENADORA MARISA SERRANO – Preocupação com os reflexos da crise econômica no Brasil. 50607

SENADOR FLÁVIO ARNS – Registro de pronunciamento sobre a primeira Olímpiada da Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. 50613

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Registro dos 60 anos, amanhã, da assinatura pelas Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Leitura do artigo intitulado “Do horror brota a grandeza”, de Lya Luft. 50615

SENADOR VALTER PEREIRA – Necessidade de uma reforma tributária para o país. 50619

1.3.8 – Leitura de Pareceres

Nº 1.222, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. 50622

Nº 1.223, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008 (nº 668/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Moti-

vos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão..... 50624

Nº 1.224, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas..... 50627

Nº 1.225, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes..... 50633

Nº 1.226, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias..... 50639

1.3.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 167/2008, de 3 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2003..... 50643

1.3.10 – Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 357/2008, de 15 de outubro último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, com as Emendas nºs 01-CDH e 02-CDH..... 50643

1.3.11 – Ofício da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 89/2008, de 3 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007..... 50644

1.3.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 110, de 2003, 417 e 477, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 50644

1.3.13 – Leitura de requerimentos

Nº 1.611, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2008. 50644

Nº 1.612, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003; 54, de 2005; 51, de 2006, e 551, de 2007, por tratarem de matérias diversas.	50644
1.3.14 – Comunicação	
Do Senador Antonio Carlos Valadares, de 9 do corrente, justificando sua ausência nas votações nominais efetuadas na sessão deliberativa ordinária de hoje.....	50644
1.3.15 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Enaltecimento do programa “Luz para Todos”, do Governo Lula.	50644
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “PF foi base de arapongas, diz revista”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 7 de setembro último.....	50645
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “É crime ou é só castigo?”, publicada na revista Veja , edição de 24 de setembro último.....	50647
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Ajuda é menos transparente que Proer e mais estatizante”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 23 de outubro último.....	50648
SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Gilmar Mendes é espião, cobra explicações de Lula e convoca o STF”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 31 de agosto último.....	50649
SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre o futuro do sistema previdenciário brasileiro.	50650
1.3.16 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 10, quarta-feira, com Ordem do Dia designada.	50651

**1.4 – ENCERRAMENTO
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 09-12-2008**

3 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2008.....

50660

4 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 449, de 2008.....

50663

5 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.725, de 2008.....

50664

6 – EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Nº 3, de 2008. (**Publicado em Suplemento à presente edição**)

50665

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

18 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 233^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de dezembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Papaléo Paes,
Geraldo Mesquita Júnior, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e Encerra-se à 21 horas e 13 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/12/2008 07:36:17 até 9/12/2008 21:16:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERACLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
PSOB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PT	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)

– Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para uma breve comunicação assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nos termos do art. 14, inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a é o segundo inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Papaléo Paes, por 10 minutos. A seguir, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, para uma breve comunicação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, tão inevitável quanto a noite suceder ao dia é o envelhecimento dos seres humanos. Assim é a lei da natureza, inflexível com os indivíduos, cheia de poder renovador para as espécies.

Não podemos, pois, imaginar situação distinta para o envelhecimento da população brasileira, ao longo das décadas que virão. Aumento em número, expansão em distribuição geográfica, expectativa de vida prolongada, tais são os postulados para a camada idosa brasileira nos próximos decênios. Se eles con-

têm, do ponto de vista dos indivíduos, um claro ganho de longevidade, do ponto de vista da sociedade e do Estado, há o aumento da necessidade de prestação de serviços sociais adaptados à faixa etária.

Ora, Sr. Presidente, se o Brasil mal consegue dar conta de seus jovens – aliás, profundamente afetados pela crise que hoje enfrentamos –, o que dizer, então, de nossos idosos, em muitos casos desamparados e sem família?

Sr^{as}s. e Srs. Senadores, a Fundação IBGE projeta, para o ano de 2050, a existência de 5 milhões de homens e 14 milhões de mulheres com 80 anos ou mais de idade. Eles serão cerca de 7 vezes mais do que a atual população dessa faixa etária.

Do ponto de vista social e legal, idoso é todo cidadão com mais de 60 anos de idade. A partir dessa linha de corte, facilmente constatamos a importância demográfica que essa parcela da população terá em 2050, representando 18% do total de 260 milhões de pessoas.

Se compararmos com a situação atual, veremos a gigantesca transformação que haverá na população brasileira. Em 2000, os jovens de 0 a 14 anos representavam 30% do total, devendo passar a 18% em 2050. Em compensação, os idosos, que somavam 5% em 2000, serão os 18% que acabo de mencionar.

Assim, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, as políticas sociais do País deverão ser completamente revistas e readaptadas para levar em conta uma nova distribuição demográfica da população. Daqui a 50 anos, essa distribuição se fará quase uniformemente por todas as faixas etárias, deixando de se concentrar nas camadas mais jovens, como acontecia até o início deste século.

Em número e em necessidades, os idosos passarão a representar parcela importante da população demandadora de serviços públicos. Para que seja possível tê-los operacionais e eficazes, é preciso começar logo a implantá-los e, paulatinamente, convertê-los para nova distribuição etária do povo brasileiro.

Sr. Presidente, a idade mediana do povo brasileiro era de apenas 20 anos há bem pouco tempo. Para 2050, projeta-se que seja de 40 anos, o dobro da anterior. O resultado é que os grupos de menores de 14 anos de idade e de mais de 65 anos representarão, cada um, cerca de 20% da população, ficando o restante, 60%, com faixa intermediária de idades.

Essa profunda mudança na distribuição da população por faixas etárias se deverá ao brutal decréscimo das taxas de fecundidade brasileira, que terá caído de 6,15 em 1950 para 1,85 em 2050. Associando-se a essa queda o aumento da longevidade, é fácil concluir que

os idosos serão mais numerosos e percentualmente mais importantes do que são hoje.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os estudos e levantamentos feitos por órgãos como a Fundação IBGE ou o IPEA sobre a demografia brasileira são instrumentos indispensáveis para a formulação de políticas públicas capazes de atender às necessidades do povo brasileiro em função das transformações previstas para as próximas décadas. Por isso, o sentido de urgência com que a Subcomissão Permanente do Idoso do Senado vem discutindo as questões ligadas à proteção social do idoso no Brasil.

Na verdade, somos um país *sui generis*, já que somos capazes de editar leis de altíssima qualidade técnica e, ao mesmo tempo, de baixíssima aplicabilidade para o Estado que temos ou para o nível cultural e educacional da população.

O Estatuto do Idoso é uma dessas leis.

Quero fazer referência à reunião de hoje da Comissão de Educação, em que estávamos presentes – o Senador Zambiasi também estava –, e houve o levantamento de uma questão relativa ao Estatuto do Idoso.

Na página 19 do Estatuto do Idoso, há uma referência que diz que todo idoso terá direito a um desconto de 50% no valor do ingresso em qualquer teatro, cinema, campo de futebol; seja lá onde se cobre ingresso, ele paga meia entrada. E o Senador João Pedro, equivocadamente, estava discutindo a questão da cota, porque nós estávamos tratando da votação da cota de lugares: 40% dos lugares para meia entrada e 60% para entrada inteira. Ele confundiu com esse artigo do Estatuto do Idoso, achando que nós estávamos diminuindo o direito do idoso de um desconto de 50% para apenas 40%. Quero apenas deixar bem claro, porque isso foi já no final da reunião, ficou um tumulto devido às comemorações, e eu só fiz a correção após já estarem presentes poucos Senadores. Então, fica isto bem claro: que o Estatuto do Idoso foi respeitado, preservado na votação que tivemos hoje na Comissão de Educação.

O Estatuto do Idoso é uma das leis a que me refiri, pouco fiscalizada, pouco aplicada até por falta de ação do Executivo.

Forjado na esteira das melhores intenções do Parlamento brasileiro, o Estatuto do Idoso encontra obstáculos ao mesmo tempo prosaicos e cruéis para sua eficiente aplicação. Da falta de respeito às vagas reservadas em estacionamentos públicos ao fraco atendimento à saúde em hospitais e postos, os idosos se vêem, freqüentemente, despojados dos direitos que as leis lhes concederam, sem que a autoridade coercitiva do Estado se faça presente para corrigir tais desvios.

Sr. Presidente, o cuidado com os interesses das diferentes camadas da população brasileira não é algo que se faça de forma voluntarista ou improvisada, oscilando em função dos acontecimentos. É algo que deve ser pensado, planejado e implantado ao longo do tempo, a par e passo com as transformações que a sociedade vai sofrendo ao longo dos anos.

Dentro dessa ótica, uma meta importante deve ser a formação de médicos geriatras, principalmente nas universidades públicas, e sua distribuição no território nacional feita de modo a atender à demanda de cada Estado federado.

A Subcomissão do Idoso do Senado pretende realizar, em 2009, reuniões públicas, por todo o País, para auscultar as pessoas diretamente interessadas na questão do idoso, com o objetivo de propor novas medidas que assegurem a necessária proteção aos nossos cidadãos da melhor idade.

Oportunidades de trabalho, atendimento à saúde, apoio logístico, infra-estrutura urbana, amparo à velhice abandonada são questões que precisam ser pensadas e resolvidas antes que a população da terceira idade se torne um problema social, tão ou mais grave do que a pobreza de hoje.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Papaléo, eu não poderia deixar de registrar sua fala e fazer coro, juntamente com V. Ex^a, em relação à sua defesa ao Estatuto do Idoso. Participei, ainda quando Deputado Federal, da discussão da formação do Estatuto do Idoso. Isto que V. Ex^a traz na tarde de hoje é verdadeiro: é pouco caso o que se faz com nossos velhinhos. Só para ilustrar ainda mais o que V. Ex^a está trazendo na tarde de hoje, em Rondônia, por exemplo, temos vários problemas também com o descumprimento do Estatuto do Idoso. As empresas de ônibus teriam que dar oportunidade de dois assentos, como já está garantido no Estatuto, aos nossos idosos. Mas, infelizmente, isso nunca acontece. E não há quem fiscalize. Não sei se a obrigação de fiscalizar é do DNIT. Não sei a quem compete essa fiscalização. Mas, infelizmente, quanto aos transportes terrestres, teriam que estar garantidos dois assentos aos nossos idosos, como está determinado no Estatuto do Idoso. Em Rondônia, isso não vem acontecendo. E acredito que, se não acontece em Rondônia, não deve acontecer também em vários outros Estados. Então, quero me associar ao pronunciamento de V. Ex^a e parabenizá-lo, mais uma vez, por sempre defender os aposentados, os idosos. V. Ex^a sempre está subindo à tribuna do

Senado, fazendo coro com aqueles que defendem os mais necessitados. Parabéns!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço o chamado de atenção de V. Ex^a, que é realmente uma queixa que existe em quase todo o País. Não está havendo o cumprimento do Estatuto do Idoso em muitos pontos importantes – aliás, nos pontos mais importantes.

Então, quero também registrar que V. Ex^a é um dos Senadores que participam...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ...conosco das vigílias em prol desse direito que tem o aposentado – no caso, a maioria deles é idosa – de perceber salários justos. É por isso que estamos lutando.

Sr^ss e Srs. Senadores, alguns de nós já se enquadram na faixa etária abrangida pelo Estatuto do Idoso, mesmo que nossa condição social nos assegure a necessária proteção individual. Por mais esta razão, o Senado da República deve se dedicar a erigir, no seio da Nação brasileira, a exata noção da importância do amparo à velhice.

Façamos isso agora, enquanto ainda há tempo para planejar e agir, antes que os fatos nos coloquem contra a parede e sejamos obrigados, pela urgência, a agir de afogadilho, sem a necessária cautela e organização.

Em prol do bom senso e do espírito público, apelo à sensibilidade deste Parlamento para o apoio às iniciativas da Subcomissão do Idoso para o ano de 2009 e os que se lhe seguem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de verificar se já chegou o requerimento do PR.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já chegou, e V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar, como Líder do PR.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem de inscrição, serei logo após quem?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Será a vez de Geraldo Mesquita Júnior, para uma comunicação inadiável, depois um orador inscrito e, depois, V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição como Líder do PDT.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ainda há vaga para comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há vaga. V. Ex^a fica em quarto lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Prefiro ficar no coração de V. Ex^a. Estou inscrito do coração para a mente, e V. Ex^a me coloca aí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a sequer precisa se inscrever para morar no meu coração. Já mora há muito tempo, já conquistou esse direito e esse espaço.

Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^ss e Srs. Senadores presentes, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é fazer um breve comentário acerca de uma nota publicada na coluna da prestigiadíssima jornalista Dora Kramer no sábado passado.

Vou ler a nota, Senador Gerson Camata. Ela diz o seguinte:

O Senador Renan Calheiros leva a fama, mas o maior combatente da candidatura do petista Tião Viana é o senador acreano Geraldo Mesquita.

Aparentemente um homem de maneiras amenas, quando o assunto é seu adversário regional, Mesquita vira uma fera ferida.

Tenho muito respeito pela jornalista Dora Kramer. Nesta Casa, todos temos o dever – prazeroso, inclusive – de ler sua coluna diariamente. E não me permito rebater o que ela diz, porque é uma opinião pessoal. Mas eu queria apenas dizer que, de minha parte, isso não é verdade, isso não procede.

Não tenho o Senador Tião Viana como inimigo. Tanto na política quanto na vida, apesar até de ter mo-

tivos para ter mágoa, não me alimento de mágoa, de rancor, de ódio. Supero isso tudo. Peço a Deus sempre, todo dia, que me dê humildade para enfrentar o que vem pela frente, inclusive as adversidades, com muita humildade. E não é verdade: não tenho o Senador Tião Viana como inimigo.

Já que me envolvi nessa matéria, anunciei aqui, de véspera, uma reunião que o nosso partido, o PMDB, faria, como fez, para uma deliberação importante – que julgo importante. E, inexoravelmente, entrei no debate.

Na verdade, Senador Gerson Camata, entendo que o povo brasileiro deu maioria ao PT para colocá-lo na Presidência do Poder Executivo, mas não deu maioria congressional ao PT. Sintomaticamente, Senador Alvaro Dias! Isso quer dizer alguma coisa. A população, sabiamente, decidiu não concentrar poder no nosso País, porque senão a coisa seria avassaladora.

Eu me bato no seguinte, e aí eu complementei: a população deu maioria ao PMDB. Isso é sintomático também. Ou seja, a população elegeu o PT para presidir o Poder Executivo, mas deu ao PMDB uma maioria congressional, aliás, uma bancada majoritária tanto na Câmara quanto no Senado, Senador Mão Santa.

Para espantar de vez essa dúvida, trazida, mais uma vez, pela jornalista Dora Kramer, a quem respeito muito, devo dizer que a minha tese... Posso estar pecando, errando, mas a tese é esta e eu acredito nela, e, enquanto ninguém me convencer do contrário, eu levo a tese adiante, Senador Mão Santa: a minha tese é que não deve haver concentração de poder, principalmente neste momento, em nosso País. Um mesmo grupo político ter o domínio do Poder Executivo e a chefia do Poder Legislativo – porque a Presidência do Senado representa isso, é a Presidência do Congresso Nacional –, acho temerário para o nosso País. E não se trata do Senador Tião Viana – coincidentemente, Senador, como eu, do nosso querido Acre.

Se o meu partido, por exemplo, Senador Gerson Camata, abandonar a tese da candidatura própria, que nós fixamos, e deliberar por uma composição, pelo apoio, eu não terei dúvida em acompanhar a decisão da bancada. Agora, acho que é temerário e defendo essa tese. Talvez o meu erro seja defendê-la cristalina e abertamente, porque na política convencionou-se que talvez a manha e a esperteza estejam exatamente no fato de não falarmos abertamente as coisas. Eu não sou assim. Sou neófito na política, eu ainda tenho muito que aprender, mas esse tipo de comportamento eu não quero aprender, Senador Mão Santa. Falo o que

penso, falo o que me vem na telha e tenho pago um preço muito alto por isso – e vou continuar a fazê-lo.

Eu, definitivamente, acho que não é o caso. A população brasileira não quer essa concentração de poder. E, para espantar de vez essa dúvida com relação ao Senador Tião Viana, eu diria: todos, aqui, são testemunhas do apreço, do carinho, da admiração que tenho pelo Senador Paim, por exemplo. Se fosse ele, aqui, no caso, Senador Mão Santa, eu estaria recomendando ao meu partido, o PMDB, que insistisse na tese do mesmo jeito. Tenho admiração pelo Senador Aloizio Mercadante, como tenho também pelo Senador Flávio Arns, grandes parlamentares do PT, mas acho que a tese se estende a eles também. Eles são parlamentares do PT.

Acho que o PT não deve assumir a Presidência do Senado Federal porque isso representa, em última instância, concentração máxima de poder: Poder Executivo, Poder Legislativo. Eu acho que, neste momento, não é bom para o País, não podemos trilhar esse caminho. A concentração máxima de poder leva a que alguns pensem que podem tudo e mais do que tudo. E não é o caso, não é o caso. O poder, como diz sempre o Senador Mão Santa, deve ser muito bem distribuído e equilibrado.

Então, a minha tese é essa, e não se trata de ninguém em particular.

Senador Aloizio Mercadante, Senador Flávio Arns, Senador Paim, só para citar: se estivessem esses três parlamentares do PT nessa situação, eu estaria dizendo a mesma coisa aqui, porque é isso o que eu penso.

Senador Mão Santa, rapidamente. Não sei se o Senador Papaléo me permite.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, um debate qualificado pela democracia. Aí está, na tribuna, um dos homens que tem mais firmeza no Direito do mundo contemporâneo da política, mas ele não é neófito, não. Com ele é genético, até. O pai dele chegou a governar o Estado do Acre e escreveu uma bela página política, que ele segue. Eu queria dizer: o raciocínio de V. Ex^a coincide com o meu. Nós somos irmãos gêmeos aí, mas pela democracia. A gente sabe que aquele sonho... Eu acho a democracia a maior construção da civilização, mas ela tirou o absolutismo e dividiu o poder. Ninguém contesta, no Executivo, o nosso Presidente Luiz Inácio, mas acontece que aqui tem um agravante ao raciocínio de V. Ex^a que me preocupa. Não estou culpando ninguém, não. Os sábios homens que fizeram a Constituinte, pois eles eram sábios – quem vai dizer que Afonso Arinos, Ulysses, Mário Covas e toda essa gente não eram sábios? –, atenderam ao apelo popular e deram, na nossa Cons-

tituinte, um poder grandioso, atendendo ao povo: que o Presidente da República indicasse, ao seu bel-prazer, a Corte Suprema, o STF. Mas eles o deram por um mandato e, aí, o mundo fez com que o Presidente já tivesse dois. Um quadro vale por dez mil palavras. O nosso Presidente Luiz Inácio já nomeou sete! E ele está certo, ele nomeou pessoas com carteirinha do seu partido há mais de vinte anos. É como um torcedor do Vasco: é Vasco mesmo e quer que acabe agora o campeonato, porque foi desclassificado. Isso é da psicologia, que posso ensinar. O Executivo já é forte porque tem o dinheiro. Eu vim, ali, do Presidente do BNDES. É dinheiro muito e serve para cá e para o mundo todo. A Caixa Econômica e o Banco do Brasil são fortes. Essa escorregada que a nossa Constituinte deu na nossa evolução democrática fez com que eles nomeassem quase todos do STF. Já está forte, e, se nós entregarmos ao PT, é melhor voltarmos e chamarmos o Mussolini logo, da Itália antiga, do fascismo. O equilíbrio é aqui e a sabedoria é simbolizada por Rui Barbosa. Nessa tradição tem sabedoria: a divisão é de acordo com o número de cadeiras conquistadas, que são do povo, que nós representamos. Obedece-se isso. Então, nós...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...somos majoritários. Rui Barbosa, que está ali, disse: “O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver”. Nada contra Tião Viana. Se ele é do seu Estado, ele é meu companheiro médico, inteligente, professor, simpático e tudo. Pelo contrário, eu acho que quem está sendo injusto com ele é o Luiz Inácio. É o Luiz Inácio! É o Luiz Inácio! Por que Tião Viana não é lembrado para ser candidato a Presidente da República? Muito mais mérito ele tem do que a Dilma, que não foi nem Vereadora. Ele não, ele é testado, ele é um Senador, e é o caminho natural. Então, admito que ele seja até um Obama simpático do PT. Numa prévia, numa primária, tenho toda a convicção de que ele dá de chinelo na Dilma. Não é contra ele, não. Aí, eu defendo o direito, mas aqui é do PMDB. O PMDB terá candidato. Quem é que está aqui do PMDB? Nós somos a maioria presente. Já somos dois. Então, é um direito. Ele vai ter candidato.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a acaba de lançar uma idéia. É uma idéia.

Agora, Senador Papaléo, para concluir, repito: olha, não me passam pelo coração nem pela cabeça rancor, ódio, nada disso. O que me guia nesse assunto é exatamente isto: eu temo a concentração de poder. A concentração de poder máxima, como poderia se

afigurar dessa forma, enseja a tentação inclusive do terceiro mandato, que é uma coisa que devemos repelir, porque seria um golpe mortal à nossa democracia.

Para concluir, Senador Papaléo, um assunto leva a outro e se relaciona do mesmo jeito. Neste final de semana, o **Correio Braziliense** publicou duas matérias tendo o Senador Tião Viana como personagem e, lá na minha terra, como sempre, alguns aloprados tentam insinuar que a fonte teria sido este Senador.

Eu digo com toda tranquilidade, Senador Mão Santa: essa não é a minha praia. A minha praia é o embate político. Eu não lido com esse tipo de prática. Eu não tenho essa prática de ficar plantando coisa contra pessoas, ou para o bem ou para o mal. Não faço isso, Senador Papaléo.

Para tirar qualquer dúvida com relação a isso, caso tenha sido eu a fonte, como se diz, das duas matérias, eu autorizo de público o **Correio Braziliense**, a competente jornalista que fez a matéria, a dizer, também publicamente: “Foi o Senador Geraldo Mesquita” – caso tenha sido, Senador Papaléo Paes, porque não fui eu. Então, não posso, mais um vez, pagar pelo que eu não faço. Não fui, não trabalho assim. Essa não é a minha praia. A minha praia é o embate político. Se quiserem o embate político, estou dentro. Agora, plantar notícia em jornal, matéria, ser fonte escusa... Eu jogo limpo. Eu jogo assim: peito aberto, olho no olho, Senador Papaléo. Essa é minha prática. Do resto, eu não partilho, eu não participo; pessoalmente, não advogo esse tipo de comportamento, nem pratico esse tipo de comportamento. Portanto, estão autorizados o **Correio Braziliense** e o próprio jornalista autor da matéria a, se tiverem tido como origem, fonte da notícia o Senador Geraldo Mesquita, revelarem. É claro que eles não vão poder fazer isso porque, de fato, isso não ocorreu.

Senador Papaléo, eram os esclarecimentos que eu queria trazer, e agradeço a V. Ex^a pela tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradecemos a V. Ex^a pelo esclarecimento que fez à população brasileira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, que, como orador inscrito, terá 10 minutos para o seu pronunciamento e a prorrogação regimental necessária.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito

obrigado, Presidente Papaléo Paes. Espero que não haja a necessidade de prorrogação, mas, desde já, agradeço a sua generosidade, e sei que a Casa é bastante democrática quanto à utilização do espaço de plenário, pelo que, desde já, fico muito grato.

Na realidade, venho à tribuna, Presidente Papaléo, para celebrar duas boas notícias que esta Casa está produzindo. Primeiro, a aprovação, nesta manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, de 46 projetos, de iniciativa de Colegas de todo o Brasil, para a criação de Zonas de Processamento de Exportação, entre as quais, quatro no Rio Grande do Sul; dois de autoria do Colega Senador Paulo Paim; um que cria a Zona de Processamento de Exportação na região do Vale dos Sinos, e o outro que cria a Zona de Processamento de Exportação na região norte do Rio Grande do Sul; e dois, de minha autoria, relacionados com a questão de fronteiras.

Tenho uma preocupação e um olhar muito especial com relação às fronteiras do meu Estado. O Rio Grande do Sul tem uma longa fronteira com a Argentina, cerca de mil quilômetros, e outra longa fronteira com o Uruguai, também com quase mil quilômetros. Temos duas cidades emblemáticas nessa relação: a primeira, Uruguaiana, que tem talvez o maior porto seco da América Latina. Praticamente toda a exportação rumo ao Pacífico e ao Chile passa por Uruguaiana. Assim; aquela Zona de Processamento de Exportação terá, seguramente, um papel extremamente importante no desenvolvimento daquela região de fronteira. A segunda é a cidade de Santana do Livramento, que tem como co-irmã Rivera, no Uruguai. Para se ter uma idéia do significado dessa cidade, Rivera possui um *free shop* – o governo uruguaiense permite. Temos, na fronteira gaúcha com o Uruguai, seguramente, seis ou sete cidades com **free shops**. Mas não há, do lado brasileiro, uma forma de compensar. O lado brasileiro, Senador Camata, não consegue compensar. Uma forma de compensar a vantagem que há no Uruguai ou na Argentina seria exatamente permitir que se criem, do lado de cá, espaços de produção que gerem desenvolvimento, que gerem emprego, que gerem oportunidades.

Acredito que as Zonas de Processamento de Exportação oportunizarão exatamente que consigamos promover o desenvolvimento regional, sem afetar os nossos irmãos do outro lado da fronteira.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Que bom ouvir isso da boca de V. Ex^a, um Senador gaúcho, que

vive e convive com os problemas fronteiriços! Desde que eu era Deputado Federal, e lá se vão muitos e muitos anos, venho me perguntando – o mesmo tenho perguntado às autoridades brasileiras – por que a Zona de Livre Comércio não é do lado de Foz do Iguaçu, do lado brasileiro, e, sim, lá no Paraguai? Por que não criamos um **free shop** do lado de cá, para darmos emprego a brasileiros? Não. Vamos comprar no Paraguai. Recentemente, fizemos a “lei dos sacoleiros” para melhorar a renda dos paraguaios. Eu nunca vi um País que faz isso. Justamente para o Paraguai, que agora quer dar um cano no Brasil de US\$19 bilhões, e nós, aqui, aprovando leis para favorecer o Paraguai. O Paraguai que está colocando os “brasiguaios” para fora a pancada, para não dizer “a porrada”, que é uma palavra mais dura, mais popular. Veja V. Ex^a que eu sempre advoquei no sentido de que temos de botar o **free shop** do lado de cá também. Porque o Uruguai, se V. Ex^a observar – e ressalto o discurso de V. Ex^a nesse ponto –, ponteou os lugares estratégicos do Rio Grande do Sul e ali instalou **free shops**, e nós estamos, lá, comprando dos uruguaios. Por que do lado do Brasil não podemos fazer a mesma coisa: imitar o que eles fazem de bem feito e dar emprego, propiciar pagamento de tributos a brasileiros, a Estados brasileiros, a Municípios brasileiros? Acho que nesse ponto V. Ex^a deveria não só defender as Zonas de Processamento de Exportação, mas também a colocação de **free shops** do lado brasileiro, para que os brasileiros comprem no Brasil e os uruguaios comprem no Uruguai, o que seria normal e lógico. Cumprimentos a V. Ex^a. Temos de fazer uma lei aqui para que os brasileiros tenham o direito; direito que os estrangeiros têm e que o Brasil nega a cidadãos brasileiros.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Camata, por sua manifestação.

Em relação a essa questão dos *free shops*, percebo que a Argentina já se antecipou e colocou também um em Foz do Iguaçu, ali do lado, na tríplice fronteira, e também já estabeleceu ali uma forma de facilitar as vendas para o Brasil. Concordo que geramos emprego do lado de lá, geramos divisas do lado de lá, e o lado de cá acaba como o lado gastador, o lado que acaba enriquecendo o lado de lá das nossas fronteiras. Por isso, penso que temos de criar formas de proteção das nossas fronteiras. A instalação de Zonas de Processamento de Exportação é uma forma de estabelecer essa compensação. Acredito que, hoje, demos um passo muito grande, um avanço quando a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou essas 46 propostas; que são projetos autorizativos e que dependem, agora, de uma ampla negociação com o Presidente Lula. Todavia, acredito na sensibilidade e na preocu-

pação de Sua Excelência em gerar desenvolvimento em áreas que precisam de uma atenção maior do Governo. Entendo que as nossas fronteiras, Senador Papaléo – e V. Ex^a também é de um Estado fronteiriço –, precisam da nossa atenção, sob pena de se transformarem em focos de contrabando, especialmente de drogas e de armas.

Um jornalista gaúcho escreveu um livreto chamado **País bandido**, em que faz pequeno estudo especialmente sobre a tríplice fronteira: Argentina, Paraguai e Brasil. Ele não se estendeu Brasil afora, mas ficou ali naquela região, e, realmente é impressionante essa leitura. Aliás, se os Colegas procurarem em seus gabinetes encontrarão cópia desse livreto, que mandei para todos. É um livretinho de 80 páginas, dando um pouquinho da dimensão do significado do cuidado que temos de ter com as nossas fronteiras. Ainda quando o Governador Sérgio Cabral estava nesta Casa como Colega Parlamentar, dizia-lhe: “Você, que será o Governador do Rio de Janeiro, saiba que boa parte dos armamentos que estão lá nos morros, não só do Rio, mas de Porto Alegre também, que tem muito morro, e de outras capitais, vêm dessa tríplice fronteira”. Então, o desenvolvimento de fronteiras é também uma forma de protegê-las, dando melhores condições e mais oportunidades as nossas comunidades fronteiriças, que, muitas vezes, ficam em situação de abandono. É bom lembrar que o Brasil tem quase 16 mil quilômetros de fronteiras – isso é um fenômeno! Onze Estados brasileiros fazem fronteira com dez países sul-americanos. Então, um olhar brasileiro para as nossas fronteiras é extremamente importante.

Tenho tentado provocar esse assunto, por meio da discussão da chamada faixa de fronteira, que prevê 150 quilômetros com leis específicas, mas que não são obedecidas. Não há nenhum problema de ter uma faixa de fronteira com 150 quilômetros contanto que haja orçamento e disposição de desenvolver as regiões com projetos especiais, projetos específicos, que promovam o desenvolvimento dessa região.

O que tenho percebido, Senador Papaléo, é que há uma grande migração, enorme mesmo. Como não há investimento e as fronteiras ficam muito afastadas dos centros regionais, ocorre um fenômeno brutal: os jovens.... Vejam que a lei é extremamente restritiva para investimentos em fronteira: para se abrir uma emissora de rádio é muita burocracia; para se abrir uma empresa local é burocracia; para se abrir uma estrada é extremamente burocrático; para se construir uma ponte é muito difícil. E o orçamento da faixa de fronteira, de 150 quilômetros contíguos em todo o Brasil – e o Senador Osmar Dias sabe bem disso, porque está ali, ao lado do Paraguai, não é Senador Osmar?

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Sérgio Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela autoria da emenda constitucional que reduz a faixa de fronteira para 50 quilômetros. Creio, até, Senador Sérgio Zambiasi, que isso nem seria suficiente, porque o conceito de faixa de fronteira é muito antigo. Na verdade, essa distância de 150 quilômetros foi obtida através do cálculo da distância de um tiro de canhão? V. Ex^a sabe disso.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sei, estudei bastante.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Na verdade, não se justifica mais essa faixa de fronteira, que tantos problemas traz aos investimentos, além de trazer insegurança àqueles que têm propriedade nessa faixa de fronteira e precisam da ratificação do Incra, um órgão muito ativo para algumas coisas e muito pouco atuante, muito demorado para outras, como a ratificação do título de propriedade na faixa de fronteira. Cumprimento V. Ex^a pela preocupação constante e pela proposta que fez.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Quero agradecer a sua manifestação e o seu apoio. Eu entendendo que a questão de fronteira, Senador Osmar Dias, precisa estar em constante debate aqui nesta Casa. O Brasil, como disse – e é do conhecimento de muitos –, tem uma das maiores fronteiras do mundo, cerca de 16 mil quilômetros, e somos, repito, onze Estados fazendo fronteira com dez países.

Esse é um tema que precisa estar aqui no plenário e nas nossas comissões, porque conseguimos encontrar uma fórmula adequada para promover o desenvolvimento adequado às regiões, evitando esse processo migratório.

Uma pesquisa levada a efeito no Rio Grande do Sul revelou que, praticamente em toda região de fronteira com a Argentina e com o Uruguai, as cidades-pólo, as cidades em desenvolvimento tiveram redução no número de habitantes nos últimos anos. A falta de investimentos, a falta de expectativa e a desesperança fizeram com que boa parte daquelas pessoas, que poderiam ser empreendedoras na região, desistisse, migrando para outros pólos, no nosso caso, especialmente, para a região do Vale do Rio dos Sinos e, principalmente, para a região de Caxias do Sul, conforme informação de um membro da CNBB – e isso foi baseado em estudos da Igreja nesse sentido. Há uma migração muito forte das fronteiras rumo à região do polo metal-mecânico e vitivinícola de Caxias do Sul.

Enfim, insisto em trazer a plenário o debate da questão das nossas fronteiras, buscando formas de desenvolvimento. Entendo que com a vivificação das fronteiras, por meio de projetos de desenvolvimento, e com a superação dessa insegurança jurídica gerada por leis antiquadas ainda em vigor; conseguiremos mudar esses conceitos, promovendo desenvolvimento com a proteção das fronteiras vivificadas, com brasileiros e brasileiras lá residindo e empreendendo e lá permanecendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Zambiasi.

Concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior, pela Liderança do Partido da República (PR).

V. Ex^a terá cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, mais uma vez, venho à tribuna do Senado para relatar a maneira como vem governando o Estado de Rondônia o Governador Ivo Cassol: tem sido uma administração coroada de sucesso e de êxito. Aproveito a oportunidade para relatar aqui algumas obras que o Governador Ivo Cassol está fazendo para melhorar a qualidade de vida do povo do nosso Estado.

Estivemos, nesse fim de semana, na entrega da pavimentação asfáltica de uma rodovia entre o Município de Theobroma e o Município de Vale do Anari. O Governador entregou essa obra, que continua a ser executada, porque vai até o Município de Machadinho d'Oeste. Da mesma maneira, o Governador também está asfaltando a estrada que vai até o Município de Cujubim, ainda administrado pelo Partido dos Trabalhadores, e está ligando, pelo asfaltamento, a BR-421 ao Município de Buritis.

Portanto, Senador Camata – V. Ex^a tem raízes no nosso Estado, porque há muitos capixabas em Rondônia –, o Governador tem o desafio de ligar todos os Municípios à BR-364. Não vai ficar um Município do Estado de Rondônia sem ligação com o desenvolvimento, que é o asfalto. O Governador tem dado prioridade à pavimentação asfáltica do nosso Estado, à malha viária de Rondônia, e ainda ajuda também os Municípios do nosso Estado. Às vezes, algum prefeito tem dificuldades, algum litígio na divisa no Município, e o Governador, além de fazer seu dever de casa, ajuda os prefeitos municipais.

Nesse fim de semana, estivemos também no Município de Porto Velho, em dois Distritos: o Distrito de Demarcação e o Distrito de Calama. Sr. Presidente, em Rondônia, os ribeirinhos estão dando sua parcela – V.

Ex^a conhece muito bem essa realidade, porque também deve haver ribeirinhos no seu Estado. Estamos construindo o Complexo do Madeira exatamente onde moram, onde vivem nossos ribeirinhos, e a maneira de compensá-los é oferecendo-lhes oportunidade, estrutura e condições para que eles possam sustentar seus familiares, suas famílias.

No fim de semana, entregamos dois tratores a estas duas comunidades: tanto ao Distrito de Demarcação quanto ao Distrito de Calama. Houve lá uma reivindicação, Sr. Presidente, muito justa por sinal: até hoje, nossos ribeirinhos sofrem com o problema da energia elétrica. Lá a energia, às vezes, ainda é obtida pelo motor, e eles passam por n dificuldades. A energia elétrica, em Rondônia, é federalizada e vem das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron).

Vim à tribuna hoje por que assumi um compromisso com a comunidade de Calama e com a comunidade de Demarcação. Estiveram conosco, nessa audiência, o Líder da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Marivaldo, e dois Pastores da Igreja Assembléia de Deus. O Clóvis esteve conosco em Demarcação, bem como o Antônio. Esteve conosco também o administrador de Calama, Antônio. Assumi o compromisso de que faria essa reivindicação desta tribuna. Não é possível mais, Senador Mesquita – também há muitos ribeirinhos no seu Estado –, permitirmos que aquelas comunidades dos ribeirinhos ainda tenham problemas com energia elétrica. Ainda não foi solucionado o problema de energia elétrica.

Hoje, qual é nosso maior problema? Antigamente, a diretoria das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) respondia pelo órgão em Porto Velho, mas, hoje, o seu Presidente mora no Rio de Janeiro! Vamos reclamar para quem? Os ribeirinhos vão reclamar para quem? Só se for para o Ministro, que está bem mais perto, em Brasília.

Então, esse é um contra-senso, e não posso permitir que o povo do meu Estado – esse que está contribuindo e vai contribuir com essa geração de energia, pois vamos gerar energia para o resto do País, não só para Rondônia – não tenha resolvido o problema de energia elétrica das suas comunidades. Assumi esse compromisso com a população. Não é obra do Governo do Estado, porque a companhia Ceron hoje é federalizada. É obra do Governo Federal.

Faço esse apelo, para que possamos resolver o problema dessas duas comunidades, tanto do Distrito de Demarcação quanto do Distrito de Calama.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade – tenho dito que, toda esta semana, vou falar sobre

esse problema, que o Senador Papaléo conhece bem, pois, no seu Estado, ele foi resolvido – para tratar da questão dos servidores públicos de Rondônia. Há uma proposta de emenda à Constituição de autoria da Senadora Fátima Cleide que já foi votada no Senado, que já foi encaminhada para a Câmara dos Deputados e que, há dois anos, está paralisada naquela Casa, adormecida no gabinete ou nas gavetas do Presidente Arlindo Chinaglia. Aqui, há vários outros projetos. Inclusive, estamos fazendo vigília aqui por conta do projeto dos aposentados do Senador Paulo Paim, que também se encontra paralisado na Câmara dos Deputados.

Sei do esforço desta Mesa, sei do esforço do Presidente desta Casa, no sentido de que se votem os projetos que estão paralisados e adormecidos nas gavetas do Presidente Arlindo Chinaglia, mas não posso deixar de registrar aqui nossa indignação, a indignação dos servidores públicos de Rondônia. Já foi votada, Senador Paim, nesta Casa, a proposta de emenda à Constituição da Senadora Fátima Cleide. O Presidente da Câmara dos Deputados é do PT, é do partido de V. Ex^a, é o Deputado Arlindo Chinaglia. As maiores bancadas das duas Casas são a do PT e a do PMDB. Se quiserem dissolver o Congresso, dissolvem o Congresso.

Como é que não vamos votar e corrigir uma injustiça com os servidores públicos de Rondônia? O que está por trás de tudo isso? Será que é por que isso vai beneficiar mais o meu Estado, vai beneficiar mais o Governador Ivo Cassol? Será que é por que o Governador vai ter a possibilidade de fazer mais obras, o Governador vai investir mais em segurança pública, o Governador vai investir mais na nossa educação, o Governador vai investir mais na nossa agricultura, nas nossas estradas?

Isso não é possível! Não posso permitir nem aceitar isso.

Meu amigo capixaba, socorra os irmãos de V. Ex^a que moram em Rondônia! Ajude-nos com os Deputados do PMDB na Câmara dos Deputados, para que possamos ver, Senador Camata, esse projeto sendo votado, para que seja resgatada uma injustiça feita com os servidores públicos do Estado de Rondônia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, sem prejuízo da ordem dos inscritos. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável e, voltando à lista de oradores inscritos, o Senador Paulo Paim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho insistindo neste tema desde o ano de 2005, porque pressinto esconder algo mais grave, mais sério, mais escuso do que se possa imaginar. Eu me refiro aos empréstimos bilionários realizados pelo BNDES a outros países.

A pretexto de se financiar empresas brasileiras, o BNDES autoriza a realização de obras no exterior sem concorrência pública, possibilitando um verdadeiro festival de propinas na burocracia daqueles governos. Falo em festival de propinas. Isso significa que o Governo brasileiro estaria também afrontando acordo que celebrou com outros países para o combate à corrupção internacional. Trata-se, Sr. Presidente, de estimular a corrupção em outros países. Se no Brasil já há complacência, já há conivência das autoridades governamentais com os escândalos de corrupção, neste caso, o nosso Governo acaba sendo instrumento a estimular a corrupção em outros países.

Nós ainda não recebemos a auditoria do Tribunal de Contas da União. Ela virá. O Tribunal tem por hábito trabalhar sério. Nós podemos até considerar que alguns Tribunais de Contas, em alguns Estados brasileiros, agem politicamente, como consequência das nomeações políticas que compõem o quadro de conselheiros. O Tribunal de Contas da União não tem sido assim. Tem agido com independência, competência técnica e muita eficiência, apesar de muitas vezes não ter os instrumentos de que necessita para o aprofundamento de determinadas investigações, de determinadas auditorias.

O Senado aprovou, o Tribunal de Contas já recebeu a incumbência e está realizando a auditoria solicitada nos empréstimos celebrados pelo BNDES. Mas nós temos – e o Senador Gerson Camata também tomou conhecimento disso – uma relação parcial desses empréstimos. Temos, nesta folha, 53 contratos celebrados: quatro deles com a Argentina; sete com a República Dominicana; quatro com a Venezuela; três com o Chile; 31 com Angola.

E todos nós sabemos que Angola é um país que enfrenta dificuldades econômicas. Não faz muito, o Brasil perdoou dívida de Angola conosco.

Esses empréstimos – são 31 contratos – dizem respeito a US\$1,75 bilhão. Quando nosso País receberá isso? A primeira indagação é esta: nosso País receberá os valores referentes a esse empréstimo generosamente concedido através do BNDES como parte dessa atividade que tem sido comum do Presidente da República, de fazer cortesia com o chapéu do povo brasileiro? Trata-se de fazer cortesia com o chapéu do nosso povo. A principal consequência das

viagens do nosso Presidente a esses países tem sido a manifestação de generosidade. Ou se perdoa dívidas de países considerados pobres ou então se oferece generosamente bilhões de dólares para obras de infra-estrutura nesses países.

Mas eu prossigo: o Uruguai também tem dois. São obras de infra-estrutura, sobretudo, realizadas por empreiteiras brasileiras. A empreiteira com maior número de contratos é a Norberto Odebrecht, uma quantidade significativa de obras no exterior em razão desses empréstimos concedidos pelo BNDES. O que se verifica é que, enquanto no Brasil estamos investindo limitadamente, ou seja, estamos investindo precariamente, o que investimos é insuficiente, porque, os especialistas afirmam, o Brasil teria que investir cerca de US\$30 bilhões anualmente em infra-estrutura. Não investimos R\$6 bilhões por ano em infra-estrutura no nosso País. Portanto, estamos aquém, muito aquém, das nossas necessidades.

Mas o Governo brasileiro exporta nossos recursos para a realização de obras no exterior, gerando emprego, renda e receita pública para outros povos. E estimula a corrupção lá fora, porque, repito, são obras realizadas sem licitação pública.

É por essa razão que, quando investigávamos, na CPI dos Correios, o mensalão, surgiu a hipótese de que recursos encontrados fora do País poderiam ter origem exatamente em obras realizadas com empréstimos concedidos pelo BNDES. Foi uma suspeita que se levantou, durante os trabalhos da CPI dos Correios, com muita força. E, é claro, não houve esclarecimentos.

A Transparência Brasil está preocupada. Reúne informações a respeito desses acontecimentos, porque, segundo o Transparência Brasil, trata-se sim de estimular a corrupção em outros governos, uma vez que se permite a realização de obras gigantescas de infra-estrutura sem licitação pública com recursos do BNDES. E isso afronta sim esse acordo celebrado pelo Brasil com outros países para o combate da corrupção internacional.

Vou ainda ceder o aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas quero apenas citar algumas das obras que estão sendo realizadas: com a Argentina, trata-se de gasoduto, de mais de um gasoduto, de vários gasodutos; com o Equador – não tinha citado o Equador –, exatamente o país que está prometendo o calote, que está anunciando que não vai pagar a dívida contraída junto ao BNDES, a obra é de energia, uma hidroelétrica, San Francisco; outro gasoduto na Argentina, San Martin; um aqueduto, na República Dominicana; mais uma hidroelétrica, na Venezuela; no Chile, o metrô de Santiago do Chile. Seria muito

bom se esse empréstimo do BNDES servisse à construção do metrô lá em Curitiba ou em Vitória, Senador Gerson Camata. Há quanto tempo, há essa reivindicação do Espírito Santo? E a de Curitiba, que tem um tráfego hoje tumultuado, com a necessidade de obras dessa importância? Então, na Venezuela, é metrô, o de Caracas.

Enfim – vou conceder a V. Ex^a o aparte –, o que menos importa é saber o que estão construindo lá fora. O que mais nos importa é que estão fazendo cortesia com chapéu do povo brasileiro e negando recursos fundamentais para o desenvolvimento econômico do nosso País. Só nessa listagem, que não está completa, são 52 contratos de empréstimos, que chegam a US\$3.355.623,00.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Bilhões?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, bilhões. São três bilhões, trezentos e alguma coisa. São US\$3 bilhões, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Dólares, não falei reais. Hoje o dólar está a R\$2,50.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Está a R\$2,50.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, V. Ex^a...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permitame, antes do aparte dele, dizer que ele está brigando aqui, para liberar uma verba de R\$1 milhão, que botou no Orçamento. Estão emprestando quase R\$4 bilhões para os gringos e não liberam a verba do Geraldo Mesquita.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E é uma parte só. Isso aqui é uma parte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Agradeço a defesa que faz do Acre o Senador Gerson Camata, grande amigo dos acreanos. Mas é verdade, sobra lá fora e falta aqui, inclusive para honrar as emendas, que, com muito sacrifício, os Prefeitos e as comunidades do interior pedem, para que aloquemos no Orçamento. V. Ex^a falava do Porto de Vitória, de uma obra importante em Curitiba. Eu lembraria aqui, por exemplo, a BR-364, que passa dentro do Acre: uma obra de fundamental importância, que está há anos, Senador Alvaro Dias... É certo que, todos os anos, são alocados recursos para aquela obra, mas eles são insuficientes. É necessário um aporte de recursos definitivo, para que aquela obra seja concluída e possa interligar o Acre de ponta a ponta. Ficamos divididos entre a solidariedade aos povos latino-americanos, do Caribe, da África... Ficamos divididos. Tenho certeza absoluta de que o Senador Camata também fica; todos nós ficamos. Parece a todos nós que o Brasil não está assim “bombando”, a ponto

de poder bancar essa quantia que V. Ex^a menciona: US\$4 bilhões em obras lá fora, no exterior, nesses países, que merecem todo o nosso respeito, toda a nossa atenção. Eu queria, inclusive, aproveitar o seu pronunciamento, para enviar ao Presidente da República uma sugestão. Podemos conciliar isso tudo. Sabe como? O Presidente da República, hoje, acumula um prestígio internacional muito grande. Era o caso, por exemplo, de ele recomendar, sugerir, fazer um apelo dramático aos organismos internacionais de financiamento – Bird, Banco Mundial, seja lá o que for –, para que socorram esses países. Assim, o BNDES poderia voltar-se internamente para o País. O Presidente da República cumpriria um papel de fundamental importância no contexto internacional, recomendando aos organismos financeiros internacionais que bancassem essas obras e socorressem esses países, que, de fato, precisam não só da nossa solidariedade, como da ajuda de todos. Era a sugestão que queria deixar, aproveitando o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma bela sugestão, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Certamente, nós não os conhecemos: a auditoria nos vai mostrar os prazos de carência e as taxas juros, porque, no Brasil, não temos taxas de juros privilegiadas. Os empresários brasileiros, certamente, não encontram prazo de carência e taxas de juros privilegiadas, como esses países encontram na celebração desses contratos com o BNDES.

E a ameaça é de calote da ordem de mais de cinco bilhões. Os países estão anunciando auditorias nas suas dívidas, alegando que não podem pagá-las, a exemplo do que já ocorreu no Equador.

E estamos enfrentando uma crise de crédito; ele desapareceu no Brasil. Não há crédito para o agricultor, para o exportador, para o empresário no nosso País, e estamos exportando bilhões de dólares.

Em matéria de infra-estrutura, estamos também carentes. Há ameaça de apagão logístico em médio ou em longo prazo, se investimentos portentosos não forem realizados no Brasil, porque já há um passivo acumulado. Nos últimos anos, não se investiu, como se deveria investir em obras de infra-estrutura no nosso País.

Admito até, Senador Gerson Camata, que, se fosse necessário, o Governo brasileiro deveria estudar a mudança dos estatutos do BNDES, para voltar a financiar o setor público nacional. Já que o Governo instituiu a parceria público-privada, os recursos do BNDES, que são jogados para exterior, poderiam ser aplicados aqui, estimulando-se as parcerias público-privadas, para a realização de obras de infra-estrutura. Isso não tem sido feito. Se o Governo não tem essa

capacidade de cooptação do setor privado para investimentos de porte, que altere, quem sabe, a configuração jurídica do BNDES, para permitir o retorno de financiamentos a estatais, ao setor público, para que as obras de infra-estrutura possam ser executadas no nosso País.

O que não podemos admitir é jogar dinheiro para outros povos e plantar aqui um apagão logístico de médio ou longo prazo, em razão da nossa incapacidade de investir e realizar obras fundamentais para o desenvolvimento do País.

Muito obrigado, Senador Papaléo Paes, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, que fará uso da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, antes de entrar no objetivo da minha fala, queria solidarizar-me, primeiramente, com o Senador Alvaro Dias e, depois, com o Prefeito de Vitória, João Carlos Coser, do PT, excelente Prefeito, que – coitado! – luta pelo metrô de Vitória! Vem aqui, conversa com o Presidente, com a Ministra Dilma, vai à Comissão de Orçamentos e não consegue obter os recursos. Se ele fosse Prefeito de Santiago do Chile, já teria pegado uns R\$500 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para fazer o metrô de Santiago do Chile.

Solidarizo-me também com nosso querido colega Geraldo Mesquita, que vejo aqui brigando, dia e noite, pelas emendas para os Prefeitos do Acre. Não liberam R\$1 milhão ou R\$2 milhões, mas R\$4 bilhões para os prefeitos de Angola, de Moçambique e da República Dominicana não faltam.

Sr. Presidente, às vezes, lemos uma notícia e não acreditamos naquilo que estamos lendo. No sábado, no jornal *O Globo*, li uma notícia uma vez, duas vezes. Tomei um cafezinho, bebi um copo d'água e a li de novo, para ver se aquilo era verdade. Era verdade. Hoje, eu a li de novo. O Ministério da Saúde editou uma cartilha – não acredito que aquilo foi pago com dinheiro público; estou falando isto aqui por que estou requerendo ao Ministério exemplares da cartilha e estou pedindo que o Tribunal de Contas diga se é lícito usar dinheiro do contribuinte para fazer uma cartilha como essa – dirigida aos viciados em *crack*, em cocaína e em *ecstasy*. Em vez de dizer que aquilo faz mal, em vez de pedir para que não façam uso dessas drogas, estimula-se o uso, porque o título é “O álcool e outras drogas não

afetam seus direitos". Dizem "álcool e outras drogas", ou seja, é tudo igual, é tudo igual.

Diz o seguinte a cartilha: "Maconha. Se você é usuário de maconha, é bom andar com um vidrinho de colírio, porque ela costuma deixar o olho meio vermelho; para tirar o bafo, beba bastante água ou, senão, uma vodca". Essa é a cartilha do Ministério da Saúde! E há mais: "Se você é usuário de cocaína, não use nota de dinheiro para cheirar cocaína, use um canudinho, desses que há nos bares, que são mais higiênicos. E não manipule a cocaína com sua mão, que pode estar com algum micrório, com alguma bactéria".

É o que diz o Ministério da Saúde! Em nenhum momento, é dito "não use cocaína, a cocaína faz mal e vicia, a cocaína financia os crimes e as armas que matam os inocentes nos morros do Rio, de Vitória, de Porto Alegre, de todo o Brasil". Em nenhum momento, a cartilha diz isso.

Quanto ao *crack*, diz: "Ah! Se você é usuário de *crack*, você tem de beber muita água após consumir *crack*, bastante água mesmo, e também tem de se alimentar bem antes e depois do consumo de *crack*". Ensina como se faz. E, quanto ao *ecstasy*, recomenda fazer uso de bastante bebida isotônica antes e depois de a pessoa consumir a droga.

Disseram no Ministério que essa é a maneira de evitar um dano maior. A maneira de evitar um dano maior é combater o traficante, colocar o traficante na cadeia, apreender a cocaína que roda, tomar as armas dos traficantes, colocar na cadeia esse monte de gente que está destruindo a juventude brasileira. Essa é a maneira de evitar danos. Mas o Ministério da Saúde fazer uma cartilha ensinando como se usa a droga?! Não acredito nisso!

Quero que o Tribunal de Contas informe se é lícito usar dinheiro do contribuinte, dinheiro público, sagrado, para ensinar as pessoas a usarem cocaína, *crack*, *ecstasy*, essas coisas que estão acabando com o Brasil.

Erramos aqui quando consideramos que o viciado não pode ser preso por que está carregando a droga para consumo próprio. Mas é o viciado que financia as armas, os crimes, as mortes. Está tramitando um projeto de lei, de minha autoria, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que, sempre que um drogado matar alguém ou roubar alguém, quem vendeu a cocaína, se for localizado, também vai para a cadeia junto com ele. Por exemplo, se entrego uma arma para alguém assassinar uma pessoa, sou co-autor do crime. Portanto, se vendo a droga para alguém matar outro, também sou co-autor do crime.

Então, tem de se prender o traficante! A toda hora, a todo momento, é preciso persegui-lo.

Pelo Regimento, eu não lhe poderia conceder o aparte, mas eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Só gostaria de contribuir com seu pronunciamento, Senador Gerson. Eu admitiria uma cartilha dessa se ela fosse dirigida a toda a população brasileira, orientando-a a perceber os sintomas daqueles que usam entorpecentes, para identificá-los e levá-los a algum local onde possam ser tratados. V. Ex^a leu essa cartilha três vezes e não acreditou. Eu a teria lido vinte vezes e continuaria não acreditando nessa cartilha.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Tive de lê-la de novo hoje cedo. Agora, estou pedindo para que mandem uns exemplares para o Senado e, junto, vou entrar com um requerimento. Quero que haja uma análise por parte do Tribunal de Contas se é lícito, com dinheiro público, publicar uma cartilha dessa, ensinando as pessoas a consumirem drogas pesadas e, o que é pior, dando a entender que isso não é problema, não: "Pode consumir a droga, desde que você beba bastante isotônico. Pode encher a cara de maconha, desde que você ponha colírio no olho. Pode chupar cocaína à vontade, desde que não use nota de dinheiro para isso, tem de ser canudinho".

Não estou entendendo mais as coisas que estão acontecendo. Perdoem-nos, mas o Tribunal de Contas vai ter de explicar ao povo brasileiro se isso é lícito, se isso é correto, se isso é direito, se isso é moral, o que é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Parabéns pela sua atenção a um assunto extremamente importante como esse!

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que, como orador inscrito, terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, é com tristeza que registro e deixo aqui a minha solidariedade aos familiares e amigos de dois quilombolas covardemente assassinados no Rio Grande do Sul.

No dia 4 deste mês, por volta das 13 horas e 30 minutos, na comunidade remanescente de Quilombo dos Alpes, no Rio Grande do Sul, os líderes do movimento quilombola gaúcho Joelma da Silva Ellias (Jô, 36 anos), Diretora de Eventos e membro do conselho fiscal da Associação do Quilombo dos Alpes, e Volmir da Silva Ellias (Guinho, 31 anos), vice-presidente da

Associação do Quilombo dos Alpes, foram assassinados.

O ataque ocorreu dentro da comunidade, sendo que Volmir e Joelma foram alvejados pelas costas, Senador Mesquita Júnior, que perguntou por que eu estava meio cabisbaixo. Eu os conhecia. Ambos eram netos da D. Edwiges, matriarca fundadora desse Quilombo.

Segundo integrantes da comunidade, o principal suspeito foi identificado, mas não foi preso, continua solto.

A Presidente da Associação dos Moradores do Quilombo, Rosângela da Silva Ellias (Janja), também foi atacada e está ferida. A comunidade está fazendo vigília, orações, naturalmente, pela sua recuperação.

A Comunidade Remanescente do Quilombo dos Alpes foi auto-conhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares em janeiro de 2005.

As 80 famílias quilombolas que lá estão ainda aguardam o processo de regularização desse território quilombola.

A demora do processo da regulamentação do território quilombola vem acirrando os conflitos entre aqueles que entendem que a terra é deles, os quilombolas que estão morando lá há muito tempo, e aqueles que querem invadir a terra.

Queremos ver, Sr. Presidente, o principal desejo dos que caíram na luta cumprido: a titulação do território quilombola, bem como a proteção pela Polícia Federal e o respectivo acompanhamento do inquérito policial.

Quero dizer que assim como os movimentos, amigos e familiares, estou também acompanhando passo a passo as investigações.

Na próxima quinta-feira ocorrerá uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre-RS, às 10 horas, com o objetivo de garantir a segurança da comunidade e ainda, naturalmente, exigir que tudo seja esclarecido.

Quero finalizar dizendo, Sr. Presidente, especialmente aos moradores do Quilombo dos Alpes, que a luta dos que caíram nessa batalha não será em vão. As pedras que aparecem no caminho, as dores, as perdas e as decepções não devem apagar a chama da liberdade, a chama da esperança que existe com certeza no coração de todos esses heróis pela causa. Ou seja, que eles tenham o direito à titularidade da terra que eles habitam há décadas e décadas.

Os sonhos de Joelma e de Volmir seguirão vivos em nossas caminhadas. A vitória será a titulação das terras dos remanescentes dos quilombos.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Paim, peço este aparte para prestar minha solidariedade por essa perda. São perdas doloridas de lideranças de populações tradicionais. Presto minha solidariedade e elogio a sensibilidade de V. Ex^a em trazer ao Senado esta violência às populações tradicionais que compõem a nossa Nação. É grave a denúncia que V. Ex^a faz, o registro que faz. Solidarizo-me não só com o Quilombo, mas com os familiares e com o Movimento nacional que luta pelo reconhecimento dos quilombos, que luta pela demarcação dos seus territórios, o que redonda nos assassinatos e na luta pelo reconhecimento, na luta pela demarcação fundiária dos territórios dos quilombos – populações que aqui chegaram. É bom lembrar das condições de como chegaram no Brasil. Nós tínhamos a população indígena, mas os afrodescendentes formaram a primeira grande população deste País, e só agora a sociedade tem um olhar para o reconhecimento dos quilombos. E só agora, no nosso Governo, há ações mais concretas no sentido de reconhecer, de demarcar os territórios onde vivem os quilombolas. No Brasil, do sul ao norte, do Rio Grande do Sul ao Amazonas... No Amazonas, temos alguns quilombos. São poucos dessa população histórica que muito contribuiu com a formação do nosso País, da nossa Nação. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador João Pedro.

Sr. Presidente, hoje resolvi falar sobre esse tema e gostaria, então, de ler aqui um artigo que escrevi em que faço uma articulação entre o chimarrão e o combate a todo tipo de discriminação.

Há momentos nos quais olho para o céu e observo o brilho das estrelas. Vejo a harmonia dos inúmeros pontos brilhantes com a noite escura e fico a pensar em alguns costumes típicos lá do meu Rio Grande, como o prosear tomando um bom chimarrão.

Penso que, apesar de simples e informal, a roda de chimarrão traz grandes lições.

Aprendemos a partilhar e quebramos preconceitos. Afinal, na mesma cuia do chimarrão em que bebe o patrão bebe o peão, Senador Mesquita; na mesma cuia em que bebe o adulto bebe a criança; na mesma cuia em que bebe aquele que se diz eficiente bebe também o meu querido homem ou mulher que tenha algum tipo de deficiência. Na mesma cuia, Senador Simon, bebem os brancos, bebem os negros, os orientais, os indígenas e nessa roda saboreiam do mesmo mate.

Isso, sem dúvida, é um exemplo de que podemos conviver com as diferenças e enfrentar as desigualdades.

Precisamos levar esse exemplo também para as instituições, sejam elas públicas ou privadas, porque a diversidade nas ruas não corresponde à que encontramos nas universidades, nos mais diversos setores do mercado de trabalho, no acesso à Justiça, entre tantos. Por isto, leio hoje esse artigo.

O debate acerca das quotas nas universidades públicas já ganhou as mentes e os corações de 73 universidades públicas do nosso País, assim como 1.580 instituições particulares que adotam o Programa Universidade para Todos, o ProUni, todas com algum modelo de quota.

O PLC nº 180, de 2008, não é de autoria de nenhum Senador do PCdoB, nem do PT, nem do PDT, nem do PSDB, nem do PMDB.

O PLC nº 180, que regulamenta as quotas no Brasil, é da nobre Deputada Nice Lobão, do DEM do Maranhão. Ele estabelece que pelo menos 50% das vagas das instituições federais de ensino superior serão reservadas para os alunos que vieram de escolas públicas.

Dentro desse percentual de vagas, haverá, sim, reserva para estudantes negros e indígenas, em conformidade com a população negra e indígena de cada Estado.

Só vou dar um exemplo: o Estado que tem 10% de negros. Ora, se tem 10% e eles terão direito a 50%, isso corresponde a 5%. Não é justo? Claro que é justo.

Também estão contemplados com, pelo menos, 25% dessas vagas, dos 50%, alunos de família cuja renda *per capita* seja de até um salário mínimo e meio, para atender brancos, negros, pobres...

Senadora Serys, V. Ex^a foi escolhida pelos movimentos sociais para ser a Relatora desta proposta, que, se depender de nós, virá direto da CCJ para o Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me que eu conclua o artigo. Esta matéria vai ser votada amanhã, na CCJ, e nós temos uma grande esperança de que o relatório da Senadora Serys seja aprovado.

Esse é um projeto que busca unificar a diversidade do Brasil, tal como fazemos em nossas campeadas pelas coxilhas do Rio Grande com o chimarrão.

Os estudantes, cotistas e não-cotistas, estão vivendo em harmonia com as universidades federais que adotaram as quotas.

As pesquisas mostram que aqueles que entram pelo sistema de quotas tiram notas iguais e até, em muitos casos, superiores. Mas não quero usar o termo “superior” porque dá sempre a impressão de que alguém é superior a alguém. Não, tiram notas iguais àqueles que entraram pelo sistema tradicional.

Enfim, estamos caminhando para a igualdade de direitos e para a igualdade de oportunidades. Enfrentar o passado escravocrata, a quase inexistência de políticas públicas para negros e índios é, na verdade, um desperdício de talentos e a ausência de referenciais para as nossas crianças. Sei que é uma tarefa difícil, mas que deve ser iniciada.

Nos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama disse, recentemente, que quer rever as políticas afirmativas, após 48 anos de implantação naquele País. Ora, eu tenho dito que seria muito bom que aqui no Brasil não tivéssemos que esperar 48 anos. Seria bom, como diz o projeto, que daqui a dez anos eu pudesse vir aqui dizer “não, não precisamos mais de política de quotas” ou “não, não precisamos mais de políticas afirmativas, pois as portas foram abertas e houve a inclusão”. É isso que nós queremos, porque o Projeto que a Senadora Serys está relatando é transitório.

Digo eu no artigo, assim como afirmei em meu livro: pátria, pátria, pátria somos todos, negros, índios, brancos, orientais, não importa o gênero, a orientação sexual ou a idade.

A nossa participação na sociedade deve ser um eterno exercício, Sr. Presidente, de compreender o outro, de transpor os nossos desafios individuais para entender que o investimento é no coletivo e que esse investimento trará resultado para todos, repito, sejam brancos, negros, orientais ou indígenas.

Devemos parar e refletir, tal como fazemos no momento em que aguardamos a erva do chimarrão absorver a água, se é justo perpetuar as diferenças e não buscamos soluções possíveis, afinal, a luta por quotas não acaba com a luta pela melhoria da educação básica, mas, sim, simplesmente a complementa.

No combate aos preconceitos e à discriminação, repito muito uma frase que ouvi, quando estive na África do Sul, do grande Nelson Mandela, que estava no cárcere. Ele disse: “Paim, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se as pessoas aprendem a odiar, como é mais bonito ensinar as pessoas a simplesmente amar”.

A busca da integração é a chave para construirmos uma verdadeira nação, pura, bonita, singela, onde prevaleça a solidariedade, o amor e a fraternidade, como na roda do nosso querido chimarrão lá do meu Rio Grande.

Senadora Serys, V. Ex^a, como Relatora deste importante projeto, faço questão de ouvir o seu aparte neste meu último minuto.

A Sra. Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – Vou ser bem breve até porque o tempo está esgotado. Ontem, fiz uma fala também bastante longa neste plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só não fiz um aparte porque achei que estava perfeito.

A Sra. Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – E eu estou fazendo um aparte no final porque cheguei agora. Eu estava ouvindo seu discurso e vim rápido para cá. Realmente, Senador, tenho convicção de que, amanhã, a lei de quotas, como está sendo chamada, será aprovada por unanimidade na nossa CCJ. Tenho a certeza de que Senadoras e Senadores que constituem essa Comissão estarão dizendo “presente” e se posicionando ao lado da sociedade brasileira, ao lado do negro, ao lado do indígena, ao lado daqueles que realmente não têm poder aquisitivo acima de 1.5 salários. Então, é realmente da maior relevância. Eu diria que, se a gente quer realmente conquistar uma sociedade diferenciada dessa que está aí, esse projeto de lei é um dos mais importantes que nós temos. Não tenho dúvida disso. Eu diria que aqui nós não temos que olhar a coloração partidária de Senadores ou Senadoras. São todos, independentemente da coloração partidária, como foi feito na Câmara, como foi feito em algumas comissões. Já tenho informação de que tanto o senhor quanto o Senador Cristovam autorizarão que se traga esse projeto direto para o Plenário, para que seja aprovado e logo siga os trâmites normais, porque a sociedade brasileira exige, precisa e é realmente um ato de justiça que a gente vai estar fazendo. Queria apenas dizer isso, porque sei que o tempo urge e o senhor me concedeu esse aparte mesmo fora do tempo. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Serys.

A Câmara aprovou um outro projeto recentemente, que é uma fusão de dois projetos de minha autoria e de vossa autoria que diz respeito a um dia nacional para discutirmos toda forma de preconceito.

É essa a linha daquele projeto que a Câmara também aprovou e está voltando agora para o Senado.

Digo que esse projeto teve origem aqui na Casa. Foi da Senadora Ideli Salvatti. Seguiu para a Câmara e lá foi aprovado um Substitutivo, onde liderou o projeto

da Deputada Nice Lobão, do DEM. Isso é uma demonstração de que essa proposta é de todos.

Todos os partidos colaboraram para a construção do PL 73. E como lá foi aprovado por unanimidade, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Senado, que sempre esteve na frente nas políticas de combate a todo tipo de preconceito, estará, nesse momento, mais uma vez caminhando junto com a Câmara dos Deputados.

É bom – por uma questão de justiça; aí eu termino – lembrar que há mais de quinze anos o Senado aprovou a política de quotas, na época apresentada pelo ex-Presidente José Sarney. Ele apresentou. Foi para a Câmara e colocaram-na dentro do Estatuto da Igualdade Racial. Infelizmente, o Estatuto não foi aprovado. Então, está parado na Câmara.

Mas que bom! Para mim, como disse o Presidente Sarney, – rendo a ele, aqui, as minhas homenagens – não importa quem seja o autor da idéia. O que importa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é a causa. Frase de V. Ex^a que eu carimbei como uma frase sua e tenho repetido. Não importam as coisas e sim a causa. Quem quiser ser dono da idéia está pensando em coisas, não está pensando na causa, como diz muito bem V. Ex^a.

Frei Davi, tenha a certeza de que esse projeto será aprovado por unanimidade e que 2008 que é o ano dos 120 anos da abolição não conclusa; 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte, teria que terminar com a aprovação de um projeto como esse. E por que não dizer também o ano em que a maior potência econômica do mundo elegeu, queiram ou não queiram alguns, um negro para a Presidência da República, que foi o Barack Obama.

Senadora Serys, estaremos todos rezando para que a Comissão aprove por unanimidade amanhã, e quem sabe à tarde já venha para o Plenário, como foi na questão dos Cefets. Inúmeras questões já fizemos assim.

Muito obrigado, Presidente, pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Continuando com a alternância entre orador inscrito e para uma comunicação inadiável ou pelas Lideranças do Governo, na ausência do Senador Valdir Raupp e do Senador Flexa Ribeiro, comunico que fará uso da palavra o Senador Mão Santa, como primeiro Suplente da lista das comunicações inadiáveis.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão do Senado

Federal, de 9 de dezembro, terça-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui no plenário e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Mozarildo Cavalcanti, atentai bem! Um Presidente dos Estados Unidos, Papaléo, Theodore Roosevelt, ô Simon, antes de Franklin Delano Roosevelt, referiu-se a um pensamento muito oportuno para o que vou dizer. Papaléo, ele, com aquela formação democrática, disse uma vez que, se os Estados Unidos tivessem que fazer uma opção entre um país com governo, com Presidente da República, e sem imprensa, ou ter uma imprensa livre e não ter governo, ele, Mozarildo, Theodore Roosevelt, disse que preferiria que o país não tivesse governo, mas tivesse uma imprensa livre.

Atentai bem! Nós sabemos que, neste mundo capitalista, a imprensa é muito dependente do governo. Mas, de quando em quando, a imprensa, a mais antiga, que é o jornal, o rádio e hoje a televisão, vale pela verdade que diz.

Ô Papaléo, não tem hoje veículo de comunicação mais ouvido do que a TV Senado. Não tem, não tem, porque aqui é a hora da verdade. Aqui podemos dizer como dizia Boris Casoy; isso é uma vergonha. Aqui traduzimos a origem divina do Senado. A Moisés faltou liderança para manter a ordem, e ele quebrou as tábuas com a lei, dizendo: "eu vou largar tudo"! Mas, segundo a Sagrada Escritura, ele ouviu uma voz, que dizia "busque os mais velhos, os mais experimentados, e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo."

É por isso que o Senado exige uma idade mínima, por isso os Senadores são chamados na história do mundo os pais da pátria, os mais velhos e os mais experimentados.

Papaléo, aí nasceu a idéia do Senado, melhorada na Grécia, melhorada na Itália. Tivemos Cícero, o grande orador, que falava "o Senado e o povo de Roma". Nós aqui, ô Joãozinho, podemos dizer: "o Senado e o povo do Brasil".

Temos que entender, e o Luiz Inácio principalmente, que nós nos curvamos aos fatos. Aprendi com Petrônio Portella, um piauiense que dirigiu esta Casa, que repetia: "não agredir o fato".

O fato é que o Luiz Inácio é o nosso Presidente. O fato é que ele teve 60 milhões de votos.

Mas também é fato que somos, nós aqui, filhos da democracia que o povo construiu; filhos do voto e do povo, como Luiz Inácio. E outro fato é que já somei os votos daqui: são 80 milhões, bem mais do que os do Luiz Inácio. Nós somos povo. Aqui é o povo, nesse sistema representativo. Então, nós somos. Quero dizer

então desse valor, nesse País democrático, e me veio à mente Theodore Roosevelt.

Senador Mozarildo, é com tristeza que anuncio que foi fechado um dos jornais de maior beleza histórica deste País, jornal que nasceu para acabar com a primeira ditadura civil do estadista Vargas e enfrentou a ditadura militar: **Tribuna da Imprensa**. Eu era menino e ouvia Carlos Lacerda. Raul Brunini, Vereador, apresentava Carlos Lacerda, às 9 horas da noite, na Parnaíba, lapa de jornal, eu e meu pai ouvindo Raul Brunini, Carlos Lacerda.

Carlos Lacerda fundou esse patrimônio que nós temos. Nós temos muitos patrimônios, pois esta República é grande. Todos comemoramos os 100 anos do construtor de Brasília, Niemeyer. E temos este patrimônio na vida jornalística: Helio Fernandes. Ele deve ter uns 90 anos e manteve a **Tribuna da Imprensa**, jornal que nunca se curvou a poder nenhum. Acho que ele vai para o **Guinness Book**, porque todo os dias, durante a revolução – eu era menino e via – mandavam prender o Helio Fernandes. Ele foi preso muitas vezes, algumas delas, inclusive, naquela encantadora Ilha de Fernando de Noronha. Sempre firme, firme!

Senador Mozarildo Cavalcanti, este País não vai bem. Vimos aqui muito pilantra dizendo que foi perseguido pela Revolução; e é só passando apsentadorias gigantescas para pilantras e malandros que estão aí. E elas são aprovadas rapidamente pela Justiça e aqui.

Se este País tiver uma vergonha histórica de reaver os danos... A **Tribuna da Imprensa** foi bombardeada na ditadura. Soltaram bomba lá dentro, quebraram tudo. Eles têm uma causa na Justiça.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a representa tudo o que Abraham Lincoln disse: "caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito". Então, esse jornal é independente – é difícil haver um jornal independente –, e eu, Senador independente do independente Piauí, lamento o fato de a Justiça estar postergando um direito líquido e certo de indenização.

Senador Pedro Simon, trata-se de uma indenização, cujo direito Helio Fernandes tem, porque o seu jornal foi estraçalhado no período da ditadura. Soltaram bomba, metralharam, e a indenização não anda. Quantos pilantras, a toda hora da semana, companheiros, recebendo indenizações milionárias.

E Rui Barbosa, Senador Papaléo Paes, disse: "Justiça tardia não é justiça, é injustiça manifesta". Então, fecha-se.

V. Ex^a poderia dizer que é ousadia do Mão Santa, mas Shakespeare diz que a ousadia dos mais novos

com a experiência dos mais velhos dá a sabedoria. Está aqui, e eu faço dessas as minhas palavras.

Ontem, o Presidente Sarney, um estadista, também manifestou o seu desabafo. Sarney diz esperar ressurgimento do jornal. Ontem mesmo.

Isso é um absurdo. E o absurdo maior é ter saído um governador daqui, democrata, filho de jornalista, e permitido essa ignomínia. Ô Sérgio Cabral, não vá com essa bola toda, não! O Rio de Janeiro tem o Cristo Redentor; o Rio de Janeiro tem o Maracanã; o Rio de Janeiro tem o samba, mas uma das grandezas do Rio de Janeiro é a independência livre de seus jornais. Então, queremos mobilizar todo o País para fazer renascer aquele jornal que lutou pela redemocratização.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Estava inscrito para falar exatamente sobre essa matéria. E, se V. Ex^a me permitir, neste aparte, quero pedir a transcrição, nos Anais da Casa, de uma entrevista de duas páginas no jornal *Zero Hora*, em que jornalista Helio Fernandes faz uma análise do seu jornal, da história e do que está acontecendo com o jornal. Eu, durante muito tempo, divergi do jornalista Helio Fernandes. Fui um adversário permanente, um guri, mas adversário de Lacerda. Lacerda foi duro com Getúlio Vargas, foi duro com a democracia em 1964. Mas não há como deixar de reconhecer a dignidade, a firmeza e a luta desse extraordinário jornalista que é Helio Fernandes. Não há como deixar de reconhecer o seu esforço, seu trabalho e a independência de seu jornal. Na hora da ditadura, na hora mais dura, na hora mais dramática, ele podia ter se acomodado. Morto Lacerda, assumiu o comando e podia ter se acomodado. E como muita gente subiu, cresceu e avançou na democracia... Mas Helio Fernandes foi injustiçado, foi preso e foi locado em uma prisão domiciliar no interior do Brasil. No entanto, levou adiante o seu jornal com dignidade e com coragem. Levou adiante seu jornal, em que praticamente não se via publicidade, e, durante a ditadura, quase não sabemos como ele conseguiu resistir. O estranho, no entanto, é como um jornal que teve a categoria e a competência de ir adiante durante todo um regime de opressão, numa hora de plenitude democrática, tendo no comando do País um Presidente democrata, ligado às questões populares, esteja vivendo essa dificuldade. O argumento dele é realmente impressionante. Eu acho, com todo respeito à Justiça – e tenho muito respeito –, que a Justiça pode dizer sim e pode dizer não, mas ficar vendo o tempo passar, quando vemos tantas decisões de tantas pessoas que ganharam uma montanha de dinheiro, a pretexto de reparação de danos da época da ditadura. Isto é algo de que não se

precisa testemunhas, argumentos e provas sobre o que a **Tribuna da Imprensa** sofreu, e sofreu estertores no regime militar, com a proibição de ter qualquer tipo de propaganda, com a proibição até da distribuição. Todos sabemos o que foram as injustiças vividas por aquele jornal. Diz o Dr. Helio Fernandes que, com o dinheiro a que eles têm direito, o jornal entraria na normalidade. O jornal continua com os seus grandes nomes, entre os quais destaco, além de Helio Fernandes, esse jornalista que, para mim, é um dos mais extraordinários que conheço, pela independência, pela competência, pela seriedade, que é o jornalista Carlos Chagas. Eles continuam na Internet. Faço questão de ler todos os dias as matérias que são publicadas, onde ele diz que “O jornal impresso (**Tribuna da Imprensa**) não vai acabar”. Eu acho, com toda a sinceridade, que a solidariedade ao jornal é importante, bem como o respeito a esse jornalista Helio Fernandes, um lutador, um batalhador, do qual podemos divergir, discordar, mas de cuja competência temos a obrigação de reconhecer, bem como de sua seriedade, de sua dignidade. Penso que foi um momento de muita tristeza para o Brasil deixar de circular a **Tribuna da Imprensa**, que era um símbolo do respeito à liberdade de imprensa. Acho deve ser um desejo, mais do que um desejo, uma colaboração; mais do que uma colaboração, uma ansiedade e uma obrigação de cada um de nós fazer o que for possível para que a **Tribuna da Imprensa** volte a funcionar. Peço a transcrição, se V. Ex^a me permite, por meio do seu pronunciamento, dessa matéria importante de duas páginas de Helio Fernandes ao *Zero Hora* de Porto Alegre. E levo a Hélio Fernandes, levo a Carlos Chagas e aos homens da **Tribuna da Imprensa** o meu abraço, o meu carinho, o meu respeito e a minha confiança de que logo, logo, mais cedo do que se imagina, o jornal voltará a circular. Lembro ao povo do Brasil que na Internet estão as páginas mais importantes, e a **Tribuna da Imprensa** continua a dizer o que pensa e o que sente. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporamos todas as palavras desse Cícero do Parlamento brasileiro. Assim como a Itália se orgulhava do Senador Cícero, nós nos orgulhamos do Pedro Simon.

Sr. Presidente, este País tem umas instituições de grandeza. A ABI – Associação Brasileira de Imprensa fez os seus 98 anos – Papaléo, que beleza, quase um século a ABI! – e lançaram um jornal tendo como símbolo, como ícone, como orgulho a bravura e o estoicismo do jornalista Helio Fernandes.

Governador Sérgio Cabral, meu companheiro Senador daqui e do meu partido, eu diria como Boris

dizia no passado e talvez hoje ele não possa mais dizer: "isto é uma vergonha!".

Pedro Simon, nós queremos que V. Ex^a assuma essa Presidência – V. Ex^a ou Sarney –, mas, antes de dar o meu voto, quero fazer logo um pedido.

Geraldo Mesquita...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quando V. Ex^a diz nós...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...nos nossos gabinetes, não há assinatura de um monte de jornal...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O "nós" de V. Ex^a é o "nós" majestático.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...alguns deles nem queremos ler.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O "nós" de V. Ex^a é o "nós" majestático, quer dizer, eu, Mão Santa, usando o pronome nós, porque é só V. Ex^a mesmo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, o Papaléo que está aí do lado, o Geraldo Mesquita... Não é assim, não.

Mas aqui nós podemos. E eu chamo o nosso Garibaldi Alves. Um dos jornalistas daqui, Garibaldi Alves, está aqui decantado. Li a homenagem que a ABI fez antes desse desastre. Olhe ele novinho aqui – atentai bem: Comando Herzog, "a ditadura vai acabar, nós não". Olhe, para dizer isso tinha que ser macho. Não vou dizer aqueles negócios do Collor e nem do Luiz Inácio, mas aquilo era na ditadura. Olhe aqui: "a ditadura vai acabar, nós não". Helio Fernandes era esse bravo jornalista. Ele foi muito mais para nós do que o Voltaire foi para a França, do que o jornalista Winston Churchill – ele era jornalista – foi para a Inglaterra. Olhe ele novinho, usando os gastos pelo sacrifício da luta das liberdades, do direito da imprensa.

Ele começou em **O Cruzeiro**. Olhe a capa da revista **O Cruzeiro**. V. Ex^a se lembra dela?

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso é homenagem da Associação Brasileira de Imprensa.

Olhe ele aqui abraçado com o Brizola! Ó Pedro Simon, a luta, as dificuldades. Com Carlos Lacerda. Então esse é o patrimônio da luta democrática.

Olhe aqui os militares cercando o jornal dele, a casa, e ele resistindo com a dignidade e a vergonha. Então, esse é o homem.

E o Garibaldi, que tem tido tantas atitudes de firmeza, que, eu, no lugar dele – aliás, eu seria um bom substituto, porque ele está querendo me colocar como 2º Secretário, ouviu, Pedro Simon? –, faria logo a assinatura.

Nos nossos gabinetes há jornais de todo o mundo, uns nós não queremos nem receber. Por que não assinar a **Tribuna da Imprensa**, que tem a história, que tem a vergonha?

"**Tribuna da Imprensa**: "A História de um Título". À noite... Isso tudo é ABI homenageando.

E ao Piauí, por que eu estou aqui?

Mozarildo! Sabe qual era o maior amigo dele? Mário Lago. Era uma dessas figuras que não existem. Mário Lago, aquele artista.

Mas por que o Piauí vem aqui? O Piauí produziu o maior jornalista que combateu a ditadura militar e teve credibilidade: Carlos Castello Branco. Tanto é que, ele morto, os jornais do Rio de Janeiro ainda escreviam a Coluna do Castello. Não foi o Castelo, o Presidente. Foi Carlos Castello Branco! E o Carlos Castello Branco foi companheiro dele nessa luta.

Então, é tempo de lamentarmos. E, como o Pedro Simon disse, ele tem o *blog* na Internet. E eu convidaria o Brasil a refletir, principalmente o nosso querido Presidente Luiz Inácio, para ler e meditar: "...70% da popularidade é o sonho de eleger um poste?" Aí, ele faz a análise dele. É o artigo que saiu ontem. E o de hoje: "*A gigantesca marolinha da indústria automobilística*", provando o porquê de os bancos terem falido, a origem. E um patrimônio da cultura.

Então, são essas as nossas palavras, para que o País reconstrua aquilo que, sem dúvida, é um dos melhores jornais da nossa história democrática. E os nossos aplausos a Helio Fernandes e a nossa admiração por ele que, nos tempos amargos, foi para ilha de Fernando de Noronha. Já que ele está sem jornal lá, eu o convidaria para ir, como eu levei o Geraldo Mesquita, para as ilhas do Delta do Piauí, para ele recordar aqueles tempos.

Mas, eu vi o Sarney ontem se manifestando, Pedro Simon...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... o nosso apelo ao Sérgio Cabral. Oh! Sérgio, Serginho, sentado bem aí, deixa de drama, com esse negócio de governador. É muito feio para V. Ex^a, muito feio, muito feio, principalmente tendo seu pai uma história de jornalismo, V. Ex^a deixar acabar um dos maiores patrimônios da luta democrática brasileira, que é a **Tribuna da Imprensa**.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU APARTE AO ORADOR SENADOR MÃO SANTA

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

"O jornal impresso não vai acabar"

Vum editorial em que se apresenta "com a mente revoltada e o coração sangrando", o jornalista Helio Fernandes anunciou, na segunda-feira, a suspensão temporária da Tribuna da Imprensa - criada há 59 anos por Carlos Lacerda. O jornal que sobreviveu a duas décadas de ditadura militar sucumbiu às dívidas

em tempos de democracia. No entanto, aos 88 anos, Helio promete manter a Tribuna da Imprensa por meio da internet, no jornal online. Dono de um texto mordaz e sem travas na língua, concedeu entrevista a ZH na quarta-feira, por telefone, desde sua casa no Rio de Janeiro.

Cultura – Por que a Tribuna da Imprensa está fechando?

Helio Fernandes – Não está fechando, está deixando de circular, é diferente. A Tribuna está saindo diariamente no online. Meu artigo, minha coluna, os outros colunistas, como o Carlos Chagas, o Argemiro Ferreira, o Sebastião Nery, o Pedro do Couto, todos eles estão no online. Na terça-feira, tivemos 118 mil acessos ao nosso jornal. A Tribuna online continua firme.

Cultura – O que deixa de circular é o jornal de papel?

Helio – Exatamente. Aliás, essa é a grande dúvida no mundo jornalístico: o jornal impresso vai resistir ao jornal da internet? No meu entendimento, o jornal impresso não vai acabar, de forma nenhuma. Ele vai é se localizar. O que é isso? Nas capitais e nas grandes cidades, ficará apenas um grande jornal. Isso já está acontecendo, de certa maneira. Para ficarmos no exemplo dos Estados Unidos, lá o The New York Times está em Nova York, o Washington Post em Washington D.C., e assim por diante. Isso não é só por causa da internet. Antigamente, as pessoas tinham quatro ou seis jornais à disposição, mas hoje não têm tempo para ler todos. Hoje, leem um ou dois jornais e vêem mais notícias na internet.

Cultura – Mas por quanto tempo a Tribuna da Imprensa de papel deixará de circular?

Helio – É momentaneamente. Pode ser cinco dias, cinco meses, cinco anos... É momentâneo.

Cultura – O senhor esperava sobretudo a demissão do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), que estaria retardando o julgamento do pedido de indenização feito pela Tribuna da Imprensa. Culpa alguém pela situação?

Helio – Nós entramos com o pedido de indenização em 1979. Em 1982, o juiz de primeira instância dividiu a ação em duas: a líquida e a ilíquida. Ela ficou de 1982 até agora, durante 26 anos, circulando por vários e vários tribunais, sem nenhuma decisão. Nada. Então, eis que o ministro Joaquim Barbosa aceita um recurso protelatório, e está há dois anos e meio analisando ele. Disseram que criticou violentamente o ministro. Não foi assim. Lembrei uma frase dele: "Quem esperava um negro subserviente, vai encontrar um magistrado competente". Então, dei-lhe a alternativa para ele mesmo resolver: se vai ser um negro subserviente, recusando a indenização, ou se vai ser um magistrado competente, mandando parar imediatamente.

Cultura – O senhor espera uma indenização de R\$ 10 milhões da União, em razão de perseguições durante a ditadura. O que faria com o dinheiro?

Helio – Não, R\$ 10 milhões, não. Isso foi o que publicaram mentirosamente. Não tínhamos expectativa nenhuma. Não temos estimativas de quanto será.

Cultura – Mas o que faria com a indenização? Investiria no jornal?

Helio – Toda a indenização, se for paga, será usada para pagar as dívidas acumuladas pela Tribuna da Imprensa, por causa das perseguições sofridas.

Cultura – Que tipo de perseguição?

Helio – Várias. O jornal já teve 64 páginas cheias de anúncios publicitários. No entanto, o então diretor-geral da Receita Federal, Orlando Travancis, procurava os anunciantes da Tribuna para intimá-los. Chegava a ameaçar as empresas anunciantes com auditorias. Se elas deixavam de anunciar, aí a auditoria era suspensa.

Cultura – O senhor foi um dos jornalistas mais perseguidos pela ditadura...

Helio – Não gostaria de contar a minha biografia. Mas sou o cidadão mais perseguido. Fui desterrado três vezes. Fui levado seis vezes para o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, o principal centro de interrogatório e tortura da ditadura). Fui preso várias vezes. Fui cassado em 1966, quando era candidato a deputado federal pelo MDB (embrião do PMDB). Um dia troquei cartas com o senador Pedro Simon, um político bravíssimo. Então, ele disse: "Helio, jamais conheci alguém tão oposicionista como você". O meu irmão, o Millor Fernandes, disse uma coisa que ratifico: "Jornalista que não é de oposição é melhor que abra um supermercado".

Cultura – Durante a ditadura militar, a Tribuna da Imprensa ficou 10 anos sob censura prévia. Como foi lidar com isso?

Helio – De 1968 a 1978, foi terrível. Nós resistímos. Muitas vezes, fazíamos uma edição meio alaranjada (*morna*), com algum artigo bôbo, na Rua do Lavradio, a sede da Tribuna. E outra edição, esta duríssima, para valer, numa gráfica de Nova Iguaçu. Um dia, me chamaram na Polícia e reclamaram: "Os censores estão se queixando de que a Tribuna tem um restaurante, mas que o senhor não deixa eles nem tomarem um cafezinho". Então, respondi: "Olha, só dou uma cadeira para eles sentarem, para não atrasar o jornal. Mas não vou alimentar quem está querendo matar o jornal".

Cultura – Como o jornal sobreviveu ao atentado a bomba de março de 1981, atribuído à *Bruma*, cura da cia aquara militar?

Helio – A ditadura, já no chão praticamente, mas vinagativa, destruiu toda a sede da Tribuna. Nós temos quatro prédios lá, de números 92, 94, 96 e 98, na Rua do Lavradio, onde o Carlos Lacerda fundou o jornal, em 27 de dezembro de 1949. É a rua mais antiga do Rio de Janeiro, que desemboca na Lapa, o centro boêmio. Foi tudo destruído, máquinas, prédio, tudo. Mas não entramos com ação de indenização por causa disso. A nossa ação ainda não julgada é de 1979. Poderíamos ter entrado com nova ação, mas não o fizemos. Não quisemos dar a impressão de ser exploradores de indenização.

Cultura – Qual foi a reação ao atentado a bomba?

Helio – Às 4h10min da madrugada, em frente à Tribuna em chamas, estavam o doutor Ulysses Guimarães, o Alceu Amoroso Lima, o Barbosa Lima Sobrinho, gente da maior importância. Depois, fui depor no Senado, que tinha uma CPI do Terror, presidida pelo Franco Montoro. Depois por seis horas, dando os nomes de quem tramou o atentado, tudo feito pelo SNI (Serviço Nacional de Informações).

Cultura – Voltando à situação de hoje. É verdade que seu jornal estava vendendo somente 800 exemplares por dia?

Helio – Mentira, e já respondi isso por escrito.

Cultura – Mas qual é a real situação da Tribuna da Imprensa?

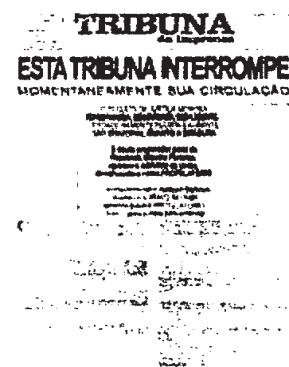
Helio – Evidentemente que está endividada. Se não, não suspenderia a circulação. Mas não sei o valor, por causa de correção monetária, juros etc. Mas posso garantir que tudo que a Tribuna receber (*do pedido de indenização em análise no STF*) será destinado a pagamentos de dívidas.

Cultura – Como é para o senhor, que começou com a velha máquina de datilografia, migrar para o jornalismo na internet?

Helio – É a mesma coisa. Inclusive, há computadores que funcionam como a máquina de escrever.

Cultura – O que o senhor pretende fazer agora?

Helio – Estou escrevendo, trabalhando normalmente. Espero que o processo de indenização seja resolvido rapidamente, para que a Tribuna de papel volte a circular.



Dois tempos: anunciando a interrupção da circulação segunda-feira passada (acima) e pedindo a renúncia de Vargas



Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa. Sugiro a V. Ex^a e ao Senador Pedro Simon que encabecem um requerimento de audiência pública.

No nosso País e, aqui, no Congresso Nacional, Senador Mozarildo, valorizamos muito o fato econômico. Há poucos dias, a partir de uma denúncia trazida pelo Senador Tasso Jereissati, a propósito de um empréstimo fornecido pela Caixa Econômica à Petrobras, trouxemos aqui, Senador Mão Santa, representantes da Caixa Econômica, da Petrobras e do Ministério da Fazenda para debaterem o assunto. Valorizamos muito o fato econômico no nosso País e no Congresso Nacional.

Esse é um fato de extrema relevância, de extrema importância, que, igualmente, no meu modesto entender, mereceria uma audiência pública numa das nossas Comissões, para que, na presença do jornalista Hélio Fernandes, da ABI e de outros organismos da imprensa brasileira, pudéssemos fazer um debate. É de uma gravidade sem precedente, Senador Mão Santa, um jornal da envergadura e da importância histórica da **Tribuna da Imprensa** passar o que está passando hoje.

Portanto, sugiro a V. Ex^a que, juntamente com o Senador Mão Santa, encabecem um requerimento de realização de audiência pública, que, tenho certeza absoluta, todos nós desta Casa assinaremos.

Concluo, deferindo o pedido feito pelo Senador Simon de transcrição da entrevista concedida pelo jornalista Helio Fernandes ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Ela será transcrita na íntegra, juntamente com o seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, por permuta com o Senador Augusto Botelho, que lhe cede o tempo. (*Pausa.*)

O Senador João Pedro, gentilmente, permuta, desta feita, com o Senador Mozarildo Cavalcanti, que fará uso da palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que preside a sessão neste momento, quero começar, agradecendo ao Senador João Pedro a gentileza de me ceder a sua vez, e quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, saudar os nossos ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado. Aliás, fico muito feliz quando recebo os

e-mails dos telespectadores da TV Senado, porque isso mostra que o Brasil todo está atento ao que se passa nesta Casa.

Sr. Presidente, tenho dito aqui que existem duas coisas que fazem com que Câmara e Senado – portanto, o Parlamento brasileiro – fiquem reféns do Poder Executivo, fiquem a reboque das decisões do Presidente da República e de seus Ministros. É como se vivêssemos no Império, em que o Imperador decidisse e, realmente, o Congresso só chancelasse, ou, então, nem ao menos pudesse examinar as proposições legislativas. Está aí a nossa pauta de hoje, que tem 48 itens, mais ou menos, trancada por medidas provisórias.

Então, este é o primeiro grande problema do Parlamento: a questão das medidas provisórias. O Senado já fez a sua parte, aprovou a mudança no rito de tramitação das medidas provisórias. Está na Câmara, que não aprova. E por que será que não aprova, Senador Geraldo Mesquita? Como lá o Governo tem uma maioria estrondosa, se houvesse interesse do Governo, se houvesse vontade política, viés democrático neste Governo, a Câmara já teria aprovado a alteração do rito das medidas provisórias, mas não aprova. Está votando, parece, em primeiro turno, talvez vote em segundo turno, e talvez não vote mais este ano.

Qual é o outro grande problema do nosso Congresso, Senador Geraldo? Nós dois, inclusive, temos nos batido aqui sobre isso. É a questão das emendas, as chamadas emendas ao Orçamento, que Deputados e Senadores fazem depois de percorrerem os Municípios de seus Estados, de ouvirem instituições, como universidades federais, estaduais etc. e, como o nome está dizendo, emendam o Orçamento que vem do Poder Executivo. Essas emendas não correspondem sequer a 14% do global do Orçamento que vem do Poder Executivo – estou falando em 14% aqui, mas não chega nem a isso –, e o que é emendado não é liberado. Por quê? Porque o Orçamento não é impositivo, não há uma lei que diga assim: “O Governo tem que cumprir essa lei”. Não, o Governo cumpre se quiser. Todo ano, no Governo Lula, há superávit de arrecadação, mas sempre há corte nas emendas dos parlamentares.

O jornal **Correio Braziliense** – por sinal, um jornal que tem estado atento a isso –, no dia 4 deste mês, publicou uma reportagem:

Congresso. A pressão de parlamentares para a farra das emendas aumenta nesta época do ano. Governo insiste em regras mais rigorosas na liberação de recursos. Mas enfrenta resistência até de aliados.

A manchete é: "Aberta a temporada de chantagem". Quer dizer, são os parlamentares que estão chantageando o Governo ou é o Governo que está chantageando os parlamentares? A quem interessa essa pecha? Você coloca uma emenda – por exemplo, como eu coloco para uma universidade federal no meu Estado, para uma universidade estadual, para prefeituras pequenas de um Estado pobre – e ela não é liberada. Não é liberada por quê? Porque eu faço oposição ao Governo Lula.

Então, quanto a esse mecanismo realmente eu pergunto: quem está chantageando quem? O Presidente Lula deveria, para honrar sua biografia, acabar com isso, "com esse balcão de negócios", como dizia aqui a Senadora Heloísa Helena. Só há negócio entre dois lados quando os dois lados querem. Se não houvesse... Lógico, é muito importante para um grupo de parlamentares que isso seja mantido, porque eles viram campeões de liberação de emendas, e outros passam a ser aqueles que não liberam emendas nunca.

Então, eu gostaria muito, primeiro, que o jornal aprofundasse, olhasse esses anos todos do Governo Lula e visse quem é que libera emenda; por que libera fulano e não libera beltrano; por que, no mesmo Estado, por exemplo, o Senador A libera e o Senador B não libera; por que o Deputado C libera cinco, seis vezes mais que outro Deputado do mesmo Estado. Era importante que a imprensa prestasse esse papel.

Eu vou fazer um apelo de novo ao Ministério Público Federal: neste caso, cabe perfeitamente uma ação do Ministério Público Federal, porque isso é uma afronta aos princípios da Administração Pública. Esse é um dinheiro público, que tem que ser liberado conforme a lei aprovada pelo Orçamento. Mas, como o Orçamento não é impositivo, fica essa lacuna, essa brecha grande para, como diz o jornal, essa "temporada de chantagem" no Congresso Nacional.

Por que digo que o Ministério Público está falhando nisso aqui? Quais são os princípios da Administração Pública? Legalidade, impessoalidade – portanto, não tinha que haver pessoalidade na liberação de recurso nenhum para parlamentar nenhum –, moralidade. Isso aqui é uma imoralidade. Quer dizer que, então, ficam parlamentar e Governo Federal, Presidente da República e seus Ministros, nessa chantagem aqui? Isso é imoralidade. Está contra, portanto, um princípio da Administração Pública.

Portanto, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Por isso, peço ao jornal que faça, realmente, uma grande investigação, porque não há

publicidade do Governo. Por que libera para o Senador Papaléo e não libera para o Senador Augusto, ou vice-versa? Por quê? Tem que haver publicidade, dizer: "Não. Não está liberando para o Senador Papaléo porque o projeto que ele apresentou não presta". Mas não tem publicidade.

E tem que ter o último princípio da Administração Pública: a eficiência. Querem saber? Há um monte de obras inacabadas, um monte de elefantes brancos fruto de emendas parlamentares. Então, o Ministério Público tinha que averiguar a eficiência na aplicação desses recursos.

Mas isso não acaba. E por quê, Senador João Durval? Porque não interessa ao Governo e não interessa, infelizmente, a um grupo de parlamentares, que se aproveita disso.

Ouço o Senador Papaléo, com muito prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mozarildo, quero parabenizar V. Ex^a. Esse realmente é um tema que a hipocrisia faz com que muitos de nós passemos por aqui sem comentar. Com a felicidade de sempre nos temas que aborda neste plenário, V. Ex^a traz essa discussão. Lembro que, em 2003, na votação da reforma da previdência, eu era da base do Governo, do PMDB. Como um grupo do PMDB votava contra a reforma em diversos pontos – eu votei contra todos os pontos –, vieram nos afrontar e até colocaram no jornal **Correio Braziliense** uma fotografia minha, no dia da votação, dizendo que iriam liberar minhas emendas, ou não o fariam caso eu votasse contra. O jornal se precipitou. Não havia nada daquilo. Confesso a V. Ex^a que é notório, nítido: estou há seis anos aqui e nunca tive emendas liberadas, a não ser algumas pequenas para o Hospital Sarah, para uma prefeitura do PT no Amapá, enfim, nunca tive minhas emendas liberadas. Tenho certeza absoluta de que é porque não participei do balcão de negócios. Alguns parlamentares, pelo respeito em relação ao tempo de serviço à Casa, têm suas emendas liberadas. Mas existe um grupo que é chantagista também; ele fica chantageando o Governo, e o Governo o chantageia. Fica chantageando o Governo como? Manda recado: "Vou votar contra, vou votar contra". Depois, manda o recado por outro: "Se liberar minhas emendas, voto a favor". Então, o voto é comprado. É um mensalão também que o Governo faz por meio dessas emendas parlamentares. Quero dizer a V. Ex^a: ou liberam as emendas parlamentares – quantos somos? Oitenta e um Senadores – e dividem tudo o que há para ser liberado, irmamente, pelo número de Senadores, ou, então, deve-se acabar com essa história de emendas parlamentares. Nós, aqui, somos legisladores, não somos executores. Não temos obrigação de fazer emendas única e exclusivamente

te para que o Governo tire proveito para chantear parlamentar. Além disso, há notícias, que correm por aí, de que cada um tem interesse em ter suas emendas liberadas para negociar com os prefeitos, com os governadores, para fins de campanha política. Então, isso é uma realidade, que não vemos porque não queremos. A imprensa é o grande balcão de reclamações da oposição. Se a imprensa não fala, ficamos perdidos. Então, peço que a imprensa investigativa vá em cima e compare quais são os parlamentares da situação e os da oposição que estão recebendo emendas. E também vá lá onde estão sendo executadas as emendas para ver se aquele prédio, para o qual o parlamentar conseguiu R\$100 mil para a construção, realmente tem esse valor; verifique se não ficou pelo meio do caminho algum valor. E outra coisa, Senador Mozarildo: eu tive uma experiência muito boa quando fui Prefeito de Macapá – permita-me, Senador, falar sobre essa experiência –, em 93. Foi meu primeiro mandato. É importante falar sobre isso para chegarmos a uma conclusão definitiva a respeito disso tudo. Vinha aqui, por recomendação política, comparecer aos Ministérios e tal. Quando eu voltava para meu Município, eu anunciarava no rádio: “Vamos conseguir recursos para isso, recursos para aquilo, recursos para aquilo outro”. Voltava, vinha para cá, ia e voltava. Chegou um dia e alguém me chamou a atenção: “Se tu não deres propina na área técnica, o Ministro manda e não vão cumprir isso lá”. Então, tinha que dar propina na área técnica para que liberassem os recursos. Existem lobistas que fazem isso. Voltei para Macapá, pedi desculpas à população e disse que tudo o que eu tinha falado não ia acontecer, exatamente porque eu jamais daria propina para técnicos de Ministério liberarem os projetos e a verba para o Município. Então, por isso, por essa situação, trabalhei quatro anos como Prefeito de Macapá e recebi recursos só por meio da Suframa, de R\$350 mil, via Presidente Sarney. Fizemos três ou quatro poços artesianos e só, acabou. Foi assim nossa administração, mas não abri mão da minha condição de cidadão, no sentido de não fomentar a corrupção. Por isso, também coloco minhas emendas, e quem tiver que se virar que se vire! A obrigação nossa é colocar as emendas, e a do Governo Federal, atender-nos; e não fazer chantagem conosco ou fazer com que qualquer um de nós vá corromper algum funcionário para ajudar a liberar projeto e, por conseguinte, emenda. Muito obrigado, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Papaléo, o aparte de V. Ex^a é muito importante, inclusive porque V. Ex^a dá um depoimento como ex-Prefeito. É bom que se lembre que, se há chantagem, é porque existem dois lados: o

chantageador e o chantageado. Então, quem está chantageando quem? É preciso que se diga isso claramente.

Da mesma forma que aqui fazemos CPIs para apurar corrupção, aí se pegam corruptos, indicam-se corruptos para o Ministério Público. E o corruptor fica isento? Nunca se pega um corruptor!

Quero parabenizar o jornal **Correio Braziliense**, embora discordando dele em relação a este artigo:

A pressão de parlamentares para a farra de emendas aumenta nessa época do ano. Governo insiste em regras mais rigorosas na liberação de recursos, mas enfrenta resistência até de aliados

Não acho que o Governo esteja insistindo em regras mais rigorosas, não, Senador Tuma, porque, se o Governo quisesse regras mais rigorosas, basta aprovar o Orçamento impositivo e, no âmbito dos Ministérios, acabar com esse tipo de conduta de seus técnicos. Se houvesse regras claras, não haveria espaço para técnicos exigirem propina.

Então, para concluir, peço aqui, Senador Geraldo, que essa matéria seja transcrita como parte integrante do meu pronunciamento, porque eu a considero importante.

São dois os pontos que comprehendo precisam ser eliminados para poder haver moralidade, realmente, e respeito à opinião pública: medidas provisórias e emendas parlamentares.

Não podemos também ficar sem emendas. Somos menos capazes de indicar o que é preciso para um Município nosso ou para nosso Estado do que um técnico do Ministério? Será possível que um Deputado Federal, um Senador saiba menos sobre a realidade do seu Estado do que um técnico, que fica aqui em Brasília? Não é verdade. Com certeza, isso não é verdade! Repito: o que emendamos no Orçamento não chega a ser 14% do Orçamento que vem do Poder Executivo.

Então, é preciso colocar um basta nisso, e é bom que se deixe bem claro para a população brasileira: o Senado já fez sua parte no que tange às medidas provisórias, regulamentando o novo rito, e também com relação a essa farra das emendas, aprovando o Orçamento impositivo. Resta à Câmara dos Deputados fazer sua parte para que o Brasil passe a respeitar mais o Congresso Nacional, isto é, Câmara e Senado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.)

POLÍTICA

A pressão de parlamentares para a farra das emendas aumenta nesta época do ano. Governo insiste em regras mais rigorosas na liberação de recursos. Mas enfrenta resistência até de aliados

Aberta a temporada de chantagem

DANIEL PEREIRA

Foto: ECO/COC/SCO

Ala garantiu o acesso da comitada à sessão da Câmara – Através da comitada de encerramento da tradicional corrida de fim de ano pela liberação de emendas individuais, deputados e senadores resolvem, mais uma vez, impor ao Poder do Povo o direito de parlamentares dispor de votos a favor ou contra a proposta de Orçamento da União. Deu o

governo desistir da regra que condiciona o empenho de emendas à aprovação prévia dos projetos pelos ministérios. A norma está em vigor desde setembro. Foi instituída para impedir, como ocorria anualmente, o desembolso de recursos orçamentárias mediante a simples apresentação de "projetos só de capa", que não cumprem os requisitos exigidos.

Contudo, o deputado Del-

oxima lei orçamentária, tornar público o rascão dos congressistas presidente Luiz Inácio Lula Silva. "O novo sistema é bom, pois torna ágil a apresentação dos projetos e o acompanhamento dos convênios, mas, como pode prejudicar as emendas deste ano, é da compromissão com os prefeitos, já os parlamentares querendo boicotar as votações, devem cumprir os requisitos exigidos.

Ontem, o deputado Del-

ciatio (Avante/PR-MS), relator da

novo modelo de liberação e monitoramento das emendas e as queixas que ele já provocava nos bastidores. Até ministros engrossam o coro dos descontentes:

Além da aprovação prévia de projetos, a maior transparência do modelo contribuiu para os protestos. O novo sistema tira de prefeitos e ONGs a liberdade para manipulação de recursos ao criar uma conta corrente específica para cada convênio em um ban-

co oficial. Também prevê que os ministérios paguem diretamente aos executores de obras e serviços, o que afetaria a atuação de lobistas e intermediários.

"O governo passa para a Casa a sensação de que quer evitar o emprego das emendas. É bom o problema ser solucionado logo. Se não, o recurso não chegará aos estados e municípios, e o governo não assumirá a culpa", disse Ribeiro.

Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) trabalha para que o Plano B entre em vigor no final de 2009. "O governo passa para a Casa a sensação de que quer evitar o emprego das emendas. É bom o problema ser solucionado logo. Se não, o recurso não chegará aos estados e municípios, e o governo não assumirá a culpa", disse Ribeiro. "Não é só questão de realizar votações ou não", acrescentou.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns, Senador Mozarildo, pelo seu pronunciamento! A matéria aludida por V. Ex^a, no seu pronunciamento, será incorporada e transcrita nos Anais da Casa, juntamente com seu discurso.

Seguindo o rodízio entre oradores e líderes, concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu queria fazer uma abordagem rápida, antes de iniciar meu pronunciamento, sobre o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concordo plenamente com V. Ex^a, Senador Mozarildo. Foi uma luta incansável a do Senador Antonio Carlos Magalhães, ainda nesta Casa, sobre o orçamento impositivo. Mesmo fazendo parte da Base do governo, apoiei, porque acho que seria a única maneira de se fazer justiça com o Orçamento aprovado, anualmente, no Congresso Nacional.

Fui Relator-Geral do Orçamento em 2007, e aprovamos um orçamento enxuto. Houve excesso de arrecadação, além do Orçamento que aprovamos, e os recursos não foram liberados na sua grande maioria.

Então, não é justo que, todos os anos, o Congresso Nacional aprove, esforce-se, trabalhe até de madrugada, como a Comissão de Orçamento tem trabalhado quase que anualmente, e, depois, os recursos alocados na peça orçamentária não sejam aplicados de acordo com as deliberações do Congresso.

Sou plenamente favorável ao orçamento impositivo, mesmo que ele reduza a quantidade de emendas, a quantidade de recursos aprovados para a infra-estrutura, para os investimentos, mas que seja impositivo, que o Governo aplique aquilo que está no Orçamento.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero falar um pouco sobre o cooperativismo...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Líder, antes de V. Ex^a entrar em seu discurso...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – (...) só pelo preâmbulo que V. Ex^a abriu...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu estava para pedir um aparte ao Senador Mozarildo. Papaléo, o Norte está gritando por uma coisa em relação à qual temos que alertar o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste. É que a bagunça orçamentária abre as portas para o crime de corrupção, que tem duas mãos. Não existe corrupto sem corruptor. Se V. Ex^a colocar o orçamento impositivo, ele fecha muitas das portas para a corrupção, pois ali já se determina para onde tem que ir o dinheiro. Não há remanejamento. Eu queria até prestar uma grande homenagem à Senadora Roseana Sarney, até pelas entrevistas que deu, pelo seu sofrimento ao longo da vida, por todas as situações por que tem passado com relação a sua saúde, e sempre firme, lutando. Na quarta ou na quinta-feira, estava aqui quando houve protesto de alguns Parlamentares pelo remanejamento de verba para se criar outro privilégio ou uma destinação diferente de dinheiro. Então, tira do Orçamento, de uma emenda, e passa para outra, esvaziando o projeto imaginado por V. Ex^a na Prefeitura de Macapá, por exemplo. Com o impositivo, não haveria mais isso. Eu falei com a Senadora Roseana que tivesse mais tranquilidade, porque ela corria de um lado para o outro, pegando informação, para não decepcionar o Parlamentar que estava reclamando. Foram retirados de pauta três projetos que estavam com dificuldades de serem entendidos. Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a, Líder do PMDB, de praticamente toda a situação, pela sua colocação de firmeza a favor do orçamento impositivo. Acho que a gente fecharia muitas portas e não haveria esse negócio de, todo ano, ter de se aprovar dez, vinte, cinqüenta suplementações de verba.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sem falar, nobre Senador Romeu Tuma, Senadores Papaléo e Mozarildo, que se pronunciaram sobre esse assunto, da humilhação que é, todos os anos, lutarmos para aprovar uma emenda; depois, lutarmos para ela ser empenhada; e, depois ainda, lutarmos para ela ser liberada. Então, é uma luta interminável para se libarem recursos do Orçamento, verbas orçamentárias que já estão aprovadas no Orçamento da União. Acho que isso precisa acabar.

O Senador Romeu Tuma lembrou aqui a Senadora Roseana. S. Ex^a estava até agora há pouco ali, na

reunião de Líderes, firme, determinada. A Senadora é uma guerreira e, por ser guerreira, vai vencer mais essa batalha que está travando, não tenho nenhuma dúvida. Assim como o nosso Vice-Presidente da República, José Alencar, tem vencido todas as batalhas, a Senadora Roseana Sarney vai vencer, também, mais essa batalha.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, tem uma longa trajetória no Congresso Nacional. Fico muito feliz por estar falando sobre esse projeto tão importante para o cooperativismo, cujo Relator nas comissões foi o Senador Osmar Dias.

De iniciativa do eminentíssimo Senador Gerson Camata, do PMDB, essa proposição tramita há quase dez anos, tendo sido aperfeiçoada durante tão vasta trajetória. Senadores e Deputados, em audiência e articulação com representantes das cooperativas e órgãos do Governo, aportaram contribuições importantes, buscando atualizar especialmente o ordenamento infralegal. Finalmente, cumprido o rito processual do bicameralismo e incorporados os subsídios da Câmara dos Deputados, o PLS nº 293 foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na última terça-feira, dia 2 de dezembro.

Portanto, a matéria, como se sabe, está pronta para ser lida e apreciada por este Plenário. Na condição de Líder do PMDB nesta Casa, devo anunciar meu integral apoio ao projeto, bem como meu pessoal empenho para que a matéria seja incluída na pauta e deliberada até a conclusão deste ano legislativo.

Não vai dar mais tempo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de votar essa matéria tão importante talvez nesta semana, mas eu acredito, pela discussão que travamos, hoje, na reunião de Líderes, que, destrançada a pauta, amanhã ou na próxima terça-feira, nós haveremos de votar essa matéria – repito: ainda na semana que vem, antes do final do ano legislativo –, para, assim, ela já passar a vigorar a partir do ano que vem.

Assim me posiciono porque acredito na indiscutível importância de oferecermos melhores condições de atuação para esse relevante segmento da economia brasileira, representado pelas inúmeras atividades das cooperativas em operação no País. Não é preciso lembrar o impacto altamente positivo da continuada contribuição dos milhões de brasileiros que integram o cooperativismo no Brasil.

O PLS nº 293, que certamente veremos transformado em lei nos próximos dias, representa uma

mudança substantiva em questões relevantes da vida cooperativa, sobretudo por acabar com as restrições que, historicamente, vêm impedindo a ampliação da oferta de crédito cooperativo.

Das cooperativas de crédito, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, falo com o conhecimento que tenho com relação ao meu Estado, porque, quando Governador do Estado, incentivei com recursos financeiros, com equipamentos e com apoio a implantação das primeiras cooperativas de crédito, que se espalharam por todo o Estado. Hoje, há mais de trinta cooperativas de crédito espalhadas por todo o Estado de Rondônia, oferecendo apoio e crédito para os pequenos – principalmente para os pequenos: pequenos comerciantes, pequenos empresários e pequenos produtores rurais. Os médios e grandes também, mas, sobretudo, os pequenos estão sendo beneficiados com as cooperativas de crédito, que têm um trabalho semelhante ao dos bancos, mas com juros mais baixos e com uma capilaridade maior, de vez que estão nos pequenos Municípios. Onde um banco não pode chegar, a cooperativa de crédito lá chega e dá assistência e apoio aos pequenos produtores.

Estou certo de que a rápida aprovação, pelo Senado Federal, desse projeto de lei, que conta quase dez anos, será mais uma inequívoca sinalização de nosso apoio ao sistema cooperativo do País. Além disso, será um importante estímulo ao crescimento do setor.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, peço, mais uma vez, a pronta inclusão do PLS nº 293 em nossa pauta de trabalhos, a fim de darmos a resposta que esperam de todos nós os cooperativados brasileiros.

Sr. Presidente, encerro na convicção de que, antes do final dos trabalhos legislativos deste ano, haveremos de aprovar esse projeto tão importante para o cooperativismo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho certeza de que o Presidente o colocará na Ordem do Dia antes do encerramento do ano, pela importância do projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Mão Santa fez um importante pronunciamento, mostrando a sua tristeza com o fechamento do jornal **Tribuna da Imprensa**, comandado pelo jornalista Helio Fernandes.

A história do **Tribuna da Imprensa** está ligada à defesa do Estado democrático, ao Estado de direito. O **Tribuna da Imprensa** é credor do Estado. Foi em decorrência de invasão indevida, pela polícia, dos estabelecimentos do **Tribuna da Imprensa** que começaram todas a suas dificuldades.

Ele tem um crédito com o Estado, e espero que o Governo Federal, que tem anistiado tantas pessoas, que tem, inclusive, estabelecido compensação financeira, dê uma atenção especial à situação do **Tribuna da Imprensa**, porque um jornal com a sua história, com a sua tradição, com a sua bandeira de luta em defesa do Estado democrático deve, mais do que nunca, ser prestigiado por todos aqueles que querem uma democracia muito forte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex^a e digo que o Presidente Sarney, ontem, também prestou uma homenagem ao jornal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aproveito a presença do Líder do Governo aqui no plenário, Senador Romero Jucá, para dizer que nós concluímos uma reunião de Lideranças com o Presidente do Senado, em que discutimos a pauta desta semana e da semana que vem; contudo, ficou um detalhe que precisa ser consolidado, que é a colocação em pauta desse projeto de lei sobre o qual acaba de falar o Senador Valdir Raupp: o do cooperativismo de crédito.

Eu solicitaria ao Líder do Governo que levasse em consideração a importância desse projeto, até porque o Presidente Lula tem interesse na aprovação de um projeto que já foi para a Câmara, voltou para cá, e eu o relatei na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele é muito importante para o cooperativismo brasileiro, mas é importante para o Brasil, em função, principalmente, da crise que vivemos, da necessidade de se proporcionar crédito de forma mais rápida, e, pela sua capilaridade, as cooperativas de crédito são

um instrumento importante que precisamos aprovar urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com respeito à colocação feita pelo Líder do PDT, Senador Osmar Dias, quero apenas registrar que está na programação a votação desse projeto, e deveremos votá-lo, prioritariamente, na próxima quarta-feira, de amanhã a oito.

A pauta estará liberada na terça-feira em função de uma construção coletiva, de entendimento político entre todas as lideranças. Faremos, portanto, um esforço concentrado na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira para votarmos todos os projetos importantes que estão pendentes, Sr. Presidente, inclusive este.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

É só para comunicar que esse também é o posicionamento do PSDB, posicionamento adotado na reunião de Líderes quanto ao esforço que faremos para votar na próxima semana, entre outras, a importante matéria do cooperativismo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

Cumprimento V. Ex^as, Senador Osmar Dias e Senador Cícero Lucena, pela compreensão quanto à importância do projeto citado pelo Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, o Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Enquanto o Senador Augusto Botelho não chega, falará o Senador Osmar Dias, Líder do PDT. Em seguida, voltarei ao Senador Augusto Botelho, que teria uma informação urgente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, volto a um assunto de que tratei aqui cerca de vinte dias atrás. Falei sobre esse assunto numa terça-feira. Na quarta-feira, no Jornal Nacional da Rede Globo, foi abordado o mesmo tema sob o mesmo ponto de vista. Falo, Sr. Presidente, sobre o alto preço dos combustíveis no Brasil.

O preço do barril do petróleo estava em cerca de US\$145. Está certo que o dólar tinha uma cotação inferior à que tem hoje – de R\$1,65 ou de R\$1,70 –, mas isso significava que o custo do barril estava em torno de R\$236,00. Hoje, mesmo com o dólar no preço em que está, ou seja, custando algo entre R\$2,45 e R\$2,50, vamos chegar a um valor, Sr. Presidente, entre R\$100,00 e R\$110,00, menos

da metade, portanto, do valor do barril do petróleo há cerca de três meses.

Antes de voltar à tribuna para abordar o mesmo assunto, constatei que a Petrobras está contabilizando um lucro, antes de fechar o terceiro trimestre do ano, de R\$26 bilhões! Assim, a perspectiva é a de que chegue a um lucro, no final do ano, de R\$40 bilhões. Esse dinheiro, R\$40 bilhões, evidentemente, está saindo do bolso do consumidor brasileiro, que está pagando muito caro pelo combustível. Se a matéria-prima dos combustíveis, o petróleo, teve uma queda de preço, por que não há uma queda no preço dos combustíveis, da gasolina e do óleo diesel?

E justifico por que volto a esse assunto. É que, andando pelas ruas, andando pelas cidades do interior, conversei com o agricultor que tem trator e caminhão; conversei com o transportador, o caminhoneiro, que depende do frete – e o valor do óleo diesel tem considerável participação nesse custo –; conversei com o industrial que utiliza o óleo diesel; conversei com os representantes comerciais que utilizam carros para fazer suas viagens de uma cidade para outra e visitar seus clientes; conversei com todos os empresários e trabalhadores deste País e de ninguém obtive explicação para o fato de o preço do óleo diesel e da gasolina não ter sido reduzido após o preço do barril de petróleo ter espetacular redução de preço – hoje, é praticamente um terço do que era há três meses. Há três meses, Sr. Presidente, o preço do barril de petróleo era de US\$144, chegou a US\$145. Nos Estados Unidos – V. Ex^a me está informando –, houve um corte pela metade no preço dos combustíveis, porque o preço do petróleo caiu, o preço da matéria-prima caiu.

A desculpa do Diretor da Petrobras é sempre a mesma. Ele diz: "Mas, naquela época, a gente estava segurando a barra". Ou seja, os preços dos combustíveis, naquela época, deveriam ser mais altos. Conversa mole! Os preços dos combustíveis no Brasil são os mais altos do planeta. Aliás, o Brasil, quando exporta para a Argentina e para o Paraguai, vende mais barato do que vende aqui, vende lá por um preço que, às vezes, chega a ser a metade do preço daqui. Por isso, muitas vezes, há filas do outro lado da fronteira para abastecer o carro no posto do lado de lá.

Sr. Presidente, o Governo está falando em crédito, crédito, crédito para o setor produtivo. Mas só crédito não vai resolver, mesmo porque muita gente não tem como tomar crédito por que está inadimplente – a inadimplência chegou a um nível insuportável em alguns Estados brasileiros. Se o crédito fosse a solução,

muito bem, já teríamos a solução. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem dinheiro, o próprio Banco do Brasil tem dinheiro. A Caixa Econômica tem dinheiro até para emprestar para a Petrobras.

Mas o problema não é só de crédito; o problema é de renda, o problema é de custo.

Temos um poderoso instrumento na mão. Não adianta ficar anunciando uma reserva de petróleo a cada dia, descobrir uma reserva de petróleo a cada dia e manter o preço do petróleo na estratosfera, Sr. Presidente. O preço dos combustíveis está lá em cima, enquanto o do petróleo caiu.

É claro que, neste momento, Sr. Presidente, até é possível, se quisermos, viabilizar uma planta de biocombustível, pois o preço do combustível continua tão alto que ainda viabiliza essa idéia. Estamos praticando preços para a gasolina e para o óleo diesel como se o preço do petróleo estivesse acima de US\$100 o barril. Não se justifica isso!

Volto a esta tribuna para pedir ao Governo que faça uma análise dessa proposta de redução e até, se for preciso, Sr. Presidente, olhe para os setores produtivos neste momento e coloque especialmente o óleo diesel a um preço compatível com aquilo que está acontecendo com o mercado de petróleo no mundo. O preço do petróleo caiu para um terço do que era há três meses. Não se trata, porém, de reduzir o preço do óleo diesel nessa mesma proporção, mas, hoje, o óleo diesel deveria custar, pelo menos, a metade do que estava custando há três meses. Assim, haveria mais dinamismo na agricultura e mais viabilidade para a indústria, e a economia se fortaleceria, Sr. Presidente, para enfrentar o ano que vem, quando, aí sim, sentiremos um maior impacto da crise.

Fazer isso no ano que vem não adianta, está na hora de tomar as providências para que o preço do óleo diesel e o preço da gasolina sejam mais baixos, de modo a possibilitar ao setor produtivo mais dinamismo para segurar os empregos que estão aí, para gerar empregos para os jovens que ingressam no mercado de trabalho e, sobretudo, para assegurar a renda, porque esse será o grande problema a ser enfrentado no próximo ano.

Vejo que o Senador Gilberto está pedindo um aparte. Como estou falando como Líder, não posso concedê-lo sem a autorização do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas aos demais, mas é importante que S. Ex^a fale, como solicita o orador.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Osmar Dias, V. Ex^a trata de um assunto relevante, que é a diminuição dos cus-

tos, e o óleo diesel na agricultura é fundamental. No entanto, neste momento, precisamos da colaboração dos Estados, pois é preciso que diminuam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o combustível, principalmente no meu Estado de Mato Grosso. Faço um apelo ao Governador Blairo Maggi, para que reveja os valores do ICMS sobre o óleo diesel, porque isso já foi tratado há muito tempo, e nada foi feito até o momento. Isso terá impacto direto no Orçamento do Estado do Mato Grosso. Porém, num momento como este, quando se trata da viabilização de renda para a agricultura, como V. Ex^a fala, o Governo, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estudam a possibilidade de se colocarem em utilização no País índices de produtividade – V. Ex^a bem sabe que isso foi inventado nos anos 60 para promover o desenvolvimento. Neste momento circunstancial, quando já se utiliza menos da metade dos insumos necessários em algumas situações, até por viabilidade econômica da atividade, é improcedente, é inconcebível que o Governo continue querendo impor à agropecuária brasileira índices de produtividade, o que também vai causar desespero. Além dos problemas ambientais que existem, com o Decreto nº 6.514, com o elevado custo de fertilizantes e de combustíveis, cujos índices não baixam, temos ainda a analisar índices de produtividade que estão sendo utilizados unicamente para a agropecuária brasileira. Obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Acrescento aqui que seria muito bom para o transporte coletivo urbano que houvesse a redução do preço do óleo diesel, especialmente. Hoje, há de novo a iminência de novos aumentos das passagens de ônibus, do transporte coletivo, em cidades como Curitiba, onde houve o congelamento das passagens por algum tempo. Agora, já se anuncia o aumento. Se houvesse a redução do preço do combustível, talvez não fosse necessário esse aumento. Isso é relevante também para os táxis que transitam nas cidades. Então, isso é importante para a sociedade brasileira neste momento. No meu Estado, Senador Gilberto, a proposta está sendo feita ao contrário: para se aumentar o ICMS dos combustíveis. É preciso que a Assembléia Legislativa esteja atenta à votação dessa proposta.

Senador Geraldo Mesquita, concedo-lhe o aparte. Tenho mais um minuto.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Osmar Dias, só manifesto minha estranheza pelo fato de que há o câmbio flutuante, um mecanismo que poderia ser adaptado à questão do valor do combustível. Como V. Ex^a mesmo afirmou, o preço do petróleo cai 20%, 30% ou 40%, mas, na ponta, não há

a correspondência desse recuo no preço do petróleo. Portanto, a sugestão ao Governo é a de que estabeleça, assim como fez para o câmbio flutuante, uma determinada flutuação para o preço do combustível, quando for o caso. É o que V. Ex^a, brilhantemente, está trazendo dessa tribuna.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Sr. Presidente, fazendo só esta sugestão: Presidente Lula, analise a proposta, converse com a Petrobras. Dá para baixar o preço do óleo *diesel* e da gasolina. Pense naqueles trabalhadores que saem de São Bernardo, de Guarulhos, do ABC paulista, do Brasil inteiro e que, todos os dias, têm de pegar ônibus e pagar uma tarifa. Essa tarifa pode ser mais baixa se o Presidente da República negociar com a Petrobras a redução do preço do combustível. Isso vai ajudar muito, neste momento de crise, os trabalhadores e os empresários. Vai ajudar, portanto, o Brasil a manter o crescimento, Sr. Presidente, e a renda da população.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não, muito bem, Senador. Espero que esse petróleo flutuante do Senador Geraldo possa ser estudado.

Com a palavra, o Senador João Pedro, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, eu faço permuta com o meu companheiro Augusto Botelho, em homenagem à Raposa Serra do Sol.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu chamei V. Ex^a mais de uma vez, porque o Senador Mozarildo está ansioso para fazer um aparte para discutir o problema da reserva Raposa Serra do Sol, pois o julgamento será amanhã, se não me engano, e todo o Senado está na expectativa da decisão, para que seja favorável ao País.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fiquei consternado com o voto dado em agosto pelo Relator Ministro Ayres de Britto, do Supremo Tribunal Federal, a respeito da ação de minha autoria e do Senador Mozarildo, que questiona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Porém, subo hoje à tribuna para fazer um apelo aos Ministros que ainda não deram seu voto. O pedido de vista do Ministro Direito deu o tempo necessário aos demais Ministros do Supremo para aprofundarem a sua visão sobre essa questão.

Tenho esperança de que a retomada do julgamento faça justiça ao povo de Roraima, a quem represento aqui no Senado e na ação que impetrei no STF.

Como representante de Roraima, carrego a responsabilidade de defender os interesses da minha gente. E reafirmo com segurança que a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, da forma como está sendo proposta, não está de acordo com o desejo da maioria das pessoas que lá vivem.

Como já disse várias vezes desta tribuna, nem eu nem a maioria das pessoas do meu Estado de Roraima somos contra a demarcação de terras para os índios, tanto em nosso Estado quanto em qualquer lugar do Brasil. É um direito líquido e certo dos povos indígenas, de acordo com a Constituição de 1988 e de acordo com o entendimento de nós, brasileiros, de nós, de Roraima.

Porém, a demarcação da Raposa Serra do Sol, como proposta, afetará profundamente a vida de índios e não-índios. Defendo as pessoas afetadas pela demarcação porque convivo diariamente com os dramas que essas pessoas estão enfrentando. A demarcação da Raposa Serra do Sol, como está, compromete a vida de muitas famílias, de índios e não-índios, de gente que vive naquelas terras há mais de 100 anos.

Sou representante e defensor do pequeno agricultor e do indígena, que estão trabalhando na propriedade familiar há mais de 30, 40 anos. Esses pequenos agricultores têm recebido do Governo um tratamento injusto e desumano – não é só deste Governo atual, não; receberam dos Governos anteriores também o mesmo tratamento; ou seja, não receberam nenhuma atenção, não receberam nada. Eles são retirados da terra onde construíram sua vida, sem receber uma indenização justa.

Tal demarcação compromete também a existência do meu Estado, pois a reserva vai fazer com que mais de 46% do território de Roraima se torne exclusivamente de etnias indígenas. Em torno de 69% de área do meu Estado já são reservas indígenas, unidades de conservação ou área militar. Sobra pouquinho mais de 30%. Como só podemos usar 20%, vão sobrar 6%. Mas, se esses 6% forem entregues ao nosso Governo, nós vamos saber sobreviver ali dentro, embora não tão folgados como se tivéssemos um espaço maior.

Compromete a demarcação, como foi feita, a soberania e a segurança nacional, pois a faixa de reserva da terra indígena Raposa Serra do Sol está bem dentro de uma área de litígio entre a Guiana e a Venezuela. Todos nós sabemos que nas áreas indígenas é difícil colocar batalhões e instalações militares, necessários para a impedir ações de contrabandistas, de traficantes e de estrangeiros usur-

padores do conhecimento dos povos tradicionais da nossa terra.

Concedo aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, V. Ex^a aborda um tema que nós temos, reiteradamente, aqui abordado. Ontem mesmo, falei sobre isso e V. Ex^a me aparteou. E, felizmente, amanhã, o Supremo dá prosseguimento ao julgamento da ação movida por V. Ex^a e por mim, que, como V. Ex^a diz, não é contra a demarcação. Pelo contrário, nós estamos contra as ilícitudes, as fraudes no processo de demarcação dessa reserva. Fraudes de todos os tipos estão lá sobejamente provadas nos autos. Uma comissão temporária externa do Senado, presidida por mim – da qual V. Ex^a fez parte, assim como o Líder do Governo e o Senador Jefferson Péres –, e cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, concluiu por uma proposta que pacificaria essa questão e não teria gerado tantos conflitos que aconteceram ao longo desse tempo. E o que era? Tirar 320 mil hectares de 1,7 milhão que foram demarcados. Mas houve uma radicalização no processo e, pior, sequer foram ouvidos os índios. Eu sempre tenho debatido que, além das 500 famílias de não-índios, mestiços e não-índios brancos – vamos dizer assim –, se é que há algum branco que não tenha nenhum percentual de DNA indígena, além dessas 500 famílias... Acontece que a maioria dos índios que estão lá e aqui estão hoje – os índios da Sodiur –, para dizer isso de viva voz, não concordam com essa demarcação. E eu fico preocupado de ver como é que a nossa Constituição diz que todos são iguais perante a lei, se lá nem os índios estão sendo tratados como iguais. Só os índios do Conselho Indígena de Roraima são ouvidos. Os índios da Sodiur, da Arekon e Alidcir não são ouvidos. Então, que igualdade é essa? Lembro-me até de um trecho do livro *A Revolução dos Bichos* em que, quando a revolução foi feita, diziam que todos os bichos eram iguais. Mas, depois, percebeu-se que alguns eram mais iguais do que os outros, isto é, os porcos, no caso exposto nesse livro, passaram a ser melhores que os outros bichos. Então, não podemos permitir que realmente isso aconteça. E eu tenho muita confiança de que os Ministros do Supremo, amanhã, vão corrigir as distorções, as ilegalidades e as fraudes que foram cometidas nessa demarcação e fazer justiça aos brasileiros que lá vivem, sobretudo pensando no Brasil como um todo e não apenas em uma reserva isoladamente, como se ela não fizesse parte do Brasil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Sras e Srs. Senadores, a decisão do STF servirá de parâmetro para todo

e qualquer processo demarcatório de terras indígenas no Brasil. Por isso, a importância desse julgamento se agiganta, já que o que for decidido também afetará outros Estados brasileiros. Pode afetar inclusive decisões já tomadas anteriormente a respeito dessa questão.

Não concordo com o voto dado pelo Ministro Ayres de Britto. Mas acredito que outros Ministros irão fazer justiça. Por isso, continuo confiante no Supremo Tribunal Federal. Espero que o STF decida que a União não poderá mais pegar um pedaço de área do Estado e definir que aquela área será uma reserva indígena sem ouvir quem vive no local há muitas gerações.

As decisões devem passar também pelas Assembleias Estaduais, pelo Senado e pela Câmara.

O povo precisa opinar, seja por plebiscito, seja para referendar uma decisão tomada pelos seus representantes.

Falando em plebiscito, nós sempre pedimos para que se fizesse um plebiscito entre os habitantes da Raposa Serra do Sol, mas nunca conseguimos autorização para tal. O Ministério da Justiça nunca se propôs a fazê-lo, nem a Funai, nem ninguém. E por que não o fizeram? Porque as ONGs tinham certeza de que, se fizessem plebiscito, iam perder. Então, preferiram fazer dessa forma, desrespeitando a vontade da maioria da minha gente.

Confio na serenidade dos guardiões da Constituição. Confio na neutralidade e no compromisso dos Ministros com o bem coletivo e com as futuras gerações. Nas mãos do STF, está o futuro de Roraima. Nas mãos do STF, está o futuro de centenas de milhares de cidadãs e cidadãos que, juntos, a despeito das divergências e preferências, contribuem para o sentido único da Nação, que é o nosso Brasil.

Volto a afirmar que essa decisão vai afetar todos os Estados brasileiros. No Mato Grosso, já existe um movimento antropológico querendo criar uma área de três milhões de hectares, unindo duas aldeias diferentes. Vão surgir mais problemas.

Como esta é uma Casa legislativa, podemos partir para uma PEC, a fim de modificar isso. Se não conseguirmos pela lei, vamos conseguir de uma forma com que a maioria concorde aqui.

Sr. Presidente Romeu Tuma, era o que eu tinha a dizer a respeito desse julgamento sobre a Raposa Serra do Sol que vai ocorrer amanhã – está chegando o Senador Valter. E acredito que vai haver muita confusão se for mantida a decisão do jeito que está.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pela ordem, Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós vamos hoje ter a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pelo menos está constando que vamos aprovar três autoridades, ou reprová-las.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Nós temos quantas medidas provisórias na pauta, Sr. Presidente? Trancando a pauta. Duas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Tem duas. Uma trancando, a outra não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo. Nós temos um projeto de lei para votar, do cooperativismo brasileiro. Eu queria fazer um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Esse assunto já foi tratado aqui pelo Senador Osmar Dias. Houve um compromisso da Liderança para a próxima quarta-feira. Sobre o cooperativismo, não é isso?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, nós votaríamos na próxima quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Na próxima quarta-feira, segundo a palavra do Senador Romero Jucá em resposta ao Senador Osmar Dias.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, eu vou deixar para falar na próxima semana, Sr. Presidente, porque eu quero defender, depois, o cooperativismo brasileiro também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Estou dando a informação, porque V. Ex^a pode quebrar o galho e votar hoje, depende.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Se o Líder Romero Jucá deu a palavra, ele vai cumpri-la.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Já deu a palavra. Já está incluído.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Nós temos vários outros Senadores aqui para cobrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Eu sou testemunha também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem também, Sr. Presidente, em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pois não, pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Se for rápido, em seguida, V. Ex^a, Senador Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda na mesma linha do Senador que me antecedeu, eu gostaria de consultar V. Ex^a sobre a colocação em pauta, vencida a votação das medidas provisórias que trancam permanentemente a possibilidade de os Senadores trabalharem, a votação do PLS-54, de 2004, do Senador Rodolpho Tourinho, que trata do crime de seqüestro relâmpago, tipifica o crime. Está pronto para votar, não é um projeto polêmico; pelo contrário, é um projeto da maior importância. Eu pediria ao Senador Romero Jucá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pergunto ao Senador Arthur...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Romero Jucá, gostaria de saber se poderíamos incluí-lo na pauta assim que vencida a medida provisória que a está trancando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Senador Flexa, V. Ex^a me permite uma pequena intervenção?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Com todo o respeito.

Tenho dito aqui e já apresentei um projeto para criar o Colégio dos Líderes, porque ficamos sem saber o que decidiram na reunião. Está aqui o Arthur Virgílio, que nos pode informar, como Líder do PSDB, se foi incluído ou não o projeto de V. Ex^a, por pertencer ao Partido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Eu queria só seguir a ordem. Só para responder ao Senador Flexa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu estava na reunião como Líder da Minoria. O Senador Arthur Virgílio não estava, mas já deve ter sido informado sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Acho que a Casa tem de ser informada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ficamos de votar quatro autoridades. Aliás, três autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Hoje?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mas ele já disse o que vai ser votado nesta semana e na próxima. A pauta já foi formada na reunião.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, sim, evidentemente. Na terça-feira,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Vamos esclarecer isso de vez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos. Eu gostaria de pedir, então, ao Líder Arthur Virgílio que, na próxima reunião do Colégio de Líderes,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mas talvez tenha sido incluído.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... para a próxima semana, inclua não só o PLS nº 54, como também a Lei da Pesca. O Senador Romero Jucá e o Presidente Garibaldi Alves têm um compromisso com o setor da pesca brasileira de aprovar o substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura que já foi amplamente discutido com todos os segmentos, tanto dos pescadores artesanais quanto dos industriais, e com o Governo por meio da Secretaria da Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pois não, Senador Romero Jucá. Em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, para registrar, eu já tinha feito uma pequena observação.

Nós tivemos reunião de Líderes com o Presidente Garibaldi. Ficou definido que, hoje, nós votaremos três autoridades, autoridade da CVM e dois Embaixadores. Amanhã, deveremos votar outros Embaixadores e talvez a indicação do TCU, Tribunal de Contas da União. Se não for votada amanhã a indicação do Tribunal de Contas da União, será votada no primeiro item da pauta na terça-feira. Deveremos votar também a Medida Provisória nº 443 e a nº 444 na terça-feira.

Então, teremos o destrancamento da pauta. Com a pauta destrancada, deveremos votar algumas matérias importantes, entre elas, a questão da pesca e outras que os Líderes levarão.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – O cooperativismo também?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A lei do cooperativismo e outras matérias que os Líderes levarão para a reunião de Lideranças na terça-feira. A pauta que vai tratar de matérias – com a pauta desatravada – não está fechada ainda, porque os Líderes

trarão, na próxima terça-feira, algumas sugestões para o esforço concentrado que será feito terça-feira, quarta-feira e quinta-feira.

Traremos para a pauta também a questão que trata do fundo soberano para o Plenário diretamente. É uma matéria importante para o Brasil. Queremos ver essa matéria aprovada, para que o esforço brasileiro de superávit conseguido neste ano possa ser direcionado para investimentos e não para pagamento de juros no próximo ano. Portanto, é um instrumento que precisa ser discutido e votado ainda nesta Legislatura.

Outras matérias serão colocadas, como possivelmente também a emenda constitucional que trata de precatórios e outras questões que serão definidas na terça-feira na reunião de Líderes.

Esse é o comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Agradeço a V. Ex^a os esclarecimentos.

Senador Arthur Virgílio tem V. Ex^a a palavra, para complementar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é correto o que diz o Senador Romero Jucá. Eu não estive presente à reunião de Líderes porque eu estava preso – e com muita honra – a uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, em que se fazia a primeira parte de um seminário que discute projetos que, aliás, são de minha autoria, como o que propõe a reforma completa do Sistema Financeiro Nacional.

Hoje discutimos bastante, com o Dr. Henrique Levy e com o Professor Gonzaga Belluzzo, a autonomia do Banco Central. Foi um debate muito intenso. Fui representado na reunião pelo Vice-Líder Cícero Lucena, que se houve com a competência de sempre e fez com V. Ex^a e com a Liderança do Governo os acordos que cabiam.

Os acordos são precisamente esses relatados pelo Senador Romero Jucá: nós votarmos autoridades nesta semana, deixando para a próxima a decisão sobre o Tribunal de Contas da União e a Medida Provisória nº 443.

Após o destrancamento da pauta, Sr. Presidente, temos muitas reivindicações a fazer. Ouvi aqui o Senador Expedito, com muita justeza, falar no cooperativismo. Estou de acordo. O Senador Osmar Dias falou também. Estou de acordo. Mas gostaria muito de colocar como pedido também da Bancada do PSDB algo que muito de perto interessa à Senadora Marisa Serrano e ao Senador Valter Pereira, querido amigo. Queremos votar o empréstimo para Corumbá, que está pronto para ser votado.

No mais, Sr. Presidente, encerrando, o Senador Antonio Carlos Júnior vai falar, mas nós dois estamos apresentando um pedido de inserção nos *Anais* da Casa de dois artigos absolutamente memoráveis publicados na imprensa brasileira de hoje.

O primeiro é do Jornalista Merval Pereira, que analisa com muita clarividência a crise e a forma pouco consciente com que o Governo brasileiro a está enfrentando. O segundo, na linguagem contundente que o caracteriza, é um artigo do Jornalista Vinicius Torres Freire, da **Folha de S.Paulo**, também muito cástico em relação à incapacidade de o Governo olhar com realismo uma crise que é avassaladora.

Na reunião, eu disse ao Senador Antonio Carlos, Sr. Presidente, que não havia lido os jornais. Viajei de noite para cá, não consegui dormir antes nem depois porque é uma viagem muito tormentosa esse vôo que vem da minha terra para cá, quando a opção é a madrugada. Não cheguei a ler jornal hoje, mas havia dito algo parecido no debate com os Professores Henrique Levy e Gonzaga Belluzzo. O Senador Mercadante disse: "Ah, porque o Presidente Lula tem 70% de avaliação". E eu disse: Eu não estou discutin-

do isso. Não discuto se tem 70% ou se tem 97%. Não estou discutindo isso. Discuto que a mesma pesquisa diz que 78% dos brasileiros acreditam que, ano que vem, a vida melhorará, e isso não é verdade. Então há relação entre uma coisa e outra? Não sei. Também não é o que está interessando neste momento. Mas exatamente isso é tratado por Merval Pereira e por Vinicius Torres Freire com muita clarividência. Tanto que resolvemos, o Líder interino do DEM, Senador Antonio Carlos Júnior, e eu próprio, apresentar em conjunto o pedido a V. Ex^a de inserção nos **Anais** da Casa dessas duas matérias que me foram levadas pelo Senador Antonio Carlos Júnior e que merecem a atenção da Nação brasileira. Duas peças sobre as quais é efetivamente de se meditar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno)

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula fala demais

Lula faz política econômica no grito, arruma confusão inútil com o BC e não apresenta plano anticrise organizado

CPESSOAL do Banco Central está tenso. Já estava tenso com os relatos que ouviu de Henrique Meirelles a respeito de reuniões da cúpula do governo. Ficou ainda mais nervoso com os discursos de Lula, que dos palanques diz que as taxas de juros são inaceitáveis. Um diretor do BC chegou a dizer que ia embora. Outro ficou mais tiririca após ler coluna de Kennedy Alencar, colega da **Folha**, publicada domingo na **Folha Online**.

O suco do que Alencar escreveu é o seguinte: "Lula estuda agora uma eventual interferência política pública e assumida para forçar uma queda da taxa básica de juros caso o BC insista em manter os juros no atual patamar ou não sinalize que vai baixar a taxa no ano que vem".

O pessoal do Planalto, pois, está animado com a possibilidade de dar um xeque no BC. Mas faz seis anos que Lula recorre ao truque de se fazer de vítima desentendida do BC, repetido a cada semana prévia às reuniões do Copom. Mas a chorumeia luliana não foi de todo sem consequências e, desta vez, está em tom acima do queixume habitual.

No início de Lula 2, Meirelles, político esperto, aproveitou saídas voluntárias da diretoria do BC para formar equipe um pouco menos divergente das idéias da Fazenda. A atual direção do BC é mais discreta e menos carne de pescoco que a de Lula 1. Ainda assim, é o que a cúpula do PT chama de "último bastião da ortodoxia" no governo, opinião reiterada e trombeteada na reunião da tendência majoritária do partido, encerrada domingo.

Nesta temporada pré-Copom, Lula fez mais pressão sobre bancos privados, via emissários, entre eles o próprio Meirelles. Coloca na parede os presidentes dos bancos estatais. Fez discursos cada vez mais irados contra juros. Sentiu o baque da crise próxima, os pátios cheios de carros, o tombo da indústria, as primeiras levas de demissões. Um assessor próximo diz que não via Lula tão irritado com a economia desde o tempo em que se frustrava o "espetáculo do crescimento".

Mas Meirelles não pode torcer o pescoço de sua diretoria, com o que perderia credibilidade na praça. Lula daria um tiro no pé se pusesse

Meirelles para fora, em meio a tal crise. Mas, segundo suas próprias idéias, o BC tem tantos motivos para cortar a Selic como na reunião do Copom de outubro: nenhum. O cenário econômico está muito turvado e incerto, inflação e expectativas não desandam mas não baixam, o dólar foi à estratosfera.

Mas o ambiente mudou. A curva de juros de mercado levou um tombo de um mês para cá. Bancões dizem "aceitar" que a Selic caia em janeiro. Se o dólar não for da Lua a Marte, o ideal seria o BC não fazer nada agora e dar um talho significativo na Selic caso o PIB embique para baixo entre o fim de 2008 e o início de 2009. Agora, com a falação luliana, o caldo pode entornar.

Lula poderia ter apresentado um plano coerente e organizado para o período de crise, encaixando o BC no programa e cobrando a fatura da Selic, mas atrás do pano. Poderia cumprir a promessa de palanque de cortar custeio, tomar medidas para dificultar a festa cambial do mercado, organizar com Estados o deslanche de obras mal paradas etc. Mas Lula gosta de falar, vinit@uol.com.br

MERVAL PEREIRA

Aposta arriscada

O presidente Lula está dobrando a aposta na possibilidade de o futuro presidente dos Estados Unidos Barack Obama vencer rapidamente a crise econômica, e por isso já anuncia que em 2010 tudo terá passado. Prefere tentar preservar sua altíssima popularidade criando um ambiente fantasioso em torno de seu governo, a enfrentar a dura realidade que tem

Quando explicou candidamente que um médico não diria a um paciente que ele "sifu", mesmo sabendo que não tinha salvação, estava tentando explicar sua postura de animador de auditório enquanto a crise se agrava e o governo temia negá-la. Ontem, quando garantiu que este Natal será o melhor dos últimos tempos porque o país está crescendo, e que a crise estará superada em 2010 porque nenhum governo consegue manter-se com uma crise indefinidamente, estava revelando sua aposta no governo Obama.

Enquanto pode, Lula vai valorizando os números passados como se representassem o presente, tentando ganhar tempo na memória do eleitor. Mas nunca o anúncio do crescimento de uma economia será tão anacrônico quanto o do PIB de 2008, que o governo comemora antes mesmo de ser oficial.

Um aumento do PIB que já foi superior a 5% e que poderá se tornar mais próximo de 4,5%, já indicando um processo irrefreável de desaceleração que está em processo, enquanto o governo comemora-as imagens no retrovisor que vão se distanciando cada vez mais.

O formidável índice de 70% de popularidade tem tudo a ver com os 78% que ainda acreditam que 2009 será melhor, enquanto é cada vez maior a possibilidade de ha-

ver uma recessão na economia já no primeiro trimestre do próximo ano.

Que está tentando para o governo agir? Tudo indica que a persistência em preservar a popularidade do presidente e, ainda por cima, sua capacidade de influir na sucessão presidencial, leva o governo a retardar uma aceitação mais clara de que a crise já está entre nós.

Ao contrário de 2003, quando Lula tinha tempo pela frente e, sobretudo, um ministro da Fazenda como Antonio Palocci para assumir a responsabilidade de atos impopulares que sabiam resultar mais à frente, hoje Lula já não tem nem tempo nem o convencimento de que precisa tomar medidas drásticas e urgentes para evitar uma crise futura mais séria ainda.

Os governos europeus e dos EUA, ao assumirem que há uma crise gravíssima a enfrentar, criaram comitês de crise, formularam planos que incluem uma mudança política e ideológica radical.

Mas, ao contrário do que pensam petistas mais afiados que voltam a defender medidas de exceção diante da crise de autoridade do governo, nem o governo Bush admitiu que o capitalismo "sifu", nem os governos europeus estão estatizando o sistema financeiro por que se converteram ao socialismo diante da crise econômica.

pela frente nos próximos anos. Corre o risco de ter contra si a desilusão dos 78% dos brasileiros que estão convencidos de que sua vida vai melhorar em 2009, certamente embalados pela retórica presidencial. Como todo mundo que fala muito, o presidente Lula vai deixando escapar pensamentos mais íntimos, que explicam suas posições públicas, muitas aparentemente descabidas.

O que eles estão fazendo é salvar o sistema capitalista, reforçando seus princípios e corrigindo distorções. O PT, ao tentar voltar ao passado para encontrar um bode expiatório para os problemas atuais da economia que, eles prevêem, trarão dificuldades políticas para o governo, está duplamente equivocado.

Criticá a política econômica que classifica genericamente como "neoliberal", responsável pelo relativo sucesso do governo Lula até o momento, e assume novamente posições econômicas retrógradas, como a redução do superávit primário para maior investimento em obras públicas, sem poder encarar o verdadeiro problema: o gasto do governo com a máquina do Estado, aparelhada pelo PT, é a verdadeira razão de o governo não poder investir mais em desenvolvimento.

A solução dos Estados Unidos de explorar o déficit e a dívida, que terá na futura administração Barack Obama um prosseguimento mais aprofundado ainda — o que levou ontem as bolsas mundiais à euforia — não serve para Lula por uma singela diferença: Obama emite dólar e Lula emite reais.

O mundo quer cada vez mais dólares, ninguém quer reais — se quisesse, os investidores não estariam saíndo como boiada do país, fugindo do Real como o diabo da

cruz. na definição de um economista.

A origem de nossos problemas está mais do lado da oferta, ou seja, sumi o crédito para os empresários investirem e até produzirem. A necessidade é de liquidez. O Brasil pode e deve usar o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES para financiamentos da produção, mas de pouco adiantará se esses bancos estatais forem mal usados, se demoram para agir, ou ficarem "trocando figurinhas dentro do próprio governo".

Todos descarregaram crédito para a Petrobras e, mais grave, a maior parte para capital de giro. Na melhor das hipóteses, significa que a Petrobras está tirando crédito do resto da economia, como o próprio Lula reconheceu há alguns dias.

Da mesma maneira, se se confirmar a decisão do governo de acelerar os gastos das estatais para tentar evitar a recessão, haverá menos créditos para pequenas e médias empresas.

Em vez de tentar assumir o lugar da iniciativa privada para aquecer a economia, o governo brasileiro deveria estar empolgado em conter despesas públicas — de preferência buscando o déficit nominal zero — para poder atingir um índice de investimento entre 25% e 30% do PIB, e reduzir a carga tributária, além de retomar negociações para reformas tributária e previdenciária profundas.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar em seguida, porque eu já havia pedido também.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em aditamento

ao que disse o Senador Arthur Virgílio, Sr. Presidente, solicito a inserção dos dois artigos importantes do Jornalista Merval Pereira e do Jornalista Vinicius Torres Freire que abordam a situação atual da economia brasileira, a crise atual e o Banco Central.

São artigos da maior importância e, portanto, estamos solicitando em conjunto a inserção nos **Anais** da Casa.

DOCUMENTOS A QUE SE REFEREM O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno)

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula fala demais

Lula faz política econômica no grito, arruma confusão inútil com o BC e não apresenta plano anticrise organizado

CPESSOAL do Banco Central está tenso. Já estava tenso com os relatos que ouviu de Henrique Meirelles a respeito de reuniões da cúpula do governo. Ficou ainda mais nervoso com os discursos de Lula, que dos palanques diz que as taxas de juros são inaceitáveis. Um diretor do BC chegou a dizer que ia embora. Outro ficou mais tiririca após ler coluna de Kennedy Alencar, colega da **Folha**, publicada domingo na Folha Online.

O suco do que Alencar escreveu é o seguinte: "Lula estuda agora uma eventual interferência política pública e assumida para forçar uma queda da taxa básica de juros caso o BC insista em manter os juros no atual patamar ou não sinalize que vai baixar a taxa no ano que vem".

O pessoal do Planalto, pois, está animado com a possibilidade de dar um xeque no BC. Mas faz seis anos que Lula recorre ao truque de se fazer de vítima desentendida do BC, repetido a cada semana prévia às reuniões do Copom. Mas a chorumeia luliana não foi de todo sem consequências e, desta vez, está em tom acima do queixume habitual.

No início de Lula 2, Meirelles, político esperto, aproveitou saídas voluntárias da diretoria do BC para formar equipe um pouco menos divergente das idéias da Fazenda. A atual direção do BC é mais discreta e menos carne de pescoco que a de Lula 1. Ainda assim, é o que a cúpula do PT chama de "último bastião da ortodoxia" no governo, opinião reiterada e trombeteada na reunião da tendência majoritária do partido, encerrada domingo.

Nesta temporada pré-Copom, Lula fez mais pressão sobre bancos privados, via emissários, entre eles o próprio Meirelles. Coloca na parede os presidentes dos bancos estatais. Fez discursos cada vez mais irados contra juros. Sentiu o baque da crise próxima, os pátios cheios de carros, o tombo da indústria, as primeiras levas de demissões. Um assessor próximo diz que não via Lula tão irritado com a economia desde o tempo em que se frustrava o "espetáculo do crescimento".

Mas Meirelles não pode torcer o pescoço de sua diretoria, com o que perderia credibilidade na praça. Lula daria um tiro no pé se pusesse

Meirelles para fora, em meio a tal crise. Mas, segundo suas próprias idéias, o BC tem tantos motivos para cortar a Selic como na reunião do Copom de outubro: nenhum. O cenário econômico está muito turvado e incerto, inflação e expectativas não desandam mas não baixam, o dólar foi à estratosfera.

Mas o ambiente mudou. A curva de juros de mercado levou um tombo de um mês para cá. Bancões dizem "aceitar" que a Selic caia em janeiro. Se o dólar não for da Lua a Marte, o ideal seria o BC não fazer nada agora e dar um talho significativo na Selic caso o PIB embique para baixo entre o fim de 2008 e o início de 2009. Agora, com a falacção luliana, o caldo pode entornar.

Lula poderia ter apresentado um plano coerente e organizado para o período de crise, encaixando o BC no programa e cobrando a fatura da Selic, mas atrás do pano. Poderia cumprir a promessa de palanque de cortar custeio, tomar medidas para dificultar a festa cambial do mercado, organizar com Estados o deslanche de obras mal paradas etc. Mas Lula gosta de falar. vinit@uol.com.br

MERVAL PEREIRA

Aposta arriscada

O presidente Lula está dobrando a aposta na possibilidade de o futuro presidente dos Estados Unidos Barack Obama vencer rapidamente a crise econômica, e por isso já anuncia que em 2010 tudo terá passado. Prefere tentar preservar sua altíssima popularidade criando um ambiente fantasioso em torno de seu governo, a enfrentar a dura realidade que tem

Quando explicou candidamente que um médico não diria a um paciente que ele "sifu", mesmo sabendo que não tinha salvação, estava tentando explicar sua postura de animador de auditório enquanto a crise se agrava e o governo temia negá-la. Ontem, quando garantiu que este Natal será o melhor dos últimos tempos porque o país está crescendo, e que a crise estará superada em 2010 porque nenhum governo consegue manter-se com uma crise indefinidamente, estava revelando sua aposta no governo Obama.

Enquanto pode, Lula vai valorizando os números passados como se representassem o presente, tentando ganhar tempo na memória do eleitor. Mas nunca o anúncio do crescimento de uma economia será tão anacrônico quanto o do PIB de 2008, que o governo comemora antes mesmo de ser oficial.

Um aumento do PIB que já foi superior a 5% e que poderá se tornar mais próximo de 4,5%, já indicando um processo irrefreável de desaceleração que está em processo, enquanto o governo comemora-as imagens no retrovisor que vão se distanciando cada vez mais.

O formidável índice de 70% de popularidade tem tudo a ver com os 78% que ainda acreditam que 2009 será melhor, enquanto é cada vez maior a possibilidade de ha-

ver uma recessão na economia já no primeiro trimestre do próximo ano.

Que está tentando para o governo agir? Tudo indica que a persistência em preservar a popularidade do presidente e, ainda por cima, sua capacidade de influir na sucessão presidencial, leva o governo a retardar uma aceitação mais clara de que a crise já está entre nós.

Ao contrário de 2003, quando Lula tinha tempo pela frente e, sobretudo, um ministro da Fazenda como Antonio Palocci para assumir a responsabilidade de atos impopulares que sabiam resultar mais à frente, hoje Lula já não tem nem tempo nem o convencimento de que precisa tomar medidas drásticas e urgentes para evitar uma crise futura mais séria ainda.

Os governos europeus e dos EUA, ao assumirem que há uma crise gravíssima a enfrentar, criaram comitês de crise, formularam planos que incluem uma mudança política e ideológica radical.

Mas, ao contrário do que pensam petistas mais afiados que voltam a defender medidas de exceção diante da crise de autoridade do governo, nem o governo Bush admitiu que o capitalismo "sifu", nem os governos europeus estão estatizando o sistema financeiro por que se converteram ao socialismo diante da crise econômica.

pela frente nos próximos anos. Corre o risco de ter contra si a desilusão dos 78% dos brasileiros que estão convencidos de que sua vida vai melhorar em 2009, certamente embalados pela retórica presidencial. Como todo mundo que fala muito, o presidente Lula vai deixando escapar pensamentos mais íntimos, que explicam suas posições públicas, muitas aparentemente descabidas.

O que eles estão fazendo é salvar o sistema capitalista, reforçando seus princípios e corrigindo distorções. O PT, ao tentar voltar ao passado para encontrar um bode expiatório para os problemas atuais da economia que, eles prevêem, trarão dificuldades políticas para o governo, está duplamente equivocado.

Criticá a política econômica que classifica genericamente como "neoliberal", responsável pelo relativo sucesso do governo Lula até o momento, e assume novamente posições econômicas retrógradas, como a redução do superávit primário para maior investimento em obras públicas, sem poder encarar o verdadeiro problema: o gasto do governo com a máquina do Estado, aparelhada pelo PT, é a verdadeira razão de o governo não poder investir mais em desenvolvimento.

A solução dos Estados Unidos de explorar o déficit e a dívida, que terá na futura administração Barack Obama um prosseguimento mais aprofundado ainda — o que levou ontem as bolsas mundiais à euforia — não serve para Lula por uma singela diferença: Obama emite dólar e Lula emite reais.

O mundo quer cada vez mais dólares, ninguém quer reais — se quisesse, os investidores não estariam saíndo como boiada do país, fugindo do Real como o diabo da

cruz. na definição de um economista.

A origem de nossos problemas está mais do lado da oferta, ou seja, sumi o crédito para os empresários investirem e até produzirem. A necessidade é de liquidez. O Brasil pode e deve usar o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES para financiamentos da produção, mas de pouco adiantará se esses bancos estatais forem mal usados, se demoram para agir, ou ficarem "trocando figurinhas dentro do próprio governo".

Todos descarregaram crédito para a Petrobras e, mais grave, a maior parte para capital de giro. Na melhor das hipóteses, significa que a Petrobras está tirando crédito do resto da economia, como o próprio Lula reconheceu há alguns dias.

Da mesma maneira, se se confirmar a decisão do governo de acelerar os gastos das estatais para tentar evitar a recessão, haverá menos créditos para pequenas e médias empresas.

Em vez de tentar assumir o lugar da iniciativa privada para aquecer a economia, o governo brasileiro deveria estar empolgado em conter despesas públicas — de preferência buscando o déficit nominal zero — para poder atingir um índice de investimento entre 25% e 30% do PIB, e reduzir a carga tributária, além de retomar negociações para reformas tributária e previdenciária profundas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Depois, o Senador Expedito Júnior.

Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, na reunião da Comissão de Relações Exteriores, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo sobre a Comissão de Fomento Andino e o Governo brasileiro, que fizeram um entendimento pelo qual o Governo brasileiro subscreve quotas da corporação de fomento andino.

É importante que essa matéria seja votada o quanto antes, Sr. Presidente. Portanto, solicito a seguinte informação: Quando é que o Projeto de Decreto Legislativo sobre o acordo pelo qual o Governo brasileiro subscreve quotas da Comissão de Fomento Andino será apreciado e votado, uma vez que a matéria está em regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a me permita recorrer aqui à Secretaria-Geral da Mesa, à Assessoria da Dr^a Cláudia para responder a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá um retorno muito breve.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já ouvi aqui as palavras do Líder Arthur Virgílio e também o compromisso do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Mas eu gostaria de ainda fazer um apelo para que possamos votar, na semana que vem, a Lei do Cooperativismo Brasileiro.

Sei que já se busca esse entendimento e tenho certeza que o Plenário está pronto para votar, para dar seu voto, assim que os Líderes decidirem. A Lei do Cooperativismo Brasileiro é uma matéria muito importante – são várias as matérias importantes – cuja votação o Brasil inteiro nos cobra. Não deveríamos deixar passar a semana que vem para votá-la. Sei que é uma decisão do Colégio de Líderes; sei que o Senador Arthur Virgílio e o Líder do Governo já assumiram compromisso, mas peço aos demais Líderes para que, na próxima semana, possamos votar aqui a Lei do Cooperativismo Brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.601, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento da PEC n° 1, de 2008, que “Faculta a criação de CPI mediante iniciativa popular”, a qual tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 1, de 2006; 4, de 2006; 6, de 2000; 8, de 2008; 9 de 2007; 9, de 2008; 11, de 2008; 12, de 2008; 14, de 2006; 18, de 2006; 25, de 2004; 28, de 2003; 28, de 2006; 30, de 2006; 31, de 2003; 32, de 2005; 34, de 2003; 47, de 2003; 47, de 2006; 48, de 2005; 50, de 2004; 19, de 2006; 52, de 2003; 54, de 2007; 62, de 2007; 63, de 2007; 71, de 2007; 77, de 2007 e 72, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria, para que a mesma tenha tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.602, DE 2008

Requer a prorrogação das atividades da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento n° 227, de 2008; com as modificações do Requerimento n° 794, de 2008, ambos aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

Requeiro a prorrogação das atividades da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data inicialmente prevista para encerramento dos trabalhos, que serão concluídos, uma vez aprovado o presente Requerimento, até 28 de julho de 2009.

Justificação

O Requerimento nº 227, de 2008, que criou a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Penal estipulava o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão dos trabalhos. Em complemento, o art. 2º do Ato do Presidente nº 11, de 2008, estabeleceu a data de 1º de agosto de 2008, como termo inicial de contagem daquele prazo.

Portanto, a vista dos aludidos atos normativos, os trabalhos da Comissão de Juristas encerrar-se-iam em 28 de janeiro de 2008.

Sucede que, em 9 de dezembro de 2008, os membros da Comissão de Juristas subscreveram ofício ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho solicitando a prorrogação dos trabalhos por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data inicialmente prevista para o encerramento das atividades.

Na qualidade de autor do Requerimento nº 227, de 2008, os membros da Comissão dirigiram-me cópia daquele ofício (docs. juntos).

Considerando o alto nível das discussões e das propostas já esboçadas pela referida Comissão, bem como a razoabilidade do pedido de prorrogação, tendo em vista a inegável complexidade da tarefa, que passará, ainda, para a sua conclusão, por um processo de consulta pública, entendemos que os trabalhos não podem ser interrompidos prematuramente.

Estamos conscientes de que a confecção do anteprojeto é um desafio que exige grande reflexão e responsabilidade. Associamo-nos, assim, ao pedido de prorrogação das atividades da Comissão de Juristas, cujo desempenho tem sido elogiável, a despeito de todas as dificuldades que envolvem a matéria.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senado **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.603, DE 2008

Requer voto de aplauso a Paula Toller, cantora e letrista, conhecida pela sua atuação como vocalista da banda Kid Abelha, pela conquista do Disco de Platina, representativo da marca de 100 mil downloads pagos na Internet e em telefones celulares, extraídos de músicas que gravou em CD.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a cantora carioca Paula Toller, também letrista, pela conquista de Disco de Platina, representativo da marca de 100 mil **downloads** pagos na Internet e em telefones celulares, extraídos de músicas que gravou em CD.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Paula Toller, a vitoriosa cantora carioca que se tornou famosa pela sua participação, como vocalista, na Banda Kid Abelha foi criada pelos avós paternos Paulo e Renée, ele cirurgião aposentado, ex-assessor da presidência da República e do Governo do Estado da Guanabara, historiador e autor de vários livros. Ela, dona de casa e gerente de uma pensão de senhoras idosas. O pai de Paula também morava com eles. Sua mãe abandonou-a quando ainda era criança.

No tempo de infância e adolescência, as músicas de Bach, Mozart, Beethoven, Chopin entre outros clássicos, predominavam em sua casa. Havia também discos de música espanhola e algumas óperas. De popular, Carmem Miranda, Elis Regina e Beatles (único **rock** aceito por seu avô). Paula completava os estudos com aulas de bale e inglês e tinha intenção de tornar-se professora desse idioma.

Aos dezessete, entrou para os cursos de Desenho Industrial e Comunicação Visual da PUC do Rio de Janeiro e também iniciou estudos de francês. Fez estágio num escritório de programação visual e fazia **freelances** para complementar sua pequena mesada. Traduzia livros e teses para o pessoal da faculdade, ficava na secretaria de sua academia de dança durante as férias e revisava os livros do avô. No quarto de seu irmão, ouviu pela primeira vez James Brown e Tim Maia.

Os primeiros discos que comprou eram de trilha de telenovela (em que havia Stevie Wonder, Marcos Valle, Paulo Sérgio Valle, Jackson Five.)

Depois disso, Janis Joplin e Rita Lee na veia. Nas festinhas (se chamavam “Arrastas”) rolava Slade, Led Zeppelin, Pink Floyd, Billy Paul, Michael Jackson e Stylistics (as lentas). Já na faculdade, tornou-se viçada em rádio.

Pela conquista do Disco de Platina, que expressa seu grande talento como cantora, Paula é merecedora do voto de aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 1.604, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Academia Amazonense de Letras, pela iniciativa de interiorizar a cultura, nos municípios amazonenses, com a criação de Academias de Letras, a primeira delas, no final de novembro último, implantada em Parintins.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, Voto de Aplauso a Academia Amazonense de Letras, pela iniciativa de interiorizar a cultura, nos municípios amazonenses, com a criação de Academias de Letras, a primeira delas, no dia 29 de novembro último, implantada em Parintins.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da Academia Amazonense de Letras, José Braga e ao Diretor de Eventos, Antonio Loureiro e, por seu intermédio, aos membros que compõem a Academia de Letras de Parintins.

Justificação

É meritória a iniciativa da Academia Amazonense de Letras, de disseminar a cultura no interior do Amazonas. Trata-se de projeto que prevê a criação, em municípios amazonenses, de Academias de Letras, em tudo assemelhadas a AAL. A primeira dessas Academias foi implantada, em 29 de novembro de 2008, em Parintins, o Município que se tornou conhecido mundialmente pelo seu fantástico Festival Folclórico Internacional.

Em Parintins, os “imortais” que compõem a Academia de Letras local são: Basílio Tenório, diretor e pesquisador do Instituto Geográfico de Parintins; Carlos Paulain, compositor; Chico da Silva, compositor; Fátima Guedes, pesquisadora e professora da Língua Portuguesa; Floriano Lins, jornalista e pesquisador; Massion Cursino, advogado e economista; Narciso Picanço, advogado; Neuton Corrêa, radialista; Tadeu de Souza, radialista; Wilson Nogueira, jornalista; Felíssimo Barbosa, professor e pesquisador da UFAM; Gláucio Gonçalves, ex-Deputado e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas; Padre Sócio, pesquisador do Pontifício Instituto Missões Exterior; Odinéia Andrade, pesquisadora; e Simão Assayag, pesquisador.

Pela iniciativa, a Academia Amazonense de Letras é merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 1.605, DE 2008

Requer Voto de Estímulo ao ator Fábio Assunção, que deixa momentaneamente seu trabalho em novelas para submeter-se a tratamento médico nos Estados Unidos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Estímulo ao ator Fábio Assunção, um dos mais talentos valores da televisão brasileira, que deixa momentaneamente seu trabalho na Globo para submeter-se a tratamento médico nos Estados Unidos.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do ator.

Justificação

Fábio Assunção, talentoso ator de novela, conquistou o primeiro time da Rede Globo pela sua seriedade profissional, ao lado de sua categoria e de outros atributos. Essa responsabilidade é mais uma vez demonstrada pelo gesto do ator, que preferiu afastar-se momentaneamente do trabalho, a fim de se submeter a tratamento médico nos Estados Unidos. Vítima, como tantos, do vício em cocaína, Fábio sai de cena, mas a ela, sem dúvida nenhuma, haverá de retornar o mais breve possível, como, aliás, é desejo de sua incontável legião de admiradores.

Dependente de cocaína, ele próprio reconheceu que já não conseguiu desempenhar-se a contento; não conseguia decorar os textos e chegava a dormir em algum canto do estúdio. Daí a decisão, dele mesmo, de ausentar-se por um tempo.

É, pois, merecedor do Voto de Estímulo, que ora requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 1.606, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao pintor Cláudio Andrade, pela inauguração de três painéis de sua criação, com motivo amazônico, na Igreja Mamãe Margarida, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao pintor Cláudio Andrade, pela inauguração de três painéis de sua criação, com motivo da Amazônia, na Igreja Mamãe Margarida, no bairro Zumbi, em Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

O artista plástico e paisagista amazonense Cláudio Andrade há 30 anos usa em suas obras motivos da Amazônia. Em novembro, foram inaugurados em Manaus três grandes painéis e sua autoria, a Igreja Mamãe Margarida. PS painéis, com 10 metros de altura, representam Jesus em plena Floresta Amazônica. As cenas dividem-se em três partes: 1 – Criação do Universo, em que aparece como cenário o famoso encontro das águas; 2 – a ressurreição de Cristo e 3 – a consagração do pão e vinho.

O artista é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.607, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Superior Tribunal Militar, pelo lançamento do livro Coletânea de Estudos Jurídicos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Superior Tribunal Militar, pelo lançamento, no dia 9 de dezembro de 2008, do livro Coletânea de Estudos Jurídicos, publicado em homenagem ao Bicentenário da criação da Justiça Militar no Brasil.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Tenente–Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre e, por seu intermédio às coordenadoras da edição, Ministra Maria Elizabaeth Guimarães Teixeira Rocha e Juíza-Auditora Zilah Maria Callado Fadul Petersen.

Justificação

A publicação do livro Coletânea de Estudos Jurídicos, promovida pelo Superior Tribunal Militar é notável contribuição para a bibliografia jurídica especializada do Brasil. Ademais, marca o Bicentenário de criação da Justiça Militar no Brasil. Trata-se, pois, de obra de grande valor didático, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.608, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal na 8ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) – 2009 Amazônia,

entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2009, na cidade de Belém do Pará.

Justificação

O Fórum Social Mundial tem se constituído em um espaço de debate democrático de idéias, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e de outras organizações da sociedade civil.

O Conselho Internacional do FSM decidiu realizar a 8ª edição do Fórum Social Mundial na região denominada Pan-Amazônia, mais especificamente na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, Brasil, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro de 2009. Tal decisão constitui-se em uma grande oportunidade para as organizações e movimentos sociais da Pan-Amazônia fortalecerem seus laços.

Nesse sentido, pela importância mundial do evento, acrescido pela oportunidade estratégica do ponto de vista regional, consideramos de fundamental importância que o Senado Federal, uma das Casas que compõe o Parlamento Brasileiro, se faça presente por meio de uma comissão de parlamentares, na 8ª edição do Fórum Social Mundial.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.609, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja consultada quanto a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2008; que “Revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998”, em precedência a Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Justificação

Trata-se de projeto de Resolução que tem por fim modificar a Resolução nº 47, para, em última análise, isentar o Estado do Paraná de multa por descumprimento do contrato celebrado com a União.

O inadimplemento do contrato de compra e venda dos títulos deu causa a aplicação de sanção, por parte da União (STN), prevista no contrato de refinanciamen-

to da dívida estadual, correspondente a alteração dos critérios de remuneração do saldo devedor.

Essa consequência decorreu da circunstância de a União ter considerado que o descumprimento do contrato de compra e venda dos títulos, porque vinculado aos contratos de abertura de crédito e de renegociação da dívida estadual, significou o descumprimento deste último.

Essa leitura é confirmada por pareceres do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como por manifestações judiciais da União.

A Resolução nº 47/2007, não surtiu efeito, pelo seu não cumprimento por parte do Executivo, conforme sabiamente previsto pelo Senador Jefferson Peres quando da sua votação:

“Senador Aloizio Mercadante, ontem alertei a Comissão de Assuntos Econômicos sobre a injuridicidade, a meu ver, dessa resolução. Pedi que ela fosse remetida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a emissão de um parecer. Não fui ouvido, infelizmente. Eu também não quis criar problemas. Havia um acordo político para aprovar, mas acho que essa resolução do Senado não tem validade jurídica, e inócuas; a União não vai cumpri-la.”

A matéria volta agora ao exame da CAE, através de projeto do Senador Osmar Dias, propondo nova alteração da Resolução nº 98, nos mesmos termos da proposta inicial do Senador Romero Jucá (PRS nº 36/2007).

Por se tratar de matéria que invade preceitos constitucionais e pode estar a ferir o ato jurídico perfeito, princípio da segurança jurídica, além de envolver interpretação de contrato, a invadir competência do Poder Judiciário, torna-se obrigatório o exame pela Comissão de Constituição e Justiça.

Esses são os motivos que nos levam a requerer que, sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° 742/08/PS-GSE

Brasília, 4 de dezembro de 2008

Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 2-12-08, as Emendas de nºs 1 e 2 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008 (Medida Provisória nº 440, de 2008, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos de IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico do Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SDEC; altera as Leis nºs 10.910, do 15 do julho do 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada a sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente. – Deputado **Osmar Serraglia**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o **Projeto de Lei de Conversão nº 27, de**

2008, proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 744/08/PS-GSE

Brasília, 5 de dezembro de 2008

Assunto: Envio de PEC para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 495-B de 2006 do Senado Federal (PEC nº 12/04, na Casa de origem), que “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.”, aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica que, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o Substitutivo da Câmara à **Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004**, que acaba de ser lido, é considerado proposta nova, foi numerado como 12 – A, de 2004, e vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estando sujeito às disposições específicas dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o seguinte o Substitutivo:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
A PROPOSTA DE EMENDA A
CONSTITUIÇÃO N° 12-A, DE 2004**
(Nº 495/2006, naquela Casa)

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 96:

“Art. 96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramen-

to de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado-Membro à época da sua criação.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**PROPOSTA ORIGINAL APROVADA PELO
SENADO FEDERAL ENCAMINHANDA PARA
REVISÃO DA CAMARA DOS DEPUTADOS.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000.

Art. 1º É acrescentado o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 95. O disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não se aplica aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 707/2008/PS-GSE

Brasília, 5 de dezembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de PL para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.129, de 2008, do Senado Federal, (PLS nº 696, de 2007, na Casa de origem), que “Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973,

que aprova o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado das rodovias BR-080 e BR-414.", de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

É o seguinte o Substitutivo:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO
DE LEI DO SENADO N° 696, DE 2007**
(Nº 3.129/2008naquela Casa)

Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado das rodovias BR-080 e BR-414.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado das rodovias BR-080 e BR-414.

Art. 2º As diretrizes das rodovias BR-080 e BR-414, constantes do item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte descrição:

**"2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias
do Sistema Rodoviário Federal**

BR	PONTOS DE PASSAGEM	Unidades da Federação	Extensão (Km)	Superposi-	
				BR	Km
RODOVIAS RADIAIS					
.....
080	Brasília – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves – São José do Xingu – Matupá – Cotriguaçu – Nova União – Colniza – Machadinho D’oeste – Ariquemes (entroncamento com a BR-364) – Buritis – Nova Mamoré – Guajará-Mirim (fronteira com a Bolívia)	DF – GO – MT – RO	3.343	–	–
.....
LIGAÇÕES					
.....
414	Porangatu – Campinaçu Minaçu – Colinas do Sul – Nicquelândia – Anápolis	GO	622	–	–
.....

"(NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.**

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL
ENCAMINHANDO PARA REVISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, para modificar o traçado da BR-080.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da rodovia BR-080, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

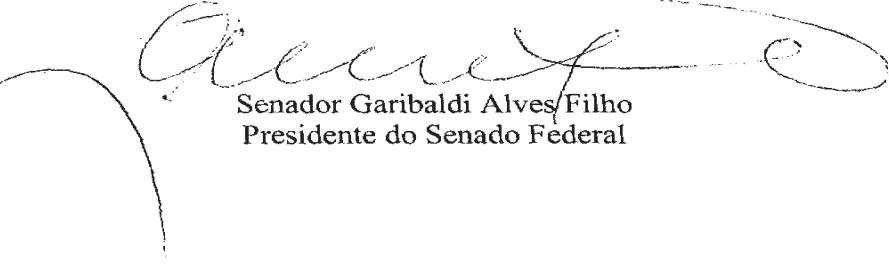
BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (Km)	Superposição BR Km
080	Brasília – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves – Alô Brasil – São José do Xingu – Matupá – Cotriguaçu – Nova União – Colniza – Machadinho D’Oeste – Ariquemes (Entroncamento com a BR-364)	DF – GO – MT - RO	1.850	- -

” (NR)

Art. 2º O traçado definitivo, a designação oficial e demais características da descrição de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de março de 2008.



Senador Garibaldi Alves/Filho
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**

– N° 400/2008, de 2 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.211, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 1.219, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 259, de 2008 (nº 978, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Acre, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação do crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PROACRE.

Relator: Senador Eduardo Suplicy

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Acre, por intermédio da Mensagem nº 259, de 2008, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação do crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Inclusão

Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PROACRE.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os recursos totais do programa alcançam o valor de US\$150 milhões, a serem desembolsados nos anos de 2009 a 2014, sendo US\$120 milhões provenientes do BIRD e contrapartida estadual no montante de US\$30 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema do Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA483360.

A presente operação do crédito só processará na modalidade de empréstimo com margem fixa (**Fixed Spread Loan**), na qual incidem juros vinculados a LIBOR semestral para dólar norte-americano, mais despesas e margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato. A margem fixa acordada é de 0,30% ao ano.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4,91% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, considerada aceitável por essa Secretaria, em face do custo atual da captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

II – Análise

Conforme ressaltado nos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, anexos a Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado do Acre atende as formalidades estabelecidas na Constituição Federal e nas Resoluções nº 48, de 2007, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como na Lei Complementar nº 101, de 4 do maio de 2000. Em particular, os limites relativos ao montante anual passível de contratação, ao montante máximo do comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e ao montante da dívida consolidada dos estados.

Com efeito, essa operação implicaria, para o Estado do Acre, dispêndios totais com os serviços de sua dívida financeira que não ultrapassariam o valor máxima com a proporção da Receita Corrente Líquido, do 11,5% (o Estado do Acre apresenta comprometimento médio do 6,39% de 2008 a 2012), num contexto em que o estado apresenta, também, endividamento

consolidado não expressivo: dívida consolidada líquida equivalente a 0,62 vez a sua receita corrente líquida, menos da metade de montante global admitido, de duas vezes, nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal. De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, a Dívida Consolidada Líquida do Estado do Acre, na data-base setembro de 2008, corresponde a R\$1.327 bilhão, incluídas aqui as operações de crédito já contratadas, as já autorizadas e as ainda em tramitação. Note-se que a Receita Corrente Líquida do Estado, para a mesma data-base, atinge R\$2.127 bilhões.

Fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Acre apresenta capacidade de pagamento suficiente. Isto é, baseada em estudo que define projeções até 2017 para o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do estado, afirma que a margem disponível para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois a margem disponível apurada e sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo de R\$626,56 milhões, em 2008, e chegando a R\$1.456,10 milhões, em 2017.

Por outro lado, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 1.280, de 3 do novembro de 2008, também anexa ao processado, quanto à capacidade do pagamento, o Estado foi classificado na categoria "B", suficiente para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 1997. Além disso, a operação de crédito em análise está incluída no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Acre, Limitada ao Valor do US\$120 milhões, e adimplente em relação às metas e compromissos desse Programa.

Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Acre. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contra garantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias do que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das

transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Acre nos últimos anos.

Conclui a Secretaria do Tesouro Nacional, segundo critérios estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda, que o Estado possui, portanto, capacidade do pagamento para a contratação da referida operação de crédito e para o recebimento de garantia da União.

Por fim, relativamente às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado do Acre encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, com a União e suas entidades controladas e com a prestação de contas de recursos dela recebidos.

Assim, satisfeitas as condições financeiras e formais estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Dessa forma, a operação do crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2007, observando, assim, os limites do endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal, bem como as exigências para que a União conceda a garantia solicitada.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado do Acre, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Acre encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2008

Autoriza o Estado do Acre a contratar operação do crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Acre autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor do até US\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se financiamento parcial do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PROACRE.

§ 2º Ficam facultadas a conversão da taxa de juros, do flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação do crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo BIRD na sua realização e de uma Comissão de Transação que varia de 0,125% a 0,25% sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação do crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Acre;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução o Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor até US\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América):

V – prazo de desembolso: até 31 de março de 2015;

VI – carência: oitenta e quatro meses;

VII – amortização: em quarenta e duas parcelas semestrais, sucessivas, e sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2016 e a última em 15 de outubro de 2036, sendo cada uma das 41 primeiras parcelas correspondente a 2,38% do valor total do empréstimo e a última a 2,42%;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela LIBOR semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixada na data da assinatura do contrato;

IX – comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – juros de mora: 0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora trinta dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data da assinatura do contrato do empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Acre na contratação da operação do crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Acre celebre contrato com a União para a concessão do contra garantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias do que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas do que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente vinculadoras da União federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 259, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
A ^o TONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-HERÁCLITO FORTES (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

RTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIAI
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção IV
Dos Impostos dos Estados
e do Distrito Federal**

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – transmissão **causa mortis** e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III – propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III – terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de **cujus** possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV – terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II – a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V – é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI – salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias a nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX – incidirá também:

a) sobre a entrada do bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o esta-

belecionamento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X – não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII – cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar a regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, **a**;

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não só aplicará o disposto no inciso X, **b**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do **caput** deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços do telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, **h**, observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda constitucional nº 33, de 2001)

I – nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados do petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II – nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III – nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g**, observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou **ad valorem**, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos

termos do § 2º, XII, g. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda constitucional nº 42, de 19-12-2003)

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Seção VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154,I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao seminário do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês do dezembro do cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com a previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212, e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste art-

tigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....
§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1.219, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 65, de 2008 (MSF 259/2008), que *autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco International para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), pelo transcurso dos seus 50 anos, de acordo com os Requerimentos nºs 1.357 e 1.388, de 2008, dos Senadores Eduardo Azeredo, Eli- seu Rezende e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2007**
(nº 2.477/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008**
(nº 534/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2008**
(nº 587/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008**
(nº 638/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASC-COMVE – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2008**
(nº 504/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2008** (nº 578/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008** (nº 550/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Rádio Comunitária “Vila Pavão que Queremos” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2008** (nº 625/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008** (nº 635/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, DE 2008

Acrescenta §§ s 4º e 5º ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre a integração da remuneração do serviço suplementar no cálculo da gratificação natalina e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º o art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art.1º.....

§ 4º A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina, dividindo-se o valor total das remunerações recebidas no ano, em razão do serviço suplementar, por doze, ou dividindo-se a soma dos valores recebidos a esse título pelo número de dias trabalhados, quando o contrato durar menos de um ano.

§ 5º Consideram-se habituais as horas de serviço suplementar, quando prestadas em mais de cinqüenta por cento dos dias trabalhados no ano ou na maior parte dos dias do contrato, quando este durar menos de um ano. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Súmula nº 45 do Tribunal Superior do Trabalho estabeleceu que “a remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090, de 13, de julho de 1962”.

Dessa forma, são evitadas distorções no pagamento do décimo terceiro salário, que poderia ser calculado sobre uma remuneração que não é a habitual, na hipótese de não realização de trabalho suplementar no mês de dezembro daquele ano. Haveria uma frustração parcial na concessão do direito e uma queda relativa nas expectativas de renda do trabalhador.

A decisão jurisprudencial, portanto, pretendeu cobrir uma lacuna legal, prejudicial ao trabalhador.

Também não há na legislação, nem na Súmula, uma definição clara do que seria a habitualidade. Acompanhado a doutrina, consideramos importante a elevação da referida norma da jurisprudência ao patamar de lei, fixando um conceito jurídico para a habitualidade.

Nesse sentido, optamos por considerar habituais os serviços extraordinários realizados em mais de cinqüenta por cento dos dias trabalhados no ano ou na maior parte dos dias de contrato, quando esse durar menos de um ano, dividindo-se o total da remuneração adicional das horas-extras por doze, no primeiro caso, e dividindo-se a mesma remuneração pelo número de dias trabalhados, no segundo caso.

Optamos por uma fórmula que não onere excessivamente o empregador, com a realização dos serviços extraordinários, o que poderia desestimular essa modalidade de trabalho, embora saibamos que há uma

resistência ao uso das horas-extras e muitos defendam a tese de sua pura e simples proibição.

De qualquer forma, enquanto essa prática existir é justo e relevante que o trabalhador aufira todos os direitos dela decorrente.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos pares durante a tramitação desta matéria, objetivando a sua aprovação com a urgência merecida.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962

Regulamento

Novo Regulamento

Novo Regulamento Vide Lei n° 4.749, de 1965

Vide Lei n° 7.855, de 1989

Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º A gratificação será proporcional: (Incluído pela Lei n° 9.011, de 1995)

I – na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e (Incluído pela Lei n° 9.011, de 1995)

II – na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro. (Incluído pela Lei n° 9.011, de 1995)

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do art. 1º desta lei.

Art. 3º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos parágrafos 1º e 2º do

art. 1º desta lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1962; 141º da Independência e 74º da República. – **João Goulart – Francisco Brochado da Rocha – Hermes Lima.**

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 471, DE 2008

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte Título VI:

“Título VI Da Informatização

Art. 38-A. O uso de meio eletrônico em prontuário de paciente, assim como no registro, na comunicação, na transmissão e na autorização de procedimento ambulatorial e hospitalar, de internação hospitalar, de resultado e laudo de exame, de receita médica e das demais informações de saúde serão admitidos nos termos desta Lei.

Art. 38-B. O envio de resultado, de laudo, de receita, de guia de autorização, e o registro de internação, de procedimento ambulatorial e hospitalar e das demais informações de saúde, por meio eletrônico, serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o cadastramento prévio junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 38-C. O Sistema Único de Saúde (SUS) criará cadastro único nacional de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde. § 1º O cadastro a que se refere o **caput** abrangerá a totalidade dos cidadãos brasileiros, bem como todos os profissionais de saúde que atuem no País, e os serviços de saúde públicos e privados.

§ 2º Ao cadastrado será atribuído número nacional de identificação.

§ 3º Ao cadastrado será facultado meio de acesso aos sistemas.

§ 4º O cadastramento e o acesso aos sistemas dar-se-ão de modo a preservar o sigilo, a identidade, a integridade e a auten-

ticidade dos registros, das comunicações e dos sistemas.

Art. 38-D. Todas as comunicações e as informações de saúde que transitem entre estabelecimentos, serviços e unidades de saúde de qualquer natureza, públicas ou privadas, com ou sem vínculo com o Sistema Único de Saúde (SUS), serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

Art. 38-E. O Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolverá e certificará, diretamente ou por intermédio de terceiros, sistema de prontuário eletrônico do paciente.

Art. 38-F. O prontuário eletrônico do paciente deverá usar, preferencialmente, programas de código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores e por intermédio de redes internas e externas, priorizando-se a sua padronização, inclusive a terminológica.

§ 1º Todos os atos de profissionais de saúde registrados no prontuário eletrônico do paciente serão assinados eletronicamente.

§ 2º Os documentos produzidos eletronicamente e juntados ao prontuário eletrônico do paciente serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 3º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados ao prontuário eletrônico do paciente têm a mesma força probante dos originais.

§ 4º O prontuário eletrônico do paciente deverá ser protegido por meio de sistema de criptografia e de segurança de acesso, e armazenado em meio que garanta a preservação, a segurança e a integridade dos dados, a fim de assegurar a privacidade e confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos.

Art.38-G. As disposições deste Título aplicam-se também, no que couber, às operadoras de planos de assistência à saúde, aos planos de saúde e aos seus beneficiários."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

O Prontuário, do latim **promptuarium**, significa o local onde se guardam as coisas que se pode precisar prontamente, isto é, a qualquer instante.

O prontuário médico é o repositório de informações médicas sobre um paciente. Estas informações

são geradas por profissionais de saúde a partir da interação direta com o paciente ou com pessoas que se relacionam diretamente a ele. Tradicionalmente o prontuário é registrado em papel.

O Código de Ética Médica exige do médico a elaboração de um prontuário para cada paciente. Ademais, é assegurado ao paciente o direito de acesso às informações. Assim, modernamente, o prontuário é denominado prontuário do paciente.

O **Computer-based Patient Record Institute** (CPRI), dos Estados Unidos da América, define o prontuário eletrônico como a "informação mantida eletronicamente sobre o estado de saúde e a assistência à saúde recebida por um indivíduo ao longo de sua vida". Embora tão moderno, ele resgata o primitivo significado desse instrumento, que se caracteriza pelo fornecimento "pronto" das informações requeridas. Por outro lado, a informatização desses registros é um dos mais complexos desafios da informática e da administração em saúde.

Nesse sentido, apesar do interesse crescente no uso da tecnologia de informação em saúde, os países emergentes estão submetidos a barreiras que dificultam a incorporação das mesmas: acesso inadequado às inovações tecnológicas, investimentos escassos com prioridades mal definidas, falta de uma infra-estrutura de comunicações e ausência de uma política governamental dirigida para a informatização. Consequentemente, esses países têm acesso a essas tecnologias e estão ameaçados de que as mesmas beneficiem apenas a parcela rica da população.

Visando a contribuir para impulsionar e universalizar a informatização no setor saúde brasileiro, e, portanto, aumentar a equidade na distribuição dos benefícios que serão gerados ao cidadão, o projeto de lei que ora apresentamos recomenda a adoção do prontuário eletrônico do paciente como padrão para os registros de saúde, bem como estabelece diretrizes para sua implementação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senadora **Roseana Sarney**.

(As Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos lidos serão publicados e encaminhados às comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2008

Acrescenta artigos ao Ato das Disposições constitucionais Transitórias, para possibilitar aos servidores públicos requisitados optarem pela alteração de sua locação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal, no ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescida do art. 96 com a seguinte redação:

Art. 96. Os servidores da União e do Distrito Federal, ocupantes do cargo efetivo, que se encontrem cedidos a outro órgão, por meio de requisição, em exercício continuado há mais de cinco anos, dentro do mesmo Poder ou de Poder distinto, poderão optar pela efetivação em cargo do órgão cessionário, independentemente do plano de carreira, de atribuições semelhantes e do mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional do cargo efetivo do órgão de origem, sendo redistribuídos, incorporando assim, aos quadros do órgão cessionário a que estiverem disponíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos servidores cuja investidura haja observado as correspondentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, ou, se posterior a esta data, tenham derivado de aprovação em concurso público de provas ou de provas e de títulos, na forma do disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 2º O prazo para exercício da opção a que se refere o art. 96 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de noventa dias, a contar da data de publicação desta Emenda.

Art. 3º servidor que fizer a opção pelo órgão cessionário deverá ainda cumprir cinco anos na investidura do novo cargo, não podendo solicitar aposentadoria, salvo em casos de aposentadoria por invalidez.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nem todos os órgãos públicos do âmbito da administração federal dispõem de política de pessoal,

baseada em carreiras e cargos, capaz de suprir adequadamente as necessidades desse órgão, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Os órgãos carentes de pessoal costumam suprir sua necessidade mediante requisição de servidores de outras repartições públicas. Esses servidores permanecem por longos anos na condição de requisitados e, praticamente, são incorporados nos cargos em que exercem atividade técnica ou administrativa.

A proposta de emenda à Constituição que submetemos ao exame desta Casa, não objetiva burlar a exigência constitucional do concurso público, prevista no artigo 37, inciso II, da Lei Maior, tendo em vista que os servidores que seriam alcançados pela nossa proposição já são servidores efetivos – concursados ou efetivados em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

Trata-se, neste caso, de promover a regularização de situação de fato que, já há muito tempo, ocorre no âmbito da administração pública, de modo a tornar mais ágil o aproveitamento dos servidores públicos efetivos em cargos que estão preenchidos por servidores na situação de requisitados.

Desse modo, haveremos de resolver o problema do preenchimento dos cargos vagos nos órgãos requisitantes de maneira racional e com economia para os cofres públicos, uma vez que o órgão cedente deixará de pagar os vencimentos do servidor cedido, nos casos que a cessão seja sem ônus para o órgão cessionário, e ainda tornará desnecessária a realização de concurso público, que implicaria na admissão de novos servidores e consequente o aumento das despesas governamentais com pagamento de pessoal.

Devemos observar, ademais, que o servidor cedido, após exercer durante muitos anos atividade diversa da que ordinariamente exercia no órgão cedente – como se dá, por exemplo, na Justiça Federal, Justiça Eleitoral e na Justiça do Trabalho, onde muitos servidores já atuam há mais de uma década –, já não tem quaisquer afinidades com as atividades que executavam, no passado, em seu órgão de origem.

Vale também ressaltar que, em muitos casos, os servidores cedidos já não têm mais para onde retornar, pois seus órgãos e os seus respectivos cargos e funções foram extintos, e os seus servidores devem ser postos em disponibilidade, se forem devolvidos ao órgão de origem.

Daí a necessidade de uma regra constitucional transitória, que, sem afastar a prevalência do “princípio do livre acesso aos cargos público via concurso”, inserido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, ampare os servidores requisitados, de modo a regularizar

essa situação anômala que resulta em tratamento não isonômico em relação aos demais servidores.

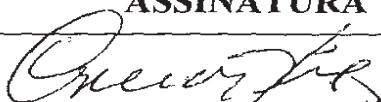
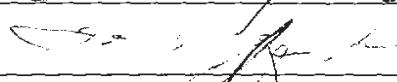
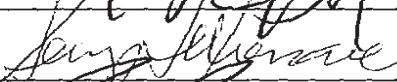
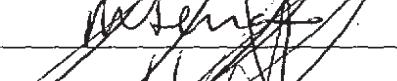
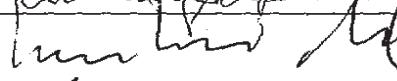
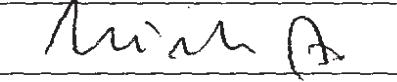
A exigência de mais de cinco anos de requisição em exercício continuado tem por objetivo garantir o princípio da legalidade, assegurando a manutenção e o desenvolvimento de um perfil técnico qualificado. Isso permitirá que o servidor seja redistribuído do órgão cedente para o cessionário, independentemente de regras previstas em plano de carreira.

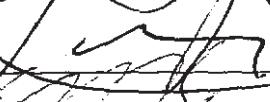
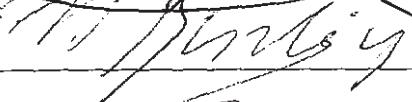
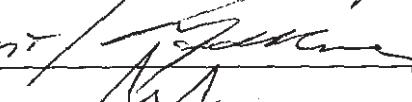
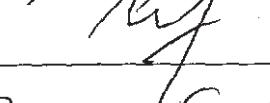
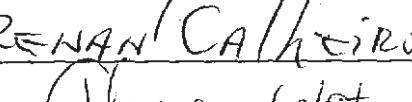
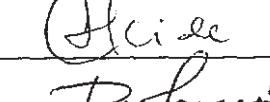
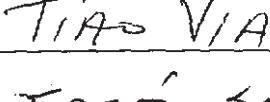
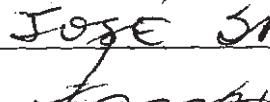
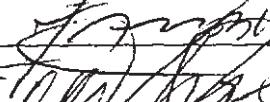
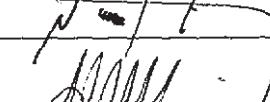
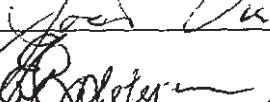
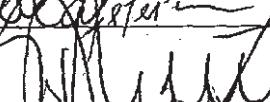
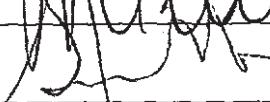
Enfatizamos o fato de que a proposta não implicará aumento de despesas para os cofres públicos, tendo em

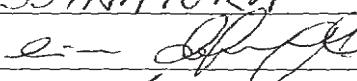
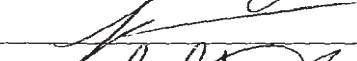
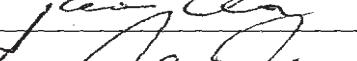
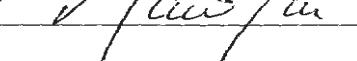
vistas que todos os servidores contemplados já exercem suas funções há vários anos, e seus custos respectivos já constam do Orçamento Geral da União.

Ressalta-se, por último, que esta regra transitória não só resolverá o problema daqueles servidores, como também obstará a possibilidade de paralisação dos serviços públicos essenciais de competência dos órgãos onde eles se encontram exercendo atividades mediante requisição.

Saia das Sessões, 9 de dezembro de 2008. –
Senador Leomar Quintanilha.

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
01	OSMAR DIAS	PDT	PR	
02	EDUARDO AZEVEDO	PSDB	MG	
03	Edílio - como ex-PMDB	MA		
04	Fábio WANS	PT	PR	
05	Adhemir Santana	DEM	DF	
06	AUGUSTO BOTELHO	PT	RR	
07	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	
08	FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	
09	Sérgio Stchessarenko	PT	MT	
10	Valeto Bas	PSDB	AP	
11	GERALDO MESQUITA JR	PMDB	AC	
12	MARISA SERRANO	PSDB	MS	
13	FLEXO RIBEIRO	PSB	PA	
14	Jefferson Poia	PDT	AM	
15	Arthur Virgílio	PSDB	AM	
16	MARCOS Maciel	DEM	PE	
17	Cristina M.	PDT	DF	

	NAME	PART.	UF	SIGNATURE
18	Maurício Azeredo	PRB	RJ	
19	Regis Caiado	PSDB	PA	
20	José AGRIPINO	DEM	RN	
21	GERSON CAMATA	PMDB	ES	
22	EDUARDO Suplicy	PT	SP	
23	GILBERTO GALEANO	DEM-PR	MT	
24	Gilmário Belchior	PTB	DF	
25	José Serra	PMDB	AL	 RENAN CALHEIRO
26	Fátima Bezerra	PT	RO	 Fátima (ptbzamora)
27	Zé Mário Colombo	DEM	SC	
28	Vágner Viana	PT	AC	 TIAO VIANA
29	José Sarney	AP	PMDB	 JOSE SARNEY
30	João Alberto	PTB	AC	
31	Antônio Pimentel	PL	TO	
32	Neuza de Carvalho	PMDB	SC	
33	Eduardo Lins	PR	RO	
34	João Durval	PTB	BA	
35	EPITACIO PAFERZERA	PTB	MA	
36	João Vicente Cláudio	PTB	PI	
37	Francisco Freitas	PSDB	PE	

	ASSINATURA	PART.	UF	NOME
38		PSDB	PB	Senna Luiz
39		PMDB	RO	Moraes Ivan
40		PT	SC	Ideli Salvatti
41		PMDB	CE	Inácio Arruda
42		PMDB	RJ	Paulo Duque
43				

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER N° 1.160, DE 2008 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.160, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gerson Camata, sobre a Mensagem nº 216, de 2008 (nº 864/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Sr. Otávio Yazbek para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Sr. Eduardo Weguelin Vieira, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr's e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo às Sr's e Srs. Senadores para que compareçam ao plenário a fim de participar da votação a

respeito da escolha do Sr. Otávio Yazbek, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto espero a chegada dos Senadores, gostaria de fazer um apelo. Tivemos, na semana passada, uma sessão solene para homenagear a memória de Chico Mendes. A propósito daquela homenagem, e para homenagear todos os seringueiros do Brasil, gostaria de requerer a V. Exª que fosse ouvido o Plenário e fosse incluída na Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, a PEC nº 56, de 2001, que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal.

Trata-se de iniciativa da Senadora Marina Silva que já foi aprovada em primeiro turno em dezembro de 2007 sem nenhum voto contrário, diga-se de passagem, unanimemente, e que está há um ano aguardando inclusão na pauta para discussão em segundo turno.

Era o que gostaria de pedir à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos levar a matéria ao Colégio dos Líderes na próxima terça-feira, quando haverá votações sobre PEC.

Com a palavra, Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um apelo às Sr's e aos Srs. Senadores da Bancada do PMDB que estiverem nas dependências da Casa que venham ao plenário, para participar da votação nominal de indicação de autoridades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Quero lembrar que haverá mais algumas votações nominais. Faz-se necessária, portanto, a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Com a palavra, o Senador Alvaro Dias e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço a palavra para me associar ao discurso do Senador Mão Santa e às palavras do Senador Pedro Simon, relativamente à **Tribuna da Imprensa**, do jornalista Helio Fernandes.

É um momento triste para a imprensa brasileira o fechamento desse jornal, que eu creio seja transitório. Eu gostaria de relembrar frase memorável de Thomas Jefferson: “Entre um governo sem imprensa e a imprensa sem governo, prefiro a última alternativa”.

A liberdade de imprensa é a maior de todas as liberdades, a mais importante de todas as liberdades; sem ela, as demais falecem.

É evidente que o fechamento de um jornal com a história da **Tribuna da Imprensa** tem algo a ver com liberdade de imprensa, com censura econômica.

E nós estamos nos associando àquilo que já foi dito na tarde de hoje, apoiando, Sr. Presidente, a convocação do jornalista Helio Fernandes para uma audiência pública, a fim de que esse assunto seja debatido.

Sabe-se que há ações contra a União que tramitam no Poder Judiciário há muito tempo. É preciso que o jornalista tenha a oportunidade, nesta Casa do Congresso Nacional, de trazer exatamente as razões para a lentidão desse processo judicial que compromete, inclusive, a sobrevivência de um órgão de imprensa tão importante para a democracia neste País pela sua história.

O jornalista Helio Fernandes, com a sua irreverência, mas com a sua competência, tem sido persistente, resistente e, sem dúvida nenhuma, tem contribuído pra as liberdades democráticas no nosso País.

Nós comemoramos os vinte anos da Constituição Cidadã, e o destaque é exatamente a prevalência no texto constitucional, com a força que se deve oferecer, exatamente das liberdades democráticas e, sobretudo, da liberdade de imprensa neste País.

Acho que é um momento adequado para esse debate. A convocação para uma audiência pública, sem dúvida, é oportuna. Estamos nos manifestando exatamente para apoiar essa iniciativa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente que me associo às palavras do Senador Alvaro Dias, que secundou os Senadores Mão Santa e Pedro

Simon nessa abertura de espaço aqui na Casa, para que fale à Nação o jornalista Helio Fernandes. E lamentando, do mesmo jeito, o fechamento desse jornal – aliás já o havia feito da tribuna em ocasião anterior.

Trata-se de um jornal que fez história. Fez história com Carlos Lacerda. Fez história com Helio Fernandes. Era um jornal combativo, que se marcava pela firmeza de posições. E eu não precisava nem concordar com as posições adotadas pelo jornal o tempo inteiro, mas bastava para mim saber que o jornal era muito firme naquilo que pensava, naquilo que dizia, naquilo que queria, para todos estarmos aqui nostálgicos da figura da **Tribuna da Imprensa** nas bancas do País, nas bancas do Rio de Janeiro e na vida de todos nós.

A coluna do Helio Fernandes era algo marcante. Cheguei menino ao Rio de Janeiro, quando meu pai se elegeu deputado federal, e eu me lembro de que ele era repórter muito acreditado, repórter muito expressivo do jornal **Diário de Notícias**; depois, comprou de Carlos Lacerda o jornal **Tribuna da Imprensa**. Eu fui articulista da **Tribuna da Imprensa** e fui proibido de continuar escrevendo lá pela dureza do Ato nº 5. Eu lembro como se fosse hoje, rua do Lavradio 98, é lá o endereço tradicional e inesquecível da **Tribuna da Imprensa**.

Portanto, mais uma vez, ao Helio e a todos os seus colaboradores, ao Helinho, o meu apreço e o meu abraço. Eu me associo a essa convocação que faz o Senador Alvaro Dias, para que a Casa se mobilize e ouça o jornalista Helio Fernandes numa audiência pública que haverá de ser no mínimo muito esclarecedora.

Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a três votos. Um é de aplauso ao pintor Cláudio Andrade, pela inauguração de três painéis de sua criação, com motivos amazônicos, na Igreja Mamãe Margarida, em Manaus. Ele levou sua arte para uma das periferias mais pobres da cidade de Manaus. Trata-se de um pintor do melhor nível, do melhor calibre.

Um voto de aplauso à Academia Amazonense de Letras, pela iniciativa de interiorizar a cultura nos municípios amazonenses, criando, em primeiro lugar, no final de novembro último, a Seccional da Academia Amazonense de Letras, desta vez no Município de Parintins. Os membros que a compõem, os primeiros imortais de Parintins são Basílio Tenório, diretor e pesquisador do Instituto Geográfico de Parintins; Carlos Paulain, compositor; Chico da Silva, grande compositor, de renome nacional; Fátima Guedes, pesquisadora e professora da Língua Portuguesa; Floriano Lins, jornalista e pesquisador; Massilon Cursino, advogado e economista; Narcizo Picanço, advogado; Neuton Corrêa, excelente radialista; Tadeu de Souza, igualmente radialista consagrado; Wilson Nogueira, jornalista do melhor calibre; Felíssimo Barbosa, professor e Pesquisador da Universidade Fe-

deral do Amazonas; Gláucio Gonçalves, ex-Deputado e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas e ex-Prefeito de Parintins; Padre Sócio, pesquisador do Pontifício Instituto Missões Exterior; Odinéia Andrade, pesquisadora; e Simão Assayag, pesquisador.

Ainda, Sr. Presidente, um voto de estímulo a uma figura muito querida, o talentoso ator Fábio Assunção, que deixa momentaneamente o seu trabalho em novelas e teatro, uma figura promissora que vive um drama que a todos nos entremece e que merece de nós todo apoio, para internar-se em clínica dos Estados Unidos para tratamento de desintoxicação. Essas coisas têm que ser enfrentadas mesmo, abertamente. Não tem que escamotear. Ele admite seu envolvimento com drogas e deve ser apoiado por todos aqueles que o admiram.

Tive ocasião de viajar uma vez para os Estados Unidos ao seu lado e percebi um moço interessado na boa política, sério, comprometido com as melhores coisas para o País. Portanto, não é coerente com a sua vida e com o seu futuro esse destino que o presente estava lhe reservando. Ele merece um destino brilhante, um destino de apoio da Nação, um destino de não-preconceito.

Portanto, associo-me, com muita força, a todos aqueles que fazem pensamento positivo para que Fábio Assunção se recupere e volte sô, talentoso, lúcido, como sempre, para ocupar o seu lugar – e ninguém vai lhe tirar esse lugar – na vida artística, na vida cultural deste País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar às manifestações dos Senadores Alvaro Dias e Arthur Virgílio a respeito da **Tribuna da Imprensa** e da paralisação das suas atividades. O jornal deixou de circular, lamentavelmente, há alguns dias. Seu diretor, o jornalista Helio Fernandes, denunciou o cerceamento das atividades do jornal, o sufoco financeiro que estava enfrentando. Resolveu, então – eu espero que isso seja por pouco tempo – suspender a circulação da **Tribuna da Imprensa**.

Só quem tem a perder é o Brasil, só quem tem a perder somos nós, que queremos que o trabalho da imprensa não sofra nenhum constrangimento. Helio Fernandes foi companheiro de Carlos Lacerda; Helio Fernandes foi companheiro de Aluízio Alves; Helio Fernandes fundou a **Tribuna da Imprensa** e a ela deu o vigor, o entusiasmo de toda a sua vida. Eu lamento profundamente que isso esteja acontecendo com a **Tribuna da Imprensa**, a exemplo do que fizeram aqui o Senador Arthur Virgílio e o Senador Alvaro Dias.

Como também, agora, em uma nota mais feliz, quero destacar a homenagem que a Associação Brasileira de Imprensa está prestando hoje ao Jornalista Villas-Bôas, que é também um jornalista que merece a homenagem da sociedade brasileira pela sua coragem,

pelo seu desassombro, pela maneira como ele escreve, muitas vezes, de uma forma contundente, até com relação às instituições brasileiras, entre elas, o próprio funcionamento do Congresso Nacional. Mas Villas-Bôas é, sobretudo, autêntico; ele é, sobretudo, um jornalista do qual nós só podemos nos orgulhar, pelo fato de que, militando hoje no Jornal do Brasil, está sempre a denunciar as mazelas, os equívocos cometidos pelos governos, pelo atual Governo e por todos aqueles governos que merecem da sua pena a condenação. Portanto, quero homenagear aqui a figura do jornalista Villas-Bôas.

Passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, depois, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra precisamente, Sr. Presidente, para corroborar as suas palavras e dizer que é lamentável que nós estejamos aqui impossibilitados de comparecer à homenagem a Villas-Bôas Corrêa, que é um repórter político longevo, de talento inesgotável, que cobriu a Câmara dos Deputados no tempo de meu pai, no Palácio Tiradentes, no tempo de Lacerda, no tempo de Aliomar Balieiro, Adauto Lúcio Cardoso, Almino Afonso, Aluízio Alves. Ele cobre a distância, com o que lhe propicia hoje de aproximação a Internet, com muita clarividência, com muita lucidez o nosso trabalho. Ou seja, Villas-Bôas é sinônimo de talento, de correção, de imprensa justa, de figura humana generosa, que merece mesmo a homenagem da ABI, de todos os Senadores, independentemente do Partido a que pertençam. Merece a homenagem do Brasil, porque trata-se de um democrata que tem honrado esse mandato não eletivo, que é o mandato que lhe garante uma tribuna absolutamente afinada com os interesses do País, que é a tribuna jornalística por ele assinada há tantas décadas.

Nossa homenagem, a homenagem do PSDB a Villas-Bôas Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria acompanhar V. Exª nesta sua posição, quando lamenta profundamente o fechamento do jornal **Tribuna da Imprensa**. Eu já manifestei ao Senador Mão Santa a minha posição e quero reiterar aqui a maior admiração pelo jornalista Helio Fernandes, pelo seu espírito público, pela sua capacidade de luta, sempre defendendo o Estado de direito, o Estado democrático, as garantias e direitos individuais. E lamentar profundamente o fechamento da **Tribuna da Imprensa** pelo que ela representa na história política do Brasil.

Aproveito, Sr. Presidente, para cumprimentar o jornalista Villas-Bôas Corrêa pela sua comemoração,

por esta data importante, que não é dele, mas é uma data que deve ser comemorada por todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Vamos abrir o painel.

Senador Papaléo Paes já votou?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Já votei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já votou o Senador Papaléo Paes.

O Senador Francisco Dornelles vai exercer o seu direito de voto.

Estamos ainda solicitando a presença dos Senadores e Senadoras no plenário para participar dessas votações. (Pausa.)

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 1.160, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. OTÁVIO YAZBEK, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM.

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	1	Abertura:	9/12/2008 17:08:36
Data Sessão:	9/12/2008	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	9/12/2008 17:27:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	PI	HERACLITO FORTES	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PT	AC	MARINA SILVA	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	Votou				
Bloco-PT	MT	SÉRYS SLHESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 29
Votos NÃO : 16 **Total : 45**
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 29 Srs. Senadores; e, NÃO, 16. Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Otávio Yazbek para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Sr. Eduardo Weguelin Vieira, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM N° 183, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 183, de 2008 (nº 732/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Relatora ad hoc: Senadora Serys Shiessarenko
Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER N° 1.220, DE 2008 – CRE

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva, para exercer o cargo de Representante do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Srás e Srs. Senadores, somente para fazer um registro da visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, ao Estado do Espírito Santo, na segunda feira, ontem. O Ministro esteve lá, Sr. Presidente, assinando com o Governo do Estado, e também com a Universidade Federal do Espírito Santo, com os Cefets do Estado do Espírito Santo, diversos convênios. O convênio mais importante, Sr. Presidente, foi o da implantação de uma rede de Centros Vocacionais Tecnológicos na região da Grande Vitória, uma emenda da bancada do Estado do Espírito Santo no valor de R\$13,3 milhões em que o Governo do Estado entrou com R\$3,5 milhões. Chegamos a quase R\$18 milhões de investimentos em estruturas e equipamentos em que as pessoas da comunidade poderão fazer cursos de formação básica e desenvolver algum tipo de tecnologia. Então, é oportunidade para que a juventude, para que o cidadão, para que a cidadã possam estudar na área de metal mecânica, na área de esporte de alto desempenho, na área de agroindústria, na área de confecção.

Esse foi o principal convênio, mas também o Ministro assinou outros convênios, como o com uma rede de laboratórios, para análise de leite, que envolve a área da agricultura e a área da saúde. É um laboratório importante de análise desse produto no Estado do Espírito Santo.

Além disso, o Ministro, o Governo Federal repassou R\$900 mil para incubadoras tecnológicas junto aos Cefets do Estado do Espírito Santo. Foram diversos convênios: num centro de vocação tecnológica para oceanografia, localizado no Município de Aracruz, no norte do Estado do Espírito Santo; uma rede ClickTok para a Universidade Federal do Espírito Santo. São diversos investimentos importantes, para que possamos consolidar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Hoje, o Estado do Espírito Santo tem um sistema estadual implantado com uma fundação, com a secretaria, com diversos programas e parcerias com instituições do Estado.

O Governo Federal tem feito investimentos importantes na área de ciência e tecnologia, e nós estamos juntando, no Brasil, em especial no Estado do Espírito Santo, a área de ciência e tecnologia com a

área da educação, porque o Governo também tem feito investimentos importantes em novas unidades do Cefet no Estado do Espírito Santo. São 13 novas unidades do Cefet e 9 unidades da Universidade Federal do Espírito Santo.

Essa junção de educação com investimento em ciência e tecnologia e inovação é do que nós precisamos para que possamos discutir um novo modelo de desenvolvimento para o Estado, para o mundo, para o Brasil, para o Estado do Espírito Santo.

O modelo atual fracassou na área social, porque diversas pessoas estão abandonadas no mundo; fracassou na área ambiental, porque está aí o problema das mudanças climáticas e fracassou na área econômica, porque está aí a crise financeira e econômica implantada, nestes últimos meses, com a crise que se iniciou especialmente nos Estados Unidos. Então, investir em ciência e tecnologia e em educação é uma das saídas que nós temos.

Quero deixar registrado nos *Anais do Senado* essa visita, por sua importância para o Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos alguns votos a mais para abrir o painel, eu queria fazer aqui um comentário.

É uma sugestão, Sr. Presidente, de um estudioso, nosso amigo Milton Córdoba. Algumas de suas sugestões têm sido noticiadas na imprensa e, recentemente, uma delas foi divulgada. Apesar da enxurrada de medidas provisórias que têm chegado a esta Casa, a medida provisória que ele sugere ao Governo seria uma medida provisória justa e não teria, com certeza, a contrariedade de absolutamente ninguém.

Essa MP seria para destinar a arrecadação das loterias federais para o Estado de Santa Catarina, prin-

cipalmente para as regiões atingidas pelas enchentes. Enquanto não for totalmente recuperada a infra-estrutura daquela região, que toda a arrecadação do Estado de Santa Catarina – não de todo o Brasil – fosse destinada, revertida para a infra-estrutura daquela região atingida pelas enchentes.

Então, faço aqui o apelo ao Governo Federal para que mande uma medida provisória, um projeto em regime de urgência nesse sentido, a fim de amenizar a dor e o sofrimento do povo catarinense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em razão da questão de ordem suscitada pelo Senador Valdir Raupp, eu gostaria de informar à Casa que busquei informações do Governo de Santa Catarina para saber se os recursos destinados àquele Estado pelo Governo Federal, por meio de medida provisória, com o anúncio de mais de R\$1 bilhão, estariam sendo liberados. Lamentavelmente, esses recursos ainda não chegaram. Apenas menos do que R\$50 milhões foram liberados pelo Governo Federal.

Estamos verificando que há uma solidariedade nacional, que as pessoas estão contribuindo, os Estados, por meio de populares, se organizam para ajudar Santa Catarina. Mas o Governo Federal faz um anúncio espetacular de mais de R\$1 bilhão de recursos e não os libera. Até este momento, pelo menos, Sr. Presidente, os recursos liberados não chegam a R\$50 milhões.

Era a informação que eu queria transmitir ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.(Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 183, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

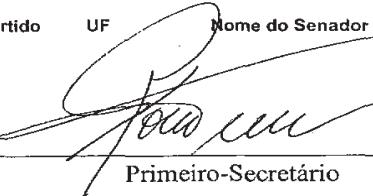
Sr. RUY DE LIMA CASAES E SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/12/2008

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/12/2008 17:30:29
Encerramento: 9/12/2008 17:38:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GÉRSON CAMATA	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PÉDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
			Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 37
Votos NÃO : 10 Total : 48
Votos ABST.: 01

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e, NÃO, 10. Houve uma abstenção apenas. Total: 48 votos.

Está aprovado pelo Senado Federal o nome do Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva para exercer o cargo de representante do Brasil junto à OEA, Organização dos Estados Americanos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a para consignar em Ata a minha intenção de voto no item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A intenção de voto de V. Ex^a será registrada em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM N° 206, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 206, de 2008 (nº 818/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Paulo Cesar de Oliveira Campos*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra.

Discussão do parecer.

Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^as e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve uma omissão da Presidência.

Há necessidade de oferecer o resultado, o parecer da Comissão de Relações Exteriores, o que será feito pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER N° 1.221, DE 2008 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. Paulo Cesar de Oliveira Campos obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 17 votos favoráveis e nenhum contrário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero esclarecer também que o relator na Comissão de Relações Exteriores foi o Senador Arthur Virgílio.

Vamos abrir o painel para que as Sr^as e os Srs. Senadores possam votar.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, enquanto conclui a votação, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, gostaria de agradecer a V. Ex^a a inclusão para votação da Proposta de Emenda à Constituição que estabelece a aposentadoria para os extrativistas vegetais, colocando essa categoria, essa conceituação, na Constituição Federal, a exemplo do que já acontece com outros segmentos, como é o caso dos garimpeiros. Quero agradecer a sensibilidade de V. Ex^a.

E gostaria de, muito rapidamente, fazer aqui um breve registro com relação ao grande acontecimento que teremos amanhã com a decisão do Supremo em relação à demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Há uma expectativa muito grande da sociedade, há um olhar interessado dos diferentes segmentos. Aqui mesmo, neste plenário, já vários oradores se manifestaram, apresentando as suas posições, alguns contrários à demarcação em área contínua. Eu tenho uma posição favorável. Acho que essa é a única forma de se fazer justiça e reparação às populações indígenas. Acho, inclusive, que, quando se diz que, para fazer justiça ao povo de Roraima, é necessário que se demarque a terra indígena na forma de ilhas, é como se não considerasse que as populações indígenas também fazem parte do povo brasileiro e do povo de Roraima. De sorte que tenho absoluta certeza de que o Brasil fará um encontro consigo mesmo, recuperando a sua raiz mais profunda, que são os seus índios, aqueles que originariamente ocuparam esses territórios. Por mais que outros segmentos tenham secundado, a partir de outras atividades econômicas, eles vieram depois.

Essas comunidades têm seus direitos originários constitucionalmente assegurados; e, no meu entendimento, há que se fazer um esforço para que essa decisão do Supremo venha restabelecer a ordem e a paz no Estado de Roraima, sobretudo promovendo a justiça social, a justiça cultural e a capacidade de convivermos com as diferenças, assegurando às populações indígenas o direito de terem o seu próprio caminho, e não em uma perspectiva de assimilação cultural, como está posto na forma da demarcação, na forma de ilha.

Sr. Presidente, gostaria também que fizesse parte dos Anais desta Casa o artigo escrito pelo filósofo Mário Santilli e pelo antropólogo Beto Ricardo, ambos do Instituto Socioambiental, que escreveram um belíssimo artigo, de belíssima consistência, intitulado “Povos Indígenas, Fronteiras e Militares no Estado Democrático de Direito”. Esse artigo desmistifica várias questões, inclusive com relação à incompatibilidade de termos terra indígena em área de fronteira. O artigo faz um desnudamento, faz uma verdadeira desconstituição desse argumento, que, no meu entendimento, não tem base histórica, não tem base legal e muito menos tem praticidade no sentido de impedir a ação do Exército e das nossas autoridades de defesa.

Coloca também o que tem sido o esforço da sociedade brasileira no sentido de regrar a forma como vamos conviver e viver com as populações indígenas, e a melhor forma é assegurando seus territórios originariamente ocupados.

Hoje, estive com o Ministro Marco Aurélio, acompanhada inclusive do Prefeito eleito do Município de Uiramutã, que é favorável à demarcação em área contínua. Junto com ele, foram eleitos seis Vereadores favoráveis à demarcação em área contínua, de um pleno de nove Vereadores. De sorte que a idéia de que a maioria da população de Roraima é contrária à demarcação em área contínua não se reflete pelo menos nas populações do entorno, já que o Prefeito de Uiramutã ganhou as eleições como indígena que defende a demarcação contínua, com uma bancada de seis Vereadores de um conjunto de nove.

Quero aqui discordar da idéia de que, para fazer justiça ao povo de Roraima, tem que se fazer uma demarcação em ilhas, atomizando todo um processo cultural, social e político e, sobretudo, desconstituindo os avanços da Constituição de 1988 e todas as conquistas infraconstitucionais que tivemos a partir daí.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Considero muito importante as considerações de V. Ex^a sobre o julgamento que se dará amanhã, tão significativo para Roraima. Quero expressar minha concordância com V. Ex^a, com todo respeito aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que há pouco expressaram outro ponto de vista. V. Ex^a, como Senadora da Amazônia, aqui expressa um ponto de vista que certamente leva em consideração os preceitos constitucionais maiores de nosso País e o sentimento importante dos povos originários dos indígenas que ali habitam. Portanto, avalio como muito importante que se possa assegurar inclusive o parecer já dado pelo Ministro Peluso, que o fez de uma forma tão bem feita, considerando em profundidade todos os aspectos que foram apresentados ao Supremo Tribunal Federal. Por isso cumprimento V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Suplicy.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Apenas para comunicar, com muita alegria, que aprovamos a minha relatoria setorial do Orçamento, Sr. Presidente, Integração Nacional, Defesa Civil e Meio Ambiente.

Como esta Casa foi palco e assistiu aqui aos ataques e preconceitos contra a minha pessoa por ser relatora do Orçamento de Meio Ambiente, quero aqui informar a todas essas pessoas que se preocuparam tanto e fizeram prejulgamento a meu respeito que nunca o Ministério do Meio Ambiente, em nenhum ano de sua existência, teve um orçamento de investimento do tamanho que nós fizemos neste ano na relatoria setorial. O Governo enviou uma proposta de R\$67 milhões apenas para investimentos na área de meio ambiente, no Ministério.

E nós acrescentamos mais R\$175 milhões na área de investimento do Ministério do Meio Ambiente.

Eu gostaria muito de deixar aqui essa situação, essa afirmação, e espero, sinceramente, que aquelas pessoas que, naquele momento, duvidaram e acharam que apenas uns poucos no Brasil se preocupam com o meio ambiente pudesse se redimir e comemorar comigo este trabalho feito em parceria com o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que está bastante satisfeito e feliz com o nosso trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a, Senador José Nery, com seu cavalheirismo habitual, abre mão para que possamos ouvir a Senadora?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Com certeza, Presidente. Eu falo em seguida. Ouvir, primeiro, a brilhante Senadora Fátima Cleide é uma satisfação.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria, muito brevemente, também reiterar as palavras da Senadora Marina Silva com relação ao grande dia que teremos amanhã, no Supremo Tribunal Federal, quando, mais uma vez, estará em pauta uma grande discussão havida neste País em torno dos direitos indígenas. O assunto reporta também, Sr. Presidente, ao dia de amanhã, 10 de dezembro, o Dia Internacional da Declaração dos Direitos Humanos, quando estaremos comemorando sessenta anos dessa Declaração.

Logicamente, Senadora Marina e Senador José Nery, tenho uma grande esperança de que o STF devolva a esperança para aqueles que vêm tendo ceifados os seus direitos há tanto tempo. Mais uma vez, de uma forma extremamente violenta, estamos assistindo a essa discussão com pouquíssimos que se atrevem a dizer que são favoráveis à demarcação da reserva Raposo Serra do Sol de forma contínua.

Quero também subscrever o requerimento da Senadora Marina para que o texto assinado por Márcio Santilli e Beto Ricardo faça parte dos Anais desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Nery, Líder do PSOL.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, quero manifestar minha esperança de que, amanhã, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que vai dar continuidade ao julgamento da ação que trata da demarcação da terra indígena Raposo Serra do Sol, seja no sentido da garantia dos direitos dos povos indígenas, não permitindo qualquer questionamento quanto às áreas que já foram demarcadas no País, visto que uma decisão do Supremo no sentido de aceitar a demarcação de

forma descontínua pode criar vários embargos jurídicos, sobretudo para os povos indígenas que já tiveram suas terras demarcadas.

Nesse sentido, estaremos acompanhando, com vivo interesse, ao lado de lideranças indígenas de todo o País, ao lado das entidades e movimentos que defendem a causa indígena, cada manifestação, cada voto dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, esperando que a decisão seja no rumo do voto inicial do Relator, Ministro Carlos Ayres Britto, que proferiu um dos mais belos votos no Plenário daquele tribunal, quando, em 27 de agosto último, após brilhante estudo e análise de todo o contexto que envolve os direitos dos povos indígenas de Raposo Serra do Sol, concluiu pela demarcação de forma contínua.

Não poderia ser mais oportuno que a continuidade do julgamento ocorra justamente no dia 10 de dezembro de 2008, quando comemoramos os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Portanto, a garantia de que o nosso País manterá o que diz a Constituição Federal depende agora da manifestação livre e soberana dos Ministros e Ministras do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, Sr. Presidente, eu queria registrar que a Universidade de São Paulo (USP), concederá, amanhã, o Prêmio USP de Direitos Humanos a várias personalidades.

Entre os agraciados está Dom Erwin Krautler, Bispo do Xingu em Altamira, no Pará, que é Presidente do Cimi e tem contribuído muito para a luta em defesa dos povos indígenas, dos camponeses, dos ribeirinhos, das crianças e dos adolescentes e, amanhã, receberá uma justa homenagem da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, quando V. Ex^a se candidatou a Presidente do Senado, eu o procurei. V. Ex^a não me pediu apoio, mas eu lhe disse que votava no seu nome por confiar que V. Ex^a faria uma boa administração, como tem feito.

Como disse V. Ex^a outro dia, ainda não é hora de discutir a sucessão. Porém, para nós, do Plenário, já chegou a hora. É que V. Ex^a está presidindo bem a Casa e sei que vai continuar assim até o final da gestão que legitimamente conquistou.

Eu gostaria de manifestar, primeiro, que me orgulho de ter votado em V. Ex^a, pela forma que vem administrando a Casa, pela forma que vem valorizando o Senado Federal, reconquistando nosso conceito, nossa imagem. Às vezes, o estilo de V. Ex^a não demonstra

muito prontamente os resultados, mas tenho certeza de que V. Ex^a foi e está sendo muito importante nesse período e será muito importante como Senador depois de concluir o seu mandato. V. Ex^a não passou apenas um período sentado nessa cadeira de Presidente. Foi um Presidente de fato e, repito, tenho muito orgulho de ter votado em V. Ex^a para que pudesse assumir esse mandato interino.

Pena que V. Ex^a não possa continuar. Nós temos que escolher um novo Presidente para o Senado. O PDT se reuniu, na semana passada, eu, o Senador Cristovam Buarque, o Senador João Durval, a Senadora Patrícia e o Senador Jefferson Praia – somos cinco. E o PDT tem uma regra: nas matérias polêmicas ou de repercussão nacional, votamos unidos. Assim foi na CPMF e assim será na escolha do Presidente do Senado Federal.

O PDT tem cinco votos e nós estamos, neste momento, Sr. Presidente... Falo isto em nome da Bancada, com muita honra, porque a nossa Bancada é uma Bancada de Senadores que a V. Ex^a não reivindicou nada, a não ser espaço para atuar e defender os interesses dos nossos respectivos Estados e do Brasil da tribuna desta Casa. Assim também será em relação ao futuro Presidente do Senado, pois apenas queremos espaço para atuar. Nós não podemos ser importantes na hora de escolher o Presidente e darmos cinco votos e depois sermos esquecidos na relatoria de matérias importantes, inclusive para o programa partidário que defendemos. Nós não abrimos mão de continuarmos aqui com o direito de relatar matérias importantes.

V. Ex^a nos prestigiou, nos valorizou. Nós queremos o direito de continuar ocupando a Presidência de uma Comissão. Queremos o direito de continuar, Sr. Presidente, na Mesa, para representar os legítimos interesses da Casa e do País, e o Partido, de ter voz nas decisões da Casa.

Dante de tudo isso, decidimos apoiar o Senador Tião Viana, que, aliás, é o único Senador que está colocado como candidato a Presidente do Senado. Sei do anúncio do PMDB de ter candidato, mas fica difícil, Presidente, discutirmos apoio a um candidato virtual. Queremos discutir apoio a um candidato que se apresenta, e o candidato que se apresentou...

Inclusive, quero aqui dizer que, pelo que conheço do Senador Tião Viana, é um Senador honrado, um homem honrado, que defende os interesses do seu Estado e que sabe, como médico, o que é importante para o seu Estado. E destina as suas emendas individuais para defender os interesses daqueles que precisam efetivamente dos recursos públicos para os seus problemas, que muitas vezes são problemas gravíssimos e que não podem ser utilizados para demagogia,

mas são utilizados por alguém que tem coração, tem consciência e, sobretudo, tem dignidade no exercício do seu mandato de Senador e terá dignidade, temos certeza, no exercício do seu mandato de Presidente do Senado.

Estou declarando aqui o apoio do PDT à candidatura do Senador Tião Viana à Presidência do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de afirmar meu apoio a essa decisão, quero dizer ao Sr. Presidente Garibaldi que tem uma coisa que cada político deve se orgulhar muito: é, ao sair do cargo que ocupa, deixar saudades. O senhor vai deixar saudades, pela sua maneira, pela forma como conduz esta Casa, depois de tantas crises. Mas, exatamente por isso, precisamos substituí-lo por alguém que tenhamos a convicção de que vai colocar esta Casa em saltos ainda maiores, na direção de recuperar o nosso prestígio.

É por isso que sou absolutamente solidário com a discussão que tivemos hoje à tarde, a Bancada do PDT, de apoiar o nome do Senador Tião Viana para Presidente. E, de certa forma, é até fácil, por um lado, pelos seus méritos; por outro lado, porque não tem nenhum outro candidato do outro lado, nenhum outro candidato que a gente pudesse comparar. Nós estamos absolutamente seguros de que o Tião Viana já se apresenta como candidato capaz de, pelo seu passado nesta Casa, se transformar num grande Presidente, à altura dos anteriores que nós tivemos, especialmente do seu papel.

Por isso, eu, como membro do PDT, fico feliz de estarmos saindo aqui na frente de muitos outros Partidos, manifestando o nosso apoio, desde já, ao nome do Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero agradecer ao Senador Osmar Dias e ao Senador Cristovam Buarque as manifestações elogiosas à minha atuação na Presidência do Senado e dizer que cumpri sobretudo com aquele ideário que foi traçado pelos Partidos que apoiaram a minha candidatura.

Ao sair... “Ao sair” nem tanto ainda, mas, saindo da Presidência do Senado, saio de cabeça erguida, sobretudo ouvindo palavras como ouvi do Senador Osmar Dias e do Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 206, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ESPANHA E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO AO PRINCIPADO DE ANDORRA

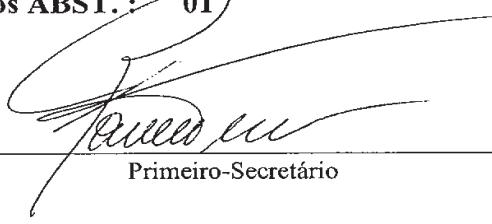
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	3	Abertura:	9/12/2008 17:41:27
Data Sessão:	9/12/2008	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	9/12/2008 18:03:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEÓ PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

**Votos SIM : 47
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 01**

Total : 55



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e, NÃO, 7.

Houve uma abstenção.

Total: 55 votos.

Fica aprovado o nome do Sr. Paulo César de Oliveira Campos, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria lamentar o meu atraso, registrar o meu voto favorável e parabenizar o Presidente e o Senado pela indicação do embaixador que prestou relevantes serviços ao País, o que pude testemunhar ao longo desse período, na condição de Chefe do Cerimonial do Presidente. Tenho a certeza de que será um grande profissional, ajudando o Itamaraty e a nossa diplomacia a aproximar cada vez mais as duas nações, os dois povos.

Muito obrigado.

Registro o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V.Ex^a constará em Ata.

Encerramos, neste momento, a Ordem do Dia, o que significa que, em virtude de as Lideranças não terem entrado em acordo com relação à votação da Medida Provisória nº 443, nós vamos deixar para apreciá-la posteriormente.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apre- ciadas em virtude de acordo de Lideranças:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 30, DE 2008

(Proveniente da

Medida Provisória nº 443, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras

sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008).

Relator revisor: Valter Pereira

(Sobrestando a pauta a partir de: 6-12-08)

Prazo final: 20.12.2008

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do parágrafo único
do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 444, DE 2008

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 444, de 2008, de autoria do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-12-08)

Prazo final: 07-2-09

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal,

para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem, do Deputado José Roberto Batochio), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que vedava a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência

à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 96, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc Senadora Idelli Salvatti.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Virgílio de Carvalho.

31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso n° 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

43

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas

as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

44

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

45

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

46

REQUERIMENTO N° 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

47

REQUERIMENTO N° 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador*

Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

48

REQUERIMENTO N° 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrada a Ordem do Dia, em votação o **Requerimento nº 1.602, de 2008**, que requer a prorrogação das atividades da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, com as modificações do Requerimento nº 794, de 2008, ambos aprovados pelo Plenário.

A prorrogação é de 180 dias para encerramento dos trabalhos, que serão concluídos, uma vez aprovado o presente requerimento, até o dia 28 de julho de 2009.

Em votação o requerimento que requer essa prorrogação.

As Sr^a e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador João Pedro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: o último a falar foi o Senador Augusto Botelho. Quero crer que eu seria o próximo. E havia permutado com

o Senador Gilberto Goellner. Queria apenas consultar sobre o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a se sente burlado no seu direito. Eu consulto o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador João Pedro disse que não vai oferecer resistência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem.) – Não, de maneira nenhuma. Eu quero apenas que ele fale e que, depois, fale no meu lugar o Senador Gilberto. E eu falaria no lugar do Senador Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve uma permuta, realmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos ouvir, então, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, Srs. e Srs. Senadores, vários Senadores na tarde de hoje já externaram suas opiniões e suas expectativas acerca da decisão que tomará o Supremo Tribunal Federal no dia de amanhã. Quero, também, Sr. Presidente, deixar aqui, mais uma vez, a minha opinião sobre esse debate, que não se realiza apenas no Estado de Roraima, mas sim um debate nacional e, por que não dizer, um debate internacional.

E é bom registrar que é a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal discute o mérito de um procedimento, Sr. Presidente. E, inclusive, está no jornal de hoje a opinião do Presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, de que, com a decisão do STF amanhã, haverá repercussão, haverá desdobramento, haverá diretrizes para a homologação de terras indígenas em nosso País.

Sr. Presidente, quero deixar aqui a minha expectativa. A surpresa para este Senador do Estado do Amazonas será se o Supremo Tribunal Federal não votar pela homologação contínua dessas terras, até porque, nos governos que passaram desde a promulgação da nossa Carta Magna em 1988 – faz vinte anos, Sr. Presidente –, todas as terras indígenas foram homologadas. Essa é a novidade, essa é a alteração, esse é o novo rumo. Espero que os nossos onze Ministros que compõem a Corte maior da Justiça brasileira possam, Sr. Presidente, decidir pela homologação contínua.

É verdade que a Raposa Serra do Sol talvez seja a última grande área de terras indígenas a ser demarcada. São 152 aldeias dentro desse território de 1,670 milhão metros quadrados.

Sr. Presidente, é grande a expectativa por compreender e por entender o papel, a importância, a relevância do Estado brasileiro na relação com os povos indígenas, com as etnias indígenas que resistem ao longo desses séculos e que compõem este grande País, esta grande Nação. Daí a minha expectativa de termos, no dia 10 de dezembro, uma decisão em que a Corte maior da nossa Justiça possa olhar o Brasil com a sua diversidade cultural e com um profundo respeito para com as etnias que resistem na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana.

Concedo um aparte à nobre Senadora Marina Silva.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do discurso que faz nesta tarde e dizer que V. Ex^a chamou a atenção para um aspecto fundamental de que existe uma normalidade que vinha sendo seguida, uma normalidade que obedece aos preceitos constitucionais, que obedece a toda legislação e a um rito de criação e homologação de terras indígenas, e que a anormalidade seria quebrar esse processo. Seria algo inédito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Desde 1988.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – E V. Ex^a diz que vem desde 1988. Com certeza, o Supremo tem a compreensão de que atomizar esse processo terá graves consequências do ponto de vista de ferir os preceitos constitucionais, mas, mais do que isso, de ferir um processo histórico, social, de reparação de injustiças que vem sendo cometidas contra essas comunidades.

Sempre digo que não temos nada contra os demais segmentos, aqueles que, de forma mansa e pacífica, têm ali suas propriedades, aqueles que querem buscar no Estado e na Justiça um espaço de mediação para esses conflitos. Todavia, esses podem se estabelecer em outras regiões. As populações indígenas têm a sua identidade marcada com o território. Toda a sua cosmovisão está estabelecida a partir dessa relação indivíduo/território, território/indivíduo. É por isso que, no meu entendimento, Senador João Pedro, V. Ex^a está inteiramente correto. Respeito as opiniões contrárias aqui colocadas, como a do Senador Mozarildo e a do Senador Botelho, mas discordo de que, para fazer justiça ao povo de Roraima, tenham de se cometer injustiças históricas, não apenas com os índios macuxis e com as demais etnias, mas com todos os povos indígenas brasileiros que vêm sendo massacrados ao longo de séculos. Ainda existem aqueles que acham que fazer alguma reparação se constitui em privilégios. Não são privilégios. São direitos assegurados legalmente na

nossa Carta Maior, ali aportados pelo Constituinte, que assim o entendeu.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senadora Marina, por essa reflexão que considero importante ser feita e registrada no Senado da República.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Mozarildo, após a conclusão do meu raciocínio, já passo para V. Ex^a.

Nesse território Raposa Serra do Sol, vivem cerca de 18 mil índios, divididos nas seguintes etnias: o povo macuxi, o tauarepang, patamona, ingarikó e wapixana. São essas as etnias.

Mas é importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar e refletir sobre esse debate nesse território, porque começa no início do século XX, o século passado, quando, em 1917, o Governo do Amazonas editou a Lei Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo para a ocupação e o usufruto dos índios macuxi e jaricuna. Em 1917, o Estado de Roraima pertencia ao Estado do Amazonas.

Mais à frente na história, Sr. Presidente, em 1919, o Serviço de Proteção ao Índio, SPI, iniciou a demarcação física da área, que estava sendo invadida por fazendeiros. O trabalho, entretanto, não foi finalizado.

Mais à frente, já com a Presidência de José Sarney, em 1984, um grupo de trabalho foi instituído para identificação e levantamento fundiário da área. Cinco áreas contíguas, Xununuetamu, Surumu, Raposa, Maturuca e Serra do Sol, são identificadas, totalizando 1,57 milhão de hectares.

Mais na frente, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mais alguns minutos, e eu concluo, após ouvir o Senador Mozarildo.

1993: parecer dos GTs, em caráter conclusivo, é publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de maio de 1993, propondo ao Ministério da Justiça o reconhecimento da extensão contínua de 1,67 milhão de hectares. Está lá, está no Diário Oficial da União de 21 de maio de 1993 o reconhecimento da área em questão.

1996: o então Ministro da Justiça Nelson Jobim assina o Despacho 80, rejeitando os pedidos de contestação apresentados à Funai, mas propondo uma redução de cerca de 300 mil hectares da área.

Pois bem, em 1998, o Ministro da Justiça, Renan Calheiros, que hoje compõe este Senado, assina

o Despacho 50/98, que revogou o Despacho 80/96, do Ministro Nelson Jobim, e a Portaria 820/98, que declara a terra indígena Raposa Serra do Sol posse permanente dos povos indígenas.

Em 1999, o Governo de Roraima impetrava mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com pedido de anulação da Portaria nº 820/98, do então Ministro da Justiça Renan Calheiros.

Sr. Presidente, o debate prossegue. São dezoito mil índios nesse território. Ele não diz respeito a uma questão de Roraima, essa é uma situação que o Estado brasileiro precisa enfrentar, encarar.

Quero chamar a atenção para o fato de que a Constituinte de 1988 deu passos importantes – a Senadora Marina Silva acaba de refletir sobre isso –, e será uma surpresa, um retrocesso se a nossa Corte máxima de Justiça não decidir pela homologação dessas terras contínuas.

Concedo aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro, nem vou falar sobre os laudos, que são falsos, fraudulentos. Não vou falar, por exemplo, das quinhentas famílias que estão lá há quatro gerações e que estão sendo expulsas – já criaram, inclusive, uma associação dos excluídos da Raposa Serra do Sol. Quero falar sobre os índios que V. Ex^a citou várias vezes. Por que V. Ex^a não ouve os índios que não são do CIR? Por que a Funai não houve os índios que não são do CIR? Só fala o CIR. A Sodiu, para vir agora aqui, teve de contar com o apoio do Governo do Estado, porque a Funai negou-lhe apoio para trazer os índios. Ao CIR a Funai dá todo apoio. Então, vamos falar a verdade, é só chamar os índios aqui para falarem. Eles estão aqui em Brasília, eles estarão amanhã...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Falar a verdade sobre o quê?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Não, é que estão dizendo que só há um pensamento dos índios. Não é assim, Senador João Pedro. Lá existem pensamentos diferentes dos próprios índios. Não estou nem falando das quinhentas famílias que vão ser expulsas não; estou falando dos índios que vão ficar lá.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Nenhuma família será expulsa, Senador Mozarildo. Elas serão indenizadas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Todas serão expulsas. Existe até a Associação dos Excluídos da Raposa Serra do Sol. Mas estou falando dos índios, Senador João Pedro. Os índios não pensam majoritariamente assim. O que está sendo colocado é uma falsa história para que seja engolida pelo povo brasileiro. Mediante uma falsa defesa dos índios, es-

quece-se a maioria dos índios daquela região. Estou falando dos índios. Estão aí doze índios da Sodiu. Vá lá os ouvir.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ouço o Senador Augusto Botelho, meu companheiro de partido e de bancada.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Exato, de partido e de bancada. Em seu discurso, V. Ex^a fez um levantamento e misturou algumas coisas. Por isso digo que V. Ex^a entende de seus tucanos, macuxis, tauarepangs, guapixanas, patamonas e ianomâmis. V. Ex^a misturou uma área contígua à Raposa Serra do Sol, que é a área de São Marcos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Em suas considerações, V. Ex^a incluiu a área de São Marcos, área de oitocentos mil hectares já demarcada há muito tempo. Os índios, depois que a área foi demarcada, foram abandonados. Os índios de São Marcos vivem do descaminho de gasolina da Venezuela. O que tem de acontecer – espero que o Presidente aja nesse sentido – é uma mudança nessas políticas. A Raposa Serra do Sol, como V. Ex^a mesmo declinou, foi ampliada várias vezes antes de chegar a essa área total de 1,75 milhão de hectares.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Augusto Botelho, essa decisão é de 1993.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Mas não abrangia toda a área, ficavam de fora as vilas, as estradas e algumas propriedades. Cada vez que vinha um antropólogo, modificava-se a situação. Por isso, dizemos que o laudo antropológico é falso, foram feitas muitas modificações. Por isso entrei na Justiça. Eu que entrei na Justiça também contra isso, porque acho que o direito dessas quinhentas famílias a que o Senador Mozarildo está se referindo está, de fato, sendo desrespeitado, mas também há trezentas famílias que saíram de São Marcos em governos anteriores cujos direitos estão sendo desrespeitados e não foram reassentadas, como sempre prometem. Disseram que iriam reassentar as pessoas, dar-lhes condições dignas de vida, mas não fazem isso. Entrei no Supremo porque quero que o Supremo defina essa história. Quero saber o que se pretende fazer com as pessoas que saíram e com as pessoas que sairão de lá. É isso o que quero, Senador João Pedro. Como o Senador Mozarildo falou, nunca foram ouvidas as pessoas que vivem na área. É uma decisão de gabinete, de Brasília, de pessoas que não têm o sentimento dos indígenas, dos nossos irmãos índios de Roraima. Se fizessem um plebiscito, saberiam o que se quer. Mas não. São muito sábios os nossos antropólogos, sabem mais do que

os próprios índios sobre o que eles querem. Os índios da Raposa Serra do Sol, em número de dezessete ou dezoito mil mesmo, são índios que já vivem há muito tempo em contato com a nossa dita civilização e que já têm hábitos diferentes dos hábitos dos ianomâmis. Para os ianomâmis, concordo que a área seja grande, que seja dessa forma. Mas, com eles, vai prejudicar a convivência dos índios. Surgiram as vilas em função da necessidade das próprias comunidades. Nem vou discutir a quantidade de aldeias que foram multiplicadas pelas ONGs. Quando V. Ex^a fala que já existiam esses cinco grupos, fala acertadamente. Existiam, mas nunca houve uma região denominada Raposa Serra do Sol pelos próprios indígenas. Cada um tinha a sua região, que pegava o nome do seu rio. Foi uma mudança que fizeram no meu Estado e que estão fazendo em tudo. Lamento, porque, se ficar da forma como está, vai criar instabilidade e, logo, outros Estados vão querer unir duas aldeias que estão a trinta ou cinquenta quilômetros de distância uma da outra com os mesmos argumentos. Vamos ver. Confio na Justiça e espero que seja feita justiça, respeitando-se o direito de todos, de índios e não-índios, de todos os brasileiros. Do meu ponto de vista, os índios são cidadãos brasileiros e espero que tenham seus direitos respeitados.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Meu caro Senador Augusto Botelho, não tenho nenhuma dúvida, não duvido de um diagnóstico feito por V. Ex^a, porque V. Ex^a é médico. Agora, não duvide de um olhar imemorial de um antropólogo. Eles merecem o nosso reconhecimento, o nosso respeito.

Quem tem de definir o território são os antropólogos, evidentemente com base na cultura, na vivência secular dos povos indígenas na área em questão. Mas cabe a eles fazer isso, aos antropólogos que estudam os povos indígenas. É uma matéria delicada para a história de um Estado autoritário como o Brasil, mas nós avançamos, e o Brasil precisa avançar ainda mais, sem medo da soberania. Os índios que estão lá e nas fronteiras da Amazônia têm orgulho de ser brasileiros, as várias etnias que estão lá, como os ticunas.

Então, nós precisamos ter esse gesto. A concepção de definir um território para os povos indígenas é completamente diferente da concepção da ocupação da Amazônia, feita pelo Incra: “Aqui são 500 por mil”, aí o fazendeiro chegou lá. Fomos nós que erramos ao criar um município dentro da reserva, em 1990. V. Ex^as conhecem essa história.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então, nós precisamos reconhecer os erros, os excessos com as várias etnias que compõem o nosso País. Daí

a minha preocupação, porque é a primeira vez que o Supremo discute a homologação. O mérito de amanhã é a primeira vez na história da Justiça brasileira.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, já ouvi V. Ex^a, por diversas vezes, falar desse tema. Ouvi a nobre e querida Senadora Marina Silva e também o nosso amigo Senador Botelho, e quero dizer a V. Ex^a que, cada vez mais, eu me convenço de que o Supremo Tribunal Federal, entre hoje e amanhã, data em que nós lembramos, perante o mundo, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É uma bela coincidência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Uma bela coincidência, amanhã, dia 10. E será consagrada com essa decisão. Entendo, Senador Botelho, a sua posição, mas quero dizer, Senador João Pedro, que, em relação à Raposa Serra do Sol, eu fiz uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Foram mais de 15 painelistas. Todos que estiveram lá... Eu deixei a Comissão à disposição daqueles que pensavam diferente – e eram convidados, não eram Senadores. Todos defenderam, com muita convicção, com muita firmeza, a importância da titularidade, da regulamentação definitiva dessa terra. Por isso, cumprimento V. Ex^a, entendendo aqueles que pensam diferentemente. Mas a nação indígena se encontra lá há alguns séculos. Eu, que falo tanto aqui da questão da terra quilombola, eu, que falei ontem, ainda, que dois quilombolas foram assassinados, covardemente, no Rio Grande do Sul, que estão brigando pela titularidade da terra, não poderia ter uma posição diferente. Se a comunidade negra chegou aqui em um segundo momento, a comunidade indígena chegou muito antes do que nós, negros, e sofreram, também, o regime de escravidão, semelhante àquele que, depois, os negros passaram a sofrer. Enfim, todos nós sabemos como se deu a história. Por isso é que, nesta data tão importante, 120 anos da Abolição da Escravatura, em nome da liberdade, da igualdade e da justiça... Eu sei, Senador Botelho, que V. Ex^a também gostaria muito – eu, pelo menos, penso assim – que os colonos que estão lá... Eu venho de um Estado onde os colonos cumprem um papel fundamental; tenho um carinho muito grande pelos agricultores que estão lá. Eu tenho certeza de que, com a decisão, como V. Ex^a coloca, eles serão indenizados. Eles serão colocados em outro espaço legítimo e haverão de continuar a produzir.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Paim, a indenização já começou. Várias famílias, inclusive, foram indenizadas. Há uma resistência.

Veja só: a decisão da homologação é de dezembro de 2004, do Ministro da Justiça Thomaz Bastos. Quando ele anunciou, em dezembro de 2004, houve uma rebelião – padres espancados, índios mutilados – contra a decisão da homologação. Mas sempre aconteceu a homologação. Sempre! Os Ianomâmis, o povo Waimiri Atroari, um dos mais recentes. Estou falando de Roraima. Os Ianomâmis, com uma área significativa, no Governo do Presidente Collor de Melo, 1990. Também houve a polêmica.

Nós não podemos retroceder na história, na conquista dos povos indígenas. Mas também é uma conquista do Estado brasileiro na relação com os povos indígenas. Então, as famílias estão sendo indenizadas lá em Raposa Serra do Sol.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, só complemento meu aparte a V. Ex^a, cumprimentando-o pelo pronunciamento. Acho que amanhã resolveremos, de forma definitiva, essa questão. Com certeza, os que estão lá trabalhando e que não são índios serão indenizados, e os índios ficarão na sua terra. A partir daí, que prevaleçam a paz, a igualdade, a liberdade e a justiça, que é aquilo que norteia a data de amanhã, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Espero sinceramente, porque a imprensa, no dia de hoje, registra a presença de várias lideranças indígenas de Raposa Serra do Sol, que, ontem, visitaram o Supremo, fizeram todo um ritual. E espero que essa energia da cultura dos Macuxis, das várias etnias possa iluminar os nossos Ministros. E que a decisão dos nossos Ministros, a decisão da nossa Corte, do nosso Supremo Tribunal Federal não possa contrariar essa conquista da sociedade mundial, que celebra, no dia 10 de dezembro, o Dia Universal dos Direitos Humanos.

Então, é grande a expectativa porque, no desdobramento de um possível retrocesso, quem vai padecer ainda mais são os povos indígenas e, nessa cadeia, os povos indígenas são os mais fracos.

Senador Paulo Paim, Senadora Marina Silva, quero dizer que inclusive estarei lá amanhã, na sessão, que será pública, no sentido de acompanhar uma decisão que considero histórica.

Pergunto, Senadora Marisa Serrano, Senador Nery, V. Ex^as...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, solicitaria a V. Ex^a que pedisse urgência

porque está há mais de 30 minutos na tribuna. É um assunto importante...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quem está pedindo urgência são os povos indígenas, mas vou acatar o apelo de V. Ex^a, ouvindo a Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Porque há a expectativa de outros oradores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a, Senadora, que é de um Estado que tem uma presença marcante dos povos indígenas.

O Sr. Marisa Serrano.(PSDB – MS) – É justamente por isso, Senador João Pedro. Ouvi V. Ex^a e os apartes. Quero dizer que há dois tipos de atendimento aos índios que me preocupam, porque não é só dar a terra, mas garantir que os índios tenham uma nova vida, uma vida pedagogicamente correta. O que significa isso? Significa que os índios não façam como os índios da minha terra, que moram em guetos, que estão sendo consumidos pela bebida, cujos jovens se suicidam, cujas crianças morrem de inanição, que não têm condições de sonhar com uma vida melhor. Não é essa a vida que eu quero para os índios da minha terra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A responsabilidade é do Estado brasileiro, é nossa.

A Sra. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Sim. A minha terra a que me refiro é o País. Eu quero que os índios da minha terra, do Brasil, tenham a condição de sonhar com uma vida melhor. Eu quero que eles tenham o mesmo que têm os nossos filhos, que tenham as mesmas oportunidades, que não fiquem, como em Mato Grosso do Sul, grudados em guetos absurdos, sem perspectiva de uma vida melhor. É isso que a gente não pode querer. Não é só dar a terra para o índio. Nós temos de discutir aqui que tipo de futuro os índios brasileiros vão ter. Se eles vão continuar dessa forma, sendo tutelados pela União; se essa terra também não é a terra deles, se eles não são brasileiros. Se são brasileiros, têm de ter os mesmos direitos e os mesmos deveres de todos nós. Eu acho que o mundo mudou, a época é outra. Não há possibilidade, Senador João Pedro, de nós só pensarmos em dar a terra. É muito mais do que isso. É dar dignidade ao povo indígena. É por isso que temos de lutar. E eu me coloco ao lado de V. Ex^a, se for para lutar para que os índios brasileiros tenham dignidade, o que hoje eles não têm. E dar dignidade não é só entregar a terra a eles. Eu acho que é muito mais do que isso, e a discussão tem de ser muito mais profunda, para que possamos conseguir fazer com que neste País os índios sejam vistos como brasileiros. Aí, sim, é terminar com a Funai do jeito que ela é, tornar os índios autônomos e, princi-

palmente, garantir a eles a cidadania brasileira, que hoje eles não têm. Obrigada.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pelo esforço do Senador Nery, concedo o aparte a ele, e é um defensor...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Primeiro, Senador João Pedro, quero me dirigir ao Presidente Romeu Tuma e pedir a S. Ex^a que nos conceda um pouco mais de tempo, para que possamos dizer e fazer aqui algumas considerações sobre este tema, que é da maior relevância, especialmente porque os inimigos dos índios, que são muitos, muitos, têm muitas tribunas, tempo e dinheiro para, a todo momento, poder acusar, denegrir, dizer infâmias contra os povos indígenas. Eles fazem isso traindo um dos componentes mais importantes do nosso País, do nosso povo: justamente os índios brasileiros, que, em 500 anos, foram perseguidos, dizimados, desrespeitados. Quando o Estado tenta garantir minimamente esse direito, direito que está inscrito na Constituição, como a demarcação feita pelo Governo na terra indígena Raposa Serra do Sol em 15 de abril de 2005, levantam-se vários que se opõem aos direitos dos povos indígenas para questionar, primeiro, o direito à terra e, com a terra, todos os outros direitos inerentes à pessoa humana. Por isso, eu quero me solidarizar com V. Ex^a por seu pronunciamento,...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – ... com a determinação de defender aqui, aberta e claramente, os povos indígenas da Amazônia, do nosso País. Esperamos, Senador João Pedro, que, amanhã, o Supremo Tribunal Federal nos dê a resposta que interessa a todos nós, especialmente aos povos indígenas: a garantia da demarcação contínua de suas terras, pondo fim a essa questão e resgatando, garantindo, na sua integralidade, o direito à terra, aos costumes, à cultura, que têm sido violentamente atingidos por alguns poucos, porque, em Roraima, se são lá 19 na Raposa Serra do Sol, são seis grandes arrozeiros que promovem toda essa baderna, toda essa invasão. Eles, sim, são os invasores, e merecem a nossa reprovação, porque agem em desacordo com o que prega a Constituição brasileira. Eles, sim, são os arruaceiros. É preciso ser dito com a veemência necessária para ver se aqueles que aqui abusam do direito, inclusive de defender os interesses e os lucros dos devastadores, dos grandes fazendeiros se convençam de que esta terra, antes de pertencer a eles, pertence originalmente aos povos indígenas. Todo apoio! Amanhã estaremos lá, acompanhando cada palavra e cada voto. Esperamos que o Supremo faça o seu reencontro com o que é mais legítimo e correto neste País: a defesa dos direitos

dos povos indígenas. Parabéns a V. Ex^a! Eu já estava me retirando da Casa, mas, diante do que ouvi, achei que tinha de vir aqui para não só me solidarizar com V. Ex^a, com a sua defesa, com a coragem que V. Ex^a tem de defender abertamente essa causa, mas também para dizer que nós todos aqui que temos a crença em um Brasil realmente diferente estamos com os povos indígenas e, especialmente, estamos com o que diz a Constituição brasileira. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

Encerro, Sr. Presidente, destacando o voto do Ministro Carlos Ayres, que foi um voto fundamentado, um voto longo, um voto profundo do ponto de vista dos direitos imemoriais das etnias que vivem na Raposa Serra do Sol.

Espero que o conjunto de Ministras e Ministros do Supremo Tribunal Federal possa acompanhar o voto do Ministro Carlos Ayres, que, sem dúvida, é o voto de um Estado democrático de direito.

Espero sair amanhã do Supremo Tribunal Federal orgulhoso da Justiça brasileira e voltar aqui para registrar uma conquista não dos Senadores que apóiam a homologação das terras contínuas, mas uma vitória dos povos indígenas do Brasil e, fundamentalmente, uma vitória dos povos indígenas de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a

Eu tenho um ofício para ler, mas, antes, gostaria de cumprimentar o Plenário pela séria discussão sobre as terras da reserva Raposa Serra do Sol, em que todos puderam manifestar opiniões, especialmente aqueles que têm a obrigação de defender os seus Estados perante a União em razão de ser seus representantes nesta Casa.

Senadora Marisa, eu gostaria de cumprimentá-la pelo acréscimo que trouxe à discussão. V. Ex^a indagou como os índios poderão sobreviver a essa situação de dificuldade. E nós mesmos fizemos uma comissão especial em razão de morte, por inanição, de várias crianças indígenas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, na fronteira. Doze, quinze, vinte crianças mortas por falta de assistência de órgão do Estado que teria obrigação de assisti-los. Eu acho que, além de nós todos termos que confiar na decisão do Supremo, temos que discutir o que propôs V. Ex^a no aparte que fez ao Senador João Pedro.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Em 9 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Na condição de Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673/2006, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências, comunico a V. Ex^a a ocorrência de inexatidão material, devida a erro gráfico, na redação da Emenda nº 9 – CCJ.

Nesses termos, solicito a V. Ex^a a retificação do texto da referida Emenda nº 9, para exclusão da expressão “... apondo-se vírgula após o termo ‘licitação’, constante do final de seu texto, observado o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno.

Atenciosamente, – Senador **Jarbas Vasconcelos**, Relator do PLC nº 90, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007**, objeto do expediente lido, foi apreciado na sessão deliberativa ordinária do dia 3 do corrente, quando foi aprovado com as Emendas de nºs 1 a 10 – CCJ.

Uma vez que se trata de inexatidão material devida a erro gráfico, cuja correção não importa alteração no sentido da matéria, a Presidência determina, nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a republicação do **Parecer nº 1.213, de 2008**, da Comissão Diretora, para a exclusão da expressão “... apondo-se vírgula após o termo ‘licitação’”, constante da Emenda nº 9 – CCJ.

É o seguinte o Parecer republicado:

PARECER Nº 1.213, DE 2008 (Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673, de 2006, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673, de 2006, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição

Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências , consolidando a retificação proposta pelo relator.

Sala de Reuniões da Comissão, de dezembro de 2008. – **Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias**, Relator, **César Borges, Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.213, DE 2008

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673, de 2006, na Casa de origem).

Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

EMENDA N° 1

(Corresponde à Emendas nº 1 – CCJ)

Dê-se ao inciso XVIII do art. 2º, ao § 1º do art. 3º e ao art. 27 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....
XVIII – Gasoduto de Transporte: gasoduto que realize movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, ressalvados os casos previstos nos incisos XVII e XIX do **caput** deste artigo, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

.....”

“Art. 3º.....

.....
§ 1º O regime de autorização de que trata o inciso II do **caput** deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transportes que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral.

.....”

“Art. 27. Os bens destinados à exploração da atividade de transporte sob o regime de autorização, referentes aos gasodutos decorrentes de acordos internacionais, serão considerados vinculados à respectiva autorização e, no término do prazo de sua vigência, deverão ser incorporados ao patrimônio da União, mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização em dinheiro, observado o disposto no § 3º do art. 15 desta lei, nos termos da regulamentação.”

EMENDA N° 2

(Correspondente à Emendas nº 2 – CCJ)

Dê-se ao art. 38 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 38. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União e em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de concessão de uso, precedida de licitação na modalidade de concorrência, nos termos do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo a exploração se dar por conta e risco do concessionário.”

EMENDA N° 3

(Corresponde à Emenda nº 3 – CCJ)

Dê-se ao inciso XIX do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....
XIX – Gasoduto de Escoamento da Produção: dutos integrantes das instalações de produção, destinados à movimentação de gás natural desde os poços produtores até instalações de processamento e tratamento ou unidades de liquefação;

.....”

EMENDA N° 4

(Corresponde à Emendas nº 4 CCJ)

Suprime-se o § 2º do art. 36 do Projeto, incluam-se os incisos XXXI a XXXIII no art. 2º e se acrescente o seguinte artigo no Projeto, renumerando-se o atual art. 46, bem como os seguintes, dando-se também nova designação ao seu Capítulo VI:

“Art. 2º.....

.....
XXXI – Consumidor livre: consumidor de gás natural que, nas termas da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o

gás natural de qualquer agente produtor, importador ou comercializador;

XXXII – Autoprodutor: agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

XXXIII – Auto-importador: agente autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.”

“CAPÍTULO VI Da Distribuição e Comercialização do Gás Natural

Art. 46. O consumidor livre, o autoprodutor ou o auto-importador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico, mediante celebração de contrato que atribua à distribuidora estadual a sua operação e manutenção, devendo as instalações e dutos ser incorporados ao patrimônio estadual mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização, quando de sua total utilização.

§ 1º As tarifas de operação e manutenção das instalações serão estabelecidas pelo órgão regulador estadual em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

§ 2º Caso as instalações e os dutos sejam construídos e implantados pelas distribuidoras estaduais, as tarifas estabelecidas pelo órgão regulador estadual considerarão os custos de investimento, operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

§ 3º Caso as instalações de distribuição sejam construídas pelo consumidor livre, pelo autoprodutor ou pelo auto-importador, na forma prevista no **caput** deste artigo, a distribuidora estadual poderá solicitar lhes que as instalações sejam dimensionadas de forma a viabilizar o atendimento a outros usuários, negociando com o consumidor livre, o autoprodutor ou o auto-importador as contrapartidas necessárias, sob a arbitragem do órgão regulador estadual.”

EMENDA N° 5

(Corresponde à Emenda nº 5 – CCJ)

Substitua-se, no § 3º do art. 3º do Projeto, a expressão “a empresa ou consórcio de empresas concessionária ou autorizada” por “a empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados”, levando-se para a plural o verbo “poderá”.

EMENDA N° 6

(Corresponde à Emenda nº 6 – CCJ)

Substitua-se, no § 1º do art. 1º do Projeto, a expressão “empresas ou consórcio de empresas constituídas” por “empresa ou consórcio de empresas constituídos”.

EMENDA N° 7

(Corresponde à Emenda nº 7 – CCJ)

Substitua-se, no **caput** do art. 36 do Projeto, o termo “constituída” pela expressão “desde que constituídos” iniciada por vírgula, levando-se para a plural o verbo “poderá”.

EMENDA N° 8

(Corresponde à Emenda nº 8 – CCJ)

Substitua-se, no **caput** do art. 37 do Projeto, a expressão “sociedade ou consórcio cuja constituição será regida pelas leis brasileiras” por “empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras”, apondo-se vírgula após o termo “licitação”.

EMENDA N° 9

(Corresponde à Emenda nº 9 – CCJ)

Substitua-se, no **caput** do art. 41 do Projeto, a expressão “sociedade ou consórcio constituído” por “empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos”.

EMENDA N° 10

(Corresponde à Emenda nº 10 – CCJ)

Substitua-se, no **caput** dos arts. 43 e 44 do Projeto, o termo “constituída” pela expressão “desde que constituídos” iniciada por vírgula, colocando-se entre vírgulas a expressão “com sede e administração no País” e levando-se o verbo “poderá” para o plural.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Em seguida, passo a palavra, por cessão do Senador Heráclito Fortes, ao Senador Gilberto Goellner, por dez minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos anos 60, o Governo Federal criou os chamados índices de pro-

dutividade para as propriedades rurais com o intuito de forçar os produtores a investir em tecnologia, para aumentar a produtividade física da propriedade, ou seja, todo produtor deveria produzir mais por unidade agrícola.

Por trás dessa proposta, o Governo pretendia não só reduzir a especulação com a terra, mas fazer com que a propriedade rural cumprisse sua função social e, dessa maneira, que a produção no campo aumentasse significativamente e que o meio rural gerasse também mais empregos.

Juntamente com esse objetivo, era também intenção do Governo desapropriar, para fins de reforma agrária, as terras que não atingissem o índice mínimo de produtividade exigido.

Nos últimos anos, o Governo Federal tem trazido à tona, sistematicamente, a discussão sobre esses índices de produtividade na agricultura, o que acaba causando preocupação aos produtores rurais e muita ansiedade entre eles.

Isso acontece porque o Governo Federal, procurando dar uma resposta atrativa aos movimentos sociais que têm pleiteado sem cessar que o Governo crie mecanismos que possibilitem desapropriar terras rurais para destiná-las à reforma agrária, reitera a sua proposta de modificar os índices de produtividade agrícola.

Sr. Presidente, os empreendimentos agrícolas, para que sejam sustentáveis, exigem racionalidade econômica, e essa discussão sobre índices de produtividade agrícola não encontra nela nenhum amparo para que se mantenha em pauta. Não se pode presumir que um rendimento mais baixo na produtividade seja contrário aos interesses nacionais. As atividades agropecuárias somente serão viáveis se apresentarem resultados econômicos positivos; no entanto, em algumas situações, manter na agricultura um rendimento físico mais baixo pode ser até uma situação correta economicamente naquele momento que se está vivendo.

Vejamos, por exemplo, o atual momento por que passa a agricultura brasileira. Os insumos agropecuários tiveram uma elevação de preço acima do previsto (mais de 300% nos últimos cinco anos em alguns fertilizantes; do ano passado para cá, em mais de 50%, aceleração de preços dos fertilizantes principalmente os importados), enquanto o preço das *commodities* tiveram uma queda inesperada.

Ora, num cenário desses, investir em tecnologia com elevado consumo de insumos (fertilizantes, por exemplo) poderá levar o agricultor a um prejuízo incalculável na atividade. Como exigir, então, que os produtores mantenham seus índices de produtividade

elevados e tenham deliberadamente prejuízo financeiro? Escapa à racionalidade se o Governo exigir do produtor rural esse comportamento.

Por outro lado, Srs. Senadores, por que a propriedade rural é obrigada apresentar índices mínimos de produtividade se outros setores produtivos são completamente desobrigados de cumprir essa exigência? A indústria, o comércio, a empresa de prestação de serviço, nenhuma delas tem a obrigação de cumprir essa exigência e podem operar dentro simplesmente dos limites impostos pelo mercado. Por que, repito, os produtores rurais têm de cumprir índices mínimos de produtividade? O que os difere dos demais agentes econômicos?

Ora, Sr. Presidente, todos no Brasil têm o direito de dispor de seus fatores de produção e de utilizá-los segundo as suas possibilidades e segundo a sua conveniência econômica naquele instante. Nenhum agente econômico – com exceção dos que são proprietários rurais – tem o seu direito de propriedade ameaçado se não cumprir índices de produtividade mínimos definidos por órgãos governamentais.

Esse comportamento de determinar e de exigir o cumprimento de índices de produção para a agricultura é um fator que não se coaduna mais com o momento capitalista que vive o Brasil, sobretudo devido a sua inserção no modelo internacional.

Os tempos mudaram; a economia mudou e o próprio País mudou, mas algumas pessoas que se sentam no Governo não mudam a cabeça e não se ajustam aos novos tempos. Ora, o produtor rural que não for competitivo não se sustentará na atividade: vai quebrar. Se investir mal, vai quebrar; se não se ajustar aos parâmetros econômicos, também vai quebrar. Esse é o preço que se paga se não for competitivo e racional economicamente. Seja ele quem for: grande, médio ou pequeno produtor, agricultor familiar ou assentado da reforma agrária.

Sr. Presidente, a atual crise internacional compromete o desempenho dos agentes econômicos de todos os países e vem exigindo um esforço – público e privado sem precedentes – para evitar que ela se aprofunde, crie distorções e desestruture as economias, causando um colapso mundial.

Entendo que, num momento complexo como este, de crise, de incertezas e de inseguranças internacionais e nacionais, o Governo Federal querer discutir e propor revisão dos índices de produtividade das lavouras brasileiras é simplesmente uma atitude de propósito ultrapassado e demagógico, com característica autista, fora da realidade, que só contribui, agora, para aumentar a insegurança e a instabilidade no campo brasileiro.

Por isso, venho a esta tribuna para protestar contra essa iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura de propor, tão fora de hora, a revisão dos índices de produtividade agrícola.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não, Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Primeiro, registro que o seu pronunciamento é absolutamente concreto e adequado. Segundo, eu gostaria de lembrar uma audiência pública que realizamos na Comissão de Agricultura, quando se estava discutindo este tema. Estavam lá alguns membros do Governo, da Embrapa, do Ministério da Reforma Agrária e do Ministério da Agricultura, e levantamos uma questão. Muito bem! Estamos discutindo qual é o nível de produtividade das fazendas ditas produtivas do Brasil. Eu gostaria de saber se há algum levantamento, algum estudo, que indique o índice de produtividade das terras desmembradas e entregues à produção familiar. Isso é um fato que tem de ser levado em consideração. O Brasil precisa produzir e não pegar áreas efetivamente produtivas por uma razão socialmente, eu diria, válida e justa para elevar o nível de produtividade. Nós sabemos, nós temos certeza absoluta: quem conhece o Brasil sabe muito bem que os níveis de produtividade obtidos nessas atividades familiares são muito baixos. O pessoal disse que não tinha no momento e ficou de mandar para nós os Senadores da Comissão essas informações. Até hoje não mandaram simplesmente porque não têm. A diferença de produtividade, mesmo que não seja a ideal, a buscada e a procurada para esse tipo de atividade agrícola no Brasil é algo monumental, descomunal. Sem sombra de dúvida, isso vai levar a uma queda de produção nacional gravíssima no momento que vive o País e o mundo, sobretudo nessa questão alimentar. Eu gostaria de registrar mais uma vez os parabéns ao seu pronunciamento, absolutamente oportuno neste momento.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Agradeço-lhe a intervenção inclusive para dizer que, se o Governo Federal conseguisse fazer com que os assentamentos rurais fossem produtivos, e à medida que estivessem produzindo em todo o País, todos eles, todos os assentamentos rurais, cumprida essa meta pelo Governo, com assistência técnica, crédito e organização em associações e em cooperativas de produção, de comercialização, de viabilização econômica (é isso o que está faltando neste País); na hora em que isso for efetivado pelo Incra, o órgão responsável por todo esse trabalho, aí sim, deveremos falar

em novas áreas para receberem outros produtores, outros assentados. E não antes.

Querer instituir num momento como esse, ou em qualquer momento, unicamente para a produção agropecuária brasileira, índices mínimos de exigência, é um contra-senso. Então teríamos que instituí-los para todos os fatores econômicos.

Por que ficar só a propriedade rural, hoje, sem esse direito, por que pode ser confiscada simplesmente por não haver clima ideal? Lá no Nordeste vamos ter clima ideal para obter a mesma produtividade da cana de São Paulo ou do Mato Grosso do Sul? Creio que não. A soja do Centro-Oeste vai ter a mesma produtividade da soja do Rio Grande do Sul, onde tem havido muitas secas?

Enfim, são critérios aleatórios que se colocam hoje: exigir o cumprimento de eficiência quando, na realidade, a agricultura brasileira sofre de um fator só, falta de renda, falta de competitividade, falta de condições econômicas, para continuar prosperando. Essa é a realidade da agricultura, e não outra.

E colocar agora a instabilidade, além da exigência do Decreto nº 6.514, que está causando pânico em toda a Nação brasileira... E não foi discutida convenientemente e nem publicada a nova versão dele, embora o Governo já tenha aceitado que existem artigos inconstitucionais no Decreto nº 6.514. Estivemos, ainda hoje pela manhã, verificando isso, a Frente Parlamentar da Agropecuária, em audiência com o Ministro José Múcio, e inquirindo S. Ex^a por que o Governo não cria uma situação de tranqüilidade, editando uma nova versão desse decreto, que está pronta, faltando unicamente a sanção presidencial, para daí, sim, analisar-se, com uma carência maior, de um ano, para avaliarmos toda essa legislação ambiental brasileira, viabilizando, então, a compensação da reserva legal, que é o grande empecilho, hoje, de produção de toda a agricultura brasileira. Foram áreas consolidadas que não estão com os índices exigidos por lei em todos os biomas, e dificilmente vai-se conseguir realizar a mesma reserva no mesmo local. Temos que achar outra consolidação de reposição.

Com essas preocupações todas, ainda nessa conjuntura global de carência de recursos, de inviabilidade da atividade econômica de todos os setores – da cana-de-açúcar, da soja, do milho, do trigo, do feijão, do arroz – em todo o País, que estão penando para produzir. Além disso, vem o Governo avaliando a possibilidade de colocar índices mínimos quando o produtor está sem recursos para produzir, para investir em tecnologia e atingir esses índices.

Então é hora de as autoridades e técnicos do Governo Federal caírem dessas nuvens, botarem a cabeça

para pensar, a fim de entenderem esse cenário atual, fincando os pés no chão da realidade rural brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

Em seguida, falará o Senador Marco Maciel, por sessão do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar à Mesa um requerimento de voto de pesar aos familiares dos líderes do Quilombo dos Alpes, no Rio Grande do Sul, os quais foram covardemente assassinados com um tiro pelas costas.

Foi assassinada a Sr^a Joelma da Silva Elias, a Jô, 36 anos, diretora de eventos do Conselho Fiscal da Associação do Quilombo dos Alpes, que deixou uma filha com onze anos. Também foi assassinado o Sr. Volmíro da Silva Elias, 31 anos, vice-Presidente da Associação, que deixou três filhos entre dois e oito anos. Ambos eram netos de D. Edwirges, matriarca fundadora do Quilombo dos Alpes.

Faço aqui a justificativa e nem precisaria. Sei que a Casa vai encaminhar o voto de pesar aos familiares, cujo endereço é: Estrada dos Alpes, 1.300, Glória, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Era isso, Sr. Presidente. Eu fiz um pronunciamento na tarde de hoje falando do ocorrido e dizendo que infelizmente só repito aqui, embora se saiba quem foi o assassino, até o momento ele não foi preso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.610, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar às famílias dos líderes Joelma da Silva Ellias e Volmir da Silva Ellias, ambos netos da Sra. Edwirges, matriarca e fundadora do Quilombo dos Alpes no Rio Grande do Sul, os quais foram bruscamente assassinados no dia 4 deste mês.

As 80 famílias quilombolas que lá residem ainda aguardam o processo de regularização do território. A demora do processo de regulamentação vem acirrando os conflitos inerentes à disputa pela terra.

Esperamos que luta desses irmãos não seja em vão.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Marco Maciel, tem V. Ex^a a palavra por cessão do Senador Heráclito Fortes.

Vou prorrogar a sessão até as 19h30min. Ela devia ter sido encerrada às 18h30min, mas ainda estão inscritos o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Marisa Serrano, que se encontram em plenário aguardando a vez com paciência. O tempo é de vocês.

Senador Marco Maciel, com a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, que preside a presente sessão do Senado Federal, Sr^ss e Srs. Senadores, venho aqui registrar uma data de grande significação histórica.

Amanhã, dia 10...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, assumo a Presidência, mas com um único sentido: para que V. Ex^a tenha o tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Nobre Senador Mão Santa, desejo registrar a passagem, amanhã, dia 10 de dezembro, dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembléia Geral da ONU em 1948.

O mundo em 1948 era muito diferente dos dias de hoje. Em 1945, encerrava-se um conflito que deixou milhões de mortos. Eu gostaria de me reportar ao término da II Grande Guerra Mundial. Segundo levantamentos feitos, pelo menos 50 milhões de pessoas morreram no conflito, que se prolongou durante anos.

A seguir surgiram instituições que, de alguma forma, colaboraram para melhorar a saúde da sociedade internacional. Refiro-me à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, outros organismos apareceram como o Tribunal de Nuremberg e a Organização Mundial de Saúde. Não poderia deixar de registrar –, ocorreu a celebração, em Paris, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa Declaração foi aprovada por 48 votos e apenas 8 abstenções. As abstenções foram do grupo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, países marxistas, e outros. Foi algo muito importante para a liberdade e para a democracia.

O tema para celebração desses 60 anos é “dignidade e justiça para todos”. Convém lembrar que esta não foi a primeira declaração de direitos do homem ou direitos humanos. Poderia citar outros precedentes como o **Bill of Rights** de 1776 – as colônias americanas

nas rebeladas contra a Inglaterra, o **Bill of Rights** inglês da chamada revolução gloriosa de 1689, que teve repercussão no mundo todo. Se quiséssemos recuar um pouco mais no passado lembraria a Carta Magna de João Sem Terra, de 1215, em pleno século XIII.

Sr. Presidente, o mundo do pós-guerra não foi de paz, porque, tão logo encerrado o conflito, veio a guerra fria, que durou praticamente até a chamada queda do Muro de Berlim, ou seja, até 1989. A guerra fria representou um momento de tensão que o mundo todo viveu entre os países que se alinhavam na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os países da Europa e da América que praticavam a democracia.

Como seqüela da guerra, o mundo se dividiu por força de ações colonialistas de certas nações e os desdobramentos nem sempre foram positivos.

Vejamos o lado negativo. A reunião de Paris, em 1948, teve no seu encerramento a presença Eleanor Roosevelt, uma mulher de grande presença no cenário internacional, posto que casada com Franklin Delano Roosevelt, que foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. É dela uma frase que reputo muito boa: “É melhor acender velas do que protestar contra a escuridão”.

O que se defendia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos era iluminar a sociedade democrática com objetivos de desenvolvermos a convivência pacífica e tornar possível a disseminação desses direitos.

Norberto Bobbio, como sempre, trata com muita proficiência e concisão esses temas e chama a atenção que, a partir de então, começou a se desenvolver uma dupla consideração do indivíduo enquanto pessoa humana (direitos civis) e enquanto cidadão (direitos políticos), votar, ser votado, participar de funções partidárias, etc.

A Declaração Francesa, de 1789, foi um instrumento precursor, falava também dos Direitos do Homem e do Cidadão, demonstrando que uma semente já havia brotado em muitos sítios do mundo e era necessário robustecer essa luta em favor dos direitos humanos, que tem como contraface a defesa da democracia.

O Presidente Roosevelt, em 1944, antes de terminar a guerra, em mensagem ao Congresso Americano, disse: “Chegamos a compreender que a verdadeira liberdade individual não pode existir sem segurança e independência econômica.” E acrescentou: “Homens necessitados não são homens livres.”

A Declaração, sabemos, não é uma lei, não tem poder de coerção, não há nenhum tribunal que execute as suas decisões. Todavia, é uma bússola com relação ao futuro. Ela se limita a desenhar um horizonte: o da

esperança, da igualdade, da liberdade, da dignidade e da felicidade.

Nesse barco – diz Gilles Lapouge, um grande pensador francês, que, habitualmente, escreve em *O Estado de S. Paulo*, posto que é correspondente do jornal em Paris – que o Planeta Terra terá que singrar velas ao vento se não quiser soçobrar na morte ou no inferno. Essa declaração é, mais uma vez, um desafio que se lança às lideranças mundiais para que possamos avançar nesse campo.

Bento XVI, ano passado, declarou que o que se fizer nesse campo é um compromisso moral que deve ser assumido por toda a humanidade.

A nossa Constituição de 1988 parte também para o reconhecimento desses direitos fundamentais. No seu art. 4º, considera entre os princípios que devem reger as relações internacionais: a prevalência dos direitos humanos, solução pacífica dos conflitos, *igualdade entre os estados, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, repúdio ao terrorismo e ao racismo*.

Volto a citar Eleanor Roosevelt, tida como uma líder feminista à época, extremamente ousada em algumas de suas propostas:

Nós, nos Estados Unidos, admiramos aqueles que lutam por suas convicções, e a Delegação Soviética assim o fez. Mas, nas velhas democracias, aprendemos que algumas vezes devemos nos curvar à vontade da maioria. Assim fazendo, não estamos abrindo mão de nossas convicções. Nós continuamos algumas vezes a persuadir e eventualmente podemos ter sucesso.

Enfim, ela declarou: “Trata-se de obra inacabada que temos diante de todos nós.”

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento equilibrado: reconhece direitos civis e políticos, dá proteção, como já chamei a atenção, contra o desemprego; saúde, educação e participação em vida cultural.

O texto de 1948 poderia ser considerado como profético preâmbulo de uma futura constituição mundial. O que ocorre na Europa, com a criação da União Européia, é expressão desses desejos que foram manifestados logo no pós-guerra. Gerou-se a consciência do respeito aos direitos humanos, mesmo porque a democracia, já houve quem dissesse, começa no reino das consciências. Quer dizer, a democracia brota primeiro em cada ser humano.

Isso é fundamental para que possamos ter de fato uma sociedade livre, aberta, atenta a tudo o que constitui legítima aspiração humana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a, que se refere à comemoração, amanhã, dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi um dos atos mais importantes da Organização das Nações Unidas e que tem, obviamente, extraordinária repercussão no mundo. É importante que façamos um balanço a respeito de quão perto ou quão distante ainda estamos de assegurar esses direitos aos brasileiros e brasileiras, aos 190 milhões e 300 mil que somos hoje aproximadamente. Eu também, sendo orador, logo em seguida a V. Ex^a, vou me referir a esse tema, mas tenho a certeza de que V. Ex^a o faz muito bem, trazendo aqui reflexões das pessoas que, no mundo, hoje, estão preocupadas em que medida os direitos humanos, inclusive os que estão transcritos e registrados em grande parte na nossa Constituição de 1988, estão efetivamente sendo assegurados no Brasil, como também em outros países do mundo, seja em lugares como Bombaim, na Índia, onde há poucos dias vimos formas que constituem desrespeito aos direitos da pessoa humana para fins de se alcançar objetivos políticos, seja no Sul, onde desastres climáticos acabam promovendo uma destituição trágica de direitos da pessoa humana. Refiro-me aos que perderam suas casas, seus familiares devido às chuvas torrenciais de Santa Catarina. É importante que pensemos quais os instrumentos de políticas públicas, de políticas econômicas que asseguram a consecução desses direitos. Por isso, cumprimento V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, agradeço o aparte de V. Ex^a que corrobora as palavras que aqui estou proférindo na busca de darmos ao mundo uma consistência democrática que assegure a todos e a cada um os direitos humanos. Devemos partir do fato de que “todas as pessoas nascem livres, iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

A Declaração faz afirmações, ao mesmo tempo, jusnaturalista e racionalista, no esforço da vivência prática dessas duas grandes tendências de validade internacional:

Cor, raça, sexo, língua, religião, opinião pública ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. A escravidão, a tortura, o tra-

tamento ou castigo cruel, desumano e degradante são igualmente repelidos. Também se proclama a recusa à prisão e exílio arbitrários, a difamação da honra e da reputação e as limitações do direito de ir e vir.

Na Declaração, a família também não é esquecida. Aliás, é bom recordar que o Papa João Paulo II, em um documento intitulado *Carta às Famílias*, diz que família é a igreja doméstica. E a família não é esquecida nessa Declaração enquanto núcleo natural e fundamental da sociedade e do Estado.

Como consequência lógica, vem a condenação aos preceitos de raça. E aí, mais uma vez, estamos buscando construir o mundo se integre, sob todos os seus aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais.

O Brasil teve importante participação na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a presença de Austregésilo de Athayde, jornalista brasileiro que atuou na redação do documento.

Nascido Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde, em Caruaru, Estado de Pernambuco, a 25 de setembro de 1898, em 1918, embarca para o Rio, onde passou a viver e integrar, em 1948, a delegação brasileira enviada a Paris para a Assembléia Geral da ONU que culminou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Membro da Academia Brasileira de Letras, foi eleito seu Presidente em 1958, cargo que ocupou até a morte em 1993. A 10 de dezembro de 1978, Austregésilo de Athayde, então único sobrevivente entre os que trabalharam na redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, recebeu carta do Presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, com palavras de estímulo:

Em nome do meu País, aproveito a oportunidade para aplaudir seu papel na elaboração de tão importante documento e saudar a liderança vital do Brasil nesse empreendimento.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que se temos o muito a celebrar com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda há muito que fazer. É necessário robustecer uma consciência social em relação aos direitos humanos, pois não há outro caminho que não o da liberdade e da democracia.

É lógico se fôssemos escrever hoje a Declaração Universal dos Direitos Humanos, teríamos que incorporar novos itens, um deles, certamente a questão ambiental, que aparece como essencial para melhorar a qualidade de vida no mundo ameaçado com a perda de sua base ecológica. Há necessidade de medidas adequadas para que possamos ficar mais atentos à

questão ambiental e, assim, preservar a vida humana num planeta que cresce a taxas altas.

Também é necessário avançar na internacionalização desses direitos humanos, que não sejam uma mera carta de intenção, mas uma constitucionalização no Direito interno de cada país dessas metas, desses objetivos colimados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Enfim, precisamos investir mais na paz. A paz é fundamental, é mais do que ausência de guerra; a paz é a possibilidade de um convívio internacional marcado pelo entendimento entre as nações. Esse entendimento nem sempre acontece. Citaria Nehru que foi Primeiro-Ministro da Índia e um dos grandes líderes da luta contra a violência.

Pandit Nehru, que faleceu em 1964, disse certa feita: "Historicamente a paz só tem sido uma trégua entre duas guerras, uma preparação para a guerra e, até certo ponto, a continuação do conflito na esfera econômica e em outros campos".

O que vemos, neste instante, é a exacerbção da violência, a violência lúdica, que se expressa nas competições esportivas, e a violência necrófila, se assim podemos dizer, que leva povos e nações a guerras fratricidas.

Devemos aproveitar este momento em que celebramos tão significativa efeméride para insistir na necessidade de expandir os direitos humanos e fazê-los uma realidade entre todos os povos.

O atual Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, japonês de nascimento, disse a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "É nosso dever assegurar que esses direitos sejam uma realidade de vida – que sejam conhecidos, compreendidos e gozados por todos e em todos os lugares".

Essa observação do Secretário-Geral da ONU é essencial para que possamos progredir no rumo de assegurar a todos uma sociedade democrática que respeite integralmente em seus diferentes aspectos os direitos do homem e do cidadão.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo. Não poderia ser outra pessoa que interpretasse esse sentimento de admiração à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tinha que partir de V. Ex^a, que dirige a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Essa, sem dúvida, é uma das Cartas mais belas da história da humanidade, que foi pós-Segunda

Guerra, quando havia homens de visão como o estadista Franklin Delano Roosevelt. Daí ele ter sido eleito quatro vezes Presidente dos Estados Unidos com o apoio da sua encantadora mulher. Politicamente ele mostrou muita bravura quando a opinião pública dizia que o seu Vice-Presidente não seria reeleito. Eleonora Roosevelt, pegando a mão de Truman, reelegeu-o. E ele foi um extraordinário Presidente, principalmente na defesa dos direitos humanos. E V. Ex^a é tão necessário. Está aí Heráclito Fortes.

Na semana passada, visitando o Piauí, recebi a visita de membros do Ministério Público e da OAB, que denunciavam fortes torturas do Governo do Estado do Piauí, cujo Governador não tomava nenhuma iniciativa.

Fui portador e encaminhei ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Paulo Paim, que marcou uma audiência pública, logicamente para o ano. Isso forçou o Poder Judiciário a inibir, no Piauí, a tortura.

Então, é muito atual o pronunciamento de V. Ex^a. Acho que o Governo brasileiro devia fazer com que todos, os brasileiros e as brasileiras, conhecessem a Declaração dos Direitos Universais do Homem, que V. Ex^a relembra.

Nossos cumprimentos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes, do DEM, do Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um breve comentário.

Ontem, ocupei a tribuna – V. Ex^a presidia a Casa – para falar sobre a lástima em que se encontram as Centrais Elétricas do Piauí – Cepisa. Hoje, temos de fazer pronunciamentos, Senador Mão Santa, e ter cuidado, porque o Governo não aceita oposição. Usam a tática de tentar desqualificar a denúncia e o denunciante, mas temos de cumprir com o nosso dever.

Pois bem. Hoje, o Governador foi participar de uma solenidade na Associação Piauiense de Municípios e novamente o apagão se deu nas barbas do Governador. Os blogs do Piauí – alguns estão sobre a minha mesa – noticiam. O Acessopiauí, 180graus, vários blogs. O Governador teve de falar sem microfone, com a sala completamente escura, mas ele não vem a Brasília cobrar do Governo Federal esse caos que está acontecendo no Estado do Piauí, particularmente na nossa capital, Teresina.

Imaginem o prejuízo de quem tem as suas vendas, de quem tem a sua comidinha na geladeira, de quem tem as suas quitandas, sua bodega, com venda de produtos perecíveis. Então o Governador precisa se lembrar de que é bom ir a Paris, é bom passear pelo mundo às custas do Governo, mas também é bom governar.

Essa questão da Cepisa está virando uma brincadeira. Faço aqui mais um apelo ao Ministro Edison Lobão e ao Dr. José Antônio, Presidente da Eletrobrás, no sentido de que tenham o mais rápido possível uma solução para o caos em que se encontra a Cepisa no Estado do Piauí. Teresina, a capital, com mais de 700 mil habitantes, vive um apagão em cima de apagão.

Faço esse registro, Sr. Presidente, com a certeza de que o Governador acorde a comece a cuidar e a governar o Estado do Piauí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – RN) – V. Ex^a ontem denunciou e aqui já estão na minha mesa dois **blogs**. Um deles é o *Portal Acessepiu*: Cepisa deixa o Governador na mão durante o evento da APPM. E o outro: Wellington Dias fala no escuro para Prefeitos em solidariedade da APPM.

Então, esse é o caos do Piauí. Eu quero dizer o seguinte, Senador Heráclito Fortes. Se V. Ex^a me perguntar quem foi o melhor Governador do Estado do Piauí, eu digo que não sei. Houve muitos bons, mas o pior é esse do PT. É a escuridão. E só pode dar à luz quem é iluminado. É uma lástima, mas é como o Marco Maciel disse sobre a Eleonora Roosevelt, que disse que nós não devemos lamentar a escuridão, mas acender uma luz, né?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – A frase atribuída a ela é: “É melhor acender velas do que protestar contra a escuridão”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é, Heráclito Fortes. Nós temos de acender velas no Piauí, porque a companhia energética não funciona. É uma lástima.

Convidamos para usar da palavra – vamos olhar a lista de oradores inscritos – a encantadora Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a vai aparecer na televisão, e vão pensar que é a novela, porque a senhora tem uns traços da Donatela, com a simpatia e a elegância. V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que julgar conveniente. Não só Mato Grosso do Sul, mas o País todo tem muito a aprender com V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, pelas palavras amáveis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje foi um dia de brilho para V. Ex^a, que saiu vencedora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Não, de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Educação, garantindo menores preços para a diversão e arte aos idosos e aos estudantes e um melhor padrão para os artistas.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Esperamos que isso seja verdade e vamos lutar por isso, junto com V. Ex^a e com todos os companheiros desta Casa.

Sr. Presidente, agora que estamos num momento em que a crise econômica chega também ao Brasil – não é só uma crise passageira ou, como disse o Presidente Lula, uma marolinha –, também é interessante notar outro fato ocorrido nesses últimos dias.

Pretendo falar sobre isso talvez amanhã. É interessante notar a forma como estão jogando nas costas do PSDB, do Governo Fernando Henrique os problemas da crise. É justamente o contrário. Se este País está segurando, em torno do mundo todo, uma situação mais tranquila, isso se deve especialmente ao trabalho de uma política econômica sólida, forte e que foi seguida pelo Presidente Lula até agora.

Não se pode, portanto, imputar ao PSDB e ao Democratas os problemas que o Brasil começa a enfrentar. Essa é uma brincadeira de mau gosto. Seis anos depois de estar no Governo, não podem querer que tudo o que acontecer a partir de agora no País é culpa de quem governou seis anos atrás. Se o Governo não aprendeu até agora a governar, depois de seis anos, podemos dar-lhe uma nota de reprovação. Ele não pode fazer isso querendo tapar o sol com a peneira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Só um aparte. A desgraceira que vocês passaram com o PT no Governo do Estado estamos sofrendo no Piauí. Não há mais energia. É o caos mesmo.

O SR. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente. É verdade.

Eu queria falar também, Senador Mão Santa, que, toda vez que acontece uma crise, é hora de parar e repensar, principalmente se as políticas públicas e tudo aquilo que foi planejado por um governo terão seqüência. E o que vem depois disso? Quais são as propostas? O que estamos fazendo para garantir que haja uma seqüência de planejamento?

É nessa hora, Senador Mão Santa, que a gente vê se o Governo tem consistência, se o Governo é sério, se o Governo sabe fazer uma opção por aquilo que é prioritário para a sociedade. Se nós temos um planejamento de governo, se temos um projeto estabelecido,

em uma hora de crise, uma hora séria, é hora de paramos e pensarmos o que temos que fazer primeiro, o que é prioritário para que a população brasileira tenha dias melhores, para que não sofra tanto.

É a mesma coisa com um pai de família, com uma mãe de família. Na hora em que a situação aperta, na hora em que acontece alguma coisa na nossa casa e precisamos parar um pouquinho para pensar o que é que vamos fazer. Se a situação está feia, temos que escolher prioridades. O que é prioritário? O que precisamos fazer primeiro?

É isso que o Governo tem que fazer também, Senador Mão Santa. Neste momento ele tem que pensar nos investimentos da Nação, naquilo que é prioritário. Não interessa se tenho um programa chamado PAC, em que não posso mexer porque tenho que “vitaminar” a proposta de candidatura da Ministra mãe do PAC.

Senador Mão Santa, se a população brasileira precisar de recursos suficientes para atravessar essa crise com menos problemas e com mais otimismo no futuro, é claro, é evidente que se deve fazer uma mudança, uma mudança da qual a população brasileira precisa, e colocar o que é prioridade. Não interessa se a prioridade é uma estrada ou é a vida de uma pessoa. Quer dizer, essas questões têm que ser levantadas.

Portanto, eu acho que este é o momento da verdade, é o momento de sabermos se o Governo tem competência, é o momento de pensarmos naquilo que ele acertou, naquilo que ele errou e naquilo que ele pode fazer para melhorar a situação do povo brasileiro. É nesse momento que temos que ver o quanto o Governo deve ser previdente ou se foi previdente, se ele se preparou para as coisas que estão acontecendo neste País.

Não há dúvidas de que o País avançou em alguns setores, em inúmeros setores, mas também temos que garantir que a crise não nos vai obrigar a dar passos para trás, que, se formos previdentes, competentes, temos que continuar, não jogando a culpa no passado, não é dizendo que, há seis anos, o PSDB trabalhou com a economia brasileira dessa forma ou da outra, pois, afinal de contas, quem nomeou o Meirelles como Presidente do Banco Central foi o atual Governo, quem escolheu o Mantega para Ministro da Fazenda foi o atual Governo... É isto: o Governo atual assumindo aquilo que faz e dando à Nação condições de verificar e acompanhar todos os trabalhos que ele está fazendo.

Portanto, pretendo, neste pronunciamento, citar vários exemplos com o objetivo de questionar esta Casa e alertar a Nação quanto a inúmeras questões que devem começar a nos preocupar nesse cenário que acabei de apresentar.

Temos déficit em todas as áreas. Isso está claro, é evidente. Com isso, a emergência passa a ser, às vezes, a regra do jogo. E, às vezes, os problemas imediatos, os problemas do dia-a-dia parecem-nos mais urgentes do que olharmos a longo prazo. E assim, deixamos de ver o futuro, deixamos de ter um planejamento estratégico para passarmos para o domínio do improviso desse nosso dia-a-dia.

Esses são os problemas que temos que enfrentar. Na atual crise econômica, temos que garantir que não haja um esgarçamento social maior na vida que levamos neste País, principalmente discutindo como a crise pode nos levar ao desemprego, à violência, à criminalidade urbana. É claro, é evidente.

Senador Mão Santa, quando vem uma crise, há um desemprego enorme. Hoje, eu fiquei abatida quando vi que uma empresa grande, a MMX, que tem trabalho nas usinas de minério de Corumbá, hoje desligou duas mil pessoas. Corumbá é uma cidade relativamente pequena do meu Estado, que fica na fronteira com a Bolívia. Quando a gente vê uma empresa mineradora demitindo duas mil pessoas, dói no coração. Mas não estou falando só da nossa Corumbá, da minha Corumbá, estou falando de inúmeras cidades deste País que estão vendendo os seus trabalhadores sendo demitidos.

Isso é problemático. O que é que vai fazer um pai de família demitido? O que vai fazer um jovem que não encontra emprego? É claro que o desespero toma conta de todos e é nessa hora que vemos a competência, a força de um Governo de garantir apoio e dias melhores para aqueles que estão passando, nesse momento, por intempéries como essa. Mas quero dizer que há tantas questões que precisamos de previdência, olhar não só no retrovisor, mas principalmente como é que vamos fazer para que as coisas não piorem lá na frente. E como é que a gente tem que olhar isso?

Quero começar aqui falando de um problema que preocupa muitíssimo e sei que preocupa milhões de pessoas neste País: principalmente, numa questão de crise, o aumento do tráfico e do uso de drogas no País.

Esse é um problema sério, que precisamos atacar pensando no futuro, porque, entre os jovens do nosso País, ele já adquire uma feição trágica e cada vez mais absurda.

É importante perguntarmos: o que estamos fazendo, desde já, preventivamente, para não permitir que, lá na frente, tenhamos que debater medidas de urgência sem reflexões adequadas a respeito disso? É claro que já fizemos muita coisa. Temos um bom know-how nessa questão, mas precisamos de muito mais. E é neste Governo e neste momento que há esse perigo.

A ONU, por exemplo, em março do próximo ano, começará a debater uma nova política mundial, internacional, de combate às drogas. Se a ONU começará a debater isso em março, temos que também começar a nos preparar aqui e discutir que lei temos e o que fazer para acabar com o tráfico e com que aquelas pessoas que hoje comandam o crime, nas favelas cariocas, nas periferias das cidades ou até no centro, deixem de submeter milhares e milhares de pessoas, milhares e milhares de jovens do nosso País ao jugo da droga. Esse flagelo é cada dia mais grave.

Portanto, quero fazer uma observação aqui: como fazer para que os traficantes não dominem a paisagem brasileira, para que não tenhamos cada dia mais usuários de droga no País? Para isso tudo, temos que ter uma política preventiva, que é importante.

Quero dar um exemplo. No Dia Mundial da Juventude, que ocorreu em março deste ano, o site Contas Abertas revelou que 2007 foi o período em que o Governo Federal menos gastou com jovem, comparado com os últimos quatro anos.

O Orçamento dos programas para a juventude, só para se ter uma idéia, chegou à casa dos R\$2,5 bilhões. No entanto, foram efetivamente aplicados R\$1,8 milhão. Ou seja, houve um corte de 30% para a juventude. O IBGE nos diz que temos cerca de 50 milhões de brasileiros, um quarto da população, com idade de 15 a 29 anos. Desses 50 milhões de brasileiros, apenas 3,5% de jovens de 20 a 24 anos chegam às universidades brasileiras. Portanto, 1,5 milhão de jovens são analfabetos no País. São muitos jovens analfabetos que não chegam às universidades e que se mostram fáceis de serem capturados pelos traficantes, principalmente no fomento à marginalidade e à criminalidade.

Portanto, essa política de contingenciamento do Governo em coisas importantes como essa de atender à juventude é algo que nos preocupa. Esse contingenciamento é importantíssimo para fazer com que mais jovens caiam na marginalidade. Mas é só isso? É só a droga que o contingenciamento econômico neste País está burlando, está prejudicando? Não. Há outras questões a que quero me referir aqui em que há equívocos inaceitáveis de contingenciamento das políticas públicas deste País. Quero falar também das obras e serviços essenciais e de algo que não cansamos de falar nesta Casa, porque é demais importante: a questão de Santa Catarina.

A tragédia abalou milhares de famílias, abalou o País inteiro. Quantas pessoas perderam seus entes queridos! Uma catástrofe natural como nunca vimos abalou o Vale do Itajaí. Agora, o que nos deixa escandalizados é recebermos a informação de que esse mal poderia ser menor, poderia ser minimizado e tal-

vez até ser suprimido se os Governos tivessem feito a sua parte. O investimento em prevenção nos anos anteriores chegou a ser igual a zero, prevenção dos desastres naturais.

Em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, os estragos com a chuva são visíveis. Todos os dias estamos acompanhando pelos jornais, pela televisão, a catástrofe que está acontecendo, e os Governos – o federal, os estaduais e os municipais – ainda não sabem quanto vão gastar para recuperar, para reconstruir o que ficou destruído, um gasto que poderia até ser menor se a Administração Pública tivesse feito todas as obras de prevenção e desastres como as enchentes, obras que são previstas no Orçamento da União, no Programa de Prevenção e Preparação de Emergências e Desastres.

Só para se ter uma idéia, no Orçamento deste ano, o Governo reservou para essas obras R\$360 milhões.

Segundo o Siafi, que é o sistema que acompanha a administração financeira do Governo, pagou-se, efetivamente, apenas R\$43 milhões, ou seja, 12% do que estava previsto. Essa é uma verdadeira catástrofe, porque não depende da natureza; depende da vontade política de as pessoas investirem naquilo que é prevenção. O mesmo está ocorrendo com os programas de prevenção às secas, incêndios e outras emergências. Essa é uma outra rubrica.

Do total previsto no Orçamento deste ano para a seca, que chegará daqui a uns dias, para os incêndios e emergências, do total previsto no Orçamento deste ano, nesta rubrica, cerca de R\$600 milhões, apenas 8% foram investidos – coisa de uns R\$50 milhões, dos R\$600 milhões.

Então, qual é a previdência? As pessoas são imprudentes quando não se preparam para desastres que todos nós sabemos que acontecem todos os anos. Quem é que não sabe que as enchentes acontecem todos os anos em locais específicos no País? Quem é que não sabe onde acontecem as cheias todos os anos, onde acontecem os incêndios em nossas matas e florestas?

E nós contingenciamos aquilo que é importante e, depois, temos de gastar o dobro, o triplo para recuperar obra física. Aquilo que atinge as pessoas, que magoa as pessoas e que faz com que as pessoas sofram, isso não há dinheiro que resolva e não há dinheiro que apague.

O Senador Valter está aqui e conhece muito bem a Drª Tânia Garib, que é Secretária de Ação Social do Estado de Mato Grosso do Sul e que hoje preside o Fonseas, Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social. Ela me telefonou para pedir, como

fez com todos os Parlamentares do Estado, apoio para os programas de auxílio social a Santa Catarina. É agora que temos que colocar a pessoa como o centro das nossas preocupações e do nosso atendimento.

E, aí, o que eu vejo? Uma medida provisória que destina R\$720 milhões para o Ministério da Integração Nacional para recuperar os danos causados pelo desastre. A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República ficará com R\$350 milhões, para reconstruir o Porto de Itajaí. Então, R\$720 milhões para a recuperação das estradas, R\$350 milhões para a reconstrução do Porto de Itajaí e R\$100 milhões para o Ministério da Saúde, para prevenção e controle de surtos de epidemias. E o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome? Quem pagará os alojamentos e abrigos que terão que ser construídos? E a alimentação? E o combate à promiscuidade de todas as pessoas vivendo juntas em escolas e em áreas públicas?

Quero perguntar ainda: a reconstrução do trabalho, principalmente do trabalho dos informais, dos pequenos proprietários, resgatar a fonte de vida e de trabalho? E as igrejas que estão fechadas, as escolas, os centros comunitários, as creches? Como é reconstruir o futuro de milhares e milhares de pessoas?

Essa é uma visão de longo prazo, mas que deve ser atendida agora. Devem ser dadas a essas pessoas condições de sobrevivência. Não é só reconstruir as encostas, as estradas, não é só reconstruir o Porto de Itajaí. É claro que é importante dinheiro para garantir que não haja epidemia. Mas é só isso, Senador Valter, que é importante?

Um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Marisa, V. Ex^a está sendo muito feliz em abordar este drama vivido por Santa Catarina. Como V. Ex^a ponderou aí, a nossa amiga e competente Secretária de Promoção Social de Mato Grosso do Sul, Tânia Garib, lá de Campo Grande, está ligando para os Parlamentares de Mato Grosso do Sul, pedindo socorro para Santa Catarina. E o mesmo que ela falou para V. Ex^a falou para mim. Infra-estrutura é necessário, é preciso restaurar toda a malha viária, todas as condições de tráfego daquela região, mas sem esquecer o social. E os dramas que ela me relatou e que certamente relatou a V. Ex^a precisam, sim, das atenções do Senado Federal, do Congresso de maneira geral. Eu hoje tive oportunidade, inclusive, de expor o ponto de vista da assistente social Tânia Garib ao Senador Neuto De Conto, que é o Relator da MP, sugerindo a ele que liberasse um pouco dos recursos dessa MP para a área social, porque, efetivamente, o que está acontecendo lá é uma exposição dramática da população a determinados riscos, a muitos constrangimentos.

Há notícias, inclusive, de abusos sexuais em razão do acúmulo de pessoas em grandes galpões, o que efetivamente é intolerável. Quer dizer, além do drama humano vivido pela população, que foi fustigada pela natureza, ainda tem que enfrentar abusos de maus elementos que se aproveitam dessas circunstâncias. Falei com o Senador Neuto de Conto, e ele ficou de entrar em contato com o Governador Luiz Henrique, para que se dê prioridade a construções de moradias em sistema de mutirão. V. Ex^a deve se lembrar muito bem aqui da época em que o ex-Governador Iris Rezende, num só dia, num sistema de mutirão, levantou milhares e milhares de moradias pré-moldadas. Mas, neste momento, é Santa Catarina que precisa de uma ação dessa natureza. Por quê? Porque precisa restabelecer a individualidade. É preciso restabelecer a moradia, o abrigo familiar, que está hoje comprometido em Santa Catarina. V. Ex^a merece aplausos por trazer este assunto não só ao conhecimento dos Parlamentares, mas de toda a população brasileira, porque é preciso, efetivamente – tem razão V. Ex^a –, enxergar a área social, porque a área social tem a mesma importância ou mais importância ainda que a infra-estrutura. É bem verdade que sem a infra-estrutura não há como trafegar, mas aceitar um dilaceramento das condições de vida, da dignidade da pessoa humana, isso seria uma iniquidade com a qual não poderíamos de forma alguma pactuar. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Valter. Exalto-me, às vezes, um pouco quando falo dessas questões. Não por eu ser mulher, mas a mulher tem uma sensibilidade muito grande nessa área de família, porque damos a vida às pessoas, aos homens e a outras mulheres. Imagino o que as mães de Santa Catarina estão passando nessa situação. Como disse V. Ex^a, a construção de casas, embora possa ser feita, como V. Ex^a disse, em regime de mutirão, pré-moldadas, e mesmo com recursos para as casas, vai levar pelo menos cinco ou seis meses para ficarem prontas, as que estão sendo programadas, da forma como estão sendo programadas. É nesse espaço de tempo que as pessoas têm que sair dos abrigos – todas as famílias estão misturadas –, para que pelo menos cada família tenha a sua individualidade, como V. Ex^a disse. Essa é uma parte em que falo de previdência, de interesse, de conseguir olhar ao longe e ter a perspectiva de futuro e dar às pessoas perspectiva de futuro.

Mas é só isso de contingenciamento e de previdência? Não. Quero falar rapidamente de dois ou três casos que acho importantes.

Há uma questão no meu Estado de que já falamos todos aqui. O Senador Valter, o Senador Delcídio e eu

já falamos. Todos temos falado muito sobre o problema da aftosa que se abateu sobre Mato Grosso do Sul, um caso seriíssimo que nos colocou fora dos mercados europeu e asiático e que prejudicou enormemente o comércio brasileiro. Nós precisávamos garantir a prevenção para que isso não ocorra mais no nosso Estado; nós precisávamos continuar o trabalho todo em uma política de prevenção nessa área. E, para nosso espanto, o Governo contingencia e nos deixa sem recursos suficientes para continuar a política de prevenção da febre aftosa. Aí, para economizar cem milhões, vamos perder, se acontecer – Deus que me livre – um outro foco, Senador Valter, um milhão, no mínimo.

Quer dizer, não é uma política de pensar para o futuro, de ser previdente. O Governo, eu acho, tem de ser mais previdente com as questões que sabidamente são importantes para o nosso País e que deixaram centenas de pequenos produtores com sérios problemas no nosso Estado.

Mas é só isso? Não. Tem outro problema de previdência do Governo que eu quero colocar. É o caso da segurança pública. O quadro é semelhante. O Governo Federal desembolsou pouco mais de 30% dos 350 milhões previstos para 2008...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – A segurança é uma questão fundamental. Se só 30% foram liberados até agora, como é que a gente pode querer uma segurança efetiva neste País? Que consequências isso pode trazer para a população brasileira? Esse é um caso.

Um outro que eu queria ainda nominar aqui, por causa do tempo, é o da violência contra a mulher. É um problema que as pessoas não levam muito em conta, mas, em 2001, a fundação Perseu Abramo fez uma pesquisa, demonstrando que dois milhões de casos de violência são registrados anualmente contra a mulher. Portanto, não é uma coisa pequena, é um fato que fica muitas vezes camuflado dentro dos lares e não é denunciado. Mas só o que é denunciado já é um número espantoso.

Por acaso, eu estava analisando como esses fatos estão se dando. O principal programa de atenção às mulheres deixou neste ano muito a desejar. Por exemplo, de 23 milhões autorizados no Orçamento para o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher, apenas 13 milhões foram desembolsados. É muito pouco!

Portanto, quero aqui dizer, Sr. Presidente, que todos esses problemas que eu mencionei aqui são gravíssimos e que demandam soluções cada vez mais prementes, cada vez mais rápidas. Penso que não

podemos trabalhar no improviso, esperar as coisas acontecerem para poder correr atrás. É nessa previdência que temos de trabalhar. Devemos garantir o que é mais importante.

O ano de 2009 estará começando em poucos dias, e temos de começar um ano de forma nebulosa, sem saber o que vai acontecer, com uma economia ainda instável. As pessoas estão com medo de investir, mas não podemos deixar que isso leve o nosso País a ter uma área social caótica.

Não podemos esperar que a juventude do País seja prejudicada; não podemos esperar que as mulheres sejam prejudicadas; não podemos esperar que a população sofrida seja prejudicada.

Então, o meu enfoque aqui, hoje, Sr. Presidente, foi este: dizer que eu quero um 2009 mais feliz para o povo brasileiro. E não pode ser nenhuma crise que abale a confiança que nós temos na força do nosso povo. Mas ele precisa também que os governos, tanto o federal quanto os estaduais e os municipais, sejam mais previdentes para que a gente possa enfrentar os próximos anos com mais tranquilidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – V.Ex^a permite um aparte, Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Se o Sr. Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu permito, mas há três oradores inscritos para falar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É muito rápido. Eu também estou inscrito e abro mão do meu tempo em favor deles.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois V. Ex^a tem um minuto. Lembre-se de que Cristo fez o Pai Nosso em um minuto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pois eu vou mostrar que falarei antes disso. Eu só queria acrescentar uma coisa. Tenho escutado muito o Presidente Lula dizer que é preciso que as pessoas sigam para as compras para que se dinamize a economia. Eu tenho minhas dúvidas se isso vai ou não dar problemas mais adiante. Mas está bem que ele diga isso para ter otimismo. Agora, queria que ele dissesse também que, com a mesma força com que levam o dinheiro para fazer compras, levem seus filhos para as escolas. Eu queria ver ele dizer que, com a mesma força que você deve ir fazer compras, inclusive automóveis, leve seus filhos à biblioteca, brigue para que haja bibliotecas. Inclusive, em 2009, eu espero que ele defenda a lei, sancionada por ele, que garante vaga na escola mais perto da casa de qualquer criança no dia que ela fizer quatro anos. Presidente, mande as pessoas às compras, com todo

o risco que há nisso, mas mande as pessoas também procurarem a escola, visitarem a escola.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Agradeço o aparte do Senador Cristovam Buarque e a tolerância do Presidente Mão Santa.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB-PI) – O próximo orador inscrito é o Senador Suplicy, que gentilmente já tinha cedido a palavra à Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui um dos primeiros inscritos hoje, mas, por um lapso, chamaram os subsequentes a mim. Se V. Ex^a observar a lista dos oradores, vai confirmar a minha informação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não estava presente. O senhor é o segundo inscrito aqui. O primeiro no meu coração e logo depois do Suplicy.

Pela ordem, pode usar da palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então, posso aguardar que vou usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É, usará como todo mundo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um minuto só. Eu quero apenas fazer aqui o registro de que hoje nós aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de lei autorizativo para a criação de 46 ZPEs no Brasil. Foi contemplado Mato Grosso com quatro delas, nas cidades de Alta Floresta, Sinope, Várzea Grande e Barra do Garças. Aproveitando a lembrança do companheiro Senador Valter, cito também a cidade de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Açu, lá do Rio Grande do Norte, da Senadora Rosalba.

Então, eu acho que foi um grande avanço, em que pese ser apenas de caráter autorizativo. Cabe e compete ao Governo, por intermédio do Poder Executivo e, sobretudo, do Ministério do Desenvolvimento com o seu Conselho, aprovar essa criação. Foi um avanço muito grande, tendo em vista que, com a criação das ZPEs e das possíveis subZPEs no Brasil, certamente nós poderemos acabar com esses desequilíbrios inter-regionais que há no Brasil: grandes índices de

prosperidade e alguns Estados e regiões paupérrimas. Nesse caso, particularmente, eu entendo que vamos, com certeza, buscar melhor distribuição de renda e, acima de tudo, geração de emprego para as nossas regiões mais pobres deste País.

V. Ex^a também participou e sabe, Presidente Mão Santa, que, na verdade, falta um pouco de apetite por parte do Governo Federal no sentido de fazer políticas como essa, que, certamente, buscam um melhor Brasil e, acima de tudo, dar cidadania aos nossos milhares de brasileiros que estão à mercê de uma política de desenvolvimento. Certamente vamos criar uma nova perspectiva de vida para a nossa população.

De tal forma que eu acho, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, que foi um grande avanço. Vamos lutar para que essas ZPEs possam ser concretizadas – se possível, a partir do ano que vem, as primeiras já serem instaladas neste imenso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Congratulo-me com o Senador Jayme Campos, que sempre tem defendido o Estado de Mato Grosso e o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e, agora, sob essa perspectiva de desenvolvimento industrial por meio das ZPEs.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, já que o Senador Suplicy, pacientemente, vai lhe ceder a vez. Ele é muito gentil: ele cedeu a vez para a Senadora Marina e, agora, vai deixar que a senhora fale antes dele. O Senador Eduardo Suplicy é um cavalheiro.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Com certeza, o Senador Eduardo Suplicy é um cavalheiro, é elegante e dá vez às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É lógico.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria também, Presidente, de aqui fazer uma referência especial a essa votação que aconteceu hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Jayme Campos acabou de fazer um relato sobre todas as medidas aprovadas, entre elas, a aprovação da ZPE do Sertão – assim nós a chamamos lá no Rio Grande do Norte –, cuja localização é na cidade do Açu. Esse projeto, cuja elaboração contou com participação da comunidade, já tem localização definida e há muitos avanços a serem apresentados ao Ministério da Integração.

Com a aprovação da ZPE do Açu hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, temos a esperança

de criar mais um pólo para o desenvolvimento, para a geração de renda e de oportunidades, para mostrar a vocação da nossa gente, do nosso povo, para desenvolver as mais diversas atividades.

O Vale do Açu, que é uma região produtora de frutas, tem um potencial muito grande também para a pesca e para o desenvolvimento das mais diversas atividades ligadas à aquicultura – exemplo disso é a criação de camarões. É rica também em calcário e em ferro essa região, que se estende até a cidade de Jucurutu. Foi muito bem escolhida a localização na cidade do Açu, que podemos dizer ser a cidade-pólo de todo o vale.

A ZPE é uma esperança que vislumbramos para a geração de emprego e de oportunidades, para gerar renda e para fazer com que o nosso Estado do Rio Grande do Norte seja mais forte, levando para o interior as oportunidades que possam vir por meio de indústrias, de fábricas, do aproveitamento das nossas riquezas e do nosso potencial, fazendo, assim, um Estado com maior sustentabilidade. Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe bem que, em geral, é na capital que se concentram as indústrias e o comércio é mais forte, mas se conseguirmos, em cada região, no interior, desenvolver também pólos de geração de emprego e de renda, pólos industriais e fábricas, vamos ter um Estado muito mais forte, vamos ter um Estado onde, na realidade, todas as regiões se desenvolverão com sustentabilidade.

Também queria, Senador Mão Santa, fazer um referência hoje aos 80 anos de existência da Assembléia de Deus na cidade de Mossoró.

A Assembléia de Deus está comemorando o jubileu de carvalho. Aliás, eu não sabia que 80 anos é o jubileu de carvalho, aquela árvore forte, de tronco firme, de raízes profundas, assim como o trabalho que a Assembléia de Deus vem realizando na nossa cidade, um trabalho de evangelização, mas que também contribui muito para o social.

Tive a oportunidade de receber das mãos do Pastor Presidente, o Pastor Martim, dentro das festividades desse jubileu, uma placa de homenagem que muito me honrou, homenagem pelo trabalho que realizamos quando Prefeita e, agora, como Senadora, trabalho de apoio às mais diversas atividades que são desenvolvidas.

A Assembléia de Deus na cidade de Mossoró tem o mais bonito e maior templo de todo o Estado. Para o senhor ter uma idéia, abriga sentadas 4,5 mil pessoas. É um trabalho grandioso o que vem realizando na cidade. Eu sempre dizia como Prefeita e volto aqui a repetir: cada igreja que surge neste Brasil, em qualquer cidade do Brasil, seja evangélica, seja cató-

lica, chega para evangelizar, para trazer a palavra de Deus, é menos um no bar, diminui as possibilidades de descaminho dos nossos jovens, de afastá-los da família. Elas chegam para fortalecer as famílias e trazer a palavra do bem, a palavra de Deus.

Então, quero aqui deixar os parabéns a todos que, durante esses 80 anos, fizeram a Assembléia de Deus na cidade de Mossoró e, de uma maneira especial, abraçar todos os fiéis da nossa cidade e também o Pastor Martim, que tem feito um grande trabalho, sem esquecer também o decano daquela casa, que é o Pastor Diomedes, que ainda está presente na luta, defendendo e fazendo, cada vez mais, crescer a evangelização na nossa cidade.

Eu queria fazer essa referência especial e parabenizar o Vale do Açu, porque, com a luta daquele povo, o sonho já começa, se Deus quiser, a se transformar em realidade. Sem a aprovação das ZPEs do Sertão na Comissão de Assuntos Econômicos, jamais poderíamos pensar em ter uma no Rio Grande do Norte quando o Brasil começar a implantar as ZPEs.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto.

Queremos cumprimentar o Deputado Júlio César. É uma honra tê-lo aqui presente ao nosso lado. Ele é do Democratas e coordena a Bancada do Estado do Piauí, os Senadores e os Deputados Federais. Ele substitui o Deputado Mussa Demes com igual inteligência, obstinação e competência. Sem dúvida alguma, por sua inteligência, Júlio César significa um dos maiores valores na história política do Piauí.

Foi um extraordinário Prefeito de sua cidade de Guadalupe, onde há a Hidrelétrica de Boa Esperança. Foi Presidente da Associação de Prefeitos do Estado do Piauí – ninguém o excedeu – e brilhante Deputado Federal com perspectivas invejáveis na política do Estado do Piauí e do Brasil.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns enquanto dura a paciência de Eduardo Suplicy, que está inscrito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, inclusive, Sr. Presidente, já fiz um sinal para o Senador Eduardo Suplicy, grande amigo e companheiro, que permitiu, durante um minuto só, que eu solicitasse que fosse dado como lido o pronunciamento em relação à Olimpíada da Língua Portuguesa – já aconteceu e as pessoas já foram premiadas.

Eu gostaria de destacar que, no Paraná, foram nove estudantes e professores classificados para a

etapa nacional da Olimpíada de Língua Portuguesa e duas pessoas foram premiadas na etapa final.

Uma dessas pessoas foi a estudante Mariane Cheli de Oliveira, que ficou entre as cinco melhores redações da categoria Opinião. A Mariane Cheli de Oliveira tem 17 anos e cursa o terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Duílio Brandão, em Tamboara, cidade a 521 quilômetros de Curitiba. A jovem, no seu trabalho, descreveu seu drama familiar, relacionado ao desemprego causado pela mecanização das lavouras de cana-de-açúcar no noroeste do Paraná.

O outro prêmio foi para Sheron Ribeiro, a outra paranaense ganhadora da 1ª Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa na categoria Memória.

Aluna da 7ª série do Colégio Estadual Sagrada Família, a estudante recorreu a uma história da família e usou relatos dos avós para contar como era a rotina de Campo Largo, Município da região metropolitana de Curitiba, duas décadas atrás.

Então, eu gostaria de parabenizar, Sr. Presidente, todos os participantes dessa olimpíada de português e cumprimentar, de maneira particular, as jovens que eu mencionei, Mariane Cheli de Oliveira, de Tamboara, no Noroeste do Paraná, e Sheron Ribeiro, do Colégio Sagrada Família, do Município de Campo Largo, pela conquista e pelo exemplo de perseverança que são hoje para todos os estudantes do País.

Portanto, parabéns para a Mariane, parabéns para a Sheron, parabéns para os professores, para as escolas, para os Municípios, e parabéns para todos do Brasil que também participaram desse evento.

Gostaria, Sr. Presidente, de dar como lido, para constar nos **Anais** da Casa, o pronunciamento a esse respeito.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, desejo hoje enaltecer uma importante parceria realizada entre o Ministério da Educação e a Fundação Itaú Social, sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que resultou na primeira Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

O objetivo desse belíssimo trabalho foi estimular a produção de textos relacionados com o contexto social dos estudantes. Estiveram envolvidos seis milhões de alunos e 202 mil professores que desenvolveram em suas salas de aula inúmeras atividades para melhorar as habilidades de escrita e leitura em 55 mil escolas

espalhadas pelo País, o que corresponde a 98% dos municípios brasileiros.

Foram 8 meses de trabalho para estudantes e professores que passaram por quatro etapas seletivas até chegar à disputa regional. Entre os participantes, 150 venceram as etapas regionais e apenas 15 alunos e professores dos ensinos fundamental e médio venceram a etapa final da primeira Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

Esses alunos produziram redações com o tema “O Lugar onde Vivo”, dentro de três diferentes gêneros literários: poesia, pelos alunos de 4ª e 5ª séries do ensino fundamental; memória, pelos alunos de 7ª e 8ª séries; e artigo de opinião desenvolvido por estudantes de 2º e 3º anos do ensino médio.

Na semana passada, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, receberam em cerimônia no Palácio do Planalto os alunos e professores vencedores na etapa nacional, que ganharam medalhas de ouro, computadores e impressoras. Já as escolas de onde vêm os selecionados também foram premiadas com laboratórios de informática, compostos por dez microcomputadores, uma impressora e livros para a biblioteca. Ressalto, ainda, que todos os 150 finalistas receberam medalhas de prata e aparelhos de som.

Nessa primeira edição da Olimpíada da Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro foram reunidas poesias, pontos de vista e memórias vivas como a preservação da floresta Amazônica, as memórias de um filho de ex-escravos e o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

No Paraná, foram nove estudantes e professores classificados para a etapa nacional da olimpíada e duas premiadas na etapa final. Uma delas foi a estudante Mariane Cheli de Oliveira, que ficou entre as cinco melhores redações da categoria opinião. Com 17 anos e cursando o terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Duílio Brandão, em Tamboara, cidade a 521 quilômetros de Curitiba, a jovem descreveu seu drama familiar sobre o desemprego causado pela mecanização das lavouras de cana-de-açúcar no Noroeste do Paraná.

Inspirado em seu pai, Sebastião Ferreira de Oliveira, 41 anos, Mariane criticou o uso de máquinas em substituição ao trabalho das pessoas na lavoura. Para a estudante, pelo serviço árduo e estafante que desenvolvem, os cortadores de cana podem ser chamados de “cavaleiros da cana”, pois levantam de madrugada, vestem suas armaduras e saem para a luta com a mesma determinação de um guerreiro.

Sheron Ribeiro é a outra paranaense ganhadora da primeira Olimpíada Brasileira de Língua Portugue-

sa, na categoria memória. Aluna da 7º série do Colégio Estadual Sagrada Família, a estudante recorreu a uma história da família e usou relatos dos avós para contar como era a rotina de Campo Largo há duas décadas.

A troca de experiências culturais promovida por essa iniciativa é um ganho incalculável para a aprendizagem dos estudantes brasileiros. É um processo de formação tanto de alunos quanto de professores.

A Olimpíada existe desde 2002 e era somente comandada pela Fundação Itaú Cultural. A partir deste ano, com a parceria do Ministério da Educação, além da fase de seleção, que ocorreu ao longo de 2008, os professores participantes dos 5.445 municípios receberão no ano que vem capacitação para trabalharem da melhor maneira em busca de melhores resultados.

Termino meu pronunciamento parabenizando todos os participantes e, de uma maneira particular, as jovens Mariane Cheli de Oliveira e Sheron Ribeiro, do Estado do Paraná, pela conquista e pelo exemplo de perseverança que são hoje para todos os estudantes do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Flávio Arns, será atendido de acordo com o Regimento.

E agora, após teste de paciência, no qual foi aprovado, pela gentileza de ceder às duas Senadoras, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Cumprimento as Senadoras Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, pelos pronunciamentos, e o Senador Flávio Arns. Agradeço também, pela inversão que fez comigo, ao Senador Cristovam Buarque.

Gostaria, Sr. Presidente, tal como o Senador Marco Maciel hoje registrou, de assinalar que, amanhã, faz 60 anos que as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a primeira proclamação internacional da dignidade e direitos iguais e inatos de todas as pessoas. Até hoje, conforme Mary Robinson e Desmond Tutu escrevem, a Declaração Universal continua sendo o mais importante ponto de referência individual para a discussão de valores éticos, que atravessa todas as linhas divisórias nacionais, ideológicas e éticas.

A visão esclarecida da Declaração, de liberdade individual, proteção social, oportunidade econômica e deveres com a comunidade, porém, ainda não foi realizada. Tragicamente, genocídios estão acontecendo novamente, desta vez no Sudão ou no Zimbábue. Uma

agenda de segurança, realçada a partir dos atentados aos Estados Unidos, em 2001, incluiu tentativas de legitimar o uso da “extradição extraordinária” (o movimento de prisioneiros e suspeitos entre países sem o processo jurídico de praxe) e a tortura.

Para mulheres ao redor do mundo, a violência doméstica e a discriminação no local de trabalho são uma realidade diária. Minorias sofrem estigmas, discriminação e violência em países desenvolvidos e em desenvolvimento. O direito à informação é negado a milhões por meio da censura e intimidação dos meios de comunicação.

A pobreza é a nossa maior vergonha. Pelo menos um bilhão de pessoas muito pobres, 20% da humanidade, têm negados diariamente os direitos básicos a alimentos adquiridos e água limpa. Enquanto persistem flagrantes desigualdades entre ricos e pobres, não poderemos alegar que estamos fazendo progresso adequado no cumprimento das ambições estabelecidas há 60 anos.

Nesse artigo de Mary Robinson e Desmond Tutu, no *Valor Econômico* de hoje, assinalam que no momento em que registramos esse aniversário a questão é como proteger a dignidade e os direitos humanos inatos de todas as pessoas. Uma parte fundamental da resposta está nos sistemas mais eficazes de prestação de contas, de forma que os direitos sejam reconhecidos e as leis, cumpridas. Se lançarmos, porém, um olhar rigoroso ao que já foi alcançado ao longo das seis décadas passadas e ao que continua resistindo a todas as nossas tentativas, fica claro também que isso não será o bastante.

Os mais graves desafios, de discriminação, opressão, injustiça, ignorância, exploração e pobreza, não podem ser abordados apenas por meio da lei e da polícia. Se quisermos que as reformas sejam sustentadas e se quisermos assegurar que elas verdadeiramente protejam os direitos humanos, necessitamos de instituições de governo eficazes.

Instituições precariamente equipadas ou corruptas representam um obstáculo básico para a efetiva proteção e promoção dos direitos humanos. Nos anos recentes, bilhões de dólares têm sido investidos por governos, empresas e instituições filantrópicas privadas no combate à pobreza nos países pobres.

Mary Robinson, que foi Presidente da Irlanda e alta comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, e Desmond Tutu, Arcebispo Emérito da cidade do Cabo, Prêmio Nobel da Paz, ambos membros do **The Elders**, que compõem o grupo de líderes convidados por Nelson Mandela, são pessoas de extraordinária qualificação para aqui registrarem.

Milhões de pessoas se beneficiaram. Os países envolvidos, porém, reconheceram publicamente que, sem capacidade institucional muito melhorada – por exemplo, sistemas de saúde nacionais e locais competentes e bem dotados de recursos – o progresso adicional será limitado.

Igualmente, bilhões de pessoas hoje não conseguem ter acesso aos seus direitos legais ou a protegê-los, porque os sistemas responsáveis pelo cumprimento das leis e da ordem jurídica estão exauridos ou carecem de integridade. Mudar isso exigirá investimento em larga escala em tribunais, autoridades judiciais, polícia, sistemas prisionais, ministérios sociais e parlamentos, assim como em instituições nacionais de direitos humanos e outros órgãos oficiais de monitoramento.

Nada neste aniversário é mais importante do que instar nossos líderes a reconhecer a dimensão da tarefa e se comprometer com uma ação sustentada para criar capacidades institucionais que visem a proteger os direitos humanos, começando nos seus próprios países. No momento em que os líderes mundiais se apressam para tratar da crise econômica global atual, pode parecer irreal reivindicar investimentos de vulto e de longo prazo deste tipo.

Apesar de a estabilização do sistema financeiro internacional ser importante, porém, ela não solucionará os desafios mais amplos de governança. Os direitos humanos não podem ser consumados na ausência de instituições eficazes. Onde tribunais e polícia são corruptos, sobrecarregados e inefficientes, os direitos civis básicos serão violados. Onde ministérios da área social são mal equipados, sem poderes, ou carecem de pessoal qualificado, os direitos básicos para obtenção de cuidados médicos e educação, conforme assinala sempre o Senador Cristovam Buarque, e habitação adequados continuarão sendo descumpridos.

Mesmo o país mais rico do mundo, os Estados Unidos, luta para implantar as muito necessárias reformas para parte das suas instituições mais importantes, incluindo os seus sistemas de educação e saúde. Pense o quanto esse desafio é mais difícil para os países em desenvolvimento. Obter progresso é um grande teste de maturidade política. Ele é essencial, contudo, se quisermos transformar os direitos numa realidade para todos.

Ao longo do ano passado, na condição de membros do The Elders – um grupo de líderes formado sob a inspiração de Nelson Mandela – estivemos trabalhando com uma grande variedade de organizações parceiras para transmitir uma mensagem de direitos humanos ao mundo por meio do “Every Human Has

Rights Campaign” – da Campanha Todos os Humanos Têm Direitos. Graças a esse esforço coletivo, dezenas de milhares de pessoas e milhões mais, por intermédio de escolas, grupos comunitários, sindicatos de trabalhadores e organizações da sociedade civil, voltaram a se identificar ou se identificaram pela primeira vez com as metas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É por isso que é importante e há motivo para se ter esperança.

Dispomos de melhores ferramentas para comunicar e exigir justiça na comparação com qualquer geração antes de nós. Temos metas globais e destinos em comum que nos vinculam. Agora, precisamos de liderança, recursos, uma maior sensação de urgência e um compromisso com os esforços de longo prazo que devem ser dedicados para assegurar que os direitos consagrados na Declaração Universal sejam não só reconhecidos universalmente, mas também respeitados.

Presidente Mão Santa, ainda em cada lugar a que vamos no Brasil vemos que, infelizmente, estamos distantes de assegurar os direitos humanos.

Ainda ontem, estive em Iaras, a 280km de São Paulo. De um lado, fui à inauguração da Escola Rosa Luxemburgo, no assentamento Zumbi de Palmares, que o MST, em cooperação com o Instituto Florestan Fernandes, construiu. Ali foi muito importante ver o esforço dos trabalhadores rurais sem terra, que passam a ser assentados e a se preocupar com a educação, com a sua formação. Ali, isso é algo muito positivo. Mas também, em Iaras, fui visitar a Fundação Casa, onde vi dezenas de adolescentes, entre quatorze e 21 anos, que estavam detidos por terem cometido alguns delitos. Não importa a gravidade, foram delitos e agora estão, por decisão do juiz de menores, ali trancafiados.

Conversei no pátio com 28 rapazes, que contei na hora. Mas eis que eles me disseram: “Olha, se o senhor for até aquela cela, encontrará seis rapazes que estão ali já há onze dias, não tendo outra coisa a fazer se não ficar lá, de braços para trás, de castigo”.

Então, eu fui pedir ao Diretor, Sr. Anselmo, que pudesse me levar até lá. Ele abriu a porta. Conversei com os seis rapazes. Eles disseram que estavam ali de castigo porque houve um diagnóstico, segundo o qual teriam realizado alguma agressão a outro rapaz que estava também com eles. Esse rapaz saiu de lá para outra unidade da Fundação Casa, no interior. Eu ainda preciso conversar com ele, porque os rapazes ali disseram que estão de castigo sem terem, efetivamente, realizado qualquer agressão àquele rapaz que estava, simplesmente, se coçando.

Por outro lado, o próprio Diretor da Fundação Casa Regional me disse que qualquer punição dessa natureza, no máximo, é de cinco dias. Pois bem, já estavam a 11 dias e iriam ficar 25 dias. Fiz um apelo ao Diretor da unidade e deixei lá registrado, por escrito, que terminasse com aquela situação, que, no meu entender, representa uma punição adicional além da conta e um desrespeito aos direitos humanos.

Hoje, se nós formos assistir a alguns dos filmes de excelente qualidade – eu vou citar alguns que vi, recentemente: “Linha de Passe”, de Walter Salles e Daniela Thomas, com uma atriz formidável, Sandra Corveloni, que ganhou o prêmio de melhor atriz, em Cannes, neste ano; ou “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles; ou “Carandiru”, de Hector Babenco; “Ônibus 174”, de José Padilha, que motivou também “Última Parada 174”, de Bruno Barreto. Esses filmes, todos eles de excelente qualidade, denotam, com clareza, como é que direitos humanos de pessoas que estão nas faixas de rendimentos mais baixos, nas favelas, nos cortiços, nos lugares de maior dificuldade em nosso País, muitas vezes, não tendo outra alternativa, acabam caminhando pela trilha do crime, do narcotráfico, ou da prostituição, ou de outras formas e, às vezes até, acabam ali, por tantos anos, em estabelecimentos penais, como no Carandiru, cuja história se tornou um filme de Hector Babenco, baseado no livro do Dr. Drauzio Varella, que trabalhou por tantos anos naquele estabelecimento penal, que, agora, felizmente, se transformou num parque.

Vendo esses filmes, nós podemos perceber o quanto os direitos humanos, na Declaração da ONU, de 60 anos atrás, estão longe de se tornarem uma realidade.

Mas é importante que possamos, inclusive levando em conta que muitos dos direitos ali estabelecidos foram transcritos para a Constituição de 1988, dar os passos necessários para assegurar a todos esses direitos, inclusive os direitos na área da educação, tão importantes, como os direitos a uma renda básica de cidadania.

Quero assinalar que inclusive o Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, Bispo da África do Sul, da Cidade do Cabo, é um dos maiores entusiastas no planeta Terra de que se deva instituir uma renda básica de cidadania.

Mas gostaria, Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, de assinalar, de um lado, algo que constituiu uma tragédia, um horror, e, de outro lado, de uma tragédia de natureza climática que acabou gerando tanto desespero para milhares de pessoas, mas da qual também acabou brotando um sentimento de solidariedade, que resulta num sentimento de esperança tão positivo. Por

essa razão, Sr. Presidente, gostaria de aqui assinalar essa bonita contribuição de uma de nossas maiores escritoras, Lya Luft, “Do horror brota a grandeza”. V. Ex^a, ao ouvir, vai compreender por que resolvi aqui registrar na íntegra este bonito artigo.

Lya Luft diz:

Uma quadrilha de dez a quinze terroristas, meninada em torno de 20 anos, toma de assalto a lendária Bombaim, na Índia, hoje Mumbai, e sai matando a torto e a direito. Simples assim. Com armas pesadas e moderníssimas, o bando mata sorrindo, segundo testemunhas. Entra em lugares apinhados e famosos, também na cozinha de um hotel de muitas estrelas. Um grupo de jovens chefs com muita animação e capricho prepara jantares para hóspedes e outros clientes.

Os meninos terroristas entram, sorriem e fuzilam todo o grupo. Saem pelo imenso hotel matando, e, depois de algumas horas (foram dias inteiros!!!), há lugares onde o assoalho é escorregadio de tanto sangue.

Até hoje não sei se tudo ficou esclarecido, pois as notícias eram vagas e confusas e a matança dos inocentes, vasta e desordenada para quem recebia as notícias, parece que foi muito bem preparada: havia meses a gangue assassina treinava, preparava, sondava terreno, ia se instalando nos próprios hotéis escolhidos, levando armamentos e preparando salas de comando com sofisticados recursos. Enquanto isso, ali junto, pais de famílias, crianças, mulheres grávidas, simples empregados e altos funcionários, da modesta faxineira ao mais bem-posto milionário, viviam sua vidinha ou vidona, sem imaginar que sua morte espreitava com um belo sorriso num rosto de garotão. A vida tem dessas coisas, não temos lá grande controle sobre ela, corremos muitas vezes como animais confusos para o matadouro.

Há mais tragédias na lista do momento, como aqui do lado, na bela, ensolarada, mágica Santa Catarina, onde meus filhos quando meninos iam surfar e eu mesma já experimentei momentos de beleza e serenidade, de pura alegria. Agora, nesse suposto paraíso, o tsunami – relatava uma jovem vitimada pelo horror – não era água e espuma, mas lama, barro, pedras enormes, arrastando casas, árvores, corpos de gente e de bichos. Pessoas foram enterradas no quintal ou na hortinha, pois nada mais sobrava, nem um metro de terra firme.

Alguns desaparecidos jamais serão achados. Povoados não poderão ser reconstruídos, pois o terreno simplesmente sumiu. Famílias para sempre destroçadas, para todo o sempre, sem sentido, sem aviso, sem entender nada. Não há o que dizer.

Mas não é apenas isso a nossa vida: é também a revelação da grandeza humana, uma onda incessante de generosidade e compaixão. Pessoas simples de Santa Catarina doam o essencial; acolhem em sua casa vizinhos ou desconhecidos que tudo perderam e, em boa parte, jamais vão recuperar. Gente modesta do país inteiro se mobiliza e as estradas (muitas nem existem mais) seriam insuficientes para esse tráfego de humanidade. Empregadas domésticas dão um de seus três pares de sapatos usados; crianças dão dois de seus cinco brinquedos; famílias doam um colchão e dormem apertadas; gente manda uma lata de leite em pó e bota mais água na caneca de seus filhos.

Isso tem de valer mais do que todo o frio horror da natureza, descontrolada em parte pela nossa irresponsabilidade, ganância e despreparo, e pela fatalidade que nos ronda. Tem de valer mais do que a perversão dos terroristas que mataram sorrindo, mais até do que a desgraça de milhares de pessoas que nada tinham a ver com isso, aqui e no outro lado do mundo: o rabino idealista com sua mulher, os garçons e camareiras, os casais em lua-de-mel, os velhos em sua primeira viagem juntos, os empresários ocupados e os funcionários esforçados, os agricultores e professoras, os namorados, as grávidas, os bebezinhos.

Na hora da tragédia, aqui e lá, a solidariedade – que só floresce na dor – vem com força. Estamos na sombra, estamos no abismo, doentes, sofridos, perdidos, órfãos e enlutados, sem ter nem para onde voltar – mas, em algum lugar, alguém, um desconhecido que jamais iremos ver, ou o vizinho próximo, no fim desse horrendo túnel, abre os braços e diz: irmão. Essa era a palavra que, só ela, poderia nos salvar. E foi pronunciada.

E foi pronunciada no espírito inclusive da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cumprimento Lya Luft por esse tão belo artigo, que fiz questão de registrar, Sr. Presidente.

Obrigado pela tolerância.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permite um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a, Senador Cristovam, porque agora é o Valter Pereira. Depois V. Ex^a usa a palavra.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Em um breve aparte, permita-me ouvir o Senador Cristovam, Senador Valter Pereira?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Serei muito breve, Senador Valter Pereira. Eu fico muito feliz de ver aqui o Senador Suplicy lendo dois textos importantes. Um que vem do exterior, de personalidades do exterior, e outro da formidável Lya Luft, escritora nossa, poeta brasileira. Ontem eu falei, de outra forma, sobre algo que me interessa, e tenho certeza de que ao senhor também. Todos nós comemoramos o fato de os Estados Unidos terem o primeiro Presidente negro. E eu disse que eu quero comemorar, em breve, que os Estados Unidos tenham o primeiro Presidente do século XXI. Porque, até aqui, mesmo que o Clinton tenha tido o ano ou alguns meses do século XXI, do ponto de vista cronológico; que o Bush, que está terminando, tenha tido oito anos, eles são Presidentes do passado. Eles não trazem a dimensão do que o senhor leu no artigo do Pastor Tutu...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Desmond Tutu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Desmond Tutu. Eles não trouxeram a dimensão de um novo modelo econômico que cuide da base da pirâmide, em vez de crescer pelo topo; eles não trouxeram o compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento baseado no equilíbrio ecológico; nem sequer assinaram o Acordo de Kyoto. Eles não trouxeram com clareza o fim da arrogância norte-americana em um mundo que já não permite uma única potência, um mundo que está disperso em diferentes pontos, nesse país e no Brasil, com certa força internacional. Sobretudo, eles não trouxeram o compromisso com as Metas do Milênio, das Nações Unidas. E é o que trazem os artigos, especialmente o da Lya Luft. Eu espero que o Obama não seja apenas um presidente negro, que ele seja um presidente dos novos tempos, que ele traga esses novos tempos, até porque, no mundo inteiro, hoje há uma carência muito grande de líderes. Não há líderes! Não se vê quem representa um rumo ao futuro diferente desse passado que, podemos dizer, apesar de coisas boas, tem maldições como a violência, que é citada; como a desigualdade, como o aquecimento global, que também são citados. Tudo isso que não temos conseguido superar. Os dois artigos citados por V. Ex^a são extremamente positivos para essa reflexão. Esta Casa deveria refletir um pouco como deveria ser

um presidente “do” novo século, e não apenas um presidente “no” novo século. O Bush foi um presidente “no” novo século, mas não “do” novo século! Está na hora de termos líderes para o novo tempo. Ou seja, do século XXI. Espero que o Obama possa ser, além de um presidente negro dos novos tempos, um presidente do século XXI.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo com V. Ex^a, caro Senador Cristovam Buarque, que seja o Presidente Barack Obama um presidente que, efetivamente, vai colaborar para que inclusive esta crise econômica internacional, nascida lá nos Estados Unidos, seja resolvida, mas, desta vez, não apenas com maior volume de gastos para obras as mais diversas, um pouco inspiradas lá nos procedimentos do Presidente Roosevelt; mais do que isso, que se volte sobretudo para assegurar dignidade, liberdade e direitos humanos efetivos para toda a população de cada um dos países do nosso planeta Terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam, tenho em mão um dos discursos pronunciados no Senado americano pelo Senador Obama em 21 de fevereiro de 2005, aniversário de 65 anos de John Lewis, um líder, um resistente negro do nível de Martin Luther King.

Eis alguns trechos que eu grifei:

Mas podemos e eis-me aqui porque pessoas como John Lewis acreditaram. Porque pessoas como John Lewis não tiveram medo e arriscaram tudo para lutar pelo que acreditavam.

[...]a voz de Martin Luther King falar de sonhos e encher o coração dele de esperança.

O caminho que John escolheu para si não foi fácil. Mas o caminho da mudança nunca o é.

Essa é, de fato, a audácia da esperança.

Este é o título do último livro dele: Audácia da esperança.

E mais adiante:

[...] que a mudança ocorreu porque as boas pessoas de uma grande nação assim o quiseram.

Hoje, tenho certeza de que todos aqui concordam que ainda temos canções a cantar e pontes a atravessar. (...) é que a mudança nunca é fácil, mas é sempre possível.

Hoje, precisamos de coragem. Precisamos da coragem de dizer que está errado o fato de uma em cada cinco crianças nascer

em meio à pobreza e isso no país mais rico do mundo. E que está certo fazer o que for necessário para dar aos nossos filhos o cuidado e a educação de que necessitam para realizar o potencial dado a eles por Deus.

Sem dúvida, nasce para o mundo um estadista dentro da democracia: Obama, nascido no Havaí, é um profundo seguidor de Martin Luther King.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para fazer uso da palavra, como último orador inscrito, o Senador Valter Pereira, do PMDB do Estado do Mato Grosso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os segmentos mais lúcidos deste País reconhecem que a nossa economia precisa de uma reforma tributária.

A burocracia, que mantém um cipoal de normas que são difíceis de compreender e de obedecer, e o excesso da carga tributária que incide sobre produção e consumo são razões que justificam as queixas de empresários e consumidores de todo o País.

A minha voz, Sr. Presidente, se somou à de tantos outros parlamentares, apregoando a necessidade de mudanças no sistema tributário.

O Governo, por sua vez, não poupará promessas nesse sentido.

Agora está em discussão na Câmara dos Deputados um texto anunciando a decantada mudança. No projeto que está na iminência de ser votado, o relator Sandro Mabel garante haver desburocratização.

Aparentemente o IVA-F, Imposto Sobre o Valor Agregado Federal sugere algum tipo de simplificação. Afinal ele está reunindo a Cofins, o PIS, salário educação e Cide, esse tributo que incide sobre combustíveis. A fusão do Imposto de Renda com a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de empresas – também simplifica. O IPI, principal imposto da União, não sofrerá nenhuma modificação.

Além desses tributos federais, a reforma está substituindo a principal fonte de receita dos Estados. Refiro-me ao antigo e velho ICMS, tributo de maior arrecadação no País.

Portanto, Sr. Presidente, a chamada reforma tributária está limitada a cinco impostos e contribuições e tais obrigações serão convertidas em quatro tributos: o Imposto de Renda, o IVA-F, o IPI e o novo ICMS.

Do ponto de vista de simplificação, é preciso reconhecer que a reforma exibe números extremamente modestos. Basta atentar para o fato de que são conhecidos em nosso País nada menos – pasme, Sr. Presi-

dente! – que 74 tributos. A lista de tais obrigações está disponível em um site chamado www.dominiofeminino.com.br, para quem quiser conferir. São 74 tributos, Sr. Presidente! Com a mudança, ainda subsistirão 70 impostos e contribuições cobrados nas três esferas do poder: União, Estados e Municípios.

Sobre as novas obrigações federais, tenho dúvidas, que estou procurando dissipar. Confesso a V. Ex^a que são muitas aquelas que ainda me assaltam. Tive até uma sensação de alívio quando percebi que a reforma tributária sofreu um revés e não vai ser votada a toque de caixa, como pretendia o relator da matéria.

Em outra ocasião estarei aqui, especialmente quando o projeto for reanimado, porque ele vai ter que passar por uma reanimação, como se faz com os pacientes que sofrem algum tipo de falência. Nesse momento, eu estarei aqui para discuti-las.

Tenho certeza, Sr. Presidente, tenho absoluta convicção de que a carta tributária, que é a grande aspiração de quem sempre apregoou a reforma tributária, com esse projeto que tramita na Câmara dos Deputados, não será reduzida. Além disso, o sistema proposto mantém uma máscara do seu verdadeiro tamanho. E mantém essa máscara como, Sr. Presidente? Os impostos são calculados por dentro e continuarão seguindo esse mesmo critério; eles continuarão sendo calculados por dentro.

Com esse critério, para que V. Ex^a tenha uma idéia, 25% de uma determinada alíquota, na verdade, passam a representar 33,3% de encargo para o contribuinte.

Exemplificando, Sr. Presidente. Numa fatura de energia elétrica no valor de R\$100,00, o consumidor pagaria R\$125,00 se o cálculo fosse por fora; no entanto, o que ele acaba pagando é R\$133,33. Frustração que não é minha, mas de todos que conhecem os efeitos perversos de impostos, taxas, emolumentos e tantos outros gravames que penalizam diariamente cada contribuinte deste País.

O Brasil tem um lugar de destaque, um destaque realmente notável no ranking dos maiores cobradores de impostos do mundo. Infelizmente, a reforma não traz nenhuma proposta para mudar essa nefanda liderança.

Honra-me, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite-me, Senador Valter Pereira?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honra-me.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de falar sobre uma das observações que V. Ex^a está formulando, em especial quando diz que a carga tributária brasileira está muito alta em relação a outros

países. Eu gostaria de ponderar que alguns países onde o grau de desenvolvimento social, do Índice de Desenvolvimento Humano, é dos mais elevados, como os escandinavos, têm uma proporção de impostos sobre o produto doméstico bruto bem superior ao nosso. Se aqui é da ordem de 36%, 37%, nesses países, fica em torno de 50%. E o que se pode notar é que nesses países há uma aceitação desse grau de tributação já há bastante tempo. Por que razão isso? Porque há uma contrapartida em relação àquilo que é cobrado da população e o sentimento de que os recursos que são do próprio povo estão sendo administrados normalmente, com muita transparência, com muita propriedade, e no sentido de assegurar a consecução dos direitos à educação, do atendimento à saúde, programas sociais que asseguram renda, por exemplo, aos que porventura estejam desempregados, ou aos idosos, ou aos que tenham necessidades especiais, e assim por diante. Então, o ponto que eu gostaria de ponderar com respeito ao que V. Ex^a fala é que na medida em que pudermos assegurar, primeiro, transparência a maior possível sobre como são destinados os recursos arrecadados junto ao povo, e isso em todos os níveis, por exemplo, ao nível dos Municípios – onde o prefeito e os vereadores têm responsabilidade de colocar, de discutir, debater, aprovar o orçamento, elaborá-lo de forma tal que todos, naquele Município, naquela comunidade, tenham consciência –, e ao nível também dos Estados, e, é claro, num País tão grande como o nosso, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 190,3 milhões de habitantes, essa transparência, isso que é tão importante, nem sempre é fácil de assegurar. Mas nós mesmos, Senadores, temos a responsabilidade de assegurar isso. Cada pessoa que tem responsabilidade por realizar gastos, como, por exemplo, nós no Senado Federal, tudo o que fizemos ou pudermos fazer, que seja da forma mais transparente possível. Por exemplo, está-se discutindo se o Senado vai ou não fazer um túnel. Ainda hoje, na nossa Bancada do PT, alguns disseram: “Olha, acho que, num momento de tanta dificuldade, vamos propor que esse túnel não seja construído” – para dar um exemplo do nosso cotidiano. Mas todos aqui sabemos da relevância de nós mesmos darmos o exemplo da transparência daquilo que colocamos. Então, queria trazer essa reflexão como uma contribuição às ponderações que V. Ex^a está fazendo, no momento em que analisa a proposta de reforma tributária que o Congresso Nacional está examinando, a Câmara primeiro e depois nós, com maior responsabilidade e profundidade, iremos fazer.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a a intervenção que, indiscutivelmente, enriquece o nosso pronunciamento.

Na verdade, são muito poucos os países que têm uma carga tributária maior que a nossa. E com as características do Brasil, com esse mercado interno tão extraordinário que o nosso País tem, o universo é muito menor ainda. Talvez o Brasil seja efetivamente o campeão com essas características.

E carga tributária, nobre Senador Eduardo Suplicy, é na verdade um freio para o desenvolvimento. O País não consegue crescer, não consegue se expandir, enquanto tiver uma carga tributária que repercuta tão intensamente no custo de produção. Aliás, temos dois problemas gravíssimos a pressionar a expansão do nosso comércio, especialmente o comércio exterior. Um deles é a carga tributária, o outro é a infra-estrutura do nosso País, que é extremamente deficiente. Então, o custo Brasil pesa significativamente na produção e, especialmente, nos produtos exportáveis.

Sr. Presidente, dificilmente poderemos nos empregar com a proposta que está aí, pelos defeitos que ela está trazendo. Primeiro, que a simplificação é muito...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...e que a carga tributária efetivamente não está se reduzindo. Além disso, há um viés extremamente deletério, extremamente danoso a que não posso deixar de me referir: é aquele que afeta Estados e Municípios naquilo que é a alma, a essência do regime federativo.

Nesse particular, não posso deixar de me referir especificamente à Região Centro-Oeste, Região onde está localizado meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Refiro-me aqui ao novo critério que se pretende adotar para o ICMS. Esse defeito aniquila efetivamente a capacidade de o Estado legislar sobre essa que é sua principal fonte de receita. A União assume o direito que, pela sua própria natureza, teria que ser garantido, e terá que ser garantido, sim, porque não acredito...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...não consigo acreditar que o Senado Federal, que é o representante da Federação, vá concordar com o Governo em confiscar a autonomia dos Estados. Mas é lamentável que a proposta de reforma tributária venha nessa direção.

Ao fazer esse comentário, quero dizer a V. Ex^a que na Região Centro-Oeste já existe hoje uma conversa bem adiantada, um diálogo bem aprofundado no sentido de que todos os Parlamentares que representam essa Região devem se manter unidos para levantar a bandeira da Federação e o respeito à autonomia de cada um dos Estados, que poderão até perder algum dinheiro com a reforma, mas não vão perder a sua autonomia

e nem renunciar ao seu direito de desenvolver que o projeto, de certa forma, compromete e confisca.

Há outro aspecto que não pode, de forma nenhuma, deixar de ser criticado. Se V. Ex^a atentar bem para todo o texto do projeto que está sob apreciação da Câmara dos Deputados, V. Ex^a vai enxergar que o Governo ataca alguns problemas, mas a esmagadora maioria das decisões que precisam e são anunciadas para serem tomadas é postergada para o futuro, são adiadas para dez, vinte anos para frente. Portanto, Sr. Presidente, foi muito apropriada a reação que ocorreu, tanto na Câmara como aqui, no Senado, contra a reforma tributária, a fim de que esse projeto seja mais bem analisado, seja criteriosamente modificado e adaptado para que a reforma que veio para simplificar, que veio para melhorar o sistema acabe se transformando num monstro capaz de conspirar contra Estados mais frágeis, como é o caso de Mato Grosso do Sul, como é o caso dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Era esse o sentido da nossa fala, e nós agradecemos a V. Ex^a pela tolerância de nos ouvir até agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Valter Pereira, que representa o Estado do Mato Grosso do Sul, pelo PMDB, advertindo o Governo para uma reforma fiscal – o número de impostos denuncia, é excessivo, um dos maiores do mundo – e que o Governo tem que fazer o seu lado para diminuir o seu custo, de tal maneira que possa haver recursos para investimento e o crescimento do País.

Recebemos o **Jornal Unidade**, Sindicato e Aposentados. Ele me foi trazido pelo Líder Itamar Rivoredo. Ele diz: “É uma luta de nível nacional”. Por isso ele acompanhou em Santos a campanha que foi às ruas. Foi escolhido Santos... Senador Paulo Paim esteve lá. É uma recomposição das aposentadorias e o fim do fator previdenciário.

São três os projetos: PLS nº 3.299, de 2008 – Extингue o fator previdenciário; o PLS nº 0058, de 2003 – Recupera aposentadorias e pensões, com base no número de salários mínimos que as pessoas recebiam no momento em que se aposentam; e o PLS nº 00001, de 2007 – Concede o mesmo reajuste do salário mínimo a todas as aposentadorias e pensões.

Então, foi iniciada uma campanha em Santos. Santos é uma cidade histórica de grandes lideranças: Mário Covas e outros.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 1.222, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.794, de 16 de dezembro de 1971.

Relator: Senador Osmar Dias

I – Relatório

Encontra-se para análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, nos termos do Substitutivo da Câmara dos Deputados, que tramitou naquela Casa como o Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2004. O projeto dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Com efeito, nos termos do Substitutivo, o Projeto de Lei Complementar passa a ter dezenove artigos, nos quais as instituições financeiras, constituídas sob a forma de cooperativas de crédito, são disciplinadas. Dessa forma, o projeto de lei mantém as competências legais do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil; veda a constituição de cooperativa mista com seção de crédito; prevê os objetivos das cooperativas de crédito; seus participantes em operações ativas e passivas; organização; mandato de conselho fiscal; remuneração anual das quotas-partes do capital; restituição de quotas de capital; critérios de voto das cooperativas centrais de crédito; e regime de co-gestão das cooperativas de crédito, cooperativas centrais e confederação das cooperativas centrais.

Conforme a justificativa apresentada pelo Autor, o cooperativismo de crédito consiste em um grande instrumento para melhor distribuir o crédito, diminuindo custos e permitindo o acesso, particularmente ao microcrédito. No que tange à aprovação de substitutivo ao projeto de lei enviado pelo Senado Federal, foi alegada a necessidade de aperfeiçoamento ao longo da tramitação no Congresso Nacional, particularmente devido a várias medidas de estímulo que foram baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, o que permitiu que o cooperativismo de crédito brasileiro progredisse substancialmente, clamando por novas demandas. Além disso, justifica-se que o atual substitutivo ao projeto de lei é fruto do consenso naquela Casa dos representantes, inclusive entre os

atores do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e os agentes de Estado envolvidos.

II – Análise

Acerca da constitucionalidade, o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999, bem como sua Emenda Substitutiva da Câmara dos Deputados, objetivam regulamentar o art. 192 da Carta Magna, que prevê um sistema financeiro nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, inclusive as cooperativas de crédito. Desse modo, o projeto de lei complementar está em conformidade com o previsto no art. 192 da Constituição Federal.

Sob a perspectiva formal, as alterações propostas dizem respeito a “instituições financeiras e suas operações”, enquadrando-se, desse modo, na previsão constitucional que estabelece competência ao Congresso Nacional para dispor sobre o assunto, mediante sanção do Presidente da República, conforme o art. 48, inciso XIII, da Constituição Federal. Depreende-se que, do ponto de vista de iniciativa legislativa, o projeto está consoante a Lei Maior, porquanto não envolve assuntos cuja iniciativa de lei está adstrita aos outros poderes da República.

Além disso, a matéria de que trata o projeto está na órbita das competências da União, pois cabe a esta “administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de Crédito, câmbio e capitalização, “bem como as de seguros e de previdência privada”, conforme a inciso VIII do art. 21 da Constituição Federal e, especialmente, dentre as matérias de competência privativa da União para sobre elas legislar, conforme a art. 22, inciso VII, da Carta Magna, que reza sobre “política de crédito, câmbio, seguro e transferências de valores”.

Enfim, no que se refere aos aspectos de juridicidade e de técnica legislativa, não há objeções com relações ao Substitutivo apresentado.

Quanto ao mérito, a iniciativa do eminente Senador Gerson Camata propõe uma alternativa importante para o desenvolvimento econômico ao permitir o acesso ao crédito sem a participação do sistema financeiro tradicional, na medida em que integre à vida econômica da Nação segmentos usualmente marginalizados como os pequenos e micro produtores rurais, comerciantes e industriais, bem como seguimentos da população de baixa renda.

O Substitutivo aprovada pela Câmara dos Deputados ao projeto original, em sua essência, preserva a papel regulamentar do Conselho Monetário Nacional e de supervisão do Banco Central do Brasil; realça os

diferenciais das cooperativas de crédito, porquanto concede a estas instituições de crédito todas as condições sócio-operacionais para atuar no mercado financeiro, inclusive de modo a influenciar as instituições bancárias convencionais. Ademais estimula, com o modelo adotada e, por via de conseqüência, a profissionalização do setor; induz a organização sistêmica, mediante fortalecimento dos papéis das centrais e das confederações e, ao final, revoga um conjunto de regras que vinham dificultando o adequado funcionamento dessas saciedades.

Conclui-se, assim, que quanto ao mérito a Substitutivo merece também a aprovação desta Casa.

Por fim, ressalte-se que não há impacto financeiro-orçamentário, pois não impõe desembolso ou renúncia de valores públicos

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2008.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
OFERECIDO AO PLS N° 293, DE 1999
NÃO TERMINATIVO**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/12/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-HERÁCLITO FORTES (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
FASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIAZI
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

LEI N° 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 21. Compete à União:

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003.)

PARECER N° 1.223, DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008 (nº 668/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relator: Senador Eduardo Suplicy

Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado

I – Relatório

Encontra-se sob apreciação o Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008. Proveniente de Mensagem do Presidente da República, a proposta em exame “aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão”.

Acompanham o projeto a Exposição de Motivos nº 00015/2008/MP, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o texto do Convênio de Subscrição de Ações do Capital Ordinário e Incorporação da República Federativa do Brasil como País-Membro Especial.

Inicialmente submetido à análise na Câmara dos Deputados, o referido Convênio foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que ofereceu o Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2008, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Finanças e Tributação, sem quaisquer modificações em seu texto original, e encaminhado ao exame do Senado Federal.

Sediada em Caracas, Venezuela, a Corporação Andina de Fomento (CAF) é um organismo financeiro multilateral, organizado como pessoa jurídica de Direito Internacional Público, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico e social dos povos, e cuja atividade se desenvolve como Banco Múltiplo e como agente financeiro. A Corporação é integrada pelos cinco países do Pacto Andino (Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia e Equador), além de 16 bancos comerciais privados daquela região. A CAF conta também com a participação, como membros extra-regionais, de doze países, entre os quais estão Brasil, Argentina, Chile, Espanha, México, Paraguai e Uruguai.

De acordo com o Convênio Constitutivo, o capital social da CAF se divide em capital ordinário e de garantia, com ações distribuídas em três séries: "A", "B" e "C". As ações da série "A" e "B" são destinadas à subscrição por parte dos governos, instituições públicas, bancos e instituições financeiras dos países andinos, e as ações da série "C" destinam-se aos países extra-regionais, suas instituições públicas e privadas, além dos organismos internacionais.

O Convênio de Subscrição de Ações prevê que o Banco Central do Brasil subscreva 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário da Corporação, no valor total de US\$466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares) a serem integralizados em três parcelas anuais até 2010.

Com essa capitalização, o Brasil passará de sócio categoria "C" para membro especial da instituição, o que permitirá um maior volume de recursos para a contratação de novos financiamentos, incluindo operações para intensificar ações de integração patrocinadas pelo BNDES na região.

II – Análise

Nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou com-

promissos gravosos ao patrimônio nacional, hipótese em que se enquadra o caso em tela.

Quanto ao mérito, temos a observar que o Projeto em análise se encontra bem fundamentado tecnicamente e está em consonância com a meta de aprofundar a integração da economia brasileira com a dos países vizinhos do Pacto Andino. A integração regional comercial e financeira é, nos dias de hoje, uma tendência irreversível.

O acordo internacional em questão é importante para o Brasil. A CAF é nossa terceira fonte de financiamento, atrás apenas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. No período de 1996 a 30 de junho de 2007, a Corporação Andina de Fomento aprovou financiamentos para nosso País da ordem de US\$3.917 milhões, cerca de 10% das aprovações totais da instituição, beneficiando principalmente o setor de energia e as linhas de crédito para bancos nacionais.

É importante também ressaltar o papel das garantias concedidas pela CAF a mutuários nacionais, no valor de US\$618 milhões, para projetos realizados em outros países da região, garantias essas que viabilizaram a participação de empresas brasileiras na execução desses projetos.

A Lei Orçamentária de 2007, por meio da Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007, contemplou R\$551.000.000,00 (quinquzentos e cinqüenta e um milhões de reais) para integralização de cotas da CAF, valor que, de acordo com o § 2º do art. 167 da Constituição, poderá ser reaberto pelo seu saldo durante o exercício de 2008.

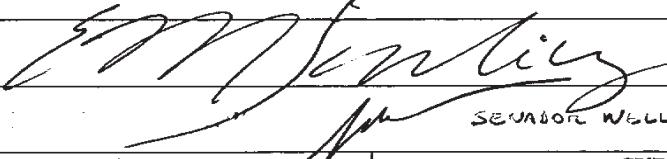
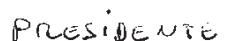
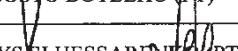
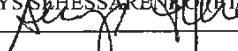
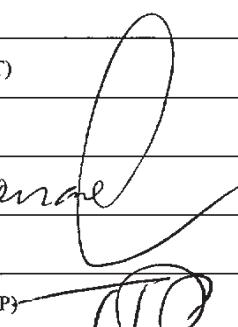
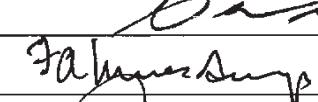
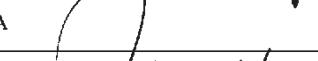
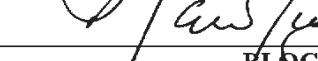
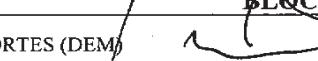
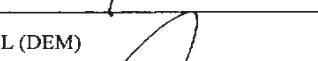
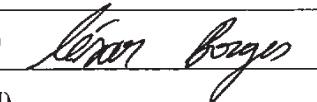
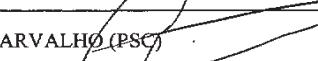
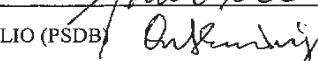
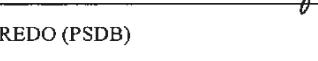
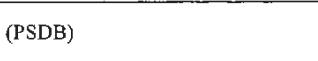
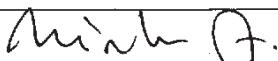
III – Voto

Considerando que o Projeto foi elaborado segundo boa técnica legislativa e que o Convênio de Subscrição de Ações firmado com a CAF é positivo para o Brasil, somos pela aprovação do projeto nos termos originais.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 271, DE 2008.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 4 / 12 / 2008, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
RELATOR: SENADOR	SENADOR WELLINGTON SALGADO "AD HOC"
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB) 	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 	4 - SERYS SILESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR) 	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP) 
PMDB	
PEDRO SIMON 	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA 	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA REITOR "AD HOC"
JARBAS VASCONCELOS 	4 - GILVAM BORGES
PAULO DUQUE 	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (PR) 
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC) 	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB) 	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
ADA MELLO	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PRAIA

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. E da competência exclusiva do congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Art. 167. São vedados:

início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura do crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa orrespondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federais e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda constitucional nº 20, de 1998)

.....
§ 2º – Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsiguiente.

.....
LEI N° 11.658, DE 18 DE ABRIL DE 2008.

Conversão da Medida Provisória nº 405, de 2007

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global do 455.677.660,00, para os fins que especifica.

.....
PARECER N° 1.224, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei de autoria do Senador Aloizio Mercadante, nº 110, de 2003, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas.

Relator ad hoc: Senador **Antonio Carlos Júnior**
Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 110, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, acrescenta artigo ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº

9.503, de 23 de setembro de 1997, para proibir que portadores de Permissão para Dirigir possam conduzir veículos em rodovias e estradas. São ressalvados apenas os trechos urbanos dessas vias, onde a restrição não se aplica.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para parecer terminativo.

No regime do Código de Trânsito, a Permissão para Dirigir é conferida aos candidatos aprovados nos exames realizados pelos Departamentos de Trânsito (DETRANS) estaduais. Referida habilitação tem validade inicial de um ano, após o qual é concedida Carteira Nacional de Habilitação (CNH) aos condutores que não tenham cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima e não sejam reincidientes em infração média (art. 148,§ 3º do CTB).

Nessa esteira, a permissão para dirigir pode ser considerada um “estágio Probatório” por que deve passar o condutor, antes de obter a habilitação definitiva. Conforme assevera o autor da proposta, em sua justificativa, no curso desse primeiro ano de experiência, os condutores são autorizados a portar, tão-somente, uma Permissão para dirigir... a presente proposição, ao exigir o porte de CNH para a condução de veículos em rodovias e estradas, destina-se a proibir que os motoristas provisoriamente habilitados possam conduzir veículos nessas vias”.

Considera o autor “nas rodovias e estradas, em face das altas velocidades permitidas (freqüentemente ultrapassadas), das comumente longas jornadas de viagem e do mau estado de conservação de muitas delas, são notoriamente maiores que nas vias urbanas os riscos de acidentes fatais” e, segundo ele, “se o acesso às rodovias e estradas for restrito aos condutores mais experientes, o índice de acidentes tenderá a ser menor”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.
É o parecer.

II – Análise

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal analisar a proposição Legislativa sob os aspectos da Constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, bem como emitir parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 101 incisos I e II letra *D* do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria tratada no Projeto de Lei em análise insere-se no âmbito da Competência da União para legislar privativamente sobre o trânsito (art.22,XI da Constituição Federal) e poderá ainda ser de iniciativa do legislativo. Desta forma, não há qualquer restrição quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Merce elogios a preocupação do Senador Aloizio Mercadante com a segurança do Trânsito nas rodovias e estradas brasileiras posto que os índices de acidentes nas rodovias são altíssimos, como oportunamente destacados na justificativa do projeto.

Consoante análise da correlação entre situação da habilitação e envolvimento em acidentes com vítimas, elaborada através de dados fornecido pelo Denatran, observa-se claramente que a condição de permissionado está associada a um nível proporcionalmente muito maior de acidentes com vítimas em rodovias federais, o que corrobora quantitativamente a hipótese que motivou o projeto.

Observa-se nos dados da tabela abaixo que o percentual de permissionados envolvidos em acidente com vítimas é bem maior que os habilitados em rodovias federais, representando uma proporção de 5 para 1.

Se considerados todos os acidentes com vítimas, esta proporção cresce de 7 para 1, conforme dados abaixo extraídos do **site** do Denatran:

Análise da correlação entre situação da habilitação e envolvimento em acidente com vítimas. Fonte dos dados: DENATRAN

	2006
Total de Condutores*	40.112.101
Total de Condutores Habilitados*	39.894.594
Total de Condutores Permissionados*	217507

* Situação em dez/2006

Condutores Envolvidos em acidentes com vítimas

	2006
Total	466.611
Habilitado	252670
Permissionado	9849

**Condutores envolvidos em acidentes com vítimas
em Rodovias Federais**

	2006
Total	28.199
Habilitado	17558
Permissionado	479

% dos Condutores envolvidos em acidentes com vítimas

	2006
Total	1,2%
Habilitado	0,6%
Permissionado	4,5%
Permissionado/Habilitado	7,15

**% dos Condutores envolvidos em acidentes com vítimas
em Rodovias Federais**

	2006
Total	0,1%
Habilitado	0,0%
Permissionado	0,2%
Permissionado/Habilitado	5,00

Dessa forma, os dados estatísticos acima permitem atribuir aos portadores de Permissão para Dirigir uma responsabilidade maior pelos acidentes.

Embora haja quem argumente que caso aprovado o PLS em análise, seria prejudicial aos moradores de áreas rurais, que praticamente não poderiam dirigir durante este ano de “estágio probatório”, uma vez que as rodovias e estradas são, por definição, vias rurais (Anexo I do CTB), há que se levar em consideração

uma ponderação de interesses onde a preocupação com a diminuição do número de acidentes e a vida dos cidadãos é superior a qualquer outra.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senador nº 110, de 2003, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS N° 110 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/108, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Senador Marco Maciel*

RELATOR "ad hoc": *Senador Antonio Carlos Júnior*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>
MARINA SILVA	2. FRANCISCO TORNELLES <i>Francisco Tornelles</i>
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6. MARCELO CRIVELLA

PMDB

JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUÇÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA <i>Adeílson Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JUNIOR <i>Antônio Carlos Júnior</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO

PTB⁵

EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
--------------------	-------------------------

PDT

OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE
------------	----------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLIS N° 440 , DE 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO SLEHESARENKO					1 - INACIO ARRUDA	X			
MARINA SILVA					2 - FRANCISCO DORNELLES				
EDUARDO SUPLICY					3 - CESAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE					4 - EXPEDITO JUNIOR	X			
IDELI SALVATTI	X				5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS					1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA ALIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (DEM)	X				2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VÍRGILIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PEREIRO				
TASSO JEREISSATI					9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAJETEIRA					1 - MOZARLDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 42 SIM: 40 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 12 / 2008

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 30/10/2008)

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Mensagem de veto

Vide texto compilado

Institui o Código de Trânsito Brasileiro

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran.

§ 3º A Carteira Nacional de Habilidade será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

Ofício nº 167/08 – Presidência/CCJ

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária, realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 110, de 2003, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilidade para a condução de veículos nas rodovias e estradas”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

O presente projeto, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, acrescenta artigo ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para proibir que portadores de Permissão para Dirigir possam conduzir veículos em rodovias e estradas. São ressalvados apenas os trechos urbanos dessas vias, onde a restrição não se aplica.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para parecer terminativo. Não foram apresentadas emendas.

No regime do Código de Trânsito, a Permissão para Dirigir é conferida aos candidatos a habilitação aprovados nos exames realizados pelos Departamentos de Trânsito (DETRAN) estaduais. Ela tem validade de um ano, após o qual é concedida Carteira Nacional de Habilidade aos condutores que não tenham cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima e não sejam reincidentes em infração média (art. 148, § 3º, do CTB). A Permissão para Dirigir pode ser considerada um “estágio probatório” porque deve passar o condutor, antes de obter a habilitação definitiva.

Considera o autor que “nas rodovias e estradas, em face das altas velocidades permitidas (freqüentemente ultrapassadas), das comumente longas jornadas de viagem e do mau estado de conservação de muitas delas, são notoriamente maiores que nas vias urbanas os riscos de acidentes fatais”. Por isso, entende que “se o acesso às rodovias e estradas for restrito aos condutores mais experientes, o índice de acidentes tenderá a ser menor”.

II – Análise

A matéria insere-se no âmbito da competência da União para legislar privativamente sobre trânsito (art. 22, XI, da Constituição Federal), não havendo qualquer restrição quanto à constitucionalidade, injuridicidade da proposição.

Merce elogios a preocupação do Senador Aloizio Mercadante com a segurança do trânsito nas rodovias e estradas brasileiras. Com efeito, os índices

de acidentes nas rodovias são altíssimos, como bem aponta a justificativa do projeto.

Há que considerar, no entanto, que a situação de risco atualmente constatada nas rodovias e estradas decorre antes de mais nada de seu péssimo estado de conservação, conjugado com a ausência de fiscalização. Não há qualquer dado estatístico que permita atribuir aos portadores de Permissão para Dirigir uma responsabilidade maior pelos acidentes, seja na qualidade de vítimas, seja na qualidade de autores.

De outro lado, também não há qualquer dado que permita concluir que o risco de acidentes de trânsito seja maior em rodovias e estradas do que em vias urbanas. Por certo, há rodovias e estradas mais perigosas que determinadas vias urbanas. No entanto, há igualmente exemplos contrários. Basta comparar as rodovias e estradas do interior do País com as avenidas das principais cidades. Diversos pequenos municípios no interior do País são ligados por rodovias e estradas. Na maior parte dos casos, o tráfego dessas vias é reduzido, correspondendo principalmente a viagens entre uma cidade pólo e cidades e vilas situadas em sua região de influência. A proibição prevista no projeto acabaria por restringir o trânsito entre habitantes desses municípios, prejudicando a qualidade de vida. E a economia dessas regiões.

A medida seria particularmente nociva para os moradores de áreas rurais, que praticamente não poderiam dirigir durante este ano de “estágio probatório”, uma vez que as rodovias e estradas são, por definição, vias rurais (Anexo I do CTB). Os condutores que obedecessem à norma não estariam sendo efetivamente avaliados, uma vez que não estariam dirigindo, mas obteriam a Carteira Nacional de Habilitação, pois não cometem qualquer infração. Já os que não a respeitassem cometem infração gravíssima, nos termos do art. 162, I, do CTB (“dirigir o veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação”).

III – Voto

Ante o exposto, o voto e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2003, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, Senador **José Jorge**. Relator.

PARECER Nº 1.225, DE 2008

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes,

Relatora: Senadora Lúcia Vânia

Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exarar parecer, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 417, de 2007, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, acima epigrafado.

O Projeto acrescenta à Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, os arts. 71-A e 94-A e modifica o teor do art. 136. Essas modificações visam a obrigar as entidades, públicas e privadas, que atuam nas áreas da informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços voltados à criança e ao adolescente, ou que os abriguem ou recepcionem, ainda que em caráter temporário, a terem em seus quadros pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra eles, sem eximir as pessoas encarregadas – por cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação – do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes da responsabilidade de efetuarem essa comunicação. Em paralelo, atribuem ao Conselho Tutelar a função adicional de promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

A proposição é justificada por seu autor com base, entre outros argumentos, nas estatísticas evocadas pelo Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo oriundas da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS): apenas dois por cento dos casos de abuso sexual contra crianças são denunciados, especialmente nos casos em que o agressor é parente ou pessoa próxima à vítima; noventa e seis por cento dos casos de violência física e sessenta e seis por cento dos ca-

sos de abuso sexual contra crianças de até seis anos de idade são cometidos por familiares.

Para evitar a perpetuação desse quadro endêmico de violência física e psicológica, cujos efeitos são, em regra, devastadores na formação da personalidade de suas vítimas, seria necessário municiar as entidades que lidam com crianças e adolescentes de quadro de pessoal capacitado a identificar os sinais de maus-tratos e denunciar o fato ao Conselho Tutelar, órgão incumbido de encaminhar ao Ministério Público a notícia de infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente (art. 136, inciso IV).

II – Análise

Antecipamos não termos identificado qualquer eiva de constitucionalidade no Projeto em tela, bem como quaisquer máculas de anti-regimentalidade ou injuridicidade.

No mérito, vislumbramos importantes argumentos que respaldam a presente iniciativa legislativa.

Ao determinar a obrigação de que as entidades públicas e privadas referenciadas tenham em seu quadro de pessoal profissionais capacitados a reconhecer e a denunciar maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes, não impondo perfil específico de formação acadêmico-profissional, o Projeto confere a flexibilidade necessária a tais instituições para darem cumprimento à lei. Afinal, o Projeto se dirige a entidades que enfrentam realidades as mais diversas, desde creches de periferia a escolas particulares dos grandes centros.

Também em razão dessa diversidade, a obrigação aditada ao rosário das atribuições do Conselho Tutelar demonstra-se fundamental e presciente, so-

bretudo no auxílio à formação dos recursos humanos das entidades economicamente desfavorecidas que poderão, mercê dessa cooperação, satisfazer escrupulosamente o conteúdo da lei.

Por fim, o parágrafo único do novo art. 71-A, ao manter a responsabilidade pela comunicação de maus-tratos das pessoas encarregadas do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, constante na Legislação penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, comunica que o objetivo do projeto é o de ampliar o escopo protetivo e não burocratizar um processo que demanda a máxima celeridade.

Sugerimos, no entanto, duas emendas, visando tão-somente a mudanças pontuais redacionais e melhor posicionar os acréscimos sugeridos em seqüência que melhor atenda a lógica do texto do Estatuto da Criança e do Adolescente.

III – Voto

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 1 – CDH

Renumere-se o art. 71-A que se pretende acrescer à Lei nº 8.069, de 1990, conforme proposto no art. 1º do PLS nº 417, de 2007, para art. 70-A.

EMENDA N° 2 – CDH

Substitua-se a expressão “culposo ou doloso”, constante da parte final do novel art. 94-A, proposto no art. 1º do PLS nº 417, de 2007, por “culposos ou dolosos”.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008.

**SENADO FEDERAL
SÉCRÉTARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 417, DE 2007

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/10/2008, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:

RELATOR:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCDOB/PRB/PP)

FLÁVIO ARNS	1 - SERYS SLEHSSARENKO
FÁTIMA CLEIDE	2 - EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	3 - MARINA SILVA
PATRÍCIA SABOYA	4 - IDELI SALVATTI
INÁCIO ARRUDA	5 - MARCELO CRIVELLA
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA	1 - MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2 - ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE	3 - ROSEANA SARNEY
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	5 - JARBAS VASCONCELOS

BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)

CÉSAR BORGES	1 - (VAGO)
ELISEU RESENDE	2 - HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA	3 - JAYME CAMPOS
GILBERTO GOELINER	4 - VIRGÍNIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA	6 - LÚCIA VÂNIA
MAGNO MALTA	7 - PAPALÉO PAES

PTB

1 - SÉRGIO ZAMBIASI

PPD-PE

CRISTOVAM BUARQUE

(Relator)

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 417, DE 2007

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PPD)						
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
FLÁVIO ARNS	X				1 - SERYS SLHESSARENKO	X
FÁTIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPILY	
PAULO PAIM					3 - MARINA SILVA	
PATRÍCIA SABOYA					4 - IDELI SALVATTI	
INÁCIO ARRUDA					5 - MARCELO CRIVELLA	
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	X					
PMDB						
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
LEOMAR QUINTANILHA					1 - MÁO SANTA	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR					2 - ROMERO JUCÁ	
PAULO DUQUE					3 - ROSEANA SARNEY	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					4 - VALTER PEREIRA	
GILVAM BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS	
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)						
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
CESAR BORGES	X				1 - (VAGO)	
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES	
ROMEU TUMA	X				3 - JAYME CAMPOS	
GILBERTO GOELLNER	X				4 - VIRGÍNIO DE CARVALHO	X
ARTHUR VÍRGILIO					5 - MÁRIO COUTO	
CICERO LUCENA					6 - LÚCIA VÂNIA	
MAGNO MALTA					7 - PAPALEÓ PAES	
PTB						
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
					1 - SERGIO ZAMBIAZI	
PDT						
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
CRISTOVAM BUARQUE	X	NÃO: <u>9</u>	AUTOR: <u>-</u>	ABSTENÇÃO: <u>-</u>	1 - (VAGO)	
TOTAL: <u>10</u>	SIM: <u>10</u>					PRESIDENTE: <u>1</u>

Sala das reuniões, em 15/10/08

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.
Atualizado em 26/08/2008, e última impressão em 26/08/2008 14:46.

Presidente 

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS EMENDAS N° 01 E 02 – CDH
AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 417, DE 2007

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)						
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
FLÁVIO ARNS	X				1 - SERVY SLHESSARENKO	X
FATIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPLICY	
PAULO PAIM					3 - MARINA SILVA	
PATRÍCIA SABOYA					4 - IDELI SALVATTI	
INÁCIO ARRUDA					5 - MARCELO CRIVELLA	
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	X					
PMDB						
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
LEOMAR QUINTANILHA					1 - MÁO SANTA	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR					2 - RÔMERO JUCA	
PAULO DUQUE					3 - ROSEANA SARNEY	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					4 - VALTER PEREIRA	
GILVAM BORGES					5 - JAREAS VASCONCELOS	
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)						
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
CESAR BORGES	X				1 - (VAGO)	
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES	
ROMEU TUMA	X				3 - JAYME CAMPOS	X
GILBERTO GOELLNER	X				4 - VIRGINÍO DE CARVALHO	X
ARTHUR VIRGILIO					5 - MÁRIO COUTO	
CICERO LUCENA					6 - LÚCIA VÂNIA	
MAGNO MALTA					7 - PAPALEO PAES	
PTB						
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
					1 - SÉRGIO ZAMBIAI	
PDT						
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM
CRISTOVAN BUARQUE	X				1 - (VAGO)	
TOTAL:	10	SIM: 9	NÃO: —	AUTOR: —	ABSTENÇÃO: —	PRESIDENTE: —

Sala das reuniões, em /5/10/08

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.

Atualizado em 26/08/2008, e última impressão em 26/08/2008 14:46.

Presidente

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 417,
DE 2007, NA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA QUE:**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 70-A. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o artigo 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas nos casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes. (NR)

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência na guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento na omissão, culposos ou dolosos. (NR)

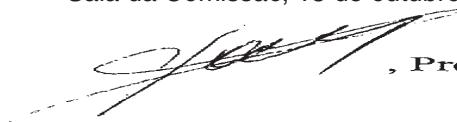
.....
Art. 94-A. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos.(NR)

.....
Art. 136.

.....
XII – promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (NR”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008.



, Presidente

Ofício nº 357/08 – CDH

Brasília, 15 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos artigo 58, § 2º, I da Constituição Federal combinado com o parágrafo 2º do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 417 de 2007, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes” com as emendas nºs 01-CDH e 02-CDH.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

OF CDH 414-08

Brasília, 19 de novembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informamos a Vossa Excelência que em leitura mais acurada do texto do Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 417 de 2007, da lavra do Senador Marcelo Crivella, percebemos a necessidade de pequeno ajuste no texto da Emenda nº 2 – CDH, cuja correção não importará em alteração do sentido da matéria.

Diante do exposto, solicitamos a Vossa Excelência a gentileza de adotar as medidas cabíveis para sanar inexatidão material, nos termos do inciso III, do art. 325, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senadora **Lúcia Vânia**, Relatora – Senador **Cristovam Buarque**, Relator ad hoc.

OF. CDH 434 – 8

Brasília, 26 de novembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informamos a Vossa Excelência que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sanou inexatidão material no Parecer oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 417 de 2007, nos termos do inciso III, do art. 325, do Regimento Interno do Senado Federal e comunicou a este Colegiado, em reunião realizada em 27 de novembro de 2008.

Assim sendo, informo que, onde se lê, na Emenda nº2 – CDH, “art. 94-A”, leia-se “art. 70-A”, no Parecer. Não obstante, essa correção não importará em alteração do sentido da matéria.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

**52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO
DE 2008, ÀS 9 HORAS E 14 MINUTOS**

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT – RS) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação; aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Comunicado da Presidência. A Presidência comunica que recebeu o ofício do CDH nº 414/2008, datado de 19 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Cristovam Buarque, relatores do PLS nº 417, de 2007, com o seguinte teor: Excelentíssimo Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, quando informamos a V. Ex^a que em leitura mais apurada do texto do parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, da lavra do Senador Marcelo Crivella, percebemos a necessidade de pequenos ajustes no texto da emenda nº 2 da CDH, cuja correção não importará em alteração no sentido da matéria; diante do exposto, solicitamos a V. Ex^a a gentileza de adotar as medidas cabíveis para sanar a inexatidão material nos termos do inciso 3º do art. 1.325(F) do regimento interno do Senado Federal. Assim sendo, determino à Secretaria do CDH fazer a seguinte correção no texto da emenda nº 2, CDH. Onde se lê art. 94-A, leia-se art. 70-A; essa presidência oficiará o presidente do Senado acerca desse procedimento, realizado no parecer da Comissão do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, nos termos do inciso III do art. 235 da RISF(F).

Audiência Pública, item único, os termos do requerimento nº 75 do CDH, aprovado em 9 de outubro de 2008, com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do País e a situação dos trabalhadores. Para essa audiência nós convidamos uma série de painelistas, que eu neste momento passarei a chamar a Mesa.

Chamo o Sr. Adonis Soares, representando o Sr. Iro Schunke, Presidente do Sindicato do Trabalho do Rio Grande do Sul, acompanha o Sr. Adonis Soares também o Sr. Gustavo [ininteligível], e Carlos Alberto [ininteligível]. Convidamos também o Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo em São Paulo; Convidamos também o Sr. Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, CNTA; e

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e
do Adolescente e dá outras providências.**

**Título III
Da Prevenção**

**Capítulo I
Disposições Gerais**

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

PARECER N° 1.226, DE 2008

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 477, de
2007, de autoria do Senador Expedito Júnior,
que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro
de 2006, para caracterizar como insalubre o
exercício das atividades de Agente Comu-
nitário de Saúde e de Agente de Combate
às Endemias.**

Relatora: Senadora Lúcia Vânia

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2007, de autoria do Senador Expedito Junior, visa a inserir dispositivo na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para conferir a condição de insalubridade às atividades do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias, nos termos do que dispõe o art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com o autor da matéria, a natureza das atividades dos profissionais especificados as enquadra naquilo que a CLT denomina de atividades insalubres, pois esses agentes atuam no ambiente externo das comunidades, no ambiente natural, com o manuseio e contato permanente com inseticidas e outros agentes nocivos à saúde, e no ambiente familiar, em contato permanente com endemias ou doenças contagiosas.

O Projeto vem para ser apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Durante o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

O adicional de insalubridade encontra-se previsto como direito social dos trabalhadores no art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. Em consonância com as normas internacionais relativas ao trabalho, a CLT, em seu art. 189, determina que serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego aprovar o quadro das atividades e operações insalubres e adotar normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, os meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes (art. 190 da CLT).

Com base na delegação conferida pela CLT, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 3.214, de 1978, editou a Norma Regulamentadora (NR) nº 15, na qual definiu as atividades insalubres, pela determinação dos limites de tolerância permitidos para cada agente (como é o caso de ruídos) ou pela exposição a ele (como é caso dos agentes biológicos).

De acordo com o anexo 14 da NR-15, a insalubridade de atividades que envolvem agentes biológicos é caracterizada por avaliação qualitativa e classificada nos graus alto e médio, conferindo o direito à percepção de adicional de 40% e 20%, respectivamente, incidente sobre o salário mínimo da região. Basta que haja a exposição a agentes biológicos para estar configurada uma condição insalubre.

As atividades desenvolvidas tanto pelos agentes comunitários de saúde quanto pelos agentes de combate às endemias poderiam ser consideradas como atividades insalubres, pois os primeiros – agentes comunitários – devem em alguma medida ter contato com pacientes e com agentes patológicos de diversas doenças, enquanto os últimos – agentes de combate às endemias – devem manipular produtos químicos para o controle de vetores, além da possível exposição a agentes biológicos.

No caso dos agentes comunitários de saúde, há jurisprudência concedendo o direito à percepção do adicional de insalubridade com base na constatação de contato habitual do empregado com agente biológico definido como insalubre. As decisões judiciais favoráveis ao pagamento do adicional de insalubridade

aos agentes comunitários de saúde baseiam-se em laudo pericial e preconizam esse direito, inclusive, nas situações em que a insalubridade pode ocorrer apenas de forma descontínua, em observância à Súmula nº 47 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo a qual o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

Alguns gestores negam esse direito, alegando que não existe norma prevendo o adicional de insalubridade para os agentes comunitários de saúde e que as atividades desenvolvidas por esses profissionais – o trabalho comunitário e a visita domiciliar, que caracterizam o trabalho do agente de saúde – não estão relacionadas no anexo 14 da NR-15.

No entanto, laudos periciais elaborados para instruir processos judiciais argumentam em sentido contrário. Reproduzimos *in verbis* as razões, consignadas em laudo técnico, para o perito designado pelo Juízo (Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Processo nº 00039.2006.101.14.00-9) ter concluído pela existência de insalubridade de grau médio na atividade de agente comunitário de saúde:

(...) Considerando que a função de ACS expõe a risco de contaminação por doenças infectocontagiosas, em casos ainda não tratados e no manuseio de objetos de uso desses pacientes.

Considerando que a falta de condições higiênicas sanitárias das moradias visitadas predispõe ao contágio por doenças transmitidas por roedores e insetos (hantavirose, dengue, malária).

Considerando que a atividade de ACS assemelha-se à realizada em ambulatório. (...)

Entendemos ser da natureza das atividades dos profissionais especificados a exposição a agentes biológicos, situação em que estaria caracterizada a insalubridade, independentemente do grau de exposição e de ela ser contínua ou intermitente.

A aprovação da medida proposta pelo presente projeto de lei eliminará possíveis questionamentos sobre o direito dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias à percepção do adicional de insalubridade e o não-pagamento com base em omissão legal.

III – Voto

Do exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2008 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA

Patrícia Saboya

RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOSÉ NERY (PSOL)	7- MAGNO MALTA (PR)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
(vago)	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA (PTB)
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTE	1- ADA MELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 477, DE 2007

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, P do B, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, SUPLENTES PRB, P do B, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES					1- FÁTIMA CLEIDE (PT)				
PATRÍCIA SABOYA (PDT)					2- SERVYS SILHES SARENKO (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)	X				3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)	X			
AUGUSTO BOTELHO (PT)					4- (vago)				
PAULO PAIM (PT)					5- ANTONÍO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
MARCELO CRIVELLA (PRB)					6- IDELI SALVATTI (PT)				
INACIO ARRUDA (PC do B)	X				7- MAGNO MALTA (PR)				
JOSÉ NERY (PSOL)	X				PMDB				
PMDB					SUPLENTES				
TITULARES					1- LÉONMAR QUINTANILHA	X			
ROMERO JUCÁ					2- VALTER PEREIRA				
(vago)					3- PEDRO SIMON				
(vago)					4- NEUTÓ DE CONTO				
VALDIR RAUAPP					5- (vago)				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					Bloco da Minoria (DEM e PSDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES				
TITULARES					1- ADELMIRO SANTANA	X			
DEMOSTENES TORRES	X				2- HERACLITO FORTES				
JAYMÉ CAMPOS	X				3- RAMMUNDO COLOMBO				
KATIA ABREU					4- ROMEU TUMA (PTB)	X			
ROSALBA CIARLINI					5- CÍCERO LUCENA				
EDUÁRDIO AZEREDO					6- SÉRGIO GURRA				
LÚCIA VÁNIA	(vago)				7- MARISA SERRANO	X			
PAPALEO PAES	X				PTB				
PTB					SUPLENTES				
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- ADA MELLO				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PDT				
PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE				
TITULAR					1- CRISTOVAM BUARQUE				
JOÃO DURVAL									

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: / SALA DAS REUNIÕES, EM Q3 / 2 / 2008.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, § 8º - RISC)



Patrícia Saboya
PDT

Senadora Patrícia Saboya
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

Conversão da MPv nº 297, de 2006

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

DECRETO-LEI N° 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto complicado

Aprova Consolidação das Leis do Trabalho

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza a da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

Art. 190. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

Parágrafo único. As normas referidas neste artigo incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersóides

tóxicos, irritantes, alérgicos ou incômodos. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

OF. N° 89/08 – PRES/CAS

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2007, que “Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias”, de autoria do Senador Expedito Júnior.

Atenciosamente, – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício n° 167/8 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 31, § 2º, do Regimento Interno desta casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei nº 110, de 2003, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte de Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas” de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. N° 357/8 – CDH

Brasília, 15 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 § 2º, I, da Constituição Federal combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Pro-

jeto de Lei do Senado nº 417, de 2007, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e repor tar maus-tratos de crianças e adolescentes”, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

OF. N° 89/8 – PRES/CAS

Brasília, 3 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos de § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2007, que “Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para caracterizar como insalubre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias”, de autoria do Senador Expedito Júnior.

Atenciosamente, – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 110, de 2003; 417 e 477, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.611, DE 2008

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea C, nº 12 do Regimento Interno, requeiro remessa de Projeto de Resolução nº 24, de 2008, que revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998. (Que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná), para a comissão de Constituição Justiça e de Cidadania.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Junior**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.612, DE 2008

Requeiro à mesa, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006, e 551, de 2007, por tratarem de matérias diversas.

Sala das sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a Mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Muito embora tenha registrado minha presença no painel, no final da sessão de hoje, dia 9 de dezembro de 2008, venho, nos termos regimentais, justificar a Vossa Excelência a minha ausência nas votações nominais que foram efetivadas nesta data, tendo em vista a minha presença em solenidade realizada em Aracaju, para lançamento do Programa de Combate à Dengue.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – À Comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Sérgio Guerra, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Renan Calheiros, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra Senadoras e Srs Senadores, se há um programa social sobre o qual não deve incidir qualquer desconfiança de competência e sucesso, o “Luz para Todos” é o caso mais explícito e enobrecedor. Trata-se de um programa do Governo Lula que, em cinco anos, já beneficiou quase 9 milhões de brasileiros. Nesta oportunidade, peço licença, portanto, para tecer algumas considerações pontuais sobre tão próspera iniciativa governamental.

Antes de tudo, vale recordar que, ao lançar o programa, o Governo Lula advertiu do compromisso superior de operacionalizá-lo como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades carentes atendidas. Em outras palavras, mais do que levar

energia elétrica às residências, o “Luz para Todos” contribui, resolutamente, para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar.

Cumpre, igualmente, registrar que a determinação original, de dezembro de 2003, consistia em transformar a iniciativa em fator de integração dos demais programas sociais levados a cabo pelo Governo Federal. Isso, naturalmente, viabilizaria, ainda que indiretamente, o acesso aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento às populações envolvidas.

Na verdade, o programa “Luz para Todos” almeja levar gratuitamente, até o final deste ano, energia para 10 milhões de moradores do meio rural brasileiro. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tal programa já cobriu uma população equivalente àquela estimada em todo o território boliviano. E isso se deu graças ao inexaurível trabalho de operacionalização técnica, executado tanto pela Eletrobrás, quanto pelas concessionárias estaduais e cooperativas de eletrificação rural.

Sr Presidente, até 2003, período anterior à gestão do Presidente Lula, o mapa social da exclusão elétrica no Brasil apontava as famílias de baixa renda e aquelas localizadas em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como segmento paradigmático no País. Aproximadamente 90% destas famílias detinham renda inferior a três salários mínimos, com expressiva maioria habitando as áreas rurais do País.

Durante o processo de implementação do programa, os operadores se deram conta de que o número de excluídos ultrapassava, de fato, aquele estimado pelo censo do ano 2000. Disso resultou a constatação de que, em onze Estados, o “Luz para Todos” teve que ser reforçado, executando um montante de ligações para além da meta inicial. Por isso mesmo, em função da inesperada elevação da demanda, a etapa final será prorrogada para 2010.

Do ponto de vista financeiro, até o último mês de agosto, o Governo Federal já teria liberado cerca de 6 bilhões de reais, de um total de 8 bilhões contratados. Dois vultosos fundos setoriais de energia bancam a canalização de tais recursos. Se, de um lado, é da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que é extraído parte dos recursos, de outro, é da Reserva Global de Reversão (RGR) que vem o restante.

Como é sabido, as ações do programa abrangem, simultaneamente, os 26 Estados do País, somando 1,6 milhão de ligações residenciais. E mais. Direta e indiretamente, 253 mil empregos foram criados para viabilizar a instalação de um total de 747 mil quilômetros de cabos elétricos utilizados nas ligações. Para se ter

uma ligeira idéia, tamanha extensão cobriria uma área equivalente a 18 voltas ao redor da Terra.

Por outro lado, convém esclarecer que metade dos quase 9 milhões de beneficiados pelo “Luz para Todos” reside na região Nordeste, confirmado as condições relatadas acima sobre a correlação detectada entre pobreza, ruralidade, exclusão e escuridão. Em contraste, no Sudeste, região mais industrializada do País, foram atendidas apenas um milhão e meio de pessoas.

Por último, cabe acrescentar que o programa de energia do Governo Lula instalou, no total, nada menos que 600 mil unidades de novos transformadores, ao lado de aproximadamente 4 milhões de postes. Diante do mastodôntrico da empreitada, em termos comparativos, conforme declaração da própria direção do programa, a meta final é de retirar da escuridão uma população correspondente àquela computada em Portugal.

Portanto, para concluir, Senhor Presidente, gostaria de enaltecer mais uma iniciativa bem-sucedida do Governo Lula, salientando seu compromisso com a inclusão social, levando energia elétrica aos rincões menos abonados do Brasil. O “Luz para Todos” é, enfim, exemplo de uma administração que valoriza, com extremo empenho, políticas sociais em prol da verdadeira igualdade entre os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr’s e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “PF foi base de arapongas, diz revista”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de setembro 2008.

A matéria destaca que arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) trabalharam dentro da sede da Polícia Federal e realizaram uma série de escutas telefônicas clandestinas, sem autorização judicial para ajudar o delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha, que investigou uma suposta rede de corrupção envolvendo o banqueiro Daniel Dantas.

Sr Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÍSE ENTRE PODERES

PF foi base de arapongas, diz revista

Ex-agente do SNI teria coordenado equipe da Abin a partir de sala na sede da Polícia Federal em Brasília

BRASÍLIA

Arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) trabalharam dentro da sede da Polícia Federal e realizaram uma série de escutas telefônicas clandestinas, sem autorização judicial para ajudar o delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha, que investigou uma suposta rede de corrupção envolvendo o banqueiro Daniel Dantas, informou a revista *IstoÉ* desta semana. Os arapongas teriam gravado conversas de 18 senadores, 26 deputados e dois integrantes do alto escalão do governo - Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do Presidente Lula, e Dilma Rousseff, ministra-chefes da Casa Civil.

Segundo a reportagem, Francisco Ambrósio do Nascimento, um ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informação (SNI), teria coordenado a equipe de arapongas a partir de uma sala que passou a ocupar no edifício-sede da PF em Brasília, e que fica em frente ao gabinete do diretor da Divisão de Inteligência da PF, Daniel Lorenz. Para entrar no prédio da PF, diz o texto, ele usava a senha de uma funcionária. Nem Lorenz nem o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, saberiam das atividades de Francisco Ambrósio.

A IstoÉ revela que, em conversas com amigos, Ambrósio teria dito que "o Protógenes tem em mãos um arsenal que destrói o governo passado, o atual e o próximo". A própria revista admite não saber o que, na frase, "é fato, bravata ou ameaça".

A reportagem também informa que Lorenz encontrou um agente da Abin chamado Márcio Seltz nas dependências da PF e perguntou o que ele fazia ali. A resposta teria sido: "Trabalho para o Protógenes." Depois, Lorenz teria dito a Protógenes que a presença de agentes da Abin na PF era inaceitável e ameaçou removê-lo do comando da Satiagraha. Protógenes teria replicado com a ameaça de divulgar gravações de conversas dele com Lorenz e Corrêa, grampeadas pelo próprio delegado - por norma interna da PF, delegados podem gravar suas próprias conversas com terceiros.

Depois da conversa, Protógenes seguiu comandando a operação, não mais na sede da PF, mas a partir de um conjunto de salas comerciais no Setor Sudoeste, um bairro de Brasília.

De acordo com a revista, Lacerda, teria dito, em conversas reservadas com amigos, que o ministro da Justiça, Tarso Genro, nomeou Corrêa para chefiar a PF com o objetivo de brecar as investigações da Satiagraha, que poderiam atingir algumas alas do PT.

Ontem, ao tomar conhecimento da reportagem, o presidente do STF, Gilmar Mendes, disse que vai esperar o resultado das investigações. Mas comentou: "Ao que tudo indica, havia uma ligação entre a Satiagraha e os grampos". A assessoria da Presidência da República não quis comentar a reportagem da revista. O general Jorge Félix, chefe do gabinete de Segurança Institucional (GSI), a quem é subordinada a Abin, disse apenas que "um dos objetivos do inquérito (da PF) é apurar o papel da agência na Satiagraha".

Em campanha pelo PT no ABCD paulista e ainda descobrindo à reportagem, o ministro Tarso Genro disse que a apuração do grampo contra o presidente do STF "simboliza que o Brasil vive um momento virtuoso da democracia". Ele afirmou que a Abin "talvez ainda ajude com resquícios de algumas práticas que remetem à ditadura militar". Ele garantiu que o governo "não teve nenhuma preocupação maior em função da Abin". • COLABOROU JOAQUIM ALESSI, ESPECIAL PARA O ESTADO

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “É crime ou é só castigo?”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 24 de setembro de 2008.

A matéria destaca que a prisão do numero 2 da Polícia Federal, delegado Romero Menezes, expõe o acirramento de uma perigosa disputa entre grupos rivais dentro da instituição.

O delegado Romero Menezes, o número 2 da Polícia Federal, assistiu na semana passada a uma ação policial de um ângulo diferente. “Tchê, tenho péssimas notícias”, ouviu ele do diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, antes de ser informado de que estava sendo preso por ordem da Justiça Federal do Amapá. Aos 52 anos, 32 deles na PF, Menezes é suspeito de ter praticado os crimes de advocacia administrativa, concussão, prevaricação e quebra de sigilo funcional. Ele é investigado sob a acusação de usar o cargo para beneficiar um irmão, dono de uma empresa que presta serviços ao bilionário empresário Eike Batista, dentro da PF. Também é suspeito de ter informado ao empresário que ele seria alvo de uma ofensiva policial, há dois meses. A investigação acabou sendo prejudicada pelo vazamento da informação. A prisão do número 2 da PF foi determinada pela Justiça Federal diante do argumento de que, solto, ele poderia interferir na operação que apreendeu computadores, agendas e pen drives em sua casa e em seu gabinete funcional. O delegado foi libertado por decisão do Tribunal Regional Federal, quinze horas depois de ser detido.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O já tradicional prende-e-solta, aliado ao ambiente de guerrilha instalado na PF entre a turma do diretor-geral Luiz Fernando Corrêa e a de seu antecessor, Paulo Lacerda, por causa da parceria clandestina entre a PF e a Abin, causou um clima de desconfiança em torno da prisão. “É uma canalhice. Isso é produto de um delegado mal informado e de um procurador precipitado”, reagiu Romero Menezes. O delegado Anderson Rui Fontel, que comanda a PF no Amapá, é responsável pela investigação contra Menezes. Além de desafeto do suspeito, ele deve o cargo a Paulo Lacerda, inimigo do grupo a quem Menezes auxiliava na condição de número 2 da instituição. O procurador Douglas Santos Araújo, autor do pedido de prisão, garante que a contenda interna na PF não tem relação alguma com o cerco ao delegado Menezes. “Sou muito cauteloso. Mas há indícios bastante consistentes de que, entre outras coisas, ele vazou uma operação sigilosa”, diz Araújo. O ministro Tarso Genro, da Justiça, considerou a prisão desnecessária: “Sendo ele dirigente da PF, bastava o juiz pedir seu afastamento para não influenciar na coleta de provas”. ■ **ALEXANDRE OLTRAMARI**

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Ajuda é menos transparente que Proer e mais estatizante”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o Governo Lula se auto concede poderes para reerguer ou assumir um banco quebrado. Além disso, não revelará quanto, por que, como ou até com quem gastou, se por emergência financeira ou se por conveniência política.

Ajuda é menos transparente que Proer e mais estatizante

Governo se autoconcede poderes para reerguer ou assumir um banco quebrado

Além disso, não revelará quanto, por que, como ou até com quem gastou, se por emergência financeira ou se por conveniência política

GUSTAVO PATU
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Ainda que montantes e beneficiários sejam —espera-se— menores, o governo brasileiro criou uma modalidade de ‘socorro a bancos’ menos transparente que o antigo Proer e potencialmente mais estatizante que os programas recém-lançados nos EUA e na Europa.

Com o uso de dinheiro do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o governo se autoconcedeu poderes para reerguer ou assumir um banco quebrado sem revelar quanto gastou, por que gastou, como gastou ou até com quem gastou, por emergência financeira, por estratégia empresarial, por conveniência política ou por convicção ideológica.

O mesmo pode ser feito com qualquer outro tipo de instituição financeira ou, no caso da CEF, qualquer tipo de empresa. E —por que não?— também com bancos e com empresas em perfeitas condições.

Como não se trata de recursos da arrecadação de impostos, o negócio não aparecerá no serviço de acompanhamento das despesas federais. Como tampouco é uma emissão de moeda ou de títulos do governo, não constará das estatísticas mensais da política monetária ou da dívida pública.

Em bom português, será empregado o dinheiro dos correntistas, poupadões e demais depositantes dos principais bancos federais. Como em vários outros momentos da história das duas instituições, a conta chegará aos contribuintes do

país se as operações contribuírem para a acumulação de perdas que reduzirão os dividendos pagos ao Tesouro.

O BB, com ações em Bolsa, terá de informar ao mercado as compras de participação ou controle acionário que julgue relevantes, da forma que achar conveniente. A Caixa, nem isso. No máximo, as transações estarão mencionadas, total ou parcialmente, em balanços semestrais ou relatórios anuais.

Lançado em 95, o Proer mereceu críticas pela opacidade de informações, mas, ao menos, os bancos resgatados passavam por intervenções formais do BC, o que exigia divulgação instantânea de nome da instituição, além do bloqueio de bens de todos os dirigentes, listados no documento. Os valores injetados no programa eram informados regularmente.

O novo programa nacional leva ao pé da letra a idéia de estatização de bancos —expressão que, no caso das megaoperações do mundo desenvolvido, não pode ser empregada sem alguma licença poético-ideológica, dado que os governos, na grande maioria das vezes, não estão assumindo o controle dos bancos socorridos.

No Brasil, permite-se ampliar de fato a lista de estatais federais do setor financeiro, que já conta com nada menos de 25 instituições. Ou 26, já contando com o novo banco de investimentos da Caixa.

ESTATAIS

25 é o número de instituições do governo federal que atuam no setor financeiro

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Gilmar Mendes é espionado, cobra explicações de Lula e convoca o STF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 31 de agosto de 2008.

A matéria destaca que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, vai reunir a Corte para decidir que medidas serão tomadas após a confirmação de que ele e outros políticos foram alvos de grampos ilegais.

INVESTIGAÇÃO

Gilmar Mendes é espionado, cobra explicações de Lula e convoca o STF

Ministro do Supremo teve um diálogo com senador do DEM interceptado ilegalmente; ação é atribuída à Abin

José Maria Tomazola

ATIBAIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, vai reunir a Corte para decidir quais medidas serão tomadas após a confirmação de que ele e outros políticos foram alvos de grampos ilegais. Ele também quer explicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e respeito das gravações. Reportagem publicada neste fim de semana pela revista *Vérità* mostra que os serviços de espionagem federais instauraram grampos telefônicos ilegais nos aparelhos de Mendes, como já se suspeitava. A Vérità atribuiu a ação à Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Mendes decidiu convocar todos os ministros do STF para uma reunião extraordinária depois de conversar, côntra, pela manhã, com o vice-presidente do Supremo, Cesar Peluso. Segundo ele, todos estão “perplexos e chocados” com a revelação dos grampos. A reunião pode acontecer amanhã, se houver tempo para a convocação dos outros dez ministros do STF.

O presidente do Supremo considerou “um erro extremamente grave” a interceptação telefônica clandestina e disse que é o caso de ouvir explicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Nesse caso, o próprio presidente da República é quem deve falar, não contra mim, mas contra os despedidos.” Paralelamente, ele pediu “maiores providências”. Pelo que, na descrição da reportagem, não aponta o detalhe.

Mendes respondeu estar convencido de que o presidente não autorizou os grampos. “Não se trata de uma ação pessoal contra Gilmar Mendes, mas contra um despedido da República.” De acordo com a reportagem passada por um agente da Abin à revista, também foram grampeados o presidente do Senado, Garibalí Alves (PMDB-RN), o líder do PSDB, Arthur

FRASES

Gilmar Mendes Presidente do Supremo Tribunal Federal

“Nessa caso, o próprio presidente da República é chamado as fárias, ele precisa tomar providências.”

“Não se trata de uma ação pessoal contra Gilmar Mendes, mas contra um dos portavozes da República.”

Virgílio (AM), e os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Álvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Teófilo Viana. Outras vítimas dos grampos foram os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, das Relações Institucionais, José Mário Monteiro, além de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula.

Não há detalhes das conversas deles capturadas pelo serviço de espionagem. “Estamos voltando a ver uma prática continuada e reiterada de desrespeito aos termos expressos na Constituição. Temos que restringir de maneira muito clara”, disse Mendes. Ele afirmou que, em 2004, já existiam “despesas muito maiores” e energicas. “Há descontos e não aparece estatuto e a isso precisar ser colocado um termo. Esse telefonista só se faz mediante autorização judicial, e esta regra precisa ser seguida.”

Gravar por uma conversa privada entre o presidente do Supremo Tribunal Federal e um senador é, de fato, um crime.

Ele manifestou preocupação com a “generalização” das gravações.

Ele perguntou que nós fazemos é que garantia tem o cidadão comum, se o órgão que exerce

“garantias sobre esse tipo de violação.” Mendes disse não saber como o homem comum pode defender desse tipo de abuso. “Não se trata de nenhum medo de ser interpretado, não há nenhum medo, não há nenhum conteúdo criminoso nas suas conversas, mas se trata de se preocuparem a restituição do Estado de direito e de estabelecerseguranças jurídicas para todos.”

Ele disse que, antes da confirmação, as medidas de segurança no gabinete já vinham sendo providenciadas. “Mas quando a ciência corrum faz parte desse tipo de invasão? Ele compra telefone criptografado, ele edita redes especiais”, questionou.

A prova de que Gilmar Mendes foi mesmo vítima de interceptação é a transcrição de uma conversa entre o juiz-mor Demóstenes Torres (DEM-GO), ocorrida às 18h32 do dia 16 de julho, trazida pela revista. No telefonema, Demóstenes pede a Gilmar ajuda contra a decisão de um juiz de Roraima que teria impedito uma importante teste-munhão de depoimento CPI da Pedofilia, da qual é relator. No diálogo, Mendes agradece a Demóstenes por ter subido à tribuna do Senado para criticar pedido de impeachment do presidente do STF, feito por um grupo de promotores descontentes com habeas corpus concedido ao banqueiro Daniel Dantas.

Na época, PF acabaria de concluir a Operação Satélite, que prendeu Dantas, acusando-o de uma série de crimes, entre eles lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e corrupçãoativa. De acordo com Vérità, as gravações ilegais feitas pela Abin serviram de base para relatos que são entregues ao presidente da República, que, dia a dia, a revista, não quer dizer que o presidente Lula saiba dos grampos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, na semana passada, voltei à Tribuna para discutir o futuro do sistema previdenciário brasileiro, as alternativas que temos para aperfeiçoá-lo e a necessidade de uma fórmula que atualize os benefícios, garantindo sua própria viabilidade.

Citei um estudo do IPEA que demonstra a sustentabilidade da Previdência, se mantivermos um crescimento econômico de 4% do PIB, nos próximos anos, mantidas as regras atuais.

Gostaria, hoje, da atenção das Senhoras e Senhores Senadores para apresentar outros argumentos.

Volto a insistir: falar em déficit da Previdência é um equívoco.

O sistema está equilibrado, se forem consideradas outras fontes de receitas além das contribuições de trabalhadores e empregadores – como a COFINS e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Permito-me discordar de alguns economistas que insistem em dar um caráter excessivamente financeiro a este debate.

Na verdade, há uma falha de interpretação dominante entre os estudiosos da Previdência no País.

Isolar o sistema previdenciário e criar um cálculo exclusivo para a área implica a opção pelo desconhecimento da existência de um sistema de segurança social no Brasil.

Este sistema é integrado pelas áreas da saúde, previdência e assistência social e conta com cinco fontes de receita vinculadas aos gastos nessas áreas.

De acordo com estudos alternativos a esta visão, consideradas todas as fontes de receita da Previdência, o resultado apurado no ano passado apontaria para superávit de R\$ 921 milhões e não déficit de R\$ 1,2 bilhão, como foi contabilizado.

De fato, o equilíbrio fiscal do sistema poderia ser melhor, já há alguns anos, se tivéssemos melhorado antes a gestão da receita previdenciária.

Além disso, poderíamos ter reduzido a evasão de recursos previdenciários se tivéssemos aperfeiçoado há mais tempo a fiscalização, a cobrança e a recuperação de créditos calculados em mais de R\$ 300 bilhões, hoje.

Se conseguirmos avançar ainda mais nesta direção, estaremos viabilizando o financiamento, o equilíbrio fiscal e a liquidez da Previdência.

O problema do sistema previdenciário não está na despesa: comprimida, contida, distorcida, achata- da, mas no financiamento, desfigurado pela inação da economia anteriormente e pela ampliação tardia do universo dos contribuintes.

Por isso, volto a pedir a aprovação pela Câmara do projeto de lei complementar que cria o novo sistema de inclusão previdenciária para os microempreendedores, proposta já aprovada aqui no Senado Federal.

Com ele, Sr. Presidente, serão beneficiados dez milhões de autônomos, como feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, cabeleireiros, borracheiros e outros profissionais hoje lamentavelmente na informalidade.

Uma proposta relevante para acabarmos com o fator previdenciário e instituirmos um sistema de atualização das aposentadorias — é a do senador Paulo Paim, já aprovada pelo Senado, que merece nosso apoio.

Os que não têm uma visão social da Previdência argumentam que o impacto do fim do fator previdenciário será de cinco pontos percentuais do PIB em 2050, o que representará R\$ 120 bilhões a mais nas contas da Previdência.

Estas estimativas são tão falsas como uma nota de 3 reais!

Nestes 42 anos, entre 2008 e 2050, a previdência concederá nada menos de 168 milhões de benefícios. Isto equivale a quase sete vezes a massa atual de aposentados e pensionistas.

Até lá, várias gerações terão sido sacrificadas em um genocídio premeditado, deliberado por força de um irracionalismo que assume sua dimensão desumana, em nome de um hipotético “equilíbrio fiscal”.

O fator previdenciário foi uma proposta cujo objetivo central era reduzir o déficit, mas não reduziu. Só aumentou. Nos últimos dez anos do fator, o déficit da previdência chegou a R\$ 236,8 bilhões de reais, ou 10% do PIB de 2007. Portanto, constitui-se num hediondo fracasso!

Mas suas maiores consequências foram a de complicar, retardar e achatar o valor do benefício.

Estes foram realmente atingidos, causando miséria e fome, incertezas e desespero, indignação e repulsa.

O fator previdenciário prejudicou o país, os trabalhadores, os cidadãos de bem. E certamente atingirá mais duas gerações de brasileiros, que se aposentaram ou receberam pensão.

Acabou com a previdência dos sonhos e o ideário de uma velhice feliz e tranquila.

Transformou-a em um horizonte de incertezas que corrompe, desfigura e diminui a proteção social.

Nossa Previdência concede aposentadorias e pensões no valor médio de R\$ 659 reais e mantém quase 26 milhões de benefícios no valor médio de R\$ 852 reais, sendo que 70% recebem o salário mínimo.

Isto, portanto, não se configura, francamente, como Seguro Social.

Uma coisa é Previdência Social, dos trabalhadores que pagam para ter um benefício compatível com suas expectativas futuras.

Outra coisa é a Previdência que alguns querem instituir, em nome de uma suposta inclusão previdenciária, em que você paga pouco ou quase nada para receber nada ou quase pouco!

Não podemos permitir que este verdadeiro patrimônio nacional seja uma aposentadoria de 1,99!

Hoje, não há relação atuarial entre contribuição e benefício.

O mais grave: a sociedade brasileira acabará pagando pelo fracasso do sistema, sendo obrigada a migrar para um sistema privado!

Isto repercute dolorosamente sobre os 40 milhões de segurados que ainda imaginam poder se aposentar com dez salários mínimos, se contribuírem pelo teto de salário de contribuição, quando o teto é de R\$ 3.038,99.

A lógica do fator previdenciário é perversa.

O correto seria mesmo revogá-lo.

E rever todo o financiamento do Regime Geral de Previdência Social, acabando com as distorções dos rurais, as renúncias, os favorecimentos descabidos.

Nem é preciso aumentar alíquota, nas duas pontas. Depois, é só devolver a Receita Previdenciária ao INSS e continuar aperfeiçoando a gestão do sistema.

Em Alagoas, a Previdência Social é a principal fonte de renda na maioria dos municípios do estado.

E, graças à sensibilidade do Ministro José Pimentel, a rede de atendimento do INSS em Alagoas será ampliada.

Hoje, há 18 unidades em funcionamento.

Com a expansão, serão criadas agências nos municípios de Joaquim Gomes, Atalaia, São Luis do Quitunde, Junqueiro, Traipu, Campo Alegre, Teotonio Vilela, Cajueiro, Marechal Deodoro, Igreja Nova, Matriz do Camaragibe, Limoeiro de Anadia, Craibas, São José da Lage, Igaci, Feira Grande, Boca da Mata, Pilar, Piranhas, São José da Tapera, Maragogi, Coruripe, Mata Grande e São Sebastião.

Temos de trabalhar, desde já, para que o desespero, a insegurança, o futuro incerto e duvidoso, a intransqüilidade não desabe sobre os quase 36 milhões de segurados contribuintes.

Estes, como os atuais 26 milhões de beneficiários, correm o risco de perder o bonde da história.

E isto, o Senado Federal — e todos nós — não vamos permitir!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar

os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 10, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 30, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008).

Relator revisor: Valter Pereira

(Sobrestando a pauta a partir de: 6-12-08)

Prazo final: 20-12-08

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do parágrafo único do
art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 444, DE 2008

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-12-08)

Prazo final: 7-2-09

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

- Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Sihessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47

e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem, do Deputado José Roberto Batochio), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que vedava a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do

Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Virginio de Carvalho.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerá e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Mo-

rais, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

36
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito

(tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

43

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

44

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

45

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

46

REQUERIMENTO N° 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

47

REQUERIMENTO N° 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

48

REQUERIMENTO N° 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 13

minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal Senador Garibaldi Alves Filho

09/12/2008

Terça

- 09:45 Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim**
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 09:55 Encontro com Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto**
para irem juntos para sessão do congresso nacional.
Gabinete da Presidência do Senado
- 10:00 Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional**
com a presença dos 04 Governadores do Centro-Oeste.
Sala de Reuniões nº 9 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal
- 10:00 Sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a**
comemorar o dia do Marinheiro.Plenário do Senado Federal
- 11:30 Visita do Senador Renato Casagrande e Comissão de Juristas do**
novo CPP.
Gabinete da Presidência do Senado
- 14:00 Reunião de Líderes**
Gabinete da Presidência do Senado
- 16:00 Sessão do Senado Federal**
Plenário do Senado Federal
- 20:00 Apresentação da Orquestra de Brasília em homenagem ao**
Senador Arthur da Távola
Comissão Ano Cultural
Teatro Nacional - Sala Vila Lobos

**CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2008

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, quarta-feira, às 14 horas, reuniu-se o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, na Sala anexa ao Plenário do Senado Federal, Destinada ao conhecimento dos currículos já recebidos para seleção das cinco candidatas a serem contempladas com a 8ª premiação, bem como dos Pareceres nºs 890, 891 e 892, de 2007, das Comissões de Educação; Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 20, de 2003, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que *institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências*.

Estiveram presentes os Senhores Senadores:

SERYS SLHESSARENKO
PT

LÚCIA VÂNIA
PSDB

SÉRGIO ZAMBIASI
PTB

CRISTOVAM BUARQUE
PDT

INÁCIO ARRUDA
PC do B

ROSEANA SARNEY
PMDB

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Sr. Vice-Presidente, declaro aberta a 2ª Reunião de 2008 do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2007, que se realizou no dia 21 de junho de 2007, e a Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2008, realizada em 14 de fevereiro de 2008, se não houver objeção do Conselho, serão submetidas à apreciação.

Se não houver objeção do Plenário, será dispensada a leitura.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.
(Pausa)

Esta reunião destina-se ao conhecimento dos currículos já recebidos para a seleção das cinco candidatas a serem contempladas com a oitava da premiação,

bem como dos Pareceres nºs 890, 891 e 892, de 2007, das Comissões de Educação, Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de resolução nº 20, de 2003, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que “institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências”.

Determino à Secretaria que distribua às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros do Conselho os avulsos correspondentes.

À época, decidimos, o senhor está lembrado, que aquelas que chegassem fora do prazo ficariam automaticamente inscritas para a próxima premiação. Então, esta Presidência comunicou que recebeu fora do prazo regimental cinco indicações para a premiação anterior, que era a sétima. Nós agora estamos indo para a oitava premiação. São elas: Silvana do Amaral Veríssimo, Rosemeire Aparecida Oliveira, Maria dos Prazeres de Souza, Vânia Regina Ladeia Trettel e Miguelina Paiva Vecchio.

Se não houver objeção por parte das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores membros deste Conselho, tais indicações serão consideradas para a 8ª Premiação, a realizar-se em 2009.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Estamos todos de acordo.

Senadora, V. Exª vai fazer uma proposta de alteração...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Senador, estamos propondo – já vimos vários currículos recebidos para a premiação deste ano, que é a 8ª premiação – que se prorogue, em vez de terminar o prazo em 1º de novembro, para 1º de dezembro e que a convocação seja feita via *Diário Oficial*, com publicidade na mídia e com o envolvimento da Secretaria de Órgãos, aqui chamada.

Também estamos pensando em solicitar um funcionário para nos ajudar, porque o meu Gabinete está ficando sobrecarregado, para separar e-mails, atender a telefonemas, etc.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Vamos falar com o Presidente Garibaldi para disponibilizar uns dois...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Como consta que Parlamentar não pode fazer indicação, e algumas foram feitas por Parlamentares no passado... Mas consta que Parlamentar não pode fazer a indicação. Estamos pensando agora em fazer uma nova redação, permitindo a indicação por parte de Parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – É porque, senão, a gente vai ter que barrar. Nós já

tivemos muitos assim no passado, principalmente, que foram indicações de um Senador. Um Senador indicou. Eu lembro que o Senador Zambiasi indicou, o Cristovão indicou. O Inácio, acho que indicou também.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Não, eu não indiquei assim. Elas vieram junto com...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Com uma homenagem.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – ...com uma homenagem fora das cinco, na verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – É aí que a gente tem que ver se muda essa redação, permitindo que os Parlamentares o façam, ou se deixa sem essa permissão.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Sempre vai surgir aquela idéia de que você... os Parlamentares indicando fica aquela disputa parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – E a pressão fica muito maior. A pressão fica bem grande, quando é um Parlamentar que indica, até porque o Parlamentar está por aqui na em hora que se faz a avaliação.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Claro, ele está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – E as entidades, as instituições que indicam não estão.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Não estão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – E fica mais complicado. Não sei. Talvez a gente deixe isso fora.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Já vai ser a oitava?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – É.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Fazemos o evento no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Sim.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – A sua idéia é de isso sempre correu bem, sempre foi positivo, sem precisar da indicação dos Parlamentares?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Apesar de que já houve algumas, acabaram passando algumas.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Você faz o seguinte: o Parlamentar, ele pode...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Se a gente decidir que vai...

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – ...mesmo que ele queira que alguém seja indicado...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Que venha através da entidade.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – ...que venha através da entidade.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Eu preferiria também. Eu prefiro.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – É melhor, porque você respalda a pessoa. Não vai ser só aquela indicação parlamentar. Se tem muitos nomes que você pode indicar, ela vem respaldada por uma organização social...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Tem sido assim.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – ...uma universidade. Eu acho que esse método funcionou bem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Eu também prefiro. Então fica do jeito que está.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – A minha opinião é que deixasse, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Que permaneça como está.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – ...acho que respalda mais o prêmio.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Com certeza. Fica como está.

Há um problema. Todo o ano a gente passa apertado, na correria também de fazer essa premiação uma vez por ano. Então, o que a gente está pensando para ser colocado em discussão é que a gente possa fazer esse prêmio, mas aí a tem que fazer uma mudança na legislação, que ele passasse a ser em todos os anos pares, de dois em dois anos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Também acho mais interessante. Tem muita coisa para se fazer por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Porque nós, que puxamos... Precisa ter fôlego.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – É melhor nos anos ímpares.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – A gente trabalha não sei quantos meses...

Prefere os anos ímpares ou os pares?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Nós ímpares, pelo menos, não tem eleição.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – É verdade. A gente já não agüenta mais eleição de dois em dois anos. Agora tem Bertha Lutz de dois em dois anos.

Ele está colocando que é melhor nos anos ímpares porque não tem eleição.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – A indicação nos anos ímpares e a premiação nos anos pares.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Onde está escrito aqui? “Mudar a proposta de homenagem do Diploma Bertha Lutz para cada ano par.”

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Aqui já está dizendo que a homenagem é no ano par, não é isso? De qualquer sorte, seria melhor de dois em dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – É melhor de dois em dois anos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Par ou ímpar, não vamos...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Como é que vai fazer, eu não sei.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – É melhor alterar a legislação para que seja de dois em dois anos, embora tenhamos muitas mulheres para serem premiadas, merecedoras do prêmio. É o mais ajustado, porque isso até desgasta o prêmio, não é? Todo o ano, todo ano!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – É. E a canseira que dá na gente?! E o baile que dá na gente?! Eu é que sei! Nossa Senhora!

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Fica melhor para preparar, para organizar, para tornar o evento...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Temos um problema também no Conselho, que está para ser recomposto. Eu falei com o Senador Marco Maciel hoje de manhã, porque a Senadora Maria do Carmo está doente, está afastada, e pedi a ele que confabulasse com o DEM para ele ser o indicado. Nada direcionado, mas tudo bem, não é? Eu só falei com ele para que visse, junto ao Partido, uma indicação e que a gente gostaria muito de que fosse ele, porque o Marco Maciel é...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – E agora ela não é?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Tem que tirar um. Tem que ser a Patrícia, que mudou, não é? O Partido vai ter que sair.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – O PSB vai querer reivindicar para...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Quem é do PSB?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – É o Casagrande, o Valadares...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Tem Casagrande e Valadares. Está certo. Eu vou fazer o seguinte: vou pedir ao Presidente Garibaldi que peça aos Líderes desses Partidos que façam essa indicação. Vou formatar esse ofício para o Presidente Garibaldi...

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – No caso do PDT, vai ter que falar que ele está ocupando duas vagas, e tem que ser uma. Que eles decidam quem é.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – É que a Patrícia mudou de Partido. Então, na verdade, ela está indicada pelo PSB. E pedir ao PSB e pedir ao DEM. São só esses?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – O PSOL não tem muita dificuldade, não.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – O PSOL e nós, do PCdoB, seremos sempre um problema.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – O PSOL não é muito problema, não. Eu pedi a indicação dele ontem, e ele foi muito grato a mim. Eu falei lá na reunião com ele. Ele é muito legal. Eu gosto demais dele.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – Sr^a Presidente, mais alguma coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Não, eu acho que é só isso aí.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB

– CE) – ...que V. Ex^a queira colocar para deliberação? Eu estou disposto a votar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT

– MT) – Esta encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 21 minutos.)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia nove do mês de dezembro de dois mil e oito, terça-feira, às quinze horas, na sala número 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 449**, adotada em três de dezembro de dois mil e oito e publicada no dia quatro do mesmo mês e ano, que “Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2008.

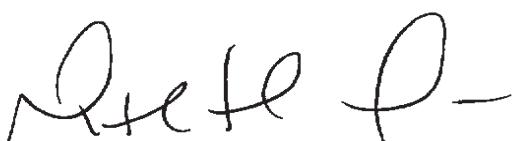

SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SENADO FEDERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2725 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 016930/08-8,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora LYGIA LEITE DE CAMARGO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível S-45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 09 de dezembro de 2008.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

SENADO FEDERAL
Secretaria de Arquivo

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos
Nº 3/2008

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, designado pelo Ato do Diretor Geral nº 846 de 16/8/2000, publicado no Diário do Senado Federal, de 17/8/2000 e de acordo com as **Listagens de Eliminação de Documentos: nº 1 e 2 Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP** e, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital, no Diário do Senado Federal, se não houver oposição, a Secretaria de Arquivo eliminará os documentos relativos às referidas listagens, relativas ao período de 1965 a 2003.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal.

Brasília, 09 de dezembro de 2008.

FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ

*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

Observação: As listagens objeto deste edital serão publicadas em suplemento do Diário desta data.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiase*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SANTA CATARINA

Finalidade: Averiguar, in loco, a situação do estado de Santa Catarina visando encaminhar medidas a serem tomadas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública decorrente das chuvas das últimas semanas.

(Requerimento nº 1.483, de 2008, aprovado em 25.11.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 25/11/2008

TITULARES**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Raimundo Colombo (DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB)**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senadora Ideli Salvatti (PT)**Maioria (PMDB)**

Senador Neuto De Conto (PMDB)**PDT, PTB, PSOL, PSC**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Cláudio	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. N° 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR **(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serlys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PRJoão Ribeiro (TO) ⁽³⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSBRenato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.

4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Hérculo Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 226 PÁGINAS